

CONIP 2019

ANAIIS  
DO 1º CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO À  
PESQUISA



**ANAIS DO 1º CONGRESSO DE INICIAÇÃO À PESQUISA - CONIP**

Publicado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

Adalberto Lucas Capanema  
**Presidente AEP**

Maria José Lucas Capanema  
**Diretora Administrativa**

Adalberto Lucas Capanema  
**Diretor Geral**

Fabírcia Lucas de Mendonça  
**Secretária Geral**

**Conselho Editorial**

Francilene Lima Ferreira  
Gabriel Moreira  
Graziela Cristina Simões  
Isabela Cristina Marins Braga  
Lidiane Campos dos Santos  
Maria Aparecida de Oliveira  
Michelle Lucas Cardoso Balbino  
Nathalia Oliveira Martins

**Revisão**

Jânua Celi de Miranda Souto

**Contatos**

Revista FACTU Ciência  
Rua Rio Preto, 422 - Unai – MG  
CEP. 38.610-0000  
Tel.: 38 3676 6222  
[www.factu.br](http://www.factu.br)

Ficha Catalográfica - Biblioteca - FACTU  
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

AN532 Congresso de Iniciação à Pesquisa – CONIP (1.:2019: Unai, MG)

Anais do I Congresso de iniciação à pesquisa, 09 a 10 de maio de 2019 - Unai: FACTU, 2019.

Disponível em: <https://factu.br/livros-digitais/>

1. Interdisciplinar. 2. Metodologia. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. I. Título.

CDU 001.8:061.3

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio.  
As matérias publicadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado da consolidação do 1º Congresso de Iniciação à Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. O evento tem como objetivo reunir toda a comunidade acadêmica e sociedade para a apresentação e discussão dos resultados de iniciação à pesquisa nos sete cursos (Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia). Os trabalhos contam com atividades realizadas diretamente com a sociedade de Unaí e região, fomentando o ensino-aprendizagem através da iniciação à pesquisa.

O congresso envolveu um público médio de 800 pessoas, com aproximadamente 120 exposições e apresentações orais, abordando artigos, projetos de pesquisa, resumos, etc. garantindo assim a aplicabilidade do tripé “ensino-pesquisa-extensão”.

O resultado pode ser conferido através desta edição aqui apresentada. Desejamos que esta divulgação possibilite a continuidade de novas pesquisas.

Boa leitura!

Direção Geral.

*Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos resumos são de inteira responsabilidade dos autores dos projetos de pesquisa.*

## SUMÁRIO

CADERNO DE AGRONOMIA .....	05
CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS .....	15
CADERNO DE DIREITO .....	44
CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	119
CADERNO DE ENFERMAGEM .....	131
CADERNO DE PEDAGOGIA .....	149
CADERNO CONVIDADOS DA ESCOLA ESTADUAL JUVÊNIO MARTINS FERREIRA ESCOLA AGRÍCOLA DE UNAÍ-MG.....	231

**CADERNO DE AGRONOMIA**

**INFLUÊNCIA DO *Bacillus aryabhatai*. NA TOLERÂNCIA AO ESTRESSE HÍDRICA  
A CULTURA DO ZEA MAYS NO MUNICÍPIO DE NATALÂNDIA MINAS GERAIS**

ROCHA, Adriano Gonçalves<sup>1</sup>  
RIBEIRO, Geancarlo Henrique<sup>2</sup>

O uso de microrganismos na agricultura se intensificou nas últimas décadas, por meio de estudos, experimentos e resultados expressivos que nos mostram dados de atividades desenvolvidas, contribuindo perfeitamente no meio de produção. Microrganismos desempenham papel fundamental no manejo de estresse e condições adversas no meio de produção agrícola (ANSARI et al, 2012). O presente trabalho tem como objetivo verificar o efeito da inoculação do milho com bactéria *Bacillus aryabhatai*, para avaliar estresse hídrico sob a cultura do milho, se o microrganismo pode influenciar fatores que podem proporcionar um melhor desenvolvimento da planta, e que proporcione uma produção que corresponda aos índices de baixa pluviosidade e a redução de irrigação para as culturas. Este trabalho proporcionará para o meio profissional grandes contribuições, pois nas últimas décadas a agricultura tem sofrido por constantes estiagens severas, falta de chuvas o que causa estresse nas plantas, e, conseqüentemente, grandes perdas em lavouras, causando prejuízo econômico para produtores, região e até mesmo o país. Por isso, este trabalho pode contribuir para um avanço em plantios em regiões onde as chuvas são amenas ou mesmo mal distribuídas. Serão realizado os tratamentos em DBC Delineamento em Blocos Casualizados, sendo 3 tratamento e 10 repetições, contendo T1 Testemunha, T2 *Bacillus aryabhatai* com 80% de irrigação, T3 *Bacillus aryabhatai* com 30% de irrigação. O produto com o microrganismo ativo será utilizado de acordo com as recomendações técnicas do fabricante, sendo elas 200ml/20kg de sementes, por inoculação de sementes. Será avaliado crescimento radicular, crescimento do vegetativo da planta e a produção de grãos avaliado no teste de Tukey ou Teste F mostrando estatisticamente os resultados obtidos pela as coletas dos dados. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Microrganismos. Inoculação do milho. Estresse hídrico.

### REFERÊNCIA

KAVAMURA, Vanessa Nessner. **Bactérias associadas as cactáceas da Caatinga:** Promoção de crescimento de plantas sob estresse hídrico. 2012. 244 f. Dissertação – (Tese de Doutorado) - Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”, Piracicaba, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/90567/1/TS-MeloIS-USPesalq-Doutorado-VanessaNessnerKavamura.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.  
<sup>2</sup> Mestre em Ciências Biológicas pela UCB e Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.



## DESEMPENHO AGRONÔMICO DO FEIJÃO-CAUPI EM DIFERENTES DENSIDADES DE PLANTAS

SILVA, Américo Lourenço<sup>3</sup>  
BATISTA, Paulo Sérgio Cardoso<sup>4</sup>

O feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), também conhecido como feijão-da-colônia, feijão-de-vara, feijão-de-praia, feijão-quarenta dias, feijão-de-moita, feijão macassar e feijão-de-corda tem sua origem na África. Por ser uma cultura de fácil cultivo e bons retornos, o feijão-caupi apresenta-se como uma ótima opção para os pequenos produtores e até mesmo para os grandes produtores na entressafra. Seu cultivo ainda é feito de forma pouco tecnificada, com pouco uso de tecnologia, principalmente por existir pouca pesquisa sobre o feijão-caupi, tornando sua produção em grande escala pouco interessante. A maior parte é produzida por pequenos produtores rurais na agricultura familiar, onde há pouco uso de tecnologia em seu cultivo (EMBRAPA, 2003). A Região Nordeste possui a maior área cultivada de feijão-caupi com 377,2 mil hectares na primeira safra 2018. No Brasil, na safra 2018 houve uma produção total de 8,9 mil toneladas e produtividade média de cerca de 548 kg ha<sup>-1</sup> (CONAB, 2018). A densidade e as diferentes populações de plantas podem interferir na produtividade e é um fator que está sob controle do produtor. Deste modo, é interessante saber qual a melhor densidade de plantas que permite obter melhor produtividade e melhor desempenho do feijão-caupi. Neste sentido, o objetivo deste trabalho será avaliar o desempenho agrônomo de duas cultivares do feijão-caupi em diferentes densidades de plantas no município de Unaí-MG. O experimento será conduzido em blocos casualizados, com quatro repetições. Serão avaliadas quatro densidades de plantas (6, 8, 10 e 12 plantas por metro linear) e duas cultivares. A pesquisa será experimental com abordagem quantitativa, adotando método hipotético-dedutivo, e os dados obtidos serão submetidos à análise de variância (teste F) conjunta para avaliação dos efeitos das cultivares e das populações e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2014). Na primeira parte da pesquisa serão abordados os aspectos gerais e importância socioeconômica da cultura do feijão-caupi, desempenho e produtividade nas diferentes densidades populacionais. Na segunda, parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados que será realizada inicialmente nos Laboratórios Multidisciplinares de Análise de Sementes, Química e Microscopia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU). O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** *Vigna unguiculata* (L.) Walp. Produtividade. Densidade de plantas.

### REFERÊNCIAS

**EMBRAPA.** A cultura do feijão-caupi no Brasil. Embrapa Meio-Norte, Teresina-PI, 2016. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/916831/1/feijaocaupi.pdf>> Acesso em: 06 abril 2019.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>4</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).** Feijão-caupi, Safra 2018/19-N. 5 – Quinto levantamento, fevereiro de 2019. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos/boletim-da-safra-de-graos>> Acesso em: 05 mar. 2019.

## RESPOSTA DA CULTURA DO MILHO À APLICAÇÃO DE DIFERENTES DOSAGENS DE *Azospirillum brasilense* VIA SEMENTE

MELLO, Bruna Cristina Sousa<sup>5</sup>  
PERES, Vanderlei Martins<sup>6</sup>

Na classificação botânica, o milho pertence à ordem *Gramineae*, família *Poaceae*, gênero *Zea* e espécie *Zea mays* L. É uma planta monoica por possuir os órgãos masculinos e femininos na mesma planta, porém em inflorescências diferentes. A sua capacidade de adaptação, representada por vários genótipos, possibilita o seu cultivo desde o Equador até o limite das terras temperadas, altitudes acima de 3600 metros, por isso se encontra em climas tropicais, subtropicais e temperados (BARROS; CALADO, 2014). Algumas bactérias são benéficas para a cultura do milho, como por exemplo o *Azospirillum brasilense*, que auxilia o produtor a obter boa produção com menor custo e menor impacto ambiental (EMBRAPA, 2015). O presente trabalho tem como objetivo avaliar o efeito da bactéria *A. brasilense* na cultura do milho. Portanto, O experimento será conduzido em Delineamento de Blocos Casualizados, e submetidos ao teste de Tukey a 5% de probabilidade, com software SISVAR. Na primeira parte da pesquisa serão abordados importância econômica, domesticação do milho e necessidades da cultura Na segunda parte será citado com uma melhor ênfase a bactéria *Azospirillum brasilense* e sua importância quando associada à cultura do milho. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Azospirillum. Produtividade. Semente.

### REFERÊNCIA

BARROS, José F. C.; CALADO, José G. **A cultura do milho**. Évora 2014. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10804/1/Sebenta-milho.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Bactérias aumentam produtividade do milho e reduzem adubos químicos**. Brasília, Fev. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2467608/bacterias-aumentam-produtividade-do-milho-e-reduzem-adubos-quimicos>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

<sup>5</sup> Acadêmica do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>6</sup> Professor do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE BRASILÂNDIA DE MINAS/MG

ALVES, Daniel Cavalcanti<sup>7</sup>  
MACHADO, Cláudia Aparecida<sup>8</sup>

A agricultura familiar é conceituada como aquela em que a família comanda, trabalha e produz o que ali será cultivado. É importante insistir que esse caráter familiar não é apenas um detalhe superficial, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY 1999, p 23). A partir das inúmeras evoluções presenciadas no mundo, diariamente, verificou-se que a agricultura familiar está acompanhando os avanços tecnológicos, deixando de ser usada apenas para seu sustento e passando a fazer grande parte da economia do Brasil. A agricultura familiar passou por diversas posições na economia brasileira, tendo na atualidade uma grande importância no setor agrícola, social e econômico do país, já que abastece com alimentos todas as cidades brasileiras, principalmente, as locais, onde os alimentos são produzidos e chegam com mais facilidade à mesa da população (BARBOSA, 2012). Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o crescimento do agronegócio na cidade de Brasilândia de Minas ao longo dos anos, a partir da participação da agricultura familiar. Este estudo justifica-se pela importância atribuída à agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo, na produção de alimentos diversificados, e pelas práticas produtivas mais equilibradas. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribuirá para melhor compreensão da situação em que se encontram as práticas produtivas na agricultura familiar do município em questão, e servir como referência para outros trabalhos na área. A metodologia utilizada no estudo é caracterizada como descritiva, realizada por pesquisa bibliográfica em fontes primárias e fontes secundárias, e também como estudo de caso. Destina-se a pesquisa dos agricultores familiares. Na primeira parte desta pesquisa, será abordado o cenário e importância da agricultura familiar no Brasil, o desenvolvimento social do município, produtos cultivados e formas de comercialização da produção agrícola familiar e as barreiras que afligem os agricultores familiares. Na segunda parte, apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada a partir da confecção de questionários que serão aplicados em casas agropecuárias da cidade de Brasilândia, para ouvir dos pequenos produtores quais são os benefícios, problemas enfrentados e aspectos relacionados às suas propriedades. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Desenvolvimento. Comercialização.

### REFERÊNCIAS

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2 a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

<sup>7</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>8</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU. Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo (2009)

BARBOSA, R. R. **Agricultura Familiar Brasileira: Importância Econômica e Social.** In: SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFMG CAMPUS BAMBUÍ, 5., 2012, Bambuí, IFMG, 2012. p. 1-5.

**DESENVOLVIMENTO E PRODUTIVIDADE DO FEIJOEIRO COMUM NA  
PRESENÇA DE *Trichoderma* spp. ASSOCIADOS OU NÃO A UM  
BIOESTIMULADOR**

NEGRÃO, Delber Rhuann Sales<sup>9</sup>  
DIAS, Sônia Cristina Jacomini<sup>10</sup>

O feijoeiro comum (*Phaseolus vulgaris* L.) é um dos produtos agrícolas de maior importância socioeconômica do país, principalmente, pelo fato de se tratar de uma fonte rica em proteína e energia na alimentação humana (BARBOSA; GONZAGA, 2012). O Brasil é o maior produtor mundial do feijão comum, com uma produtividade média de 922 kg/ha, enquanto que a produção mundial gira em torno de 776 kg/ha. A crescente produção agrícola promoveu um grande aumento no uso de produtos agroquímicos, porém a utilização destes pode causar contaminação humana, ambiental e induzir a resistência de patógenos, podendo promover ainda um desequilíbrio biológico (BETTIOL; MORANDI, 2009). Deste modo, a agricultura moderna busca alternativas para melhorar a produtividade sem agredir o meio ambiente, e o controle biológico é uma alternativa que visa controlar um organismo vivo utilizando outro, dito, como antagonista. Além disso, apresenta algumas vantagens quando comparado ao controle químico, pois não contamina o meio ambiente deixando resíduos e possui fácil aplicação (SILVA; MALTA 2016). O presente trabalho tem por objetivo avaliar o desenvolvimento e a produtividade da cultura do feijoeiro comum, utilizando fungos do gênero *Trichoderma* associados ou não a um bioestimulador. E justifica-se pela importância atribuída à cultura do feijoeiro comum que é um dos alimentos mais consumidos no Brasil devido a seus aspectos nutricionais, sendo uma leguminosa rica em proteína, ideal para ser incorporada em uma dieta diária, e que vem sofrendo demasiadamente ataques de pragas e doenças reduzindo assim sua produtividade. Há anos, *Trichoderma* spp. vêm sendo estudados e utilizados para auxiliar no combate desses fatores de interferência. O presente trabalho será desenvolvido em três etapas sendo uma o teste de germinação realizada em laboratório, a segunda etapa em casa de vegetação observando o desenvolvimento inicial das plantas, e a terceira será realizada em campo distribuídos em 10 tratamentos (T1-testemunha, T2-bioestimulador, T3-TricA, T4-TricB, T5-TricC, T6-TricD, T7- Bio+TricA, T8-Bio+TricB, T9-Bio+TricC e T10-Bio+TricD), com 3 repetições. A pesquisa será do tipo exploratório, para a avaliação dos tratamentos com a utilização de *Trichoderma* associado ou não a um bioestimulador na cultura do feijoeiro comum, em uma abordagem quanti-qualitativa, com utilização de análises estatísticas e, posteriormente, comparada com a teoria de outros autores sobre o assunto abordado. O método utilizado será o hipotético-dedutivo, que consiste em testar os produtos, assim, buscando comprovar os seus benefícios de acordo com os resultados positivos ou negativos. Posteriormente, os dados provenientes de um delineamento experimental inteiramente ao acaso serão submetidos à análise de variância a 5% de probabilidade de erro, pelo programa SISVAR 5.6 (FERREIRA, 2014). No experimento serão abordados aspectos gerais da cultura do feijão e a interação de fungos do gênero *Trichoderma* no desenvolvimento e produtividade da planta. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Fungos. Produtividade. Biológico.

<sup>9</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>10</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Ciências Genômicas e Biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB).

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. R.; GONZAGA, A. C. O. **Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro-comum na Região Central-Brasileira: 2012-2014.** Embrapa Arroz e Feijão Santo Antônio de Goiás, GO, 2012.

BETTIOL, W.; MORANDI, M.A.B. (Org.). **Biocontrole de Doenças de Plantas: uso e perspectivas.** Jaguariúna-SP: Embrapa Meio Ambiente, 2009, p.7-14.

FERREIRA, D. F. **Sisvar: Sistema de análise de variância para dados balanceados.** Lavras UFLA, 2014.

SILVA, C. J. A; MALTA, D. J. N. **A importância dos fungos na biotecnologia.** Cadernos de Graduação. Ciências biológicas e da saúde. Recife. v. 2 n. 3 p. 49-66 Jul 2016

**PRODUÇÃO DE MUDAS PRÉ-BROTADAS (MPB) DE CANA-DE-AÇÚCAR SOB A INFLUÊNCIA DE *Trichoderma* spp. ASSOCIADA OU NÃO A UM BIOESTIMULANTE**

CARVALHO, Fernando Araújo<sup>11</sup>;  
DIAS, Sônia Cristina Jacomini<sup>12</sup>.

Atualmente, a cana-de-açúcar é considerada uma das grandes alternativas para o setor de biocombustíveis, devido ao grande potencial na produção de etanol e seus respectivos subprodutos. Tendo em vista o crescimento do mercado sucroalcooleiro, tornou-se necessária a adoção de novas tecnologias de produção de mudas saudáveis que proporcionem a diminuição da ocorrência de pragas e doenças e que atenda às necessidades do produtor. Dentre essas tecnologias, o sistema de mudas pré-brotadas (MPB) é uma alternativa que contribui para uma rápida produção de mudas com maior vigor, uniformidade e padrão de fitossanidade. A mesma visa reduzir os custos de mudas, aumentar a eficiência e ganhos no campo (ROSA, 2013). *Trichoderma* spp. têm a capacidade de atuar como bioestimulante, promovendo aumento e desenvolvimento da biomassa, por sintetizar substâncias estimuladoras de crescimento e absorção de nutrientes presente no solo, além de interações como a antibiose, competição, parasitismo e indução de resistência. (SILVA; SANTOS; SILVA, 2016). Os bioestimulantes têm a capacidade de promoverem o equilíbrio hormonal das plantas, ocasionando beneficiamento da expressão do potencial genético, estimulando enraizamento, pois as raízes são fundamentais para fixar a planta ao solo e responsáveis pela absorção de água e nutrientes (LARCHER, 2000). O presente trabalho tem por objetivo avaliar os efeitos da inoculação de isolados de *Trichoderma* spp. na produção de mudas pré-brotadas de cana-de-açúcar associadas ou não a um bioestimulante e justifica-se pelo fato de a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) ser responsável pela obtenção do açúcar, álcool e aguardente, devido à sacarose contida em seu caule e à produção de mudas de cana-de-açúcar pré-brotadas mais saudáveis e alto padrão de vigor com melhores condições de adaptação a campo, pode proporcionar menor aplicação de produtos químicos. Este trabalho consiste em uma pesquisa experimental, para a avaliação dos tratamentos utilizados com *Trichoderma* spp. associados a um bioestimulante em mudas pré-brotadas de cana-de-açúcar, realizado com uma abordagem quanti-qualitativa, com utilização de análises estatísticas. O experimento será conduzido em casa de vegetação, com delineamento experimental inteiramente casualizado, com dez tratamentos (T1-testemunha absoluta, T2-bioestimulador, T3-TricA, T4-TricB, T5-TricC, T6-TricD, T7- Bio+TricA, T8-Bio+TricB, T9-Bio+TricC e T10-Bio+TricD). Será utilizado o método hipotético-dedutivo, que consiste em testar os produtos, assim buscando comprovar os seus benefícios de acordo com os resultados positivos ou negativos. As médias serão comparadas pelo Teste de Tukey a 5%, no programa estatístico Sisvar 5.6 (FERREIRA, 2014). No experimento serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura da cana-de-açúcar, característica do sistema de MPB (mudas pré-brotadas de cana-de-açúcar) e a utilização de fungos do gênero *Trichoderma* associados ou não a um bioestimulante. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Biológico. Nutrientes. Fungos.

## REFERÊNCIAS

<sup>11</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>12</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Ciências Genômicas e Biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB).



FERREIRA, D. F. **Sisvar**: Sistema de análise de variância para dados balanceados. Lavras UFLA 2014.

LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**. São Carlos: Rima, 2000.

ROSA, D. A. S. **Sistema de produção de mudas pré-brotadas (mpb)** 7. 2013. 30 f. Monografia - (Especialização) - Curso de Gestão do Setor Sucro energético, Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências Agrárias, Sertãozinho, 2013. Cap. 1.

SILVA, M. C. L. DA.; SANTOS, C. D. G.; SILVA, G. S. DA. Espécies de Meloidogyne associadas a vegetais em microrregiões do estado do Ceará. **Revista Ciência Agrônômica Centro de Ciências Agrárias**, p. 710-719, 2016.

## AVALIAÇÃO DE DIFERENTES FORMAS DE APLICAÇÃO DE BIOESTIMULANTE NA CULTURA DO SORGO

ARAÚJO, Gabriel Pereira<sup>13</sup>;  
BATISTA, Paulo Sergio Cardoso<sup>14</sup>.

O sorgo (*Sorghum bicolor* L. Moench) pertence à classe das monocotiledôneas, família Poacea, apresenta sistema radicular profundo e ramificado, o que confere maior eficiência da absorção de água da solução do solo (BEZERRA, 2016). É uma planta que sofreu a intervenção do homem na domesticação da espécie transformando-a para satisfazer às necessidades humanas. Usual na alimentação animal, de grãos ou com palha residual para o sistema plantio direto. Sua importância na sucessão, em condições de Cerrado, advém de sua tolerância ao déficit hídrico (RODRIGUES FILHO et al, 2006). Bioestimulantes vegetais são definidos, segundo Jardim (2012), como substâncias e materiais, com a exceção de nutrientes e pesticidas, as quais, quando aplicados às plantas, sementes ou substratos em formulações específicas, têm a capacidade de modificar os processos fisiológicos das plantas buscando proporcionar benefícios potenciais para o crescimento, desenvolvimento e/ou resposta ao estresse. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a eficiência da utilização do bioestimulante na cultura do sorgo através da aplicação foliar, via semente e ambas em conjunto. O presente trabalho consistirá em uma pesquisa de campo que utilizará uma pesquisa exploratória realizada com abordagem quantitativa, adotando método hipotético-dedutivo que será instalado na casa de vegetação da FACTU, coberta com filme plástico transparente (0,5 micras) e fechada com tela com 50% de cobertura. As parcelas serão compostas de duas plantas conduzidas em vaso plástico com volume de 8 litros. Cada vaso será preenchido com substrato comercial à base de casca de pinus e fibra de coco. A adubação será realizada em cada vaso individualmente considerando a análise do substrato, as exigências do sorgo e o volume do vaso. Serão semeadas quatro sementes por vaso. Aos vinte dias após a semeadura será realizado um desbaste deixando duas plantas por vaso. Será utilizado o híbrido de sorgo granífero 1G245. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância (teste F), e quando significativos serão comparados pelo Teste de Tukey, a 5% de significância. As análises serão realizadas utilizando-se o programa estatístico SISVAR® (FERREIRA, 2013). Na primeira parte desta pesquisa serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura do sorgo, associados a bioestimulantes. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Sorgo. Rendimento. Enraizador.

### REFERÊNCIAS

- BEZERRA, B.M. **Avaliação da qualidade de sementes comerciais de sorgo disponibilizadas aos produtores rurais do Distrito Federal e entorno.** Brasília, 2016.
- FERREIRA, D. F. **Sisvar:** Sistema de análise de variância para dados balanceados. Lavras UFLA 2014.

<sup>13</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>14</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU. Doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- Campus JK (2018).

RODRIGUES FILHO, O. et al. Produção e composição bromatológica de quatro híbridos de sorgo forrageiro [*Sorghum bicolor* (L.) Moench] submetidos a três doses de nitrogênio. **Ciência Animal Brasileira**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 37-48, 2006.

JARDIN, P. du. **The Science of Plants Biostimulants – A bibliographic analysis**. *Report on Biostimulants*, 2012.

**CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS E COMPOSIÇÃO BROMATOLÓGICA DE DUAS CULTIVARES DE CAPINS DO GÊNERO *PANICUM MAXIMUM*: Cultivares Mombaça e Zuri.**

TORRES, Gladson Eudes Souza<sup>15</sup>  
SILVA, Norberto Rocha<sup>16</sup>

A produção pecuária brasileira tem as pastagens como principal fonte de alimentos para o rebanho bovino. Nos últimos 15 anos o capim mombaça tem sido a forrageira mais utilizada para formação de pastagens do Brasil, no entanto, com o melhoramento genético desenvolveu cultivares semelhantes que têm o propósito de apresentar melhores resultados. A cultivar BRS ZURI tem apresentado ótimos resultados ao incrementar a produtividade de volumoso aos animais em regime de pastagens (JANK et al, 2017). O presente artigo tem como objetivo avaliar as características agronômicas e bromatológicas das gramíneas mombaça e brs zuri no âmbito de avaliar o potencial entre ambas. O presente trabalho será realizado na Fazenda Alvorada, situada no município de Unaí-MG, será utilizado delineamento experimental em blocos inteiramente casualizados com 2 tratamentos e 9 repetições. As gramíneas serão cortadas em campo com 35 cm de altura para posterior avaliação de campo e a laboratorial. O presente trabalho justifica-se devido ao fato de ser amplamente utilizada no sistema de pastejo rotacionado e descobrir a diferença de produtividade entre ambas para indicar ao produtor a que mais adaptam-se as condições edafoclimáticas do Cerrado. Na primeira parte relatado sobre a importância do capim na produção de forragem na nutrição animal no Brasil. Na segunda parte do presente trabalho foi relatado sobre exigências nutricionais e agronômicas das cultivares BRS Zuri e Mombaça. O presente trabalho se encontra em andamento.

**Palavras-Chave:** Pecuária. Melhoramento Genético. *Panicum*.

### REFERÊNCIA

JANK, Liana; SANTOS, Mateus Figueiredo et al. **Novas alternativas de cultivares de forrageiras e melhoramento para a sustentabilidade da pecuária.** Embrapa Gado de Corte. Campo Grande MS, 2017. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1082385>>. Acesso em: 03 maio 2019.

<sup>15</sup> Acadêmico do 9º período de agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí –FACTU.

<sup>16</sup> Doutor em Ciências Animal pela UENF-Darcy Ribeiro, Mestre em Zootecnia pela UFVRRJ, Especialista em Docência do Ensino Superior pela UCM, Professor da disciplina de Zootecnia na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

## INFLUÊNCIA DO TAMANHO DA SEMENTE NO ARRANQUE INICIAL DA CULTURA DA SOJA

MACEDO, Jéssica Lorrany<sup>17</sup>

PERES Vanderlei Martins<sup>18</sup>

A soja (*Glycine max* L) é uma planta originária da Ásia, e seu centro de origem na China, é um grão rico em proteínas, tendo potencial consumidor tanto na dieta humana como na alimentação animal (MUNDSTOCK; THOMAS, 2005). Segundo Carvalho e Nakagawa (2000), o tamanho das sementes não influencia em sua capacidade de germinar e sim na quantidade de reserva e no vigor, pois a germinação depende de outros fatores, tais como a viabilidade da semente, as condições ambientais onde as mesmas se encontram, entre outros. O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da cultura da soja conforme o tamanho da semente, e avaliar qual das peneiras irá proporcionar uma vigorosa germinação e arranque inicial da planta. A pesquisa justifica-se pelo fato de que a reserva energética tem como função, alimentar a planta até a formação das primeiras folhas e raízes, para que assim ela possa retirar do solo e da luz os nutrientes necessários para seu desenvolvimento. Diante do exposto, o experimento buscará avaliar a resposta inicial da planta de soja em diferentes tamanhos de sementes, identificando qual terá melhor desenvolvimento. A metodologia adotada será uma pesquisa de campo exploratória, que se deu pelo fato de avaliar o arranque inicial da planta de soja se comparada ao tamanho da semente e sua reserva energética. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância, cujas medidas serão comparadas pelo software SISVAR e aplicado o Teste de Tukey a 5% de probabilidade. (PÁDUA et al, 2010). Na primeira parte da pesquisa serão abordados alguns aspectos importantes na cultura da soja, como a introdução no Brasil; melhores regiões de adaptação; produtividade; características físicas e morfológicas da cultura; condições climáticas; exigências nutricionais; reserva energética e como se dá à formação das sementes e suas características, em seguida a classificação das sementes. Na segunda parte será feito o peso mil sementes, plantio, análise e discussão dos resultados, que dará início no Laboratório de Análise de Sementes, em seguida na Casa de Vegetação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (FACTU). O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Semente. Reserva energética. Desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. **Sementes** - Ciência, Tecnologia e Produção. 4.ed. Jaboticabal: Funep, 2000.

MUNDSTOCK, C. M.; THOMAS, A. L. **Soja Fatores que afetam o crescimento e o rendimento de grãos**. Porto Alegre, RS, 2005.

PÁDUA, G. P. et al. Influência do tamanho da semente na qualidade fisiológica e na produtividade da cultura da soja. **Revista Brasileira de Sementes**. Londrina, PR, v.3, p. 09-16, set. 2010.

<sup>17</sup> Acadêmica do 9º período do curso de agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>18</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## ANÁLISE DA INOCULAÇÃO EM RELAÇÃO A ADUBAÇÃO NITROGENADA NO FEIJOEIRO-COMUM

MOTA JÚNIOR, José Geraldo da<sup>19</sup>  
RIBEIRO, Geancarlo Henrique<sup>20</sup>

O feijoeiro-comum (*Phaseolus vulgaris* L.) destaca-se pela sua qualidade nutricional, e sua importância excede o aspecto econômico, sendo fundamental à segurança alimentar e nutricional, especialmente para as classes mais carentes da população, além de representar um dos pilares da dieta brasileira (BARBOSA; GONZAGA, 2012). De acordo com Vieira; Paula Júnior; Borém (2006), a fixação biológica de nitrogênio, mediante a aplicação de inoculante é uma alternativa para adubos nitrogenados, desde que supra a necessidade exigida quanto ao nitrogênio para o desenvolvimento da cultura do feijoeiro. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre o desempenho agrônomico do feijoeiro-comum submetido à inoculação de produtos formulados em relação à adubação nitrogenada. A pesquisa justifica-se pela dimensão da demanda por alimentos, do elevado custo de produção e a busca de práticas sustentáveis no campo. Sob o ponto de vista acadêmico, sabe-se a importância da integração de microrganismos biológicos, objetivando o melhor manejo de fertilizantes nitrogenados, sempre visando às vantagens proporcionadas ao meio ambiente e ao produtor. Quanto à parte pessoal, este trabalho vai trazer mais conhecimento em relação às alternativas eficientes e sustentáveis para o manejo da cultura na prática. A metodologia adotada será uma pesquisa de campo experimental, com abordagem quantitativa, analisando-se as variáveis contínuas e discretas para realização do trabalho. Os dados obtidos serão sujeitos à análise de variância, as médias comparadas pelo teste de Scott-knott, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2011). Na primeira parte do trabalho, serão apresentados a importância do feijoeiro-comum no Brasil e no mundo, as características da cultura e seu manejo e um pouco sobre a cultivar escolhida para avaliação. Na segunda parte, apresenta-se a importância do nitrogênio para a cultura, sobre a fixação biológica de nitrogênio e os fatores limitantes ao processo. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Fixação biológica de nitrogênio. Inoculação. Feijoeiro-comum.

### REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. R.; GONZAGA, A. C. O. **Informações Técnicas para o cultivo do feijoeiro-comum na região Central-Brasileira**. Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA-CNPAC, 2012, 247 p. (Documentos, 272).
- FERREIRA, D. F. Sisvar: a computerstatisticalanalysis system. **Ciência e Agrotecnologia**. v. 35, p. 1039-1042, 2011.
- VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. **Feijão**. 2 ed. Viçosa, MG: Editora UFRV, 2006. 600 p.

<sup>19</sup> Acadêmico do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU;

<sup>20</sup> Mestre em Ciências Biológicas pela UCB e Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## RESUMO

SOUZA, José Henrique Ferreira<sup>21</sup>;  
ROCHA, Norberto Silva<sup>22</sup>.

Um dos inúmeros fatores que prejudicam a produtividade em cultivos no Brasil é o aparecimento de ervas daninhas que acabam por competir por fatores, como água, luz, gás carbônico e nutrientes com a cultura principal, acarretando em menores rendimentos e maiores custos de produção. A utilização de herbicidas tem sido o método de controle mais utilizado nos últimos tempos, em razão de suas inúmeras vantagens, como o não revolvimento do solo, a ausência de ferimentos em troncos e raízes e por sua execução poder ser feita, inclusive, em períodos chuvosos. Porém, de acordo com Petto Neto (2011), quando usado de forma inadequada podem ocorrer problemas como toxicidade ao homem e presença de resíduos no solo e na planta, por essa razão, diversos pesquisadores recomendam o uso de cobertura vegetal viva para proteger o solo. Para isso, as leguminosas são as espécies mais utilizadas, devido à possibilidade das mesmas de fixarem nitrogênio, serem ricas em compostos orgânicos e por possuírem sistema radicular profundo e ramificado. Dentre as espécies de leguminosas indicadas, a cunhã tem-se destacado por apresentar boa tolerância à seca em razão do seu sistema radicular ser profundo, por ser bastante aceitável, ter boa produtividade e ótimo valor proteico. Porém, apesar de tudo isso, seu cultivo é complicado em razão do aparecimento de ervas daninhas e por não haverem herbicidas específicos para serem utilizados nessa espécie de leguminosa. Visto isso, esse trabalho se justifica devido à pouca quantidade de estudos sobre a cultura utilizada, apesar de atualmente estar sendo muito utilizada pela agropecuária. Sendo assim, o presente trabalho terá como objetivo geral avaliar a tolerância da cunhã a um herbicida, por meio de um experimento realizado na Fazenda Experimental da Facisa, no período de abril a agosto de 2019, onde será feita uma contagem e identificação de ervas daninhas presentes na área, com intuito de comparar as etapas inicial e final do trabalho, sendo após isso aplicado um herbicida seletivo, de ação sistêmica, usado em pós-emergência, do grupo químico Imidazolinona na cunhã e os tratamentos serão: T0 = testemunha; T1 = 0,5l/há; T2 = 0,75l/há; T3 = 1,0l/há; T4 = 1,25l/há; e T5 = 1,5l/há e será avaliado ao final do experimento a mortalidade das ervas daninhas e o desenvolvimento da cunhã. Os dados coletados em campo serão tabulados e submetidos ao teste de regressão. As análises de regressão serão feitas pelo programa estatístico SISVAR 5.3. O presente trabalho encontra-se em fase de elaboração.

**Palavras-chave:** Leguminosas. Herbicidas. Ervas daninhas.

## REFERÊNCIA

PETTO NETO, A. Práticas culturais. In: RODRIGUES, O.; VIEGAS, F.; POMPEU JR, J.; AMARO, A. A. **Citricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: Fundação Cargill, 2011, v. 2, p. 476-492.

<sup>21</sup> Acadêmico do 9º período de Agronomia na Faculdade Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>22</sup> Mestre em Zootecnia pela UFRRJ; Doutor em Ciência Animal pela UENF – Darcy Ribeiro; Especialista em docência do Ensino Superior pela UCM; Professor da disciplina de zootecnia na Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## AVALIAÇÃO DA CULTIVAR GRÃO-DE-BICO SOB DIFERENTES DENSIDADES POPULACIONAIS E ADUBAÇÕES

MILANI, José Lucas Botter<sup>23</sup>  
RODRIGUES JR, Camillo<sup>24</sup>

Esta cultura se enquadra na família de leguminosas como uma das mais importantes em sistemas de agricultura sustentável, isto se dá devido ao seu baixo custo de produção, sua vasta adaptação climática, o seu uso em rotação de cultura e sua capacidade de fixação de nitrogênio atmosférico. O grão-de-bico pode ser cultivado no inverno em regiões tropicais ou na primavera e verão em regiões temperadas. Na região Centro-oeste do Brasil, a cultura se desenvolve bem no período seco de inverno, em locais de maiores altitudes, precisando de irrigação complementar. Elevadas temperaturas ou ocorrência de déficit hídrico diminuem o período de desenvolvimento vegetativo, acarretando maturação precoce, e perda na produção (NASCIMENTO W. M.; PESSOA, H. B. S. V.; GIORDANO, L. B, 1998). Caracteriza-se como uma das mais importantes dos grãos consumidos em todo o mundo, devido a quase não existir informações sobre tal cultura, tornando-se desta forma pouco popular no Brasil, o grão-de-bico, desde a safra de 2015, vem ganhando espaço, em um dos principais centros produtores do nosso país, como algumas regiões de Goiás. Devido a sua exigência hídrica ser baixa, tem crescido rapidamente sua produção, ganhando adeptos cultivadores, aumentando cada vez mais áreas de plantio, onde, pela primeira vez, o grão é cultivado em escala comercial (ARTIAGA et al, 2015). A pesquisa justifica-se devido à cultura não possuir grande abundância de informações sobre formas de cultivo eficientes, dosagens e formulações de adubos, densidades populacionais corretas visando alta produtividade e manejo da lavoura. Quanto à parte pessoal, este trabalho poderá proporcionar um maior domínio no manejo desta cultura. Sob o ponto de vista acadêmico, sabe-se a consequência disto para se produzir esse grão, sempre visando ao melhor aproveitamento da área e maior rentabilidade ao produtor, embasar futuras pesquisas e tomada de decisão mais assertivas, e contribuir com mais informações sobre tal cultura. A metodologia adotada será uma pesquisa de campo exploratória. Com uma abordagem quantitativa, adotando método hipotético-dedutivo, para cada parâmetro avaliado, os dados obtidos serão submetidos à análise de variância, e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2014). Na primeira parte da pesquisa, serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura do grão de bico, características e danos que porventura podem ser causados pela condução indevida desta cultura a campo, e possíveis alternativas para solução deste problema. Na segunda parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados que será realizada inicialmente nos Laboratórios Multidisciplinares de Análise de Sementes, Química e Microscopia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (FACTU). O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Grão de Bico. Leguminosa. Produtividade.

### REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, W. M.; PESSOA, H. B. S. V.; GIORDANO, L. B. Cultivo do Grão-de-Bico (*Cicer arietinum* L.). **Embrapa Hortaliças**. Instrução Técnica, 14. Brasília: Embrapa Hortaliças, 1998. 12 p.

<sup>23</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>24</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.



ARTIAGA, O. P. et al. Avaliação de genótipos de grão de bico em cultivo de sequeiro nas condições de Cerrado. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, v.10, n.1, p. 102-109, 2015.

FERREIRA, D. F. **Sisvar**: sistema de análise de variância para dados balanceados. Lavras: UFLA, 2014.

## DESEMPENHO AGRONÔMICO DE UMA CULTIVAR DE SOJA EM DIFERENTES POPULAÇÕES

OLIVEIRA, Kaique Júnior Orílio de<sup>25</sup>

BATISTA, Paulo Sérgio Cardoso<sup>26</sup>

A soja (*Glycine max* L.) está entre as principais culturas do Brasil. É uma oleaginosa cujos grãos são fonte de matéria-prima destinada para produção de rações e concentrados utilizados na alimentação animal, produção de óleos para consumo humano, entre outros subprodutos. Sua produção vem atingindo grande relevância nos últimos tempos no agronegócio, em razão do aumento da área cultivada e também pelo incremento no seu rendimento, derivado das inovações tecnológicas, como cultivares com elevado potencial genético, resistência a pragas e doenças e novas fontes de insumos que favoreceram o aumento no rendimento dos grãos. Porém, para Guimarães et al. (2008), o rendimento da cultura é determinado pela interação entre a planta, o ambiente em que a mesma está implantada e o manejo empregado, sendo assim, os altos rendimentos só são obtidos quando as condições ambientais são favoráveis em seus estádios de crescimento. A população de plantas na soja vem sendo estudada desde o início do cultivo dessa espécie. Tanto a redução quanto o aumento na população de plantas, quando comparados com a população indicada pelo fabricante ou na busca por uma população ideal, são questões que devem ser bem analisadas, em razão das características intrínsecas ao genótipo e as condições ambientais serem variáveis e interferirem de maneira direta e significativa nos resultados. Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo geral avaliar o desempenho agronômico da cultivar de soja DS 7417 IPRO em quatro diferentes populações através de um experimento realizado na Fazenda Morada Nova, no município de Unai no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, onde serão testados 5 populações de plantas diferentes (240.000; 280.000; 320.000; 360.000 e 400.000 plantas ha<sup>-1</sup>). O delineamento experimental será o de blocos ao acaso, com quatro repetições. As características avaliadas serão altura de plantas, massa cem grãos, produtividade, massa seca da parte aérea. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância e, quando significativos, será realizada a análise de regressão para comparação das populações de plantas. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavra-chave:** *Glycine max* L. Densidade de plantas. Produtividade.

### REFERÊNCIA

GUIMARÃES, F. S. et al. Cultivares de soja (*Glycine max* L.) para cultivo de verão na região de Lavras-MG. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 32, n. 04, p. 1099-1106, 2008.

<sup>25</sup> Acadêmico do X período do curso de Agronomia na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>26</sup> Graduado em Agronomia pelo IFECT-MG; Mestre em Produção Vegetal no Semiárido pela UEMC; Doutor em Produção Vegetal pela UFVJM; Professor no curso de Agronomia na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## AVALIAÇÃO DA UNIFORMIDADE DE IRRIGAÇÃO EM DOIS TIPOS DE EMISSORES EM PIVÔ CENTRAL NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR

SOARES, Lucinaldo Santos<sup>27</sup>  
BATISTA, Paulo Sérgio Cardoso<sup>28</sup>

Ocorreu um crescimento no uso da água devido aumento da população e de atividades produtivas, que somando com a degradação dos corpos hídricos levou à escassez de água em várias partes do mundo. Esta situação tem influenciado a população a mudar seu modo de agir, sendo assim na agricultura irrigada buscam reduzir o consumo de água e otimizar os sistemas de irrigação. (SILVA et al, 2012). O presente trabalho tem como objetivo avaliar a uniformidade de irrigação em dois tipos de emissores, I-Wob e Super Spray, em pivô central na cultura da cana-de-açúcar. Portanto, será realizado utilizando a pesquisa experimental, de caráter quantitativo e como base o método hipotético-dedutivo, onde se verificará a eficiência de aplicação, o coeficiente de uniformidade de Christiansen e coeficiente de uniformidade de distribuição em pivôs centrais com dois tipos de emissores. Na primeira parte deste trabalho, será feito um levantamento sobre a cana-de-açúcar abordando origem e importância, classificação taxonômica, épocas de plantio e como está sua produção no Brasil. Na segunda parte, será abordada sobre a irrigação, na qual será falado sobre a origem, importância, área irrigada e os principais métodos de irrigação, onde será descrito um pouco sobre cada diferente tipo de sistemas de irrigação o que possibilitará uma análise das características de cada um. O trabalho ainda está em andamento.

**Palavras-Chave:** Eficiência. Irrigação. Uniformidade.

### REFERÊNCIA

SILVA, L. P. et al. Desempenho de gotejadores autocompensantes com diferentes efluentes de esgoto doméstico. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande, PB, v. 16, n. 5, p. 480-486, 2012.

---

<sup>27</sup> Acadêmico do 9º período do curso de agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>28</sup> Professor do curso de agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutor em Produção Vegetal pelo UFVJM. Mestre em Produção Vegetal no Semiárido pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

## UTILIZAÇÃO DE *Trichoderma* spp. EM ALFACE HIDROPÔNICA

PEREIRA, Maykel André<sup>29</sup>  
DIAS, Sônia Cristina Jacomini<sup>30</sup>

A alface *Lactuca sativa* L. é uma planta anual originária das regiões de clima temperado. É uma das hortaliças mais consumidas no Brasil e no mundo (HENZ, SUINAGA, 2009). Devido à escassez de água no mundo, o cultivo hidropônico apresenta-se como uma alternativa sobre o cultivo convencional, com várias vantagens, tais como, aumento da produtividade, aumento da qualidade, menor gasto de água, e não agride o meio ambiente (PAULUS, et al., 2012). Os microrganismos benéficos utilizados na agricultura possuem a capacidade de melhorar a germinação, crescimento e a produção. Dentre eles, destacam-se *Trichoderma* spp. que promovem o crescimento radicular, possibilitando a solubilização dos nutrientes para planta, e também como controle biológico, devido à demanda de produtos sem agrotóxicos, pois possuem potencial antagonista a diversos fungos fitopatogênicos, mecanismos de ação, como produção de metabólitos, enzimas antifúngicas, hiperparasitismo, além de atuarem como promotor de crescimento (LUCON, 2009). Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o desempenho da utilização de *Trichoderma* spp. no cultivo de alface sob o sistema hidropônico e justifica-se pela exigência dos consumidores, por uma planta de visual de excelência, aumentando-se a área foliar da planta, agregando-se valor no produto, com isso proporcionando um maior interesse do consumidor. Esta pesquisa visa a um entendimento mais aprofundado de técnicas, que no futuro possam ser implantadas no campo para aumentar a oferta de produtos de qualidade no mercado. Será uma pesquisa de campo, do tipo exploratório, para a avaliação dos tratamentos utilizados com *Trichoderma* spp. associados ou não a um bioestimulante na cultura de alface, em uma abordagem quanti-qualitativa, com utilização de análises estatísticas e, posteriormente, comparada com a teoria de outros autores sobre o assunto abordado neste trabalho. O método utilizado será uma pesquisa de campo do tipo exploratória, o experimento será desenvolvido em estufas hidropônicas, do tipo sistema fechado. A semeadura será realizada em espumas fenólicas e posteriormente as mudas serão transplantadas para bancadas. Serão utilizadas 4 bancadas com 9 fileiras cada, totalizando 36 repetições e 345 plantas por bancada mais o padrão comumente cultivado na estufa, em 5 tratamentos (T1 – Testemunha absoluta, T2 – *Trichoderma* A, T3 – *Trichoderma* B, T4 – *Trichoderma* A + bioestimulante e T5 – *Trichoderma* B + bioestimulante). O delineamento experimental será o de blocos casualizados. Serão avaliados a altura da planta, diâmetro do caule, comprimento da raiz e peso molhado. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância e médias, comparadas pelo Teste Tukey, a 5% de probabilidade, usando o software ASSISTAT 7.7 beta 2016. Na primeira parte desta pesquisa, serão abordados os aspectos gerais e a importância econômica da cultura da alface, características do sistema hidropônico e os benefícios da utilização de *Trichoderma* spp. e bioestimulantes neste cultivo. Na segunda parte, apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada em propriedade particular, no município de Unaí, Minas Gerais. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** *Lactuca sativa*. Hidroponia. Microrganismos.

### REFERÊNCIAS

<sup>29</sup>Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>30</sup>Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU. Mestre em Ciências Genômicas e Biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB).

LUCON, C.M.M. Promoção de crescimento de plantas com o uso de *Trichoderma* spp. **Infobibos**-Informação Tecnológica, 2009. Disponível em :<[http://www.infobibos.com/artigos/2009\\_1/trichoderma/](http://www.infobibos.com/artigos/2009_1/trichoderma/)> Acesso em: 05 mar. 2019

HENZ, G. P.; SUINAGA, F. Tipos de alface cultivado no Brasil. **Comunicado Técnico 75**. Brasília, DF: nov. 2009. Disponível em:<<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/783588/1/cot75.pdf>> Acesso em :04 mar. 2019.

PAULUS et al. Crescimento, consumo hídrico e composição mineral de alface cultivada em hidroponia com águas salinas. **Rev. Ceres**. v.59, n.1 Viçosa: jan.-fev. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-737X2012000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-737X2012000100016)> Acesso em 04 mar. 2019.

**INFLUÊNCIA DE DIFERENTES AGENTES DE BIOCONTROLE NO PROCESSO GERMINATIVO DE SEMENTES E MANEJO DE *Meloidogyne javanica* NA CULTURA DE SOJA**

CARVALHO, Mirella Tayná Pereira Carvalho<sup>31</sup>  
CNOSSEN, Elismar de Jesus Nunes<sup>32</sup>

A soja (*Glycine max (L.) Merrill*) é uma dicotiledônea pertencente à família Fabaceae originária da Ásia. Atualmente a produção dessa oleaginosa encontra-se entre as atividades econômicas que apresentaram crescimentos mais expressivos nas últimas décadas. Porém, apesar do crescente aumento em produtividade apresentado pela cultura nas últimas safras, diversas pragas e doenças têm demonstrado serem fatores limitantes à produção. Entre as pragas que afetam a cultura, destacam-se os nematoides, cujas diferentes espécies são consideradas entraves no cultivo de soja em praticamente todas as regiões do mundo (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011). Conforme Dias et al (2010), mais de 100 espécies de fitonematoides, distribuídas em 50 gêneros, têm sido encontradas associadas ao cultivo da soja, cujas perdas médias são estimadas em 30%, e, em alguns casos, comprometendo toda a produção. Dentre as principais práticas para o controle de nematoides, destacam-se o uso de cultivares resistentes, rotação de culturas, controle químico e o controle biológico. Todavia, o controle químico tem seu uso cada vez mais limitado devido a sua alta toxicidade, ao risco de contaminação ambiental, ao alto custo e à baixa eficácia de controle após repetidas aplicações. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo avaliar a influência de diferentes agentes de biocontrole no processo de germinação de sementes e no manejo de *Meloidogyne javanica* na cultura de soja. A pesquisa justifica-se devido aos problemas causados pelos nematoides na agricultura e a necessidade de minimizar a utilização de nematicidas químicos, que, por sua vez, apresentam altos custos e grandes riscos de contaminação humana e ambiental. No aspecto pessoal, este, contribuirá ao perfil profissional da pesquisadora, que, a partir dos resultados obtidos poderá fazer aplicações práticas em seu ambiente de trabalho. A metodologia adotada será a pesquisa experimental quantitativa e como base o método hipotético-dedutivo, buscando o teste de hipóteses já pré-formuladas para a averiguação através da dedução. Os dados serão submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo Teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade. A análise de variância e os testes estatísticos serão auxiliados utilizando-se o software Sisvar versão 5.6 (FERREIRA, 2014). Na primeira parte desta pesquisa, serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura de soja, características e danos causados por fitonematoides e principais métodos de controle, destacando o controle biológico. Na segunda parte, apresentam-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada inicialmente nos Laboratórios Multidisciplinares de Análise de Sementes, Química e Microscopia da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unai (FACTU) e, posteriormente, em casa de vegetação. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Soja. Manejo. *Meloidogyne javanica*.

## REFERÊNCIAS

<sup>31</sup> Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>32</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).

DIAS, W.P. et al. Nematoides em soja: Identificação e Controle. **Embrapa Soja**. Londrina: Circular Técnica, 2010. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/soja/busca-de-publicacoes/-/publicacao/854178/nematoides-em-soja-identificacao-e-controle> >. Acesso em: 29 abr. 2019

FERREIRA, D. F. **Sisvar**: sistema de análise de variância para dados balanceados. Lavras: UFLA, 2014

SILVA, A. C.; LIMA, E. P. C.; BATISTA, H. R. A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação. In: V Encontro de Economia Catarinense, 2011, Florianópolis, SC. **Anais**. Florianópolis: UNESC, 2011

## CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INICIAL DO TOMATEIRO SOB TRATAMENTO COM AMINOÁCIDOS

SILVA, Murilo Caldeira e<sup>33</sup>  
RODRIGUES JR., Camillo<sup>34</sup>

Dentre as olerícolas, o tomateiro é a espécie mais importante no Brasil, do ponto de vista econômico, pelo volume da produção e, do ponto de vista social, pela geração de empregos diretos e indiretos. São cerca de 4 (quatro) milhões de propriedades que cultivam o tomateiro, e isso gerou uma produção de quase 110 (cento e dez) milhões de toneladas de tomates (MAKISHIMA; MELO, 2004). O presente trabalho terá como objetivos gerais estabelecer o efeito da aplicação de aminoácido comercial no índice de qualidade de desenvolvimento do tomateiro; analisar o efeito da aplicação do aminoácido comercial sobre a altura de planta; número, comprimento e largura da folha; determinar a influência da aplicação do aminoácido comercial sobre o diâmetro do caule; o comprimento e volume de raiz; dimensionar a área foliar; a massa verde e seca total, raiz e parte aérea do tomateiro; dimensionar o índice de qualidade de desenvolvimento do tomateiro. O trabalho consistirá em uma atividade de campo que utilizará uma pesquisa exploratória realizada com uma abordagem quantitativa adotando método hipotético-dedutivo. O experimento será conduzido a campo, em 2019, na Fazenda Macaúbas da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola), coordenadas geográficas 16° 32' 25" de latitude sul e 46° 50' 46" de longitude oeste, com altitude média de 620 m, em relevo com declividade média de 0,5%. O uso de aminoácidos é uma opção importante para ser empregado na adubação, pois podem aumentar a absorção e o transporte de nutrientes que apresentam baixa mobilidade, uma vez que as biomoléculas sequestram os nutrientes, formando complexos que proporcionam alta disponibilidade biológica, alta estabilidade e solubilidade e, desta forma, aumentam a absorção via foliar ou radicular, bem como o transporte deste nutriente para toda a planta. É importante ressaltar que comumente os produtos à base de aminoácidos são combinados com macro e micronutrientes, não sendo possível isolar o efeito dos aminoácidos sobre a produtividade da cultura em que tal produto foi aplicado, devendo ser considerado o efeito do produto comercial. Em vista disso a questão fundamental deste trabalho é: Como a aplicação de produto a base de aminoácidos afetará o desenvolvimento inicial de mudas de tomate do tipo cereja? Este trabalho é de grande importância por ser um tema muito estudado atualmente, e o emprego do aminoácido na nutrição da planta do tomateiro pode vir a ser de grande utilidade no valor comercial do produto, bem como no valor nutricional do mesmo na dieta da população, fazendo com que a planta em sua fase inicial possa se desenvolver bem. O trabalho está em fase de execução e até o momento da apresentação deste banner, ainda não foi possível avaliar qualquer resultado.

**Palavras-chave:** Tomateiro. Aminoácidos. Tomate cereja.

### REFERÊNCIAS

MAKISHIMA, N.; MELO, W. F. O rei das hortaliças. **Revista Cultivar Hortaliças e Frutas**, n. 29, p. 28-32. 2004. Disponível em:  
<[https://www.grupocultivar.com.br/ativemanager/uploads/arquivos/artigos/hf29\\_rei.pdf](https://www.grupocultivar.com.br/ativemanager/uploads/arquivos/artigos/hf29_rei.pdf)>.  
Acesso: 04 mar. 2019.

<sup>33</sup> Acadêmico do 9º período do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>34</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.



## EFEITO DE DOSES DE POTÁSSIO NA CULTURA DE PAINÇO PORTUGUÊS EM UNAÍ-MG

GODINHO, Paulo Henrique Silva<sup>35</sup>  
RODRIGUES JR., Camillo<sup>36</sup>

Dentre os princípios básicos do Sistema de Plantio Direto estão a rotação de culturas e a cobertura permanente do solo. Essas práticas favorecem o aumento do teor de matéria orgânica do solo; melhora a agregação e estruturação do solo, diminuem os processos erosivos; aumentam a atividade e diversidade biológica; reduzem a incidência e severidade de pragas e doenças; e a infestação de plantas daninhas (FRANCHINNI et al, 2011). A escolha das plantas para poder rotacionar o sistema de cultivo depende da sua maior velocidade de crescimento e rusticidade relacionados ao clima e problemas fitossanitários. Deve também gerar produção de massa verde ou seca com boa produtividade de grãos, trazendo assim melhorias no sistema solo-planta e lucro pela utilização na industrialização, alimentação humano ou animal (GARCIA, 2016). O presente estudo justifica-se devido à importância que o manejo correto da adubação para garantir ao produtor produtividade com a maior eficiência do uso dos fertilizantes e isso gerará maior rentabilidade, desta forma é necessário, mesmo no cultivo do painço português, determinar qual a quantidade de adubação ideal para se obter o máximo de produtividade. A busca de culturas alternativas para plantio fora das épocas ideais também é importante para diversificar a renda do agricultor familiar, por isto comprovar a viabilidade agrônômica da cultura do painço português, que é um grão consumido por aves, já que pode ser comercializado na própria região, é fundamental. Profissionalmente esta pesquisa trará um aumento no conhecimento e prática da adubação potássica, não só no painço, como em outras gramíneas e pastagens. Academicamente, sabe-se que a adubação é o trato cultural responsável pelo desenvolvimento das plantas e suas consequências para a produção de grãos, sempre visando trabalhar as quatro medidas que levam ao uso eficiente dos fertilizantes, os 4Cs, fonte, dose, época e local certo, isto tudo para evitar desperdícios, ou causar impactos negativos na natureza como eutrofização. O presente trabalho tem como intuito mostrar a importância do manejo correto das adubações potássicas. Terá como objetivo geral estabelecer o efeito de diferentes doses de adubação potássica em diferentes estádios de desenvolvimento do painço português na produtividade de grãos. Ademais consistirá em uma pesquisa de campo que utilizará uma pesquisa exploratória realizada com uma abordagem quantitativa adotando método hipotético-dedutivo. Para cada parâmetro avaliado, os dados obtidos serão submetidos à análise de variância, e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2014). Na primeira parte do trabalho, encontra-se o referencial teórico que apresenta as características fisiológicas, históricas e a importância do painço português, assim como a importância do potássio para cultura. Na segunda parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada na Escola Agrícola de Unaí. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Painço. Dose. Potássico.

### REFERÊNCIAS

<sup>35</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>36</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

FERREIRA, D. F. **Sisvar**. Sistema de análise de variância para todos balanceados. Lavras. UFLA, 2014.

FRANCHINI, J. C. et al. **Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná**. Londrina: Embrapa Soja, 2011. 52 p. (Embrapa Soja. Documentos, 327). 2017.

GARCIA, E. **Indicadores de produtividade do painço (*Panicum miliaceum L.*) em função da época e dose de nitrogênio**. 2016. 37 f. Trabalho de Conclusão de curso - (Agronomia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, RS. 2016.

## INOCULAÇÃO DE BRACHIARIA COM *Azospirillum* ASSOCIADO A DIFERENTES DOSAGENS DE NITROGÊNIO

SILVA, Ricardo Mendes<sup>37</sup>  
PERES, Vanderlei Martins<sup>38</sup>

*Brachiaria* oferece forragem para os rebanhos e além disso, melhora a estrutura do solo, na consorciação com a cultura do milho e do café, pode viabilizar mais equilíbrio ao solo e consequentemente atingir elevados ganhos de produtividade das culturas em que estão sendo consorciadas. A braquiária tem origem africana e foi introduzida no Brasil em meados dos anos 60 na região Amazônica, expandindo-se para todas as regiões tropicais e subtropicais do Brasil. (CALDAS, 2018). A bactéria *Azospirillum brasilense* tem o benefício de proporcionar uma produção com menor custo sem degradar o ambiente (FACIOLI, 2015). É uma bactéria que traz benefícios para a cultura, como por exemplo, fixação biológica de Nitrogênio, aumento da redutase do nitrato quando crescem endorficamente nas plantas, produção de hormônios vegetais, atua como controle biológico de patógenos. Com base nisso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o efeito da inoculação de *Azospirillum brasilense* na cultura da *Brachiaria* sob diferentes dosagens de nitrogênio tendo como fonte ureia. O experimento será conduzido em Unaí-MG, em casa de vegetação, na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU). O experimento será conduzido em Delineamento de Blocos Casualizados, posteriormente, os resultados serão submetidos ao Teste de Tukey a 5% de probabilidade, com software SISVAR. Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se a cultura da *Brachiaria*, sua importância, necessidades e apresentação de gênero. Na segunda parte, terá o objetivo de avaliar desenvolvimento da *Brachiaria* com a influência da bactéria *Azospirillum brasilense* sobre diferentes dosagens de nitrogênio. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** *Azospirillum*. Nitrogênio. Pastagens.

### REFERÊNCIA

CALDAS, Juliana. **Braquiária muito além da alimentação animal**. EMBRAPA, Brasília, DF, 05 fev. 2018. Disponível em: <<http://old.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct01/02botanica.html>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

FACIOLI, Pedro Henrique. **Uso de *Azospirillum brasilense* em pastagem estabelecida de *Brachiaria brizantha* cv. Marandu associada a diferentes doses de nitrogênio**. Uberlândia MG, 2015 Disponível em: <<http://www.iciag.ufu.br/sites/iciag.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/USO%20DE%20Azospirillum%20brasilense%20EM%20PASTAGEM%20ESTABELECIDADA%20DE%20Brachiaria%20brizantha%20CV.%20MARANDU%20ASSOCIADA%20A%20DIFERENTES%20DOSES%20DE%20NITROG%C3%8ANIO.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>37</sup> Acadêmico do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>38</sup> Professor do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## PRODUTIVIDADE DO MILHO CRIOULO EM FUNÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL

PAULA, Rodrigo Teixeira de<sup>39</sup>;  
JUNIOR, Camillo Rodrigues<sup>40</sup>.

O milho é um dos cereais mais conhecidos no mundo, trabalhos científicos indicam que sua origem se deu na área central do México. Quando descoberta a primeira variedade selvagem, neste caso, milho crioulo, era menos produtivo, necessárias incansáveis pesquisas e investimentos para alcançar o patamar de produtividade atual, para tanto, foram desenvolvidas técnicas como, sistemas de plantios, melhoramento genético, hibridação, melhoramento em maquinários, tecnologia de alta precisão, produtos fitossanitários para controle de patógenos, entre outros (ANTUNES, 2017). Conforme Nass et al (1993), a busca por conhecimentos mais aprofundados tanto em quantidade como em qualidade sobre a cultura do milho crioulo é intensa, devido à grande pressão por produzir cada vez mais na mesma área em somado à competitividade que força os pesquisadores a desenvolverem novo cultivares, também, devido à pressão de pragas, pois quando o manejo é feito inadequado ocasiona a perda da resistência das cultivares forçando a busca de novos híbridos que sejam tolerantes. O presente trabalho tem por objetivo verificar qual espaçamento, melhor resultado na cultura do milho crioulo, em função da produtividade, proporcionando à planta máximo desenvolvimento em todos os seus estádios fenológicos. A pesquisa se justifica-se diante da importância e das vantagens, que podemos retirar em produtividade fazendo o manejo correto do milho garantindo ao produtor maior rentabilidade, desta forma se faz necessário, dimensionar bem a lavoura para obter o máximo desta cultura. No que tange à parte pessoal, este trabalho poderá trazer maior domínio no manejo desta cultura na prática. Sob o ponto de vista acadêmico, sabe-se a consequência disto para a produção de grãos, sempre visando ao melhor aproveitamento da área e maior rentabilidade ao produtor, embasando futuras pesquisas e tomada de decisão mais assertiva. A metodologia adotada será uma pesquisa de campo exploratória. Com uma abordagem quantitativa, adotando método hipotético-dedutivo, para cada parâmetro avaliado, os dados obtidos serão submetidos à análise de variância, e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2014). Na primeira parte da pesquisa serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura do milho, características e danos que porventura podem ser causados pelo espaçamento, e possíveis alternativas para solução deste problema. Na segunda parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados que será realizada inicialmente nos Laboratórios Multidisciplinares de Análise de Sementes, Química e Microscopia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU). O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Milho. Densidade. Crioulo.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. M. **Espaçamento reduzido no milho**: transferência de tecnologia. 2017. Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária-(EMBRAPA). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26329725/espacamento-reduzido-no-milho>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

<sup>39</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>40</sup> Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

PATERNIANI, E.; NASS, L.L.; SANTOS, M.X. O valor dos recursos genéticos de milho para o Brasil: uma abordagem histórica da utilização do germoplasma. In: UDRY, C.W.; DUARTE, W. (org.). **Uma história brasileira do milho**: o valor dos recursos genéticos. Brasília: Paralelo 15, 2000. p.11-41.

## INFLUÊNCIA DO TAMANHO DA SEMENTE NO DESENVOLVIMENTO DO MILHO

NERY, Ruan Pedro Prado<sup>41</sup>  
BATISTA, Paulo Sérgio Cardoso<sup>42</sup>

O milho (*Zea mays L.*) pertence à família Poaceae e é uma das principais espécies cultivadas no mundo. É de suma importância econômica, pois seus grãos são utilizados tanto na alimentação humana como na alimentação animal. Ademais, é uma planta que apresenta elevado potencial produtivo (CRUZ et al, 2010; BARAVIERA et al, 2014). Segundo Carvalho e Nakagawa (1999), as sementes de maior tamanho ou aquelas que apresentam maior densidade são aquelas que possuem, normalmente, embriões bem formados e com maiores quantidades de reservas, potencialmente, as mais vigorosas. Em algumas espécies de milho o tamanho das sementes é indicativo de sua qualidade fisiológica, pois quando apresentam tamanhos menores, tendem a apresentar menores valores de germinação e vigor, quando comparadas as de tamanhos maiores (BIRUEL; PAULA; AGUIAR, 2010). O objetivo do trabalho será avaliar o efeito do tamanho de sementes no desenvolvimento e produção do milho. O presente trabalho justifica-se pelo fato de que as sementes de milho são diferentes, pois apresentam distintos tamanhos da base e do ápice da espiga, o que faz necessário um conhecimento fisiológico de cada parte, assim necessário à classificação das sementes antes do plantio. O trabalho será realizado na fazenda Morada Nova, localizada no município de Unaí-MG, com coordenação geográfica 16°33'14" de latitude sul e 46°52'56" de longitude oeste, com elevação de 640 metros, no período de 17/05/2019 a 26/09/2019. Será realizado com uma abordagem quantitativa, medindo e comparando desenvolvimento inicial, tamanho da planta, massa seca, massa de cem grãos, produtividade adotando método hipotético-dedutivo, considerando que o tamanho de massa da reserva energética pode influenciar positivamente ou não ser significativo no desenvolvimento da planta. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância pelo teste F e quando significativos serão comparados pelo Teste de Tukey, a 5% de significância. Na primeira parte dessa pesquisa serão abordados os aspectos gerais, importância da cultura do milho, classificação das sementes, reserva energética e ecofisiologia do milho. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Semente. Fisiologia. *Zea mays L.*

### REFERÊNCIAS

BARAVIERA, C. M. C. et al. Avaliação de propriedades físicas de grãos de híbridos de milho. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, v.10, n.19, p. 291-297, 2014.

CRUZ, J. C. et al. Cultivo do Milho. **Embrapa Milho e Sorgo Sistemas de Produção**.ed, 2010

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. Testes de vigor baseados no desempenho das plântulas. In: KRZYZANOWSKI, F.C.; VIEIRA, R.D.; FRANÇA NETO, J.B. (ed.). **Vigor de sementes: conceitos e testes**. Londrina: ABRATES, 1999. cap.2.1, p.2.24.

<sup>41</sup>Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí;

<sup>42</sup>Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU. Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK (2018).

BIRUEL, R.P.; PAULA, R.C.; AGUIAR, I.B. Germinação de sementes de *Caesalpinialeiostachya*(benth.) Ducke (pau-ferro) classificadas pelo tamanho e pela forma. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 2, p. 197-204, 2010.

## SUSCETIBILIDADE DA CULTURA DO FEIJÃO NA EVOLUÇÃO DA PLANTA COM O USO DE FERTILIZANTE MINERAL MISTO

MACHADO, Samuel Luciano Ferrão <sup>43</sup>  
PERES, Vanderlei Martins <sup>44</sup>

O cultivo do feijão é uma prática comum em todo o mundo, é de suma importância econômica e socialmente. Sua produção é importante no Brasil e no mundo por ser um alimento acessível, que se tornou a base da alimentação proteica para os seres humanos (BROUGHTON et al.,2003). Atualmente o mercado feijoeiro está repleto de exigências. A preferência dos consumidores de feijão está ligada à forma, ao tamanho, ao brilho e à cor de grãos (VENTURELLI et al.,2014). A partir dessa ótica e da sustentabilidade da planta em relação a alguns fatores físicos e biológicos da área em que será produzida, uma das indagações atuais é se realmente o uso de protetor solar pode intervir na produção de forma a contribuir para uma evolução benéfica da cultura, quais as possíveis influências que este produto pode intervir na cultura na valorização do grão, além de gerar rentabilidade para o produtor cultivar o feijão. O experimento tem por objetivo verificar se o uso de protetor solar na cultura do feijoeiro irá intervir na evolução da planta no quesito de quantidade de grãos por vargem, no peso de cem grãos e na altura da planta. A justificativa de tal alicerce é pelo motivo da intervenção de fatores físicos e biológicos que podem influir na planta. Será realizado na fazenda Veredas, em cabeceiras-Go. O feijão que será usado em teste será o BRS do estilo do grupo carioca, será plantado por uma plantadeira 12 linhas. O solo no qual será plantado o feijoeiro terá uma cobertura da cultura anterior de milho e depois será conduzida irrigação por modo de aspersão. O experimento conterà um total de 5 tratamentos e cada tratamento terá 5 repetições, totalizando 25 parcelas. Cada parcela terá um tamanho de 5m x 5m, tendo um espaçamento de 5m x 5m entre cada repetição e será distribuído em uma área de 45m x 65m, ao acaso, sendo feitas as marcações de cada tratamento, 20 dias após o plantio do feijão. A avaliação do primeiro dado será feita com o feijoeiro com total florescimento, será feito o recolhimento de 5 plantas, averiguando e mensurando a altura das plantas. O segundo dado será feito após o enchimento dos grãos, onde também serão recolhidas 5 plantas ao acaso e será feita a média de grãos por vagens. O terceiro dado será quando a planta atingir o seu maturamento fisiológico, sendo recolhidas 5 plantas e feita a estimativa de produção. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavra-chave:** Feijão, suscetibilidade, influência.

### REFERÊNCIA

BROUGHTON, W. J.; HERNÁNDEZ, G.; BLAIR, M.; BEEBE, S.; GEPTS, P.; VANDERLEYDEN, J. Beans (*Phaseolus* spp.) – leguminosas alimentares modelo. **Planta e Solo**, p. 55-128, 2003.

VENTURELLI, G. L.; BROD, F. C.; ROSSI, G. B.; ZIMMERMANN, N.; F.; OLIVEIRA, J. P.; FARIA, J. C.; ARISI, A. C. A Referência endógena específica para quantificação de DNA

<sup>43</sup>Aluno acadêmico do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>44</sup>Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU



de feijoeiro geneticamente modificado (*Phaseolus vulgaris L.*) por PCR em tempo real visando o gene da lectina. **BioTecnologia Molecular**, v. 56, n. 11, p. 1060-1068, 2014.

## DESENVOLVIMENTO INICIAL DE VARIEDADES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE UNAI-MG

OLIVEIRA, Valdenio Francisco Silva<sup>45</sup>;  
BATISTA, Paulo Sérgio Cardoso<sup>46</sup>.

O cultivo da cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) vem se expandindo por todo país, devido à enorme contribuição socioeconômica que representa sua exploração. Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, o que corresponde a aproximadamente 42% da produção da mundial (CONAB, 2017). A produtividade da cana-de-açúcar é regulada por diversos fatores de produção, tais como: planta, práticas culturais, controle de pragas e doenças. Muitos fatores concorrem para a produtividade da cana, mas um ambiente de produção adequado a cada variedade permite a sustentabilidade da cultura ao longo de muitos anos. Com base no desenvolvimento inicial da cana-de-açúcar, através da qualificação do ambiente de produção, expresso pela rapidez de brotação, perfilhamento e crescimento inicial dos colmos, com maior ocupação da planta na área, melhor será o aproveitamento das condições benéficas às plantas e menor terá infestação de plantas indesejáveis (FIGUEIREDO, 2008). Dessa forma, é de suma importância o conhecimento da adaptação de diferentes variedades comerciais da cana-de-açúcar em cada ambiente, com associação do tipo de manejo agrícola e a época de corte no decorrer da safra, buscando o aumento da produtividade e a obtenção de características exigidas pelo setor sucroenergético. O presente trabalho tem por objetivo avaliar o desenvolvimento vegetativo inicial de variedades de cana-de-açúcar de ciclo de maturação média (CTC4, RB867515, SP801816 e SP801842) no município de UNAI-MG. A pesquisa justifica-se devido à necessidade de adaptação na operação de plantio da cana-de-açúcar e para que possibilite um bom desenvolvimento da cultura. Estudar a cultura e os fatores que interferem na produção e qualidade desta irá promover informações que poderão contribuir para adequar um melhor sistema de plantio nos específicos tipos de mudas em solo único do tipo latossolo vermelho distrófico. Para a realização do trabalho, será utilizada a pesquisa experimental, de caráter quantitativo e qualitativo, com base no método hipotético-dedutivo, será analisado a uniformidade do plantio e germinação da cana-de-açúcar. O delineamento experimental utilizado será em blocos casualizados com quatro tratamentos, experimento composto de quatro repetições: as cultivares (CTC4, RB867515, SP801816 e SP801842). Os dados obtidos a partir das avaliações serão tabulados e submetidos à análise de variância, sendo as médias comparadas pelo Teste de Tukey a 5% de significância. Na primeira parte desta pesquisa, serão abordadas a origem, história e classificação taxonômica da cana-de-açúcar, variedades, ambiente de cultivo além dos tipos de irrigação e sua importância. Na segunda parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada na fazenda Três Rios, área localizada na região do município de Unai, Minas Gerais. O Presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar. Desenvolvimento. Variedades.

### REFERÊNCIAS

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira-cana-de-açúcar, safra 2017/2018**. Primeiro levantamento, abr. 2017. Disponível em:

<sup>45</sup>Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>46</sup>Professor do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK (2018).

<[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17\\_04\\_20\\_14\\_04\\_31\\_boletim\\_cana\\_portugues\\_-\\_lo\\_lev\\_-\\_17-18.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_04_20_14_04_31_boletim_cana_portugues_-_lo_lev_-_17-18.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FIGUEIREDO, P. Breve história da cana-de-açúcar e o papel do Instituto Agrônômico no seu estabelecimento no Brasil. In: DINARDO-MIRANDA, L.L.; VASCONCELOS, A.C.M.; LANDELL, M.G.A. (Org.). **Cana-de-Açúcar**. 1 ed. Campinas: Instituto Agrônômico de Campinas: 2008, v. 1. p.31-44.

## O USO DO CONTROLE BIOLÓGICO DE NEMATÓIDES NA CULTURA DA SOJA

BARBOSA, Victor Lucas Silva<sup>47</sup>  
CNOSSEN, Elismar de Jesus Nunes<sup>48</sup>

A soja (*Glycine max* L.) é um importante oleaginosa do setor agrícola que vem ganhando expressivo aumento da área semeada em todo o Brasil, o que na atualidade confere a aproximadamente 57% da área total semeada com grãos no país (CONAB, 2018). Segundo a Embrapa (2010), uns dos principais fatores que limitam elevados ganhos na produtividade da soja são as doenças, cerca de 40 delas são causadas por fungos, bactérias, vírus e nematoides e esse número aumenta constantemente devido à expansão da soja para novas áreas. Estima-se que as perdas anuais de produtividade por doenças variem entre 15 a 20%, porém, em alguns casos, pode-se chegar a quase 100% de perdas. A presente pesquisa traz a importância de se relacionar as teorias fitopatológicas com as práticas de campo. No que diz respeito à importância pessoal, este trabalho traz benefícios ao meu futuro como profissional da área agrícola, pois é indispensável para o conhecimento prático e teórico. Sob o ponto de vista acadêmico o desenvolvimento desta pesquisa tem o intuito de promover maior conhecimento específico quanto ao uso de produtos biológicos e assim contribuir para elaboração de novas pesquisas na área. O objetivo da presente pesquisa é verificar qual nematocida microbiológico utilizado no tratamento de sementes se torna mais eficaz no manejo de nematoides em condições de sequeiro, verificando também qual apresenta um melhor desenvolvimento fisiológico e produtivo da soja. A metodologia utilizada será a pesquisa experimental quantitativa, utilizando como base o método hipotético dedutivo. Os dados serão submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, nível de 5% de probabilidade. A análise de variância e os testes estatísticos serão obtidos utilizando-se o software Sisvar versão 5.6 (FERREIRA, 2014). Na primeira parte do trabalho, encontra-se o referencial teórico que apresenta todas as características fisiológicas e produtivas da soja, assim como a importância dos nematoides e seu devido controle. Na segunda parte, apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada no Laboratório Multidisciplinar de Microscopia e no Laboratório Multidisciplinar de Química da FACTU (Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unai). O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Soja. Manejo. Nematóide. Controle Biológico.

### REFERÊNCIAS

CONAB. **Observatório agrícola:** acompanhamento da safra brasileira grãos – safra 2017/18 – décimo segundo levantamento. Brasília, setembro 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

EMBRAPA SOJA. **Sistema de produção 14:** Tecnologias de Produção de Soja - Região Central do Brasil 2011. Londrina PR, outubro 2010. Disponível em:

<sup>47</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>48</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).

<<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/864927/1/SistemaProducao14VE.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FERREIRA, D. F. **Sisvar**. Sistema de análise de variância para todos balanceados. Lavras. UFLA, 2014.

## IMPACTO DO CONTROLE BIOLÓGICO NA PRODUÇÃO DO FEIJOEIRO

JUNIOR, Vinicius Grando<sup>49</sup>;  
RIBEIRO, Geancarlo Henrique<sup>50</sup>.

O feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) é uma cultura de aspectos econômicos e sociais importantes, pois apresenta propriedades nutricionais, sendo excelente fonte de ferro, proteínas, carboidratos, minerais e vitaminas (MEIRA; SOUSA, 2015 apud JASTROBEK, 2016, p. 10). Rodrigo Máscia et al. (2017), explicam que rizobactérias podem apresentar efeitos positivos no desenvolvimento das plantas. O autor destaca ser as do gênero *Bacillus* para o controle de doenças, utilizando biopesticidas. Além disso, outras espécies desse gênero “apresentam antagonismo direto aos fitonematoides, ocasionando a redução no índice de doenças em condições de campo” (MACHADO, 2012 apud MÁSCIA, 2017, p.3). Há relatos de que o *bacillus amyloliquefaciens* vem sendo associado à proteção de plantas, mostrando resultados positivos (MATSUMURA et al., 2016). O trabalho terá como objetivo geral analisar os benefícios quantitativos referentes à produção do feijoeiro com a utilização da bactéria *Bacillus amyloliquefaciens* no tratamento de sementes. A pesquisa justifica-se diante a importância e as vantagens, que podem demonstrar eficiência da bactéria *Bacillus amyloliquefaciens*, pois propicia aumento da produtividade e melhora sua colocação no mercado, agregando valor de mercado e possibilitando maior interesse pelo mercado consumidor. A metodologia adotada será uma pesquisa de campo exploratória. Com uma abordagem quantitativa e qualitativa adotando método hipotético-dedutivo, para cada parâmetro avaliado, os dados obtidos serão submetidos à análise de variância, e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, usando o software SISVAR (FERREIRA, 2014). O experimento será conduzido em Delineamento em Blocos Casualizados (DBC), contendo 6 (seis) tratamentos e 5 (cinco) repetições, uniformemente distribuídos em parcelas de 6 (seis) metros de comprimento por 3 (três) metros de largura. Sendo que TF= testemunha, T2= TF + 100mL, T3= TF + 200mL; T4= TF + 300mL; T5= TF + 400mL; T6= TF + 500mL, as doses são recomendadas para 100 quilos de sementes de *B. amyloliquefaciens*. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Feijão. Biológico. *bacillus amyloliquefaciens*.

### REFERÊNCIAS

FERREIRA, D.F. **SISVAR: um programa para análises e ensino de estatística**. Revista Científica Symposium, Lavras, v. 6, n. 2, p. 36-41. 2008. Disponível em: <<http://www.dex.ufla.br/~danielff/meusarquivospdf/art63.pdf>>. Acesso: 05 fev.2019.

JASTROMBEK, J. M; **Crescimento Inicial de cultivares de feijão comum com uso de produção alternativos**. MONOGRAFIA. UFSC. Campus de Curitibanos. Santa Catarina. 2016. Disponível:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171617>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>49</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai;

<sup>50</sup> Mestre em Ciências Biológicas pela UCB e Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

MÁSCIA, R. *Bacillus amyloliquefaciens* e *Trichoderma harzianum* no MANEJO de *Pratylenchus brachyurus* e *Helicotylechus sp.* na cultura da soja. DISSERTAÇÃO.

Instituto Federal Goiano-Campus Urutaí, GO. 2017.

Disponível:<[https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos\\_1/2017-08-29-04-42-35Rodrigo%20Mascia.pdf](https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_1/2017-08-29-04-42-35Rodrigo%20Mascia.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MATSUMURA, A.T. **Efeito de três formulações de *Bacillus amyloliquefaciens* sobre o crescimento de plantas alface.** Revista Scientia Agraria Paranaenses. Online. v.15, n.2, abr/jun., p.146-152, 2016. Disponível:<<file:///C:/Users/VITORIA/Downloads/13093-53147-1-PB.pdf>>. Acesso em 10/04/2019

## ADITIVOS NA ENSILAGEM DE GIRASSOL

JESUS BRANDÃO, Vitor <sup>51</sup>  
SILVA ROCHA, Norberto <sup>52</sup>

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as características visuais e físicas das silagens de girassol confeccionadas com inclusão de diferentes aditivos, determinando a composição bromatológica e quantificar os benefícios avaliando os pontos negativos da inclusão dos mesmos. Inicialmente neste trabalho, será estudado como é realizada a ensilagem nas principais culturas utilizadas para este processo e sua importância na pecuária leiteira com relação ao desempenho do animal, e o foco principal do trabalho que, entre as principais culturas destinadas para a ensilagem, a cultura do girassol tem sido pouco estudada, em especial, poucas informações na literatura têm sido reportadas quanto ao uso de aditivos para melhorar a qualidade desta silagem. O presente trabalho justifica-se pela pretensão de gerar informações importantes que venham a contribuir para consolidar futuras tecnologias para a ensilagem desta cultura, com o propósito de incrementar a produção do sistema pecuário nacional. O ponto ideal para se ensilar o girassol é quando ele atinge sua maturação fisiológica que apresentam características como: parte posterior do capítulo atinge coloração amarelada, brácteas de cor castanha clara e as folhas do baixeiro murcham ou secam e os grãos, quando apertados, contém certa resistência. Neste momento a planta está com 30% de matéria seca (UNGARO et al, 2000). Este experimento será montado na Fazenda da FACISA, situado no município de Unai-MG. Será utilizado um delineamento inteiramente casualizado (DIC) com 3 tratamentos e 7 repetições, as unidades experimentais serão baldes de plásticos com capacidade de 5 litros equipado com tampa hermeticamente fechada, nos quais será adicionado a silagem de girassol correspondente a cada tratamento: T1 = Sem aditivos; T2 = Milho finamente moído 10%; T3 = Inoculante microbiológico tem em sua constituição *L. plantarum*, *S. faecium* e *Lactobacillus* sp inclusão de acordo o fabricante. As variáveis avaliadas neste estudo serão: características organolépticas (coloração e odor), potencial hidrogeniônico, e composição bromatológica. Na composição bromatológica serão determinados os teores de: matéria seca, proteína bruta, extrato etéreo, fibra em detergente neutro e valor de nutrientes digestíveis totais. Os resultados obtidos serão submetidos às análises de variância (ANOVA) e ao teste de Tukey a 5% de probabilidade. O projeto se encontra em andamento.

**Palavras-Chave:** *Helianthus annuus* L. Produção silagem. Diferentes complementos.

### REFERÊNCIA

UNGARO, Maria Regina G. et al. **Silagem de girassol:** opção que garante ganhos. Campinas, 2000.

Disponível em:

<[http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/pdf/5223\\_p32\\_t\\_silagem.pdf](http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/pdf/5223_p32_t_silagem.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2019.

<sup>51</sup> Acadêmico do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>52</sup> Mestre em Zootecnia pela UFRRJ; Doutor em Ciência Animal pela UENF – Darcy Ribeiro; Especialista em docência do Ensino Superior pela UCM; Professor do curso de Agronomia da FACTU.



## DESENVOLVIMENTO INICIAL DA SOJA SOB PALHADA DE BRAQUIÁRIA RUZIZIENSIS

ALVES, Weverton Rodrigues <sup>53</sup>

SODRÉ FILHO, Joilson <sup>54</sup>

O presente projeto tem como objetivo avaliar o desenvolvimento inicial da soja, determinando a melhor quantidade de palhada de braquiária ruzizensis utilizada como cobertura de solo no sistema plantio direto (SPD). A quantidade de palhada produzida pela braquiária ruzizensis pode interferir nas características das plântulas de soja e, conseqüentemente, no estabelecimento da cultura. O SPD é uma alternativa para o combate à erosão e degradação do solo, pois seus pilares básicos consistem no não revolvimento do solo ou no seu revolvimento mínimo, na manutenção da cobertura pela palhada e utilização de rotação de culturas (SILVA, 2018). A pesquisa tipo experimental aplicada com o parâmetro quantitativo será montada em casa de vegetação na FACTU. O delineamento experimental será o de blocos casualizados, com cinco tratamentos e cinco repetições. As unidades experimentais serão vasos plásticos com solo e com sementes de soja, nos quais será adicionada a palhada correspondente a cada tratamento: T0 = ausência de palha; T1 = 3.000 kg ha<sup>-1</sup>; T2 = 6.000 kg ha<sup>-1</sup>; T3 = 9.000 kg ha<sup>-1</sup>; T4 = 12.000 kg ha<sup>-1</sup>. Das plântulas de soja serão avaliadas: índice de velocidade de germinação, altura, área foliar, matéria seca e taxa de crescimento. Os resultados serão submetidos à análise de variância e regressão, e as médias dos tratamentos comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. A presente pesquisa justifica-se uma vez que a agricultura de Unaí-MG e do Noroeste mineiro está em constante evolução, e por serem amplamente utilizadas técnicas inovadoras de cultivo e produção, em especial da principal cultura da região: a soja. Na primeira parte deste trabalho, estudou-se a importância do SPD e seus benefícios para o solo, principalmente na região do Cerrado e do Noroeste de Minas Gerais. Já na segunda parte, a utilização da braquiária ruzizensis (*Urochloa ruzizensis*) como cobertura de solo, por meio de sua produção de palhada e de seu uso na integração lavoura-pecuária (ILP). Na fase atual em que se encontra o projeto em andamento, as plantas de braquiária ruzizensis estão sendo cultivadas em casa de vegetação para fornecer a palhada para os tratamentos da pesquisa. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Sistema plantio direto. Germinação da soja. Área foliar.

### REFERÊNCIA

SILVA, Evelise Martins. **Tudo o que você precisa saber sobre o plantio direto.** 2018. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/plantio-direto/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

<sup>53</sup> Acadêmico do 9º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>54</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Agrárias - Solos pela UnB.

## IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS DAS MICORRIZAS NA AGRICULTURA

MACEDO, Lucas<sup>55</sup>  
SANTOS, Lucas dos<sup>56</sup>  
MACHADO, Claudia Aparecida<sup>57</sup>

As micorrizas são fungos dos solos que fazem associações mutualistas e simbióticas com as raízes das plantas, as quais contribuem na parte nutricional das plantas consequentemente no seu crescimento. Nessa associação, as micorrizas fornecem maior quantidade de nutrientes que estão disponíveis no solo, onde sozinhas as raízes não conseguiriam extrair esses nutrientes. As micorrizas absorvem os nutrientes que estão no solo mais profundo, e manda diretamente para raízes das plantas, isso fornece uma maior eficiência nas plantas, como: nutrição, desenvolvimento, qualidade dos frutos, rusticidade e maior área de absorção de água. Além desses benefícios as micorrizas auxiliam na proteção das plantas, como os solos são predominadas por bactérias e fungos que atacam as plantas, as micorrizas fazem micélios (conjuntos de hifas agrupadas) ao redor das raízes no solo fazendo a predominância daquela área virando predadores e eliminadores desses fungos prejudiciais. Já as plantas no processo simbiótico mutualístico fornecem para as micorrizas o açúcar em forma de sacarose e carboidratos que são essenciais para a sobrevivência desses fungos, favorece a absorção da quantidade necessária de nutrientes e sais minerais. No caso dos fungos micorrizos arbusculares associam com sistema radicular das plantas (BERUTE, 2015). O presente artigo tem como objetivo pesquisar e identificar a importância e benefícios das micorrizas em solos agricultáveis. Na primeira parte do trabalho, apresentam-se os fungos micorrizicos e suas interações com as plantas. Na segunda parte, pretende realizar uma pesquisa de campo. Buscando comparar as diferenças apresentadas morfológicas, fisiológica e em relação à produção.

**Palavras-chave:** Micorrizas. Fungos na Agricultura. Associação. Mutualista. Simbióticas.

### REFERÊNCIA

BERUTE, Maciana. **Micorrizas e sua importância agroecológica:** Goiânia Centro Científico Conhecer, 2015, 15p.

---

<sup>55</sup> Acadêmico do 5º período de Agronomia da FACTU.

<sup>56</sup> Acadêmico do 5º período de Agronomia da FACTU.

<sup>57</sup> Professora e Coordenadora do NAC – Núcleo de Atendimento ao Acadêmico na FACTU, Especialista em Agricultura Empresarial e em Mestre em Marketing.

## LEVANTAMENTO DE PLANTAS DANINHAS EM PASTAGEM DE TIFTON

PIRES, André Duarte<sup>58</sup>  
 SOARES, Danilo Silva<sup>59</sup>  
 MOREIRA, Kennedy Porfirio<sup>60</sup>  
 VICTORIA, Gleison Gonçalves<sup>61</sup>  
 SODRÉ FILHO, Joilson<sup>62</sup>

O levantamento da população de plantas daninhas em pastagens deve ser aplicado para que haja o manejo dos indivíduos infestantes na área delimitada, e para que não ocorra a competição de espaço e nutrientes entre a espécie cultivada e a espécie daninha. Segundo Oliveira et al. (2014), em pastagens de tifton-85, plantas daninhas da família Poaceae das gramíneas representam um sério problema no estabelecimento dessas pastagens, uma vez que apresentam ampla capacidade de competição. As gramíneas estão presentes em regiões climatologicamente diferentes e, ainda, são de difícil controle devido serem da mesma família e apresentarem metabolismo semelhante com a pastagem. O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental Morada Nova, da FACTU, em Unaí-MG, em uma área de pastagem de tifton-85. A população de plantas daninhas foi amostrada em abril de 2019, utilizando-se um quadro de 50 X 50cm, lançado aleatoriamente e por 16 vezes. Em cada amostra, as plantas daninhas foram identificadas, contadas, coletadas e secadas (secagem em estufa a 60°C por 72 h), para então se obter seu peso de matéria seca. Foi calculado para cada espécie seu índice de valor de importância (IVI%) = dominância (%) + densidade (%) + frequência (%). Foram identificadas as seguintes espécies de plantas daninhas no local: *Alternanthera tenella* (Fam.: Amaranthaceae), *Sida rhombifolia* (Fam.: Malvaceae), *Senna obtusifolia* (Fam.: Fabaceae), *Solanum sisymbriifolium* (Fam.: Solanaceae) e *Eleusine indica* (Fam.: Poaceae). O peso médio de matéria seca foi de 25,00 g m<sup>-2</sup> e a densidade média foi de 11 plantas daninhas m<sup>-2</sup>. *Alternanthera tenella* foi a espécie com maior valor de importância (IVI = 38,00%), seguida da *Sida rhombifolia* (IVI = 11,30%). Ambas as espécies apresentaram iguais valores de dominância, densidade e de frequência. Conclui-se que não é necessário o controle de plantas daninhas, pois a pastagem possuía uma densidade maior do que das plantas infestantes, no dia em que foi realizado o experimento. O próprio tifton-85 está controlando as plantas daninhas pelo abafamento e evitando o contato da luz com as sementes das espécies infestantes.

**Palavras-Chave:** Espécie daninha. *Cynodon dactylon*. Manejo.

### REFERÊNCIA

OLIVEIRA, V. S. et al. **Levantamento fitossociológico de plantas daninhas em cultivo comercial grama esmeralda na etapa de pré-colheita.** 2014.

<sup>58</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>59</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>60</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>61</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>62</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).

## LEVANTAMENTO DE PLANTAS DANINHAS EM PASTAGEM DE BRAQUIÁRIA-BRIZANTHA

PIRES, André Duarte<sup>63</sup>  
 SOARES, Danilo Silva<sup>64</sup>  
 MOREIRA, Kennedy Porfírio<sup>65</sup>  
 VICTORIA, Gleison Gonçalves<sup>66</sup>  
 SODRÉ FILHO, Joilson<sup>67</sup>

O levantamento da população de plantas daninhas em pastagens deve ser aplicado para que haja o manejo dos indivíduos infestantes na área delimitada, e para que não ocorra a competição de espaço e nutrientes entre a espécie cultivada e a espécie daninha. Algumas espécies de planta daninha, como *Solanum sisymbriifolium*, conhecida popularmente como joá-bravo, podem causar danos físicos aos animais por possuírem acúleos nos órgãos de sua parte aérea. A presença de acúleos na planta daninha também compromete a eficiência de pastejo e, com efeito, causa maior perda de forragem por senescência em razão da menor frequência e/ou, intensidade de desfolhação pelos ruminantes (BARBOSA et al., 2007). O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental Morada Nova, da FACTU, em Unaí-MG, em uma área de pastagem de braquiária-brizantha. A população de plantas daninhas foi amostrada em abril de 2019, utilizando-se um quadro de 50 X 50cm, lançado aleatoriamente e por 16 vezes. Em cada amostra, as plantas daninhas foram identificadas, contadas, coletadas e secadas (secagem em estufa a 60°C por 72 h), para então se obter seu peso de matéria seca. Foi calculado para cada espécie seu índice de valor de importância (IVI%) = dominância (%) + densidade (%) + frequência (%). Foram identificadas as seguintes espécies de plantas daninhas no local: joá-bravo (*Solanum sisymbriifolium*, Fam.: Solanaceae), vassourinha (*Sida rhombifolia*, Fam.: Malvaceae) e fedegoso (*Senna obtusifolia*, Fam.: Fabaceae). O peso médio de matéria seca foi de 25,00 g m<sup>-2</sup> e a densidade média foi de 11 plantas daninhas m<sup>-2</sup>. A espécie predominante foi o fedegoso, com valores de dominância de 33,33%, densidade de 20,00% e de frequência de 20,16%, resultando em índice de valor de importância de 73,49%. Conclui-se que não seria necessário o controle de plantas daninhas, pois a pastagem de braquiária-brizantha possuía uma maior densidade no dia em que foi realizado o experimento. A braquiária-brizantha, por si só, está controlando as plantas daninhas, não deixando espaço suficiente para o desenvolvimento das espécies invasoras.

**Palavras-Chave:** Espécie daninha. *Urochloa brizantha*. Manejo.

### REFERÊNCIA

BARBOSA, R. A. et al. Capim-tanzânia submetido a combinações entre intensidade e frequência de pastejo. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.42, n.3, p.329-340, 2007.

<sup>63</sup> Acadêmicos do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>64</sup> Acadêmicos do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>65</sup> Acadêmicos do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>66</sup> Acadêmicos do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>67</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).

## LEVANTAMENTO POPULACIONAL DE PLANTAS DANINHAS NA CANA-DE-AÇÚCAR

LEITE, Eduardo da Costa Fernandes<sup>68</sup>

BENEVIDES, Renan Ialy<sup>69</sup>

COUTO, Vinicius de Oliveira<sup>70</sup>

SOARES, Gabriel Cavalcante<sup>71</sup>

SODRÉ FILHO, Joilson<sup>72</sup>

Plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar, devido às características próprias de produção e manejo, podem ser controladas por diversas formas. As principais maneiras no controle das plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar são o controle cultural – na diminuição do espaçamento –, as capinas mecânicas e o controle químico (GARCIA, 2010). É importante identificar e realizar a coleta das plantas daninhas presentes no local, porque podem causar dano econômico na cultura da cana-de-açúcar, competindo por água, espaço, luz solar e CO<sub>2</sub>. O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental Morada Nova, da FACTU, em Unai-MG, em uma área de 60m<sup>2</sup> de cana-de-açúcar. A população de plantas daninhas foi amostrada em abril de 2019, utilizando-se um quadro de 50 X 50cm, lançado aleatoriamente e por 16 vezes. Em cada amostra, as plantas daninhas foram identificadas, contadas, coletadas e secadas (secagem em estufa a 60°C por 72 h), para então se obter seu peso de matéria seca. Foi calculado para cada espécie seu índice de valor de importância (IVI%) = dominância (%) + densidade (%) + frequência (%). Foram identificadas 13 espécies de plantas daninhas no local, pertencentes às famílias botânicas: Amaranthaceae (caruru), Euphorbiaceae (quebra-pedra, erva-de-santa-luzia), Asteraceae (picão-preto, erva-de-touro, mentrasto), Convolvulaceae (corda-de-viola), Fabaceae (falsa-dormideira), Commelinaceae (trapoeraba), Poaceae (capim-colchão, braquiária-decumbens, timbête) e Cyperaceae (*Cyperus rotundus*). O peso médio de matéria seca foi de 10,63 g m<sup>-2</sup> e a densidade média foi de 13 plantas daninhas m<sup>-2</sup>. Erva-de-santa-luzia foi a espécie com maior IVI (12,63%) na área amostrada, seguida da trapoeraba (IVI = 12,58%) e do picão-preto (IVI = 6,78%). Diante disso, conclui-se que o controle de plantas daninhas na cultura cana-de-açúcar, com a utilização de herbicidas, não seria viável nesse caso. O fato das plantas com maior IVI(%) serem de difícil controle químico, o recomendado seria seu controle cultural e preventivo, como a redução do espaçamento entrelinhas da cana-de-açúcar, causando um sombreamento nesse local, e também o uso de uma cobertura vegetal evitando o crescimento dessas plantas daninhas nessa área.

**Palavras-Chave:** Plantas infestantes. Manejo. *Saccharum officinarum*.

<sup>68</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>69</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>70</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>71</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>72</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).

## REFERÊNCIA

GARCIA, F. B. **Controle das plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar**. p.84-85 2000. Instituto Biológico. **Campinas-SP**.

## POPULAÇÃO DE PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DA BANANA

MENDES, Laura de Queiroz<sup>73</sup>  
 GALDINO, Luany Gonçalves<sup>74</sup>  
 COSTA, Bruno Pereira da<sup>75</sup>  
 SODRÉ FILHO, Joilson<sup>76</sup>

A identificação de quais são as plantas daninhas que se encontram na cultura da banana é importante, uma vez que essas infestantes afetam negativamente o seu cultivo, pois são concorrentes por espaço, luz e água, além de nutrientes. As plantas daninhas, se manejadas de forma adequada, podem contribuir para a proteção ao solo, como uma cobertura viva ou morta, no controle à erosão, conservação de umidade do solo, já que existe a possibilidade de convivência, ou seja, uma forma de que as plantas daninhas não causem danos ao desenvolvimento dessa cultura (ALVES, 1999). O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental Morada Nova, da FACTU, localizada a 20 km da cidade de Unaí-MG, em uma área de cultivo de banana de 80m<sup>2</sup>. A população de plantas daninhas foi amostrada em abril de 2019, utilizando-se um quadro de 50 X 50cm, lançado aleatoriamente e por 16 vezes. Em cada amostra, as plantas daninhas foram identificadas, contadas, coletadas e secadas (secagem em estufa a 60°C por 72 h), para então se obter seu peso de matéria seca. Foi calculado para cada espécie seu índice de valor de importância (IVI%) = dominância (%) + densidade (%) + frequência (%). Foram identificadas 10 espécies de plantas daninhas no local pertencentes às famílias botânicas: Euphorbiaceae (erva-de-santa-luzia), Amaranthaceae (caruru), Portulacaceae (beldroega), Asteraceae (erva-de-touro, botão-azul, falsa-serralha), Rubiaceae (erva-quente, mata-pasto), Poaceae (capim-colchão) e Fabaceae (fedegoso). O peso médio de matéria seca foi de 9,43 g m<sup>-2</sup> e a densidade média foi de 12 plantas daninhas m<sup>-2</sup>. Erva-de-santa-luzia foi a espécie com maior densidade (32,68%) e também maior valor de importância (IVI = 24,44%), seguida da beldroega (IVI = 17,24%) e da falsa-serralha (IVI = 16,02%). Conclui-se que a presença dessas plantas daninhas não obteve resultado significativo, ou seja, devido aos baixos valores de densidade e aos baixos valores de frequência, sua presença naquele local seria pouco prejudicial para cultura da banana, sendo recomendado um método simples de manejo, tal qual o controle mecânico, como uma capina com enxada.

**Palavras-Chave:** Plantas infestantes. Fruticultura. Manejo.

### REFERÊNCIA

ALVES, E. J. **A cultura da banana:** aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais. 2. ed. Brasília, DF: EMBRAPA/CNPMPF, 1999. 585p.

<sup>73</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>74</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>75</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>76</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).

## LEVANTAMENTO DE PLANTAS DANINHAS EM UMA ÁREA DE CULTIVO DE CITROS

CANTO, Samuel Moura<sup>77</sup>  
 ALVES, Alex Júnio Ferreira<sup>78</sup>  
 OLIVEIRA, Kaique Junior Olirio de<sup>79</sup>  
 MENDES, Paulo Otávio Silva<sup>80</sup>  
 SODRÉ FILHO, Joilson<sup>81</sup>

As plantas daninhas podem ocorrer em qualquer lugar onde haja possibilidade de agricultura, pecuária ou desmatamento (SCHNEIDER, 2007). O levantamento populacional de plantas daninhas se constitui na primeira etapa de um manejo adequado em uma lavoura e envolve a identificação das espécies presentes e daquelas com maior importância, levando-se em consideração os parâmetros de frequência, densidade e dominância. Após o conhecimento da área, pode-se decidir qual o melhor manejo a ser adotado e quando será aplicado (OLIVEIRA & FREITAS, 2008). As plantas daninhas podem competir com o cultivo de citros por água, luz e nutrientes, causando um menor desenvolvimento vegetativo, menor produtividade e frutos de baixa qualidade. Portanto, o manejo das plantas daninhas se torna fundamental, por ser uma cultura perene, para se alcançar altas produtividades, eficiência produtiva das plantas e frutos de qualidade. O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental Morada Nova, da FACTU, em Unaí-MG, em uma área de 15m<sup>2</sup> de citros. A população de plantas daninhas foi amostrada em abril de 2019, utilizando-se um quadro de 50 X 50cm, lançado aleatoriamente e por 16 vezes. Em cada amostra, as plantas daninhas foram identificadas, contadas, coletadas e secadas (secagem em estufa a 60°C por 72 h), para então se obter seu peso de matéria seca. Foi calculado para cada espécie seu índice de valor de importância (IVI%) = dominância (%) + densidade (%) + frequência (%). Foram identificadas as seguintes espécies de plantas daninhas no local: beldroega (*Portulaca oleracea*), guanxuma (*Malvastrum coromandelianum*), mata-pasto (*Sida rhombifolia*), malva-lanceta (*Sida spinosa*), fedegoso (*Senna obtusifolia*) e capim-pé-de-galinha (*Eleusine indica*). O peso médio de matéria seca foi de 26,95 g m<sup>-2</sup> e a densidade média foi de 13 plantas daninhas m<sup>-2</sup>. As espécies daninhas predominantes foram capim-pé-de-galinha (IVI = 30,51%), guanxuma (IVI = 21,14%) e beldroega (IVI = 4,23%). A frequência de capim-pé-de-galinha foi maior, ou seja, ela estava presente em todas as amostras, com valor de 42,94%. Conclui-se que, pelo valor baixo de densidade média, não seria necessário o controle dessas plantas daninhas da cultura dos citros nessa ocasião.

**Palavras-Chave:** Plantas invasoras. Fruticultura. Manejo.

### REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, A. R.; FREITAS, S. P. Levantamento fitossociológico de plantas daninhas em áreas de produção de cana-de-açúcar. **Planta Daninha**, v.26, n.1, p.33-46, 2008

<sup>77</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>78</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>79</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>80</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>81</sup> Professor do curso de Agronomia da FACTU. Doutor em Agronomia - Produção Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).



SCHNEIDER, A. A. A flora naturalizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil: herbáceas subespontâneas. **Biociências**, v.15, n.2, p.257-268, 2007.

**O USO DE CONTROLE QUÍMICO E BIOLÓGICO NO MANEJO DE *Meloidogyne javanica* NA CULTURA DE SOJA**

ALCEBÍADES, Matheus Lucas<sup>82</sup>  
 GALDINO, Luany Gonçalves<sup>83</sup>  
 PEREIRA, Fabiana Xavier<sup>84</sup>  
 CNOSSEN, Elismar de Jesus Nunes<sup>85</sup>

A soja (*Glycine max* (L.) Merrill) é uma das mais importantes culturas na economia mundial. Os nematoides do gênero *Meloidogyne spp.* representam um dos maiores problemas enfrentados no cultivo da soja mundialmente. Os fitonematoides estão entre os patógenos que mais causam danos em plantas, em média, 12 a 15 % dos alimentos produzidos mundialmente são perdidos devido ao ataque destes fitoparasitas (SILVA, 2011). O controle químico é a alternativa mais utilizada na tentativa de controle de nematoides. Os nematicidas apenas reduzem as populações temporariamente, o que gera uma dependência de aplicações sistemáticas nas áreas infestadas (FERRAZ, 2006). Para evitar o uso do controle químico de nematoides na cultura da soja, o uso do controle biológico pode ser uma alternativa, pois apresenta grandes vantagens, sendo um manejo econômico, de fácil aplicação, sem contaminação, sem a sobra de resíduos e desequilíbrio ao meio ambiente. Dessa forma, objetivou-se avaliar qual é o melhor método usado no manejo de *Meloidogyne javanica*, utilizando nematicidas químicos e bactérias. O experimento foi constituído de cinco tratamentos, e cinco repetições, sendo T1 (testemunha); T2 (*Bacillus subtilis*); T3 (*Bacillus methylotrophicus*); T4 (Abamectina (50%) e T5 (Cadusafós). Inicialmente plantas de tomateiro foram inoculadas com suspensão contendo 1000 ovos + J2 de *Meloidogyne javanica*, para multiplicação por um período de 60 dias. Posteriormente, foi realizada a extração dos nematoides e inoculados em plantas de soja com 10 dias após o plantio. As avaliações dessas plantas foram realizadas 60 dias após a inoculação. As variáveis analisadas foram: Altura da planta; Peso da parte aérea fresca; Peso de raiz fresca e Fator de Reprodução. Os dados foram submetidos ao Teste de Tukey a 5% de probabilidade. Não houve diferença estatística de todos os tratamentos em relação à testemunha para as variáveis: altura, peso fresco de parte aérea e peso fresco de raiz. Houve diferença estatística de todos os tratamentos em relação à testemunha para o fator de reprodução. Conclui-se que não houve diferença estatística nos parâmetros referentes a análise fisiológica da planta. Os tratamentos realizados com os nematicidas químicos mostraram maior nível de controle dos fitonematoides apresentando baixo fator de reprodução, mas os tratamentos realizados com bactérias se mostram promissores também.

**Palavras-chave:** Nematóide. Galhas. Soja.

## REFERÊNCIAS

SILVA, G. S. **Métodos alternativos de controle de fitonematoides**. Revisão Anual de Patologia de Plantas, v.19, 2011.

<sup>82</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>83</sup> Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>84</sup> Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>85</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).

FERRAZ, L. C. C. B. **O nematóide *Pratylenchus brachyurus* e a soja sob plantio direto.**  
Revista Plantio Direto, Passo Fundo, n. 96, p. 23-32, 2006.

## ASPECTOS GERAIS E MORFOLÓGICOS DO FUNGO *Phytophthora* sp.

CANTO, Samuel Moura<sup>86</sup>  
 CARNEIRO, Gabriel Cândido<sup>87</sup>  
 PEREIRA, Felipe Coelho<sup>88</sup>  
 CNOSSEN, Elismar J. Nunes<sup>89</sup>

O Mamão (*Carica papaya* L.) além de muito saboroso é rico em diversos nutrientes importantes para nossa alimentação, sendo os mais consumidos o mamão papaia e o mamão formosa. O fungo *Phytophthora* é bastante conhecido por atacar a cultura do mamão, ele penetra nas folhas e nos caules através das cicatrizes de lesões nos mesmos, sendo *P. palmivora* ou *P. parasítica* os principais agentes causadores da doença Podridão-de-*Phytophthora*. O objetivo desse trabalho é apresentar aspectos gerais e morfológicos do fungo *Phytophthora* presente no mamão. As espécies de *Phytophthora* produzem micélio branco, cenocítico, hialino, apresentando alguns septos em culturas velhas. Os esporangióforos apresentam ramificação simpodial ou irregular e produzem esporângios ovoides, obpiriformes a limoniformes, podendo germinar diretamente (formando um tubo germinativo) ou indiretamente (liberando zoósporos) (Luz et al., 2001; Ho, 2018). Os esporângios podem ser papilados, semipapilados ou não-papilados, caducos ou persistentes (Bush et al., 2006). O fruto foi coletado em um mercado na cidade de Unaí- MG e levado ao Laboratório de Microscopia da FACTU para a visualização em microscópio estereoscópico e óptico. Após realizar a visualização dos propágulos com auxílio de microscópio estereoscópico na objetiva de 4x, foi realizado um corte bem fino da parte exterior do fruto com o auxílio de um bisturi e posteriormente a parte retirada foi colocada em uma lâmina, em sequência adicionou-se um pouco de água e o corante azul de metileno, logo após colocou-se a lamínula, e ao finalizar a visualização vedou-se a placa com verniz vitral. As microfotografias foram feitas, utilizando câmera com resolução de 13mp de um aparelho celular da marca ASUS, modelo Zen Fone 4. O sintoma característico no fruto do mamão maduro é a podridão, o fruto apresenta exsudação seguido de lesões cobertas por uma massa esbranquiçada com aspecto cottonoso constituída de micélio do fungo. Os esporângios hialinos, com formato de limão foram observados no microscópio óptico na objetiva de 40x e apresentaram forma oval ou ablonga. Conhecer os aspectos gerais e morfológicos do fungo *Phytophthora* é importante para estabelecer práticas integradas para o manejo do mesmo. O fungo traz prejuízos pós-colheita tanto para a cultura do mamão, como também em outras culturas.

**Palavras-chave:** Mamão. Fruticultura. Manejo. Esporângios.

### REFERÊNCIAS

BUSH, E. A., STROMBERG, E. L., HONG, C., RICHARDSON, P. A., AND KONG, P. 2006. Illustration of key morphological characteristics of *Phytophthora* species identified in

<sup>86</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>87</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>88</sup> Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>89</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).

Virginia nursery irrigation water. Online. **Plant Health Progress** doi:10.1094/PHP-2006-0621-01-RS.

Ho H.H. 2018. The Taxonomy and Biology of Phytophthora and Pythium. **J Bacteriol Mycol Open Access** 6(2): 00174.

LUZ, E. D. M. N.; MATSUOKA, K. Phytophthora: Oomiceto protista ou Chromista? In: Doenças causadas por Phytophthora no Brasil. **Livraria e Editora Rural**, 2001. p.1-21.

**INFLUÊNCIA DE DIFERENTES AGENTES DE BIOCONTROLE NO PROCESSO GERMINATIVO DE SEMENTES E MANEJO DE *Meloidogyne javanica* NA CULTURA DE SOJA**

CARVALHO, Mirella Tayná Pereira Carvalho<sup>90</sup>  
CNOSSEN, Elismar de Jesus Nunes<sup>91</sup>

A soja (*Glycine max (L.) Merrill*) é uma dicotiledônea pertencente à família Fabaceae originária da Ásia. Atualmente a produção desta oleaginosa encontra-se entre as atividades econômicas que apresentaram crescimentos mais expressivos nas últimas décadas. Porém, apesar do crescente aumento em produtividade apresentado pela cultura nas últimas safras, diversas pragas e doenças têm demonstrado fatores limitantes à produção. Entre as pragas que afetam a cultura, destacam-se os nematoides, de cujas diferentes espécies são consideradas entraves no cultivo de soja em praticamente todas as regiões do mundo (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011). Conforme Dias et al (2010), mais de 100 espécies de fitonematoides distribuídas em 50 gêneros, tem sido encontradas associadas ao cultivo da soja, cujas perdas médias são estimadas em 30%, e, em alguns casos, comprometendo toda a produção. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a influência de diferentes agentes de biocontrole no processo de germinação de sementes e no manejo de *Meloidogyne javanica* na cultura de soja. A pesquisa justifica-se devido aos problemas causados pelos nematoides na agricultura e a necessidade de minimizar a utilização de nematicidas químicos, que, por sua vez, apresentam altos custos e grandes riscos de contaminação humana e ambiental. No aspecto pessoal, este, contribuirá ao perfil profissional da pesquisadora, que, a partir dos resultados obtidos, poderá fazer aplicações práticas em seu ambiente de trabalho. Sob o ponto de vista acadêmico, a pesquisa ajudará a compreender a eficiência da utilização de produtos biológicos na agricultura e servirá de embasamento para futuras pesquisas na área. A metodologia adotada será a pesquisa experimental quantitativa, com base no método hipotético-dedutivo, buscando o teste de hipóteses já pré-formuladas para a averiguação através da dedução. Os dados serão submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, nível de 5% de probabilidade. A análise de variância e os testes estatísticos serão auxiliados utilizando-se o software Sisvar versão 5.6 (FERREIRA, 2014). Na primeira parte desta pesquisa (referencial teórico), serão abordados os aspectos gerais e importância econômica da cultura de soja, características e danos causados por fitonematoides e principais métodos de controle, destacando o controle biológico. Na segunda parte apresenta-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa que será realizada inicialmente nos Laboratórios Multidisciplinares de Análise de Sementes, Química e Microscopia da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unai (FACTU) e posteriormente em casa de vegetação. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Soja. Manejo. *Meloidogyne javanica*.

## REFERÊNCIAS

DIAS, W.P. et al. Nematoides em soja: Identificação e Controle. **Embrapa Soja**. Londrina: Circular Técnica, 2010.

<sup>90</sup> Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>91</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).

SILVA, A. C.; LIMA, E. P. C; BATISTA, H. R. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro:** uma análise sobre o enfoque da produção, emprego e exportação. Circular Técnica, 2011.

**EFICIÊNCIA DE PLANTAS ANTAGONISTAS NO CONTROLE DE *Meloidogyne javanica***

ZARY, Mirian Cristiane<sup>92</sup>  
CNOSSEN, Elismar de Jesus Nunes<sup>93</sup>

Ultimamente várias pesquisas têm sido realizadas no intuito de encontrar um método de controle eficiente que vise diminuir a população de nematóides. Segundo Fileti et al (2011), um dos principais métodos alternativos para controle de nematóides é destacado o uso de plantas antagonistas e não hospedeiras em rotação de culturas. Contribuindo não somente para reduzir a quantidade de nematóides como também alterando propriedades físico-químicas do solo, proporcionando qualidade. Essa prática ajuda a deixar os nematóides com uma população baixa, que não atinja o nível de dano econômico, contudo garantindo ao meio ambiente uma qualidade, sem que aconteçam riscos (FERRAZ; VALLE, 1995). O presente trabalho tem objetivo de avaliar o efeito de diferentes plantas antagonistas cultivadas em casa de vegetação no manejo de *Meloidogyne javanica*. Justifica-se esta pesquisa pelo fato do aparecimento mais constante de fitonematóides mais resistentes à nematicidas químicos, sendo necessário encontrar novos métodos de controle, que sejam viáveis e sustentáveis. No aspecto pessoal, traz novos conhecimentos sobre possíveis alternativas de controle de nematóides, isso aperfeiçoará minha qualidade profissional como engenheira agrônoma, pois o problema é de grande relevância. No ponto de vista acadêmico este tema é de grande interesse para novos pesquisadores, pois não tem muitos estudos relacionados a essas alternativas de controle. Quanto a metodologia utilizada será a pesquisa experimental quantitativa e como base o método hipotético-dedutivo, verificando qual espécie de planta antagonista será mais eficiente no manejo de *M. javanica*. Os dados serão submetidos à análise de variância e as médias comparadas, pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade. A análise de variância e os testes estatísticos serão auxiliados utilizando-se o software Sisvar versão 5.6 (FERREIRA, 2014). Primeiro nesta pesquisa descreverá sobre *Meloidogyne javanica*, seu ciclo, sintomatologia, métodos de controle frisando a rotação com plantas antagonistas. Posteriormente, discutirá as análises e discussão dos resultados do experimento, que será realizada na Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unai (FACTU) no Laboratório Multidisciplinar de Química e de Microscopia e sucessivamente em casa de vegetação. O presente experimento está em andamento.

**Palavras-chave:** Nematóide. Manejo. Fitonematóide. Plantas antagonistas. Controle cultural.

### REFERÊNCIAS

FERRAZ, S.; VALLE, L.A.C. da. Utilização de Plantas Antagônicas no Controle de Fitonematóides. In: XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Nematologia e XXVII Congresso da Organização dos Nematologistas da América Tropical. Rio Quente, Brasil, **Anais...**, p.257-276, 1995.

FILETI, M. S. et al. Controle de nematoides utilizando adubos verdes. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**. v. 10, p. 1-8. 2011. ISSN: 1677-0293.

<sup>92</sup> Acadêmica do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>93</sup> Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (2014).



FERREIRA, D. F. **Sisvar**: sistema de análise de variância para dados balanceados. Lavras: UFLA, 2014.

**CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

## DESAFIOS ENCONTRADOS NA GESTÃO DE UMA COOPERATIVA

BRANDÃO, Pablio Samuel Neves<sup>94</sup>

ALVES, Wesley Miguel Barbosa<sup>95</sup>

OLIVEIRA, Luiz Henrique<sup>96</sup>

ARANTES, Jônatas Mendes<sup>97</sup>

SANTOS, Lidiane Campos dos<sup>98</sup>

BIALOSKORSKI (1997) destaca que a missão fundamental das cooperativas é servir de intermediárias entre o mercado e as economias dos cooperados, para promover o seu incremento. Diferentemente das sociedades de capital, em que o voto é proporcional ao capital de cada investidor, a cooperativa é uma sociedade de pessoas em que cada cooperado tem direito a um único voto. Dessa diferenciação fundamental decorrem diversas implicações para o processo de gestão em cooperativas, em especial, na relação entre cooperado e cooperativa. O objetivo deste trabalho é identificar os principais desafios encontrados na gestão de uma cooperativa localizada na cidade de Unaí/MG. No primeiro momento, é feita uma descrição de como é o funcionamento de uma cooperativa, detalhando seu modo operante e destacando suas principais características. Posteriormente, é apresentado as principais vantagens e desvantagens para manter uma organização no sistema cooperativo, evidenciando essas situações no cotidiano do sistema organizacional. Com base nos trabalhos realizados por Cook (1995) e colaboradores, nos Estados Unidos, e por BIALOSKORSKI (1994) no Brasil, identificaram-se cinco problemas típicos das organizações cooperativas, quais sejam, de horizonte, de incentivo, de portfólio, de controle e de influência. O presente trabalho se encontra em andamento, porém espera-se que os resultados alcançados possibilitem novas visões e melhorias, promovendo um modelo cooperativo com maior eficiência.

**Palavras-chave:** Gestão. Cooperativas. Desafios.

### REFERÊNCIAS

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Quatro Estratégias Fundamentais Para Cooperativas**

**Agrícolas.** FEA-USP / PENSA. São Paulo, 2017. Disponível em <<

[http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/532007101732\\_QuatroEstrat%C3%A9giasFundamentais\\_Zylbetsztajn\\_02-017.pdf](http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/532007101732_QuatroEstrat%C3%A9giasFundamentais_Zylbetsztajn_02-017.pdf)>> Acesso em 20 de abril de 2019.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Gestão do Agribusiness Cooperativo.** In: BATALHA, M. O.

(Org.). **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997. Disponível em <<

[http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos\\_Cientificos/GEST%C3%83O%20ESTRAT%C3%89GICA%20AGRO%20INDUSTRIAIS.pdf](http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos_Cientificos/GEST%C3%83O%20ESTRAT%C3%89GICA%20AGRO%20INDUSTRIAIS.pdf)>> Acesso em 29 de abril de 2019.

<sup>94</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>95</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>96</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>97</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>98</sup> Professora orientadora. Mestre em Administração pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

**HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: dos primórdios a contemporaneidade**

SANTOS, Alicia Aparecida Gonçalves dos<sup>99</sup>  
 COIMBRA, Carolina Alves<sup>100</sup>  
 COSTA, Jéssica Biara Dias<sup>101</sup>  
 BRANDÃO, Thayna Aparecida Vasconcelos<sup>102</sup>  
 MOREIRA, Gabriel<sup>103</sup>

A contabilidade é tão antiga quanto à origem do ser humano e isso pode ser comprovado facilmente. Desde o período pré-histórico mesolítico, a contabilidade já se encontrava presente no cotidiano. Os homens das cavernas realizavam suas anotações em paredes, utilizando fichas de barro que eram guardadas em envelopes também confeccionados com o barro para não perderem as informações, de suas produções (MARQUES, 2007). Isso nos dias atuais é conhecido como registros contábeis que diz respeito a entradas e saídas de ativos ou também débito e créditos por extensão das partidas dobradas. Assim como a sociedade, a contabilidade também se encontra em constante evolução, pois o sistema contábil é considerado um sistema dinâmico que evoluiu a partir das duplicações de documentos e registros que se tornaram representados nos dias atuais dentro do Balanço Patrimonial pelo Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido das instituições. O fato ocorre pela necessidade de aprimoramentos de conhecimentos contábeis na vida pessoal e nas áreas internas das instituições. A Evolução Contábil faz com que as tomadas de decisões empresariais se tornem mais claras, objetivas, e entendidas quando bem analisadas (MARTINS, 2017). O presente artigo tem como objetivo apresentar a percepção dos contadores do Município de Unaí quanto à modernização da contabilidade nos últimos 10 (dez) anos. Para tanto, será utilizada uma pesquisa empírica, exploratória quanto ao objetivo e, qualitativa quanto à abordagem, com realização de entrevistas com contadores que atuam no município, para análise e discussão dos resultados do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se a evolução contábil: de seus primórdios à sua contemporaneidade, bem como a contabilidade como instrumento de auxílio direta e indiretamente nas tomadas de decisões empresariais. Na segunda parte será realizada, entrevista com 2 (dois) contadores do Município de Unaí, para verificar a opinião de cada um sobre: como a evolução contábil vem auxiliando na execução de suas atividades. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. História. Teoria da contabilidade.

**REFERÊNCIA**

MARQUES, Vagner Luiz. **Contabilidade geral - I**. ed. Clube de autores (Managed). São Paulo, 2007. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VrJxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=historia+e+evolucao+da+contabilida+de&ots=3Dan\\_4kS0-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VrJxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=historia+e+evolucao+da+contabilida+de&ots=3Dan_4kS0-)

<sup>99</sup> Aluna 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>100</sup> Aluna 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>101</sup> Aluna 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU

<sup>102</sup> Aluna 1º período do curso de Administração da FACTU

<sup>103</sup> Mestre em Administração, Especialista em Administração Financeira e Controladoria. Graduado em Ciências Contábeis. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis. Coordenador da CPA/FACTU.

sig=B5dbU0dxgpgxnKwleFU0mjTp0cU#v=onepage&q=historia%20e%20evolucao%20da%20contabilidade&f=false>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

**O DIREITO À EDUCAÇÃO COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO NOROESTE DE MINAS**

LIMA, Bruno Sanches<sup>104</sup>  
MORAIS, Kelly Cristina<sup>105</sup>  
SANTOS, Laila Soares<sup>106</sup>  
MELO, Laura Martins<sup>107</sup>  
DUARTE, Leticia Silva Lopes<sup>108</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>109</sup>

A educação é um importante catalisador para o desenvolvimento, ela aumenta as chances de obtenção de emprego, reduz os índices de casamento infantil, assim como, de gravidez precoce e melhora a saúde de mães e crianças. Para que a educação transforme a sociedade, é necessário não somente o acesso à educação para todos, mas também o acesso a uma educação de qualidade, na qual as crianças realmente aprendam (UNESCO, 2013). O presente artigo tem como objetivo analisar a questão do direito à educação no Noroeste de Minas e como a mesma atua como importante fator para o desenvolvimento social. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se o conceito de direito à educação, o porquê de ela ser um direito essencial e sua contribuição para o desenvolvimento social local. Na segunda parte, examinaram-se os obstáculos para uma educação de qualidade no Noroeste Mineiro e possíveis soluções. Concluindo que a questão educacional deve ser vista com maior cautela, uma vez que está atrelada diretamente ao desenvolvimento de uma comunidade.

**Palavras-Chave:** Direito à educação. Desenvolvimento Social. Noroeste de Minas.

### REFERÊNCIA

United Nations Education, Scientific and Cultural. Organization. **Education transforms lives.** Paris, UNESCO, 2013.

<sup>104</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>105</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>106</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>107</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>108</sup> Acadêmica do 3º período do curso Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>109</sup> Professora e Coordenadora do curso de direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo UniCEUB. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<b>COOPERAÇÃO SOCIAL CONTÁBIL PARA MELHOR DESEMPENHO DAS EMPRESAS NA QUESTÃO AMBIENTAL</b>
--

SILVA, Amanda Moreira<sup>110</sup>  
 CUNHA, Davidson Alves<sup>111</sup>  
 SANTOS, Mariele Silva<sup>112</sup>  
 OLIVEIRA, Paulo Henrique Xavier<sup>113</sup>  
 SANTOS, Lidiane Campos<sup>114</sup>

A definição de sustentabilidade pode ser descrita como a capacidade de conseguir suprir as necessidades humanas, de modo que as organizações precisem utilizar meios que interfiram menos na integridade global do ecossistema, ou seja, na qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. Diante deste contexto, percebe-se que a Contabilidade ambiental vem crescendo de forma significativa, isso devido à disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e poluição do meio ambiente, pois tornaram-se pontos de debates econômicos, políticos e sociais em todo mundo (TEIXEIRA, 2000). O artigo tem como objetivo identificar de forma a contabilidade pode interferir nos métodos de preservação ambiental de uma cooperativa. Para tanto, foi utilizado uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. A primeira parte descreve o conceito e a importância da sustentabilidade, evidenciando seu valor no meio social, ambiental e financeiro. A segunda parte, discute como surgiu a contabilidade ambiental e, posteriormente, foram analisados os métodos utilizados para obtenção de resultados na prevenção ambiental e nos processos contábeis, demonstrando como essa pode contribuir com as organizações. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados, mas é possível identificar a importância dos métodos contábeis nas cooperativas e sua colaboração para a preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Contabilidade. Meio Social

## REFERÊNCIA

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental:** uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. Disponível em:  
 <<[http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/47.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf)>>. Acesso em: 18 abril. 2019.

---

<sup>110</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>111</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>112</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>113</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>114</sup> Mestre em Administração. Especialista em Gestão Agroindustrial. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Representante do Conselho Regional de Administração - CRA.

<b>UTILIZAÇÃO DAS LOGÍSTICAS NA COOPERAÇÃO EMPRESARIAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE</b>
---

SANTOS, Douglas Carmargos<sup>115</sup>

SILVA, Eduardo de Oliveira<sup>116</sup>

ALMEIDA, Gabriel Abreu<sup>117</sup>

PEDRO NETO, João<sup>118</sup>

CAIXETA, Hyan Lucas Leitão<sup>2</sup>

TELES, Washigton Vinicius da Silva Teles<sup>119</sup>

MACHADO, Claudia Aparecida<sup>120</sup>

A cooperação empresarial é uma forma de parceria entre empresários, que buscam desenvolvimento de suas regiões, além da redução de custos operacionais de suas empresas, assim obtendo também um alto nível de crescimento não só no Brasil, mas também em todo mundo (BALESTRIN, VERSCHOORE, REYES JÚNIOR, 2010). O artigo tem por objetivo analisar como a cooperação empresarial reflete-se na sociedade, positivamente ou prejudicialmente, causando o desenvolvimento, ou estagnação da sociedade onde estas empresas estão inseridas. A primeira parte apresenta-se o quanto a cooperação de empresários pode contribuir com a sociedade, devido a sua importância em um caráter econômico e social de uma determinada região e como essa relação refletiria na sociedade. Já na segunda parte, a metodologia, a qual se baseia em uma pesquisa teórica, para a elaboração de referencial teórico, além de conter uma pesquisa de campo com empresários para compreender de fato o pensamento deles sobre o tema. A presente pesquisa encontra-se na fase elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Cooperação. Empresários. Sociedade.

## REFERÊNCIA

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato; JUNIOR, Edgar Reyes. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 458-477, 2010.

<sup>115</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>116</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>117</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU

<sup>118</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU

<sup>119</sup> Aluno 2º período do curso de Direito da FACTU.

<sup>120</sup> Mestre em Marketing. Administradora. Professora Universitária e Coordenadora do Núcleo de Apoio Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.



## A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

FERREIRA, Geisiele Beatriz Lima<sup>121</sup>;  
 SILVA, Larissa Evelyn Caeiro<sup>122</sup>;  
 VIEIRA, Luana Cristina da Cruz<sup>123</sup>;  
 VASCONCELOS, Raissa Alves<sup>124</sup>;  
 MACHADO, Claudia Aparecida<sup>125</sup>.

A gestão escolar é um conjunto organizacional interno de uma instituição. Distingue o planejamento do trabalho escolar e racionalização do uso dos recursos materiais, financeiros, intelectuais; conduz e controla os serviços indispensáveis ao ensino, bem como distribui e controla o trabalho das pessoas. Para as instituições escolares, aplica-se o termo organização institucional pelo maior alcance, entendendo-se que as instituições de ensino têm fortes atributos interativos que as diferenciam de empresas convencionais (LIBÂNEO, 2001). O presente artigo tem o objetivo de identificar a contribuição da gestão escolar da FACTU para o desenvolvimento da sociedade nos últimos 5 anos. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa com realização de entrevista com o gestor da unidade de análise deste presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, apresentar-se-á o conceito de gestão escolar e suas formas mais utilizadas atualmente, discutindo a contribuição da gestão escolar para a sociedade. Na segunda parte, pretende-se realizar uma pesquisa exploratória, realizando uma entrevista semiestruturada com o gestor da instituição para analisar a gestão aplicada na mesma. A presente pesquisa encontra-se na fase elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Gestão Escolar. Sociedade. Instituição de Ensino.

### REFERÊNCIA

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

<sup>121</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>122</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>123</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>124</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>125</sup> Mestre em Marketing. Administradora. Professora Universitária e Coordenadora do Núcleo de Apoio Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

## A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE UNAÍ-MG NA VISÃO DO GERENTE

ALMEIDA, Italo Rodrigues<sup>126</sup>  
 LARA, Gabriele Fonseca da Silva<sup>127</sup>  
 RIBEIRO, Mayara Aparecida Graciano<sup>128</sup>  
 OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>129</sup>

As equipes são imprescindíveis para se alcançar bons resultados nas empresas/cooperativas. Para Zylbersztajn (2017), “as cooperativas são arranjos institucionais amplamente difundidos por diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo. Ao mesmo tempo em que os princípios cooperativistas representam o elo entre as organizações no mundo cooperativista, esses mesmos princípios delimitam as estratégias passíveis de serem adotadas pelas organizações cooperativas”. Segundo Robbins (1999), Equipes tornam-se, cada vez mais, os principais meios para organização de trabalho em empresas contemporâneas. O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do trabalho em equipe e como elas podem influenciar no processo de desenvolvimento de uma cooperativa agrícola em Unaí – MG na visão do gerente. Primeiro, descreveu-se sobre o conceito e os tipos de equipes de trabalho. O segundo capítulo apresentou o conceito de cooperativismo, seus princípios e valores. O terceiro tratou da importância das equipes de trabalho para o desenvolvimento das cooperativas. Quanto à metodologia, este trabalho está em andamento. Conclui-se que, para que ocorra o desenvolvimento de uma cooperativa, é essencial a participação dos integrantes, alcançando, assim, bons resultados nas cooperativas.

**Palavras-chave:** Equipes de trabalho. Cooperativa agrícola. Gerente.

### REFERÊNCIAS

ROBBINS, Stephan P. **Comportamento organizacional**. Tradução de Christina Ávila de Menezes. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Série de Working Papers. **Working Papers n° 2/2017**, Universidade de São Paulo. Disponível em: <[www.ead.fea.usp.br/wpapers\\_](http://www.ead.fea.usp.br/wpapers_)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>126</sup> Estudante do 1º período do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU.

<sup>127</sup> Estudante do 1º período do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU.

<sup>128</sup> Estudante do 1º período do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU.

<sup>129</sup> Docente mestra da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

**EMPREENDEDORISMO AFRODESCENDENTE NO BRASIL: CRIANDO  
NEGÓCIOS, GERANDO RENDA**

ABREU, Ana Paula Pereira dos Santos<sup>130</sup>

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Soares<sup>131</sup>

BARRETO, Marcos Paulo Freitas<sup>2</sup>

FONSECA, Leonardo Martins<sup>2</sup>

OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>132</sup>

O empreendedorismo afrodescendente vem crescendo, tendo em vista a necessidade deste mercado. Segundo Mathias (2016), o empreendedorismo-afro alcança este público e reafirma sua raiz. O presente trabalho tem como objetivo analisar como é aplicado o empreendedorismo afrodescendente no Brasil, com a finalidade de demonstrar como este tipo de negócio gera renda. Na primeira parte deste trabalho, observou-se como funciona o empreendedorismo, seus conceitos e as principais características de um empreendedor. Na segunda parte, estudou-se como o empreendedorismo afrodescendente está presente na situação atual do mundo empreendedor, destacando a sua evolução e valorização da cultura africana no Brasil. Na terceira parte, foram apresentados alguns casos de sucesso do empreendedorismo afrodescendente no Brasil. Quanto à metodologia, trata-se de revisão de literatura. Até o momento conclui-se que o empreendedorismo afrodescendente está presente no Brasil; este tipo de negócio atende a um público específico, gerando renda e, conseqüentemente, desenvolvimento para o país. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Afrodescendente. Negócios.

### REFERÊNCIA

MATHIAS, Laís. **O afro-empendedorismo e as novas perspectivas para o mercado.** 2016. Disponível em: <<https://medium.com/clavedefapp/o-afro-empendedorismo-e-as-novas-perspectivas-para-o-mercado-52fe87069bd7>>. Acesso em 20 abr. 2019.

<sup>130</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>131</sup> Acadêmicos do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>132</sup> Docente Mestra da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

## LIDERANÇA FEMININA E AS DESIGUALDADES ENFRENTADAS NO MEIO EMPRESARIAL: Estudo de caso Clínica Haurora.

MENDES, Danielly Da Silva <sup>133</sup>;  
MACHADO, Claudia Aparecida <sup>134</sup>.

O presente artigo tem como objetivo verificar as desigualdades enfrentadas pela liderança feminina no meio empresarial, em especial, no meio da estética e beleza. A desigualdade de gênero é algo preocupante no Brasil e no mundo. As mulheres, apesar de ocupar menos cargos de liderança, terem menos oportunidades e infelizmente salários menores, vem conquistando espaço e se destacando no meio empresarial, principalmente, no meio da estética e beleza. Com a revolução industrial a mulher passou a ser colocada para dentro das fábricas. Sofreu inúmeras discriminações em razão do gênero, porém, sua evolução se deu da mesma forma, sendo que conseguiu e está conseguindo a cada dia conquistar seu espaço no mercado de trabalho, sempre com o objetivo de atingir a igualdade perante o sexo oposto (MURARDO, 1992). Esta pesquisa trará conceitos importantes sobre lideranças femininas, preconceitos e obstáculos enfrentados pelas empresárias, identificar a discriminação injusta, e destacar a importância da mulher no mercado de trabalho. Na primeira parte, apresenta-se o referencial teórico do trabalho, contendo os principais assuntos relacionados ao histórico e crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, e os obstáculos enfrentados. A metodologia de acordo com objetivo é exploratória, descritiva, apresenta abordagem qualitativa e o instrumento utilizado para a geração de dados será realizada uma entrevista com a gestora da Clínica Haurora. Pesquisa em andamento.

**Palavras-chave:** Liderança; Mercado de trabalho; Desigualdades, Preconceito.

### REFERÊNCIA

MURARDO, R. M.: **Mulheres no terceiro milênio: uma história de mulheres através do tempo e perspectiva para o futuro**. Rio de Janeiro, ed. Rosa de os tempos, 1992.

---

<sup>133</sup> Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>134</sup> Mestre em Marketing. Administradora. Professora Universitária e Coordenadora do Núcleo de Apoio Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

## COMO IMPLANTAR A CONTROLADORIA EM UMA EMPRESA

MENEZES, João Vitor Campos<sup>135</sup>  
 SANTOS, José Adilson Carvalho<sup>136</sup>  
 SANTOS, Luiz Felipe<sup>137</sup>  
 POZZA, Marcos Aurélio<sup>138</sup>  
 CORRÊA, Renato Adilson Izolan<sup>139</sup>

Segundo Figueiredo (2017), o *Controller* é o profissional da contabilidade que supervisiona e mantém os arquivos financeiros formais da empresa, embora suas funções não tenham que restringir penas às funções contábeis e o que mais se espera é que ele amplie sua atuação ao desenvolvimento da contabilidade em aplicações gerenciais. Com a Revolução Industrial no Século XVII é XIX, ocorreu a multiplicação de empresas, que, ao final do mesmo século, começaram a formar grandes incorporações, as mesmas eram organizadas sob formas de divisões, mas com controle centralizado. O aumento da concorrência e competitividade com técnicas de produção mais eficazes, levaram os gestores envolvidos no meio empresarial a procurarem novos métodos gerenciais, que forneceram informações gerenciais seguras, precisas e no tempo correto para o suporte ao processo decisório. Nesse contexto surge a controladoria. Portanto, a controladoria chegou às empresas com a função de suprir uma deficiência da contabilidade no suprimento de informações gerenciais que visem à eficácia organizacional. O presente artigo tem como objetivo principal implantar a controladoria em uma empresa privada como geradora de informação adequada no processo decisório, identificar qual são os desafios encontrados para se implantar a controladoria, verificar qual é o papel do *controller* analisar a relevância da controladoria em uma organização. A justificativa pela escolha do tema e um desafio proposto aos componentes do grupo de forma que, com o conhecimento adquirido possa ser aplicado na disciplina de controladoria, e repassado aos colegas e outros acadêmicos.

**Palavras-chave:** Controladoria. Controller. Empresa Privada.

### REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Sandra, CAGGIANO, Paulo Cesar: **Controladoria: Teoria e pratica.** – 5. Ed.-São Paulo: Atlas 2017.

<sup>135</sup> Auno do 7º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>136</sup> Aluno do 7º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>137</sup> Aluno do 8º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>138</sup> Aluno do 7º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>139</sup> Aluno do 7º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

**A INFLUÊNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NO  
PROCESSO DECISÓRIO: Um estudo de caso em uma microempresa do ramo de  
alimentação do município de Unaí/MG**

COSTA, Luís Fernando Lima da<sup>140</sup>  
MOREIRA, Gabriel<sup>141</sup>

O presente estudo tem como objetivo analisar como os indicadores econômico-financeiros influenciam no processo decisório de uma empresa da cidade de Unaí-MG. Os objetivos específicos são: descrever o papel dos indicadores econômico-financeiros analisados através do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício no processo decisório; analisar indicadores econômico-financeiros utilizados no processo decisório da empresa; demonstrar os benefícios informacionais da análise dos indicadores econômico-financeiros no processo decisório. O primeiro capítulo descreverá sobre as decisões financeiras no contexto empresarial que se relaciona com a importância da elaboração do controle financeiro para tomada de decisão e importância da definição estratégica a fim de proporcionar valorização do empreendimento. Posteriormente, discutir-se-á sobre demonstrações financeiras que representam apropriadamente a posição financeira da empresa, demonstrando dados úteis para o processo decisório. Será apresentado o conceito de Balanço Patrimonial que evidencia os bens e direitos, assim como as obrigações e valor patrimonial. Será abordado, também, o conceito de Demonstração do Resultado do Exercício, demonstrativo financeiro responsável por evidenciar a formação do resultado da empresa em determinado período, resumindo as receitas e despesas ordenadamente. Em sequência, os indicadores econômico-financeiros responsáveis por fornecer dados, através de cálculos realizados a partir das informações apresentadas pelas demonstrações financeiras. Nesse contexto, a pesquisa abordará em seus capítulos indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, rentabilidade, lucratividade, de ciclo operacional e financeiro. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa se classifica como exploratória e qualitativa, tratando-se de um estudo de caso utilizando como procedimento de pesquisa documental e entrevista semiestruturada. O presente trabalho se justifica por buscar ressaltar informações para o desenvolvimento e execução da tomada de decisão que proporciona melhor desempenho para a empresa em estudo, é relevante por tratar de um assunto capaz de incentivar novos estudos na área de administração financeira e demonstrar como os indicadores econômico-financeiros influenciam no processo decisório de uma empresa (SILVA, 2017). Assim como, visto que a tomada de decisões assertivas acarreta no desenvolvimento da empresa, que beneficia diretamente a economia e a sociedade.

**Palavras-chave:** Processo Decisório. Análise econômico-financeira. Indicadores econômico-financeiros.

## REFERÊNCIA

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

<sup>140</sup> Acadêmico de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

<sup>141</sup> Mestre em Administração. Coordenador e professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

## MARKETING DE RELACIONAMENTO NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

RODRIGUES, Murillo Sávio Silva<sup>142</sup>

SOUSA, Eder Costa<sup>143</sup>

SOUZA, Elaine Aline<sup>144</sup>

MOREIRA, Gabriel<sup>145</sup>

Pode-se definir o conceito de Marketing de Relacionamento como uma estratégia que tem o objetivo de criar e manter um relacionamento próximo entre a empresa e seus clientes (THOMÉ, 2019). A cooperativa de crédito, também chamada de cooperativa financeira, é uma associação de pessoas que prestam serviços financeiros apenas para os próprios membros, estes são usuários e donos ao mesmo tempo (VASSELAI, 2018). A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância do marketing de relacionamento para a fidelização dos clientes no cooperativismo de crédito. Para tanto, a pesquisa se classifica em seu objetivo como exploratória, com abordagem qualitativa, sendo realizado um estudo de caso com aplicação de um questionário semiestruturado para análise dos resultados. O presente artigo justifica-se pela importância de se aprofundar um pouco mais no universo do marketing de relacionamento e do cooperativismo de crédito para que se possam utilizar esses conhecimentos nos estudos acadêmicos. Portanto, foi utilizada uma pesquisa teórica para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se a evolução do marketing de relacionamento. Na segunda, estudou-se o conceito de marketing de relacionamento. Na terceira estudou-se marketing de relacionamento nas empresas. Na quarta, estudou-se a fidelização de cliente, o que poderia ser feito para o cliente ser um cliente fiel. Na quinta parte, estudaram-se ferramentas de marketing de relacionamento para aplicar na fidelização de clientes. Na sexta parte, estudaram-se fundamentos do cooperativismo. E por fim, estudou-se cooperativismo de crédito no Brasil. O presente artigo foi concluído, finalizado com uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário semiestruturado ao gestor da cooperativa de crédito Sicoob Noroeste que se localiza no município de Unaí – MG.

**Palavras-Chave:** Cooperativismo de crédito. Marketing de relacionamento. Fidelização.

### REFERÊNCIAS

THOMÉ, Felipe. Marketing de Relacionamento: o que é e como aplicar em sua empresa. **Peepi**, 2019. Disponível em: <<https://www.peepi.com.br/blog/marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 24 de mar. 2019.

VASSELAI, Nicole. Cooperativa de crédito: conheça vantagens e riscos. **Creditas**, 2018. Disponível em: <<https://www.creditas.com.br/revista/cooperativa-de-credito/>> Acesso em: 24 de mar. 2019.

<sup>142</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>143</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>144</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>145</sup> Mestre em Administração. Coordenador e professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.





**CADERNO DE DIREITO**

<b>PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR RURAL</b>
---

MARTINS, Eduardo Barros<sup>146</sup>

ESTRELA, Mateus Alves<sup>147</sup>

DA SILVA, Pedro do Carmo Pereira<sup>148</sup>

DOS SANTOS, Lidiane Campos<sup>149</sup>

Trabalhadores rurais são pessoas que possuem propriedade rural ou pessoas que trabalham com lavoura, exploração agrícola, pecuária, esteja ou não situado na zona rural, eles são dependentes desse trabalho e do salário (BRASIL, 1973) (art. 2). O presente artigo tem o objetivo de identificar como são aplicadas as leis para a proteção do trabalhador rural, definindo como funcionamento dessas leis são aplicadas para os direitos do trabalhador rural. Para tanto foi utilizado uma pesquisa qualitativa para elaboração do referencial teórico e, para análise e discussão dos resultados, será realizada uma entrevista com o gestor na Fazenda Santo Antônio do Garapa. Na primeira parte (referencial teórico) aborda-se quem é o trabalhador rural e a lei de proteção ao trabalhador rural, analisando sobre os problemas de saúde e suas causas e os crimes cometidos pelos proprietários de terras ao tentar burlar a lei do trabalhador rural e como a legislação tem se relacionado com esses problemas. Na segunda parte, pesquisa empírica, será realizada uma entrevista com o proprietário da Fazenda Santo Antônio do Garapa para verificar o que está sendo feito para proteger os direitos e a saúde do trabalhador rural e como a propriedade está seguindo a lei, como forma de proteger os direitos e a saúde do trabalhador rural. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração e discussão dos resultados.

**Palavras-chave:** Lei do Trabalhador Rural. Proteção. Direitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 5889/73, de 8 de junho de 1973. Dispõe sobre a lei do trabalhador rural.

**Planalto.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2019.

---

<sup>146</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>147</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>148</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>149</sup> Mestre em Administração. Especialista em Gestão Agroindustrial. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Representante do Conselho Regional de Administração - CRA.

<b>O COOPERATIVISMO AQUECENDO A ECONOMIA REGIONAL COM ESTUDO NO SICOOB NOROESTE DE MINAS</b>
--

LIMA, Aline Lopes<sup>150</sup>  
 CALDAS, Bárbara Santos<sup>151</sup>  
 COSTA, Karina Mendes dos Santos<sup>152</sup>  
 CUNHA, Lucas Alves<sup>153</sup>  
 MACHADO, Cláudia Aparecida<sup>154</sup>

Uma cooperativa de crédito é uma associação da qual pessoas se tornam sócias e podem fazer movimentações financeiras, essas cooperativas não têm fins lucrativos e seus preços são mais acessíveis que os bancos tradicionais. No Brasil, a maior cooperativa de crédito é o Sicoob (Sistema de Cooperativistas do Crédito do Brasil) com mais de 2.500 pontos de atendimento. Na região do Noroeste de Minas, também tem o Sicoob que será um dos objetos de pesquisa (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016). O presente artigo tem o objetivo de indicar o crescimento econômico no município de Unaí/MG com o apoio de uma cooperativa de crédito (estudo no Sicoob Noroeste de Minas). Primeiro, apresentar-se à importância de uma cooperativa de crédito para o crescimento da comunidade. Também, discutir-se qual a importância das cooperativas de crédito para os cooperados. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa para a elaboração da parte teórica. Posteriormente, será realizada uma pesquisa primária, com aplicações de questionários para buscar o melhor conhecimento, de como a cooperativa de crédito Sicoob interfere na vida de seus cooperados. O trabalho se justifica pela curiosidade e interesse de obter informações e conhecer as funcionalidades das cooperativas de crédito e como influenciam no Noroeste Mineiro. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Cooperativismo. Crescimento Econômico. Sicoob Noroeste de Minas.

### REFERÊNCIAS

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **O que é uma cooperativa de crédito ou instituição financeira cooperativa?** 2016. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito-2/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

---

<sup>150</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>151</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>152</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>153</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>154</sup> Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis na FACTU. Coordenadora do NAC. Mestre em Marketing.

## COOPERAÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AMARAL, Aline Samara Teixeira<sup>155</sup>  
 PEREIRA, Kelly Vieira Barbossa<sup>156</sup>  
 CARDOSO, Michaely Mendes<sup>157</sup>  
 GUIMARÃES, Pabline de Souto<sup>158</sup>  
 CAMPOS, Lidiane Santos<sup>159</sup>

A violência é um ato brutal, um abuso e desrespeito contra alguém, caracteriza-se em relações entre dois ou mais sujeitos, é definida por insultos, ameaças, pelo amedrontamento e pânico isto é, qualquer ato que resulta ou possa resultar em sofrimento físico, sexual e psicológico; o estudo dos mecanismos criados para que ocorra o seu combate, demonstra que há uma questão histórica e social; por não ser um problema recente na sociedade brasileira, uma vez que está presente desde o início da história da colonização até os dias atuais, há uma série de entraves para a redução dos casos de agressões; o século XX foi determinante para que os direitos humanos passassem a ser reconhecido, como o responsável pelas transformações no comportamento da sociedade (SOUZA, 2014). O presente artigo tem como objetivo identificar no poder judiciário brasileiro os dispositivos utilizados para a prevenção da violência doméstica. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa, com análise de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Na primeira parte deste trabalho, foram analisadas as normas aplicáveis ao combate à violência doméstica no Brasil, definindo quais crimes se enquadra e o conceito de violência doméstica. Após, serão estudados os desafios enfrentados para que ocorra a prevenção da violência doméstica. Na segunda parte, será realizada uma análise dos julgados para verificação das formas de efetivação da prevenção da violência doméstica em Minas Gerais. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Violência Doméstica. Prevenção. Desafios.

### REFERÊNCIAS

SOUZA, Valéria Pinheiro. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – A Lei Maria da Penha: Uma Análise Jurídica**. 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

<sup>155</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>156</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>157</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>158</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>159</sup> Mestre em Administração. Especialista em Gestão Agroindustrial. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Representante do Conselho Regional de Administração – CRA.

<b>COOPERAÇÃO SOCIAL CONTÁBIL PARA MELHOR DESEMPENHO DAS EMPRESAS NA QUESTÃO AMBIENTAL</b>
--

SILVA, Amanda Moreira<sup>160</sup>  
 CUNHA, Davidson Alves<sup>161</sup>  
 SANTOS, Mariele Silva<sup>162</sup>  
 OLIVEIRA, Paulo Henrique Xavier<sup>163</sup>  
 SANTOS, Lidiane Campos<sup>164</sup>

A definição de sustentabilidade pode ser descrita como a capacidade de conseguir suprir as necessidades humanas, de modo que as organizações precisem utilizar meios que interfiram menos na integridade global do ecossistema, ou seja, na qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. Diante deste contexto, percebe-se que a Contabilidade ambiental vem crescendo de forma significativa, isso devido à disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e poluição do meio ambiente, pois tornaram-se pontos de debates econômicos, políticos e sociais em todo mundo (TEIXEIRA, 2000). O artigo tem como objetivo identificar de que forma a contabilidade pode interferir nos métodos de preservação ambiental de uma cooperativa. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. A primeira parte descreve o conceito e a importância da sustentabilidade, evidenciando seu valor no meio social, ambiental e financeiro. A segunda parte, discute-se como surgiu a contabilidade ambiental e, posteriormente, foram analisados os métodos utilizados para obtenção de resultados na prevenção ambiental e nos processos contábeis, demonstrando como essa pode contribuir com as organizações. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados, mas é possível identificar a importância dos métodos contábeis nas cooperativas e sua colaboração para a preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Contabilidade. Meio Social.

### REFERÊNCIA

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental:** uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. Disponível em:  
 <[http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/47.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

---

<sup>160</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>161</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>162</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>163</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>164</sup> Mestre em Administração. Especialista em Gestão Agroindustrial. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Representante do Conselho Regional de Administração - CRA.

**COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO PRESENTES EM PROJETOS  
SOCIAIS**

OLIVEIRA, Ana Cristiny Gomes<sup>165</sup>  
SILVA, Rainhane Lúcia Mota<sup>166</sup>  
LIMA, Samara Rocha<sup>167</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>168</sup>

É de fundamental importância que o Estado compreenda a necessidade da efetivação dos direitos inerentes à criança e do adolescente e que tais direitos sejam vistos como prioridade pelas e pela sociedade, haja vista que o maior patrimônio de uma nação é seu povo, e o maior patrimônio do povo são suas crianças e jovens (LIBERATI, 2004). Este trabalho tem como objetivo apresentar os projetos sociais e como estes influenciam na retirada de crianças e adolescentes em situação de risco no município de Unaí–MG. Pretende-se realizar uma pesquisa empírica com intuito de conhecer os projetos sociais voltados para crianças e adolescentes em situação de risco existentes na região, quais são os efeitos gerados e a importância desses projetos sociais na vida desses jovens em situação de vulnerabilidade, verificar a participação da população unaiense no desenvolvimento dos projetos sociais, analisar a participação do município para o desenvolvimento dos projetos sociais e verificar a satisfação da população de Unaí–MG em relação aos projetos sociais existentes que asseguram a proteção de jovens em situação de risco. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa com a elaboração de entrevistas e formulários a fim de verificar a real atuação dos projetos sociais na vida das crianças e adolescentes da região. O presente trabalho inicialmente discorrerá sobre a definição de crianças e adolescentes e apresentará as ferramentas estatais que asseguram a sua proteção e as punições para aqueles que as transgredirem. Posteriormente serão abordados os agentes de proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como estes atuam na disponibilização de ambientes e condições propícias para o desenvolvimento saudável desses jovens, bem como elaborar uma proposta de ampliação de projetos sociais para crianças em situação de risco em Unaí – MG. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Crianças e Adolescentes. Projetos Sociais. Situações de Risco.

### REFERÊNCIA

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 288p.

<sup>165</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>166</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>167</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>168</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**O DIREITO À EDUCAÇÃO COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO NOROESTE DE MINAS**

LIMA, Bruno Sanches<sup>169</sup>  
MORAIS, Kelly Cristina<sup>170</sup>  
SANTOS, Laila Soares<sup>171</sup>  
MELO, Laura Martins<sup>172</sup>  
DUARTE, Letícia Silva Lopes<sup>173</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>174</sup>

A educação é um importante catalisador para o desenvolvimento, ela aumenta as chances de obtenção de emprego, reduz os índices de casamento infantil, assim como, de gravidez precoce e melhora a saúde de mães e crianças. Para que a educação transforme a sociedade, é necessário não somente o acesso à educação para todos, mas também o acesso a uma educação de qualidade, na qual as crianças realmente aprendam. (UNESCO, 2013) O presente artigo tem como objetivo analisar a questão do direito à educação no Noroeste de Minas e como a mesma atua como importante fator para o desenvolvimento social. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa, com realização de entrevista com a Secretária Municipal de Educação de um município no Noroeste de Minas Gerais. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se o conceito de direito à educação, o porquê de ela ser um direito essencial e sua contribuição para o desenvolvimento social local. Na segunda parte, examinaram-se os obstáculos para uma educação de qualidade no Noroeste Mineiro e possíveis soluções. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Direito à educação. Desenvolvimento Social. Noroeste de Minas.

### REFERÊNCIA

UNITED NATIONS EDUCATION. Scientific and Cultural. Organization. **Education transforms lives**. Paris, UNESCO, 2013. Disponível em: <link>. Acesso em: 29 abr. 2019

<sup>169</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>170</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>171</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>172</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>173</sup> Acadêmica do 3º período do curso Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>174</sup> Professora e Coordenadora do curso de direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo UniCEUB. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## MOBILIZAÇÃO SOCIAL A FAVOR DA CRIMINILIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

REZENDE, Caio Cesar Oliveira<sup>175</sup>  
 SILVA, Lucas de Lima<sup>176</sup>  
 MELO, Pedro Vinicius Silva<sup>177</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>178</sup>

A homofobia é uma agressão a qual presenciamos a quase todo momento, por essa razão já motivos para criar uma lei que torne essa agressão em crime. O Projeto de Lei nº 860, de 2019 tem o objetivo de punir aqueles que discriminam alguém por questões de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero (SENADO FEDERAL, 2019). O preconceito que se vivencia em praticamente todas as sociedades, impedem os homossexuais de ter uma vida livre e com total segurança (SASAKI, 2018). O presente artigo tem como objetivo tratar de homofobia e dos riscos para esse grupo da população brasileira. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se a cooperação da sociedade como essencial para que haja igualdade para todos, sem preconceitos no Brasil. A sociedade pode cooperar de várias maneiras, seja denunciando, conscientizando, entre outras formas de ajudar. Na segunda parte, apresenta-se, no âmbito social, quanto mais consciente estiver a população de que os todos são iguais, e todos têm os mesmos direitos independente da opção sexual, mais fácil será atingir o objetivo, que é acabar com a homofobia no Brasil, e trazer a igualdade para todos os LGBT'S. A presente pesquisa encontra-se em elaboração, porém, já se pode observar um posicionamento positivo, se a referida norma entrar em vigor em relação ao combate à homofobia no Brasil.

**Palavras-Chave:** Homofobia. Mobilização social.

### REFERÊNCIAS

SASAKI, Paulo. O combate contra a homofobia no Brasil e no Mundo. **Guia do Estudante**. 2018. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-combate-a-homofobia-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 860, de 2019. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero. **Senado Federal**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135327>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>175</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>176</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>177</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>178</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



## O CONSELHO TUTELAR NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OLIVEIRA, Carlos Augusto Dias de<sup>179</sup>  
 FERREIRA, Caroline Damacena<sup>180</sup>  
 SIQUEIRA, Joaquim Pedro Salgado<sup>181</sup>  
 FERREIRA JÚNIOR, Milton Marques<sup>182</sup>  
 RIBEIRO, Ramone Pereira<sup>183</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>184</sup>

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, ou seja, ele não executa a lei, meramente encaminhando a criança e o adolescente em situação de risco aos respectivos órgãos que vão tomar as devidas providências. O mesmo é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previstos no ECA. (art. 131) (BRASIL, 1990). O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar como é a atuação e funcionamento do Conselho Tutelar em Unai – MG e, a partir disso, elaborar formas para torná-lo mais eficaz. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, com realização de entrevista para a pesquisa de campo do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, será realizada uma apuração do funcionamento e atuação do Conselho Tutelar em Unai – MG, e a partir disso foram elaboradas ideias com o intuito de melhorar a atuação do Conselho Tutelar. Na segunda parte, fala-se da visita ao Conselho Tutelar, na qual alguns funcionários foram questionados acerca do funcionamento do órgão. Em vista disso, percebe-se que o funcionamento adequado do Conselho Tutelar é fundamental para o município, pois só assim os direitos garantidos às crianças e aos adolescentes poderão ser assegurados. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Conselho Tutelar. ECA. Criança e Adolescente.

### REFERÊNCIA

BRASIL, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

<sup>179</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>180</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>181</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>182</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>183</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>184</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<b>MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONTRA O CRIME DE FEMINICÍDIO</b>
---

SÁ, Cícera Pabline Cardoso de<sup>185</sup>  
 SILVA, Gabrielle Pereira<sup>186</sup>  
 COSTA, Stefáni Damasceno<sup>187</sup>  
 SANTOS, Lidiane Campos<sup>188</sup>

O feminicídio é um termo usado para designar o assassinato de mulheres, apenas por serem mulheres. No Brasil a Lei nº13.104 de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio dá-se quando um homicídio é cometido contra uma mulher, pelo fato de ser mulher, sendo assim, a penalização é maior para o crime. Diante da Lei do Feminicídio, como uma das modalidades de homicídio, tornou-se qualificada na lista de crimes hediondos. Em um homicídio simples a pena varia entre 6 a 20 anos, para o feminicídio a pena é de 12 a 30 anos (BRANDALISE, 2018). O presente artigo tem como objetivo levantar os impactos que a lei do feminicídio causa na sociedade e a partir disso, apresentar sugestões para que esse crime seja combatido. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se a caracterização do feminicídio. Na segunda parte, demonstrou-se a legislação aplicada no feminicídio. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Feminicídio. Combate. Relevância.

### REFERÊNCIAS

BRANDALISE, Camila. **O que é feminicídio?** Entenda a definição do crime que mata mulheres. Universa, 21 ago. 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/08/21/o-que-e-feminicidio-entenda-a-definicao-do-crime-que-mata-mulheres.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº13.104, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre o Feminicídio. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

<sup>185</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>186</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>187</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>188</sup> Mestre em Administração pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

## A REDUÇÃO DO ASSÉDIO MORAL DOS DEFICIENTES EM EMPRESAS

SANTOS, Darlina Rodrigues dos<sup>189</sup>  
 CAETANO, Giselly Ferreira<sup>190</sup>  
 CHAVES, Laivine de Sousa<sup>191</sup>  
 ALMEIDA, Lucas Ferreira de<sup>192</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>193</sup>

O assédio moral, consistente na exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e duradouras durante a jornada laboral, atenta contra a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (HIRIGOYEN, 2002; BARRETO, 2000). A questão motivadora do estudo é “como as empresas podem auxiliar na redução do assédio moral em face da inclusão dos deficientes no mercado de trabalho?”. O objetivo do estudo é realizar um levantamento na literatura e propor uma discussão sobre o papel das empresas na redução do assédio moral. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, buscar-se-á apresentação dos principais conceitos de assédio moral existentes na literatura, e a partir deste, será definido um conceito a ser adotado neste trabalho. O conceito adotado para assédio moral é como toda aquela ação de violência não física, levando o assediado a submeter-se a situação humilhantes, em função da posição hierárquica do assediador, ou exposição a situações humilhante perante o assediador ou a terceiros. Na segunda parte, buscou levantar as principais ações e práticas utilizadas no assédio moral, e suas consequências negativas para as empresas e para os trabalhadores. Entre as principais práticas de ocorrência de assédio moral dentro das empresas, Barreto (2000) cita as ameaças, gritos, cooptação e coações públicas para alcançar seu intento de isolar ou atingir a vítima mediante uma experiência que interfere em seus sentimentos e emoções, na sua saúde e comportamento e que, às vezes, culmina em morte. Buscou também levantar as principais práticas adotadas pelas empresas para coibir e/ou minimizar a ocorrência de assédio moral. A pesquisa encontra-se em elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Assédio moral. Empresas. Consequências negativas.

### REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. **Uma jornada de humilhações**. 2000. Dissertação - (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- HIRIGOYEN, M. F. **Assédio Moral: A violência perversa do cotidiano**. 2 ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.

<sup>189</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>190</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>191</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>192</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>193</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU. Professora Universitária. Advogada. Doutoranda em Direito pelo Uniceub/Brasília. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: michellebalbino@hotmail.com.

<b>UTILIZAÇÃO DAS LOGÍSTICAS NA COOPERAÇÃO EMPRESARIAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE</b>
---

SANTOS, Douglas Camargos<sup>194</sup>  
 SILVA, Eduardo de Oliveira<sup>195</sup>  
 ALMEIDA, Gabriel Abreu<sup>196</sup>  
 PEDRO NETO, João<sup>197</sup>  
 CAIXETA, Hyan Lucas Leitão<sup>198</sup>  
 TELES, Washington Vinicius da Silva Teles<sup>199</sup>  
 MACHADO, Ma. Claudia Aparecida<sup>200</sup>

A cooperação empresarial é uma forma de parceria entre empresários, que buscam desenvolvimento de suas regiões, além da redução de custos operacionais de suas empresas, assim obtendo também um alto nível de crescimento não só no Brasil, mas também em todo mundo (BALESTRIN, VERSCHOORE, REYES JÚNIOR, 2010). O artigo tem por objetivo analisar como a cooperação empresarial, reflete-se na sociedade se, positiva ou prejudicialmente, causando o desenvolvimento, ou estagnação da sociedade onde estas empresas estão inseridas. Na primeira parte apresenta-se o quanto a cooperação de empresários pode contribuir com a sociedade, devido a sua importância em um caráter econômico e social de uma determinada região e como essa relação refletiria na sociedade. Já na segunda parte, a metodologia que se baseia em uma pesquisa teórica, para a elaboração de referencial teórico, além de conter uma pesquisa de campo com empresários para compreender de fato o pensamento deles sobre o tema. A presente pesquisa encontra-se na fase elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Cooperação. Empresários. Sociedade.

### REFERÊNCIA

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato; JUNIOR, Edgar Reyes. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 458-477, 2010.

<sup>194</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>195</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>196</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>197</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>198</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>199</sup> Aluno 2º período do curso de Direito da FACTU.

<sup>200</sup> Mestre em Marketing. Professora universitária e coordenadora do Núcleo de Apoio Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

## O TRABALHO INSALUBRE DAS GRÁVIDAS PÓS-REFORMA TRABALHISTA VERSUS O DIREITO À SAÚDE DO FETO

BARROS, Pedro Henrique Vieira<sup>201</sup>  
 CAMPOS, Paula Carolina da Silva<sup>202</sup>  
 OLIVEIRA, Alan Francisco de<sup>203</sup>  
 PEREIRA, Lincoln Ricardo<sup>204</sup>  
 SANTOS, Lidiane Campos dos<sup>205</sup>

A Reforma Trabalhista erra ao permitir que gestantes trabalhem em ambientes insalubres, mesmo que em atividades de grau mínimo ou médio de insalubridade. A exigência de apresentação de atestado médico não garante a proteção da saúde da trabalhadora e do nascituro, pois o médico pode não possuir o conhecimento adequado em segurança do trabalho ou não vai ao local de trabalho examinar as condições do ambiente. Tal alteração legislativa não deveria ter sido feita, pois é cientificamente comprovado que o trabalho em ambientes insalubres é prejudicial à saúde das gestantes e de seus filhos (MELO, 2017). O presente artigo tem como objetivo geral analisar se a autorização do trabalho insalubre das grávidas, promovida pela reforma trabalhista, acarreta um conflito de direitos com o direito à saúde e à vida do feto. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, artigos científicos e sítios na internet para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte do trabalho, analisou-se o conceito de trabalho insalubre e quais as suas causas para a saúde do trabalhador. Na segunda parte, estudou-se a mudança legislativa promovida pela reforma trabalhista com relação às condições de trabalho das grávidas em atividades insalubres e suas implicações quanto à saúde e o direito à vida de seus filhos. Na parte final buscou-se conhecer a forma como a legislação brasileira resguarda o direito à saúde e à vida do feto. A presente pesquisa se encontra na fase de elaboração e discussão de resultados.

**Palavras-Chave:** Trabalho insalubre. Reforma trabalhista. Direito à vida. Insalubridade. Gravidez no trabalho.

### REFERÊNCIA

MELO, Raimundo Simão de. Reforma erra ao permitir atuação de grávida e lactante em local insalubre. **Revista Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba, PR, v. 6, n. 61, p. 180-181, jul./ago. 2017. Disponível em: <[https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/36537/mod\\_resource/content/2/Revista%20Elet%C3%B4nica%20%28JUL-AGO%202017%20-%20n%C2%BA%2061%20-%20Reforma%20Trabalhista%29.pdf](https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/36537/mod_resource/content/2/Revista%20Elet%C3%B4nica%20%28JUL-AGO%202017%20-%20n%C2%BA%2061%20-%20Reforma%20Trabalhista%29.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

<sup>201</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>202</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>203</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>204</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>205</sup> Mestre em Administração, pela Unimep (2011). Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras (2005). Graduada em Administração, pelo Instituto de Ensino Superior Cenecista (2003). Atualmente é coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai e na Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola). Prestadora de serviços na área de marketing e finanças. Representante do Conselho Regional de Administração em Unai e região.

<b>PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR RURAL</b>
---

MARTINS, Eduardo Barros<sup>206</sup>  
 ESTRELA, Mateus Alves<sup>207</sup>  
 DA SILVA, Pedro do Carmo Pereira<sup>208</sup>  
 DOS SANTOS, Lidiane Campos<sup>209</sup>

Trabalhadores rurais são pessoas que possuem propriedade rural ou pessoas que trabalham com lavoura, exploração agrícola, pecuária, esteja ou não situado na zona rural, eles são dependentes desse trabalho e do salário (BRASIL, 1973) (art. 2). O presente artigo tem o objetivo de identificar como são aplicadas as leis para a proteção do trabalhador rural, definindo como funcionamento dessas leis são aplicadas para os direitos do trabalhador rural. Para tanto foi utilizado uma pesquisa qualitativa para elaboração do referencial teórico e, para análise e discussão dos resultados, será realizada uma entrevista com o gestor na Fazenda Santo Antônio do Garapa. Na primeira parte (referencial teórico) aborda-se quem é o trabalhador rural e a lei de proteção ao trabalhador rural, analisando sobre os problemas de saúde e suas causas e os crimes cometidos pelos proprietários de terras ao tentar burlar a lei do trabalhador rural e como a legislação tem se relacionado com esses problemas. Na segunda parte, pesquisa empírica, será realizada uma entrevista com o proprietário da Fazenda Santo Antônio do Garapa para verificar o que está sendo feito para proteger os direitos e a saúde do trabalhador rural e como a propriedade está seguindo a lei, como forma de proteger os direitos e a saúde do trabalhador rural. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração e discussão dos resultados.

**Palavras-chave:** Lei do Trabalhador Rural. Proteção. Direitos.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei 5889/73, de 8 de junho de 1973. Dispõe sobre a lei do trabalhador rural.  
**Planalto.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2019.

---

<sup>206</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>207</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>208</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>209</sup> Mestre em Administração, pela Unimep (2011). Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras (2005). Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai e professora da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola).

<b>COOPERAÇÃO SOCIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ENERGIA SUSTENTÁVEL</b>
--

LOPES, Enrique Dias<sup>210</sup>  
 SILVA, Sâmia Barbosa<sup>211</sup>  
 RIBEIRO, Vinícios Rocha<sup>212</sup>  
 SANTOS, Lidianie Campos<sup>213</sup>

A capacidade de produção de energia de origem renovável do nosso País é enorme. Cada polo do Brasil possui uma especialidade, energia fotovoltaica pelo sol mais forte em algumas regiões nordestinas, pelos nossos ventos que são diferenciados e pela biomassa que existe em abundância. Além de que o Brasil possui a capacidade de se adaptar, como exemplo, no Sudeste quando está em período de seca, a produção hidrelétrica é reduzida, mas em contrapartida ocorre uma colheita maior de cana de açúcar para a produção de energia a partir de seus bagaços. Portanto, seria um desperdício não aproveitar de algo assim (FREIRE, 2014). O presente artigo tem como objetivo verificar se o governo desenvolve programas para o incentivo do uso de energia renovável, checando o que é necessário para a implementação dessa energia gerada a partir de recursos naturais, e fazer uma análise dos benefícios obtidos com seu uso. Para isso, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa em livros, artigos científicos e sítios na internet para análise e elaboração do presente trabalho. Primeiramente analisaram-se os programas e as leis desenvolvidas pelo governo como forma de incentivo ao uso das energias renováveis. Logo em seguida, foram apresentados os benefícios e as vantagens que a utilização de tais energias pode trazer, tanto para a sociedade, quanto para o meio ambiente. A presente pesquisa encontra-se em fase elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Energia Renovável. Incentivos. Benefícios.

### REFERÊNCIA

FREIRE, Luciano. **Energias Renováveis Complementares: Benefícios e Desafios.** FGV Energia, 2014.

---

<sup>210</sup> Aluno 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>211</sup> Aluno 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>212</sup> Aluno 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>213</sup> Mestre em Administração, pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

## COOPERAÇÃO SOCIAL PELO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MARIANO, Gabriella Camacho<sup>214</sup>  
 MOURA, Mariana Aguiar de Souza<sup>215</sup>  
 ROCHA, Talita Louzeiro da<sup>216</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>217</sup>

A exploração sexual de crianças e adolescentes corresponde a uma condição bastante ampla, que inclui abusos, pornografia infantil, prostituição entre outros, cabe mencionar também os exploradores que utilizam métodos para aliciar menores com o objetivo de lucrar ou obter algum benefício de qualquer espécie. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil, entre os anos de 2011 a 2017 teve um avanço significativo de 83% nas ocorrências de exploração sexual contra crianças e adolescentes, sendo notificados neste lapso 31,5% contra crianças e também 45,0% contra adolescentes (MS,2018). De acordo com o art.241-D da Eca, qualquer indivíduo que assediar o menor com a intenção de praticar atos hediondos, e divulgar material pornográfico será devidamente punido (BRASIL, 1990). O presente artigo tem o objetivo de saber como os projetos sociais contra o abuso sexual de crianças e adolescentes contribuem para a efetivação dos princípios da proteção integral em um município no interior de Minas Gerais. Para isso realiza-se uma pesquisa exploratória, com a utilização de entrevistas para a conclusão do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho serão verificados os avanços legislativos que visam combater e penalizar os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Após, será apresentado a participação do estado na a complementação de projetos sociais para combater tais abusos. Na segunda parte será realizada entrevista com os representantes do Conselho Tutelar e de Organização Não Governamental (ONGs) presente no município pesquisado e que tenha contato direto com o tema. A presente pesquisa encontra-se na etapa de elaboração de análise e discussão dos resultados.

**Palavra-chave:** Exploração sexual. Vulnerável. Prevenção.

### REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. **Boletim Epidemiológico 27**, Secretaria de Vigilância em Saúde. v. 49, n. 27, jun. 2018, 17p. Disponível

<sup>214</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>215</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>216</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da FACTU;

<sup>217</sup> Coordenadora do Curso de Direito da FACTU. Professora Universitária. Advogada. Doutoranda em Direito pelo Uniceub/Brasília. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: michellebalbino@hotmail.com



em:<<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

## A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

FERREIRA, Geisiele Beatriz Lima<sup>218</sup>  
 SILVA, Larissa Evelyn Caeiro<sup>219</sup>  
 VIEIRA, Luana Cristina da Cruz<sup>220</sup>  
 VASCONCELOS, Raissa Alves<sup>221</sup>  
 MACHADO, Claudia Aparecida<sup>222</sup>

A gestão escolar é um conjunto organizacional interno de uma instituição. Distingue o planejamento do trabalho escolar e racionalização do uso dos recursos materiais, financeiros, intelectuais; conduzi e controla os serviços indispensáveis ao ensino, bem como distribuir e controla. O trabalho das pessoas. Para as instituições escolares, aplica-se o termo organização institucional pelo maior alcance, entendendo-se que as instituições de ensino têm fortes atributos interativos que as diferenciam de empresas convencionais (LIBÂNEO, 2001). O presente artigo tem o objetivo de identificar a contribuição da gestão escolar da FACTU para o desenvolvimento da sociedade nos últimos 5 anos. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa com realização de entrevista com o gestor da unidade de análise deste presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, apresentar-se-á o conceito de gestão escolar e suas formas mais utilizadas atualmente, discutindo a contribuição da gestão escolar para a sociedade. Na segunda parte, pretende-se realizar uma pesquisa exploratória, realizando uma entrevista semiestruturada com o gestor da instituição para analisar a gestão aplicada na mesma. A presente pesquisa encontra-se na fase elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Gestão Escolar. Sociedade. Instituição de Ensino.

### REFERÊNCIA

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

<sup>218</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>219</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>220</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Ciências Contábeis da FACTU.

<sup>221</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Administração da FACTU.

<sup>222</sup> Graduada em Administração e mestre Marketing. Sócia proprietária da Assessoria e Consultoria Rural e Administrativa (MAFRA). Professora e coordenadora do NAC da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<b>PROTEÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS: O OLHAR DA SOCIEDADE</b>
---

PEREIRA, Júlia Gonzaga<sup>223</sup>  
 VALADARES, Isadora Fernandes<sup>224</sup>  
 RODRIGUES, Vitória de Amorim<sup>225</sup>  
 SOBRENOME, Micaelly Larissa<sup>226</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>227</sup>

Os maus tratos em animais residem nas agressões gratuitas e atos de violência desnecessários, que logrem machucar, mutilar, matar, torturar e impor sofrimento aos animais. (BECHARA, 2003 apud GOMINHO; BARBOSA, 2017). O presente trabalho tem como objetivo a segurança e proteção de animais domésticos, logo, visa mostrar a lacuna que existe a respeito das leis que os protegem e um possível desenvolvimento de leis na cidade de Unaí, que sejam qualificadas e eficazes. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, será realizada uma análise crítica acerca de como está o funcionamento e a existência de leis que buscam a proteção destes. Logo, na segunda parte, será feita uma analogia entre direitos dos homens e dos animais, buscando assim uma isonomia entre estes. Na terceira parte será realizada uma análise acerca do poder público em implantar leis que venham proteger o direito dos animais, visando conservar a essência e liberdade dos animais domésticos. Infere-se, portanto, que a proteção, por meio de leis mais convictas, é uma alternativa viável, possível e que já se encontra em construção na sociedade brasileira. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Proteção animais. Direitos homólogos. Legislação no Brasil.

## REFERÊNCIA

GOMINHO, Leonardo; BARBOSA, Bárbara. **A tutela penal decorrente de maus tratos contra animais**. Pernambuco, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60491/a-tutela-penal-decorrente-de-maus-tratos-contra-animais>>. Acesso em: 01 maio 2019.

<sup>223</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>224</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>225</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>226</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>227</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<b>COOPERAÇÃO SOCIAL DOS INTEGRANTES DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO NOROESTE MINEIRO</b>
--

SANTOS, Lauany Jesus Farães dos<sup>228</sup>  
 COSTA, Daniely Neves<sup>229</sup>  
 SOBRINHO, Kelly Cristina Pereira<sup>230</sup>  
 SANTOS, Luana Tavares<sup>231</sup>  
 CARVALHO, Júlia Maria Vieira de Jesus<sup>232</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>233</sup>

Pode-se definir os Comitês de Bacia Hidrográfica como órgãos normativos e colegiados que integram SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Eles têm existência no Brasil desde o ano de 1988. Esses Comitês possuem uma composição múltipla e democrática, o que facilita bastante no que diz respeito à participação de diversos setores da sociedade. Atuam também como uma espécie de porta-voz da comunidade (BRASIL, 2009). O presente artigo tem como principal objetivo fazer uma análise de toda a influência e contribuição dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Noroeste Mineiro atualmente. Para isto, realiza-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, com utilização da técnica de entrevista para análise e desenvolvimento do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho será analisada a importância de medidas de conservação dos recursos hídricos e da participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas juntamente em a problematização do consumo desses recursos para a produção de grãos e agricultura em geral da região. Posteriormente, será abordada a participação do município de Unaí-MG na gestão dos recursos hídricos dos Comitês de Bacias Hidrográficas e o interesse e envolvimento da sociedade na gestão das águas. Por último, será explorado a cooperação de outros órgãos normativos junto aos Comitês, como IGAM, SUPRAM e ANA, através de entrevista com os representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas (SF7 e SF14). A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-Chave:** Comitês de Bacias Hidrográficas. Recursos Hídricos. Cooperação Social.

## REFERÊNCIA

BRASIL. **O que é um CBH?** [s.l.: s.n]. 2009. Disponível em: <<http://www.cbh.gov.br/GestaoComites.aspx>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

---

228 Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.  
 229 Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.  
 230 Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.  
 231 Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.  
 232 Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.  
 233 Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: michellebalbino@hotmail.com

## A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA LEI DE INCLUSÃO DOS DEFICIENTES NO ÂMBITO EMPRESARIAL

CALDEIRA, Marília Gabrielly Fonseca<sup>234</sup>  
VALADÃO, Mariella Amorim<sup>235</sup>  
VASCONCELOS, Gustavo<sup>236</sup>  
VERSIANI, João Pedro Silva<sup>237</sup>  
XAVIER, Bruna Ketelyn Araújo<sup>238</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>239</sup>

Pessoas com deficiência têm direito à inclusão no mercado de trabalho, conforme dispõe o art. 34 da Lei n.º 13.146/2015, sendo de sua livre escolha, em ambiente acessível, inclusivo, oportunidades iguais aos demais. Pela falta de informação, muitas dessas pessoas não têm o conhecimento dos seus direitos. (GONÇALVES; GARCIA, 2018). Assim, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito empresarial, verificando a efetividade das normas aplicadas. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa teórica para a elaboração do referencial teórico e uma pesquisa de campo com realização de entrevista com os gestores de 02 (duas) cooperativas localizadas no noroeste de Minas Gerais. Na primeira parte deste trabalho (referencial teórico), analisaram-se as normas que tratam das pessoas com deficiência; o conceito de pessoa com deficiência, as normas existentes e a importância da efetividade das leis referente às pessoas com deficiência no âmbito empresarial. E ainda, foi estudado o papel do Ministério do Trabalho e Emprego na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Realizou-se, por fim, um estudo da fiscalização como instrumentos de auxílio na efetividade da norma de inclusão dos deficientes, os seus direitos e a contribuição da lei para a sociedade. A segunda parte (análise e discussão dos resultados) buscará verificar como a aplicação das normas de proteção aos direitos dos deficientes estão sendo efetivadas em 02 (duas) cooperativas, as quais são objeto da presente pesquisa. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Pessoa com deficiência. Âmbito empresarial. Direitos. Fiscalização.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GONÇALVES, Mariane Eugênia; GARCIA, Nelson Luiz dos Santos. A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. **Revista Pensar Direito**, v. 9, n. 2, jul. 2018.

<sup>234</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>235</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>236</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>237</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>238</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>239</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

<b>INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma análise jurisprudencial</b>
--

RODRIGUES, Matias de Jesus Menezes<sup>240</sup>  
 MEDEIROS, Samuel Otávio Vasconcelos<sup>241</sup>  
 TEIXEIRA, Renata da Silva<sup>242</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>243</sup>

Esse trabalho tem como objetivo central efetuar uma análise da existência de direitos essenciais da pessoa com deficiência, bem como o seu efetivo acesso a esses direitos. Não são raras às vezes em que pessoas com deficiência têm os seus direitos básicos desrespeitados. Isso acontece todas as vezes que lhes são negados os direitos necessários para bem exercer a cidadania. (SANTOS, 2019). O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar a inclusão de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho e na sociedade e a efetividade das normas aplicadas pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa teórica para a elaboração do referencial teórico e uma pesquisa empírico-jurisprudencial para a elaboração das análises e discussões de resultados. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se a efetividade das normas que tratam sobre as pessoas com deficiência; o conceito de pessoa com deficiência, as normas existentes e a importância da efetividade das leis referente às pessoas com deficiência. E ainda, foi estudado o papel do Ministério Público na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Na segunda parte, realizar-se à análise de julgados do Tribunal Regional do Trabalho de MG, dessa forma será possível verificar a contribuição deste tribunal com as pessoas portadoras de deficiência física e a sua efetividade na inclusão do mesmo no meio social, especialmente no mercado de trabalho. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Inclusão da Pessoa com Deficiência. Efetividade das Normas. Papel do Ministério Público.

### REFERÊNCIA

SANTOS, Vany Oliveira. **O Acesso das Pessoas com Deficiência aos Direitos Fundamentais: Uma Reflexão À Luz da Constituição Federal**. Direção: Ampid, 2019. Disponível em: << [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/Monografia\\_Vany\\_Santos.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/Monografia_Vany_Santos.php). Acesso em: 22 mar. 2019.

<sup>240</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>241</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>242</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>243</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## DESAFIOS ENCONTRADOS NA GESTÃO DE UMA COOPERATIVA

BRANDÃO, Pablio Samuel Neves<sup>244</sup>

ALVES, Wesley Miguel Barbosa<sup>245</sup>

OLIVEIRA, Luiz Henrique<sup>246</sup>

ARANTES, Jonatas Mendes<sup>247</sup>

SANTOS, Lidiane Campos<sup>248</sup>

A missão fundamental das cooperativas está em fazer a mediação entre o mercado e as economias dos cooperados, podendo desta forma promover um incremento em sua renda. Um dos pontos que diferencia as cooperativas de outras organizações está na sua formação, pois é constituída pelos sócios-cooperados e cada um tem direito a um voto nas tomadas de decisão. Dessa diferenciação decorrem diversas implicações para o processo de gestão nas cooperativas, em especial, na relação entre cooperado e cooperativa (BIALOSKORSKI NETO, 1997). O objetivo deste trabalho está em identificar os principais desafios encontrados na gestão de uma cooperativa localizada na cidade de Unaí/MG. No primeiro momento realizou-se uma descrição de como funciona uma cooperativa, detalhando seu modo operante e destacando suas principais características. Posteriormente, foram apresentadas as principais vantagens e desvantagens de se manter uma organização no sistema cooperativo, evidenciando essas situações no cotidiano do sistema organizacional. Este trabalho será realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, com a utilização da entrevista que será aplicada ao presidente da Cooperativa.

O trabalho se encontra em andamento, porém espera-se que os resultados alcançados possibilitem novas visões e melhorias, promovendo um modelo cooperativo com maior eficiência.

**Palavras-chave:** Gestão. Cooperativas. Desafios.

### REFERÊNCIA

BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do Agribusiness Cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. Disponível em:  
<[http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos\\_Cientificos/GEST%C3%83O%20ESTRAT%C3%89GICA%20AGRO%20INDUSTRIAIS](http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos_Cientificos/GEST%C3%83O%20ESTRAT%C3%89GICA%20AGRO%20INDUSTRIAIS)>

<sup>244</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>245</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>246</sup> Aluno 1º período do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>247</sup> Aluno 1º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>248</sup> Professora orientadora. Mestre em Administração, pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

**O TRABALHO INSALUBRE DAS GRAVIDAS PÓS-REFORMA TRABALHISTA  
VERSUS O DIREITO À SAÚDE DO FETO**

BARROS, Pedro Henrique Vieira<sup>249</sup>  
CAMPOS, Paula Carolina da Silva<sup>250</sup>  
OLIVEIRA, Alan Francisco de<sup>251</sup>  
PEREIRA, Lincoln Ricardo<sup>252</sup>  
SANTOS, Lidiane Campos dos<sup>253</sup>

A Reforma Trabalhista erra ao permitir que gestantes trabalhem em ambientes insalubres, mesmo que em atividades de grau mínimo ou médio de insalubridade. A exigência de apresentação de atestado médico não garante a proteção da saúde da trabalhadora e do nascituro, pois o médico pode não possuir o conhecimento adequado em segurança do trabalho ou não vai ao local de trabalho examinar as condições do ambiente. Tal alteração legislativa não deveria ter sido feita, pois é cientificamente comprovado que o trabalho em ambientes insalubres é prejudicial à saúde das gestantes e de seus filhos (MELO, 2017). O presente artigo tem como objetivo geral analisar se a autorização do trabalho insalubre das grávidas, promovida pela reforma trabalhista, acarreta um conflito de direitos com o direito à saúde e à vida do feto. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, artigos científicos e sítios na internet para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte do trabalho, analisou-se o conceito de trabalho insalubre e quais as suas causas para a saúde do trabalhador. Na segunda parte, estudou-se a mudança legislativa promovida pela reforma trabalhista com relação às condições de trabalho das grávidas em atividades insalubres e suas implicações quanto à saúde e o direito à vida de seus filhos. Na parte final buscou-se conhecer a forma como a legislação brasileira resguarda o direito à saúde e à vida do feto. A presente pesquisa se encontra na fase de elaboração e discussão de resultados.

**Palavras-Chave:** Trabalho insalubre. Reforma trabalhista. Direito à vida. Insalubridade. Gravidez no trabalho.

### REFERÊNCIA

MELO, Raimundo Simão de. Reforma erra ao permitir atuação de grávida e lactante em local insalubre. **Revista Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba, PR, v. 6, n. 61, p. 180-181, jul./ago. 2017. Disponível em: <[https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/36537/mod\\_resource/content/2/Revista%20Elet%C3%B4nica%20%28JUL-AGO%202017%20-%20n%C2%BA%2061%20-%20Reforma%20Trabalhista%29.pdf](https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/36537/mod_resource/content/2/Revista%20Elet%C3%B4nica%20%28JUL-AGO%202017%20-%20n%C2%BA%2061%20-%20Reforma%20Trabalhista%29.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

<sup>249</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>250</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>251</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>252</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>253</sup> Mestre em Administração, pela Unimep (2011). Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras (2005). Graduada em Administração, pelo Instituto de Ensino Superior Cenecista (2003). Atualmente é coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí e na Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola). Prestadora de serviços na área de marketing e finanças. Representante do Conselho Regional de Administração em Unaí e região.



<b>ASPECTOS POSITIVOS DA COOPERAÇÃO SOCIAL E SUSTENTÁVEL PARA O NOROESTE DE MINAS</b>
---

RODRIGUES, Tainá Campos<sup>254</sup>

FURTADO, Lara Viana<sup>255</sup>

MACIEL, Nicole Rosa<sup>256</sup>

SANTOS, Lidiane Campos<sup>257</sup>

Na atualidade é perceptível a necessidade de mudanças nos padrões de crescimento econômico. O cooperativismo sustentável é uma forma de desenvolvimento com um grande diferencial, pois objetiva amenizar os impactos ambientais e ao mesmo tempo busca integrar aqueles indivíduos em desvantagem com relação ao mercado a terem possibilidade de se enquadrarem no meio econômico (BRASIL, 1991). O artigo tem como objetivo identificar a opinião dos gestores de uma Cooperativa de Crédito do Noroeste de Minas Gerais quanto à implantação de uma gestão sustentável. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa com realização de entrevista ao gestor da Cooperativa. Na primeira parte são apresentados os conceitos e aspectos históricos do cooperativismo e sustentabilidade, logo em seguida, foram estabelecidas as ligações existentes entre ambos os conceitos e sociedade atual. Após, apresentam-se os principais tipos de cooperativas, dando ênfase às cooperativas sustentáveis, relatando os benefícios ocasionados por esse modelo de cooperativismo, assim como o atual reconhecimento das cooperativas sustentáveis no mercado econômico. Na segunda parte, será realizada a entrevista com o gestor mencionado, buscando identificar os projetos sustentáveis existentes na Cooperativa pesquisada. A presente pesquisa encontra-se na fase de elaboração da análise e discussão dos resultados.

**Palavras chave:** Cooperativismo Social. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**; pref. do Presidente Fernando Collor. Brasília: Cima, 1991.

---

<sup>254</sup> Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>255</sup> Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>256</sup> Acadêmica do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>257</sup> Professora orientadora. Mestre em Administração, pela Unimep (2011). Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras (2005). Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

<b>ATUAÇÃO DA POPULAÇÃO NA LEI DE SEGURANÇA DE BARRAGENS</b>
--

ARAUJO, Thais Rodrigues<sup>258</sup>  
 PEREIRA, Lorena Barbosa<sup>259</sup>  
 GOMES, Matheus Sobrinho<sup>260</sup>  
 BRAGA, Gabriel Lucas dos Reis<sup>261</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>262</sup>

Na atualidade a segurança tem sido desaprovada quando se trata de barragens. Visando uma seguridade, a legislação determina, de modo preciso, a Política Nacional de Segurança de Barragens, atribuída à acumulação de água para qualquer finalidade, estruturada a uma disposição final ou temporária de rejeitos (Lei 12.334/10) (BRASIL, 2010). Em que pese a normativa acima, ocorreram vários casos de desastres provenientes de atividade de barragem sem a devida regulação. Desta forma, é notória a importância tanto de medidas preventivas, a exemplo da fiscalização constante, como também de planos emergenciais (FARIAS, 2019). O presente artigo tem como finalidade verificar se existe uma participação social (atuação da comunidade do entorno) no processo de verificação da segurança de barragens de mineração em processos judiciais. Para tanto, será utilizada uma pesquisa teórica para a elaboração do referencial teórico e uma pesquisa empírico-jurisprudencial para a elaboração das análises e discussões de resultados. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se como a participação social ao desenvolvimento a cultura de barragens; o conceito de segurança de barragens e a importância da efetividade das leis referente à segurança de barragens. Após, será estudada a fiscalização, sua precariedade e suas falhas em conjunto da identificação das principais causas de rompimentos de barragens. Na segunda parte, serão investigados os julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em relação as mineradoras, que viabilizam a aceitação de empreendimentos de riscos socioambientais. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Barragem. Segurança. Fiscalização. Rompimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FARIAS, Talden. **Política Nacional de segurança de barragens**. Direção: Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-fev-09/talden-farias-politica-nacional-seguranca-barragens>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

<sup>258</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>259</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>260</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>261</sup> Acadêmico do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>262</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## RELAÇÕES OBRIGACIONAIS FRENTE AO COMBATE EPIDEMIOLÓGICO DE DENGUE EM UNAÍ

ALVES, Laressa Paõlla de Souza Ferreira<sup>263</sup>  
 ARAÚJO, Ana Paula Caetano<sup>264</sup>  
 FERREIRA, Rodrigo Augusto dos Santos<sup>265</sup>  
 JÚNIOR, José Lucas<sup>266</sup>

A responsabilidade do município de Unaí quanto à saúde dos habitantes é inquestionável, visto que já está prevista tanto na Constituição Federal de 1988, como na Lei Orgânica do município, nº3.074/2017 a qual estabelece essa relação obrigacional em seu art. 36: “Compete, basicamente, à Secretaria Municipal da Saúde planejar, coordenar e executar as ações e serviços de saúde pública e vigilância sanitária”. A epidemia de dengue é um problema que afeta o país, visto que possui um total de 273.193 casos prováveis registrados até 23/03/2019. Em Minas Gerais neste mesmo período foram constatados 66.629 casos prováveis de dengue, sendo Unaí uma das cidades com maior índice de contaminação da doença, tendo atingido 2110 casos prováveis até o dia 25/03/2019. No presente artigo objetiva-se uma reflexão acerca da problemática que vem se apresentando na cidade em face da epidemia de dengue que assola o município de Unaí. Tanto como despertar na população e governantes da cidade uma maior participação no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte, analisou-se o contexto histórico, surgimento e mutação, primeiro caso de dengue no Brasil e como se dá a sua proliferação do mosquito e a transmissão da doença. Na segunda parte foi analisada a legislação municipal frente à obrigação como município, dados da atual situação da epidemia no Estado e na cidade de Unaí, bem como os projetos que estão sendo realizados frente ao combate da dengue por parte das autoridades responsáveis. Conclui-se que o município tem cumprido a sua obrigação em relação às suas responsabilidades com os habitantes. Além da visita dos agentes de saúde às residências, tem sido realizada a dedetização da cidade com o fumacê. A Secretaria Municipal de saúde também tem promovido modificações nos atendimentos dos PSF’s e Hospital Municipal da cidade, visando mais agilidade no atendimento, identificação da doença e o início imediato do tratamento. Porém o maior obstáculo tem sido o combate a proliferação do mosquito, e para isso é necessário maior participação e conscientização da sociedade para com a limpeza de seus lotes.

**Palavras-Chave:** Obrigação, Dengue, Epidemia.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.  
 BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. Brasília, DF, 2019.

<sup>263</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Bacharel em Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>264</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Bacharel em Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>265</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Bacharel em Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>4</sup> Professor do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## AS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG COM OS ANIMAIS DE RUA

BARBOSA, Amanda Da Costa Sady<sup>267</sup>

BARBOSA, Arielen Raihane Melo<sup>268</sup>

FONSECA, João Lucas Monteiro da<sup>269</sup>

JUNIOR, José Lucas<sup>270</sup>

No presente trabalho pretende-se discorrer sobre a situação dos animais de rua em Unaí/MG, dando foco nas obrigações da Administração Pública Municipal e nas providências que deveriam, ou que devem ser tomadas. Nota-se que houve um aumento significativo de animais abandonados, sendo largados em rodovias, esquinas e calçadas. A grande maioria se encontra em condições precárias, visto que estão privados de alimentação, higiene e tratamento médico. A lei nº 3.181, de 5 de novembro de 2018 do município de Unaí estipula que a prefeitura da cidade tem a obrigação de fazer o recolhimento desses animais, assegurando a eles o mínimo para sobreviverem, como alimentação, moradia, higiene e medicação. O não cumprimento pela prefeitura de suas obrigações afeta não apenas na morte de centenas de animais, como também gera o aumento e intensifica a proliferação de doenças na cidade e região, colaborando com possíveis epidemias. Com isso, ocorre também o descumprimento de leis que tratam da proteção a estes, como a lei 9.605/98 e o art. 164 do Código Penal. Não se pode deixar de ressaltar que, a princípio a responsabilidade por esses animais é de cada cidadão, em especial, seus donos ou ex-donos. Porém, quando abandonados, a Administração Pública local tem responsabilidade no recolhimento e no tratamento diário dos mesmos enquanto não passarem aos cuidados de outro cidadão, que se responsabilize em assumir todos os cuidados necessários. Sendo assim, animais abandonados na região, sejam eles de pequeno ou grande porte, são de responsabilidade integral da prefeitura municipal. Com o cumprimento desta obrigação a prefeitura estará contribuindo efetivamente no desenvolvimento da cidade para que não ocorra crimes contra estes animais de rua, impedindo que permaneçam vulneráveis, a fim de intervir no proliferamente de doenças entre animais e os moradores do município.

**Palavras-chave:** Animais. Prefeitura. Obrigações.

### REFERÊNCIA

BARBOSA, A. R.; BARBOSA, A.; FONSECA, J. I. **As obrigações da prefeitura municipal de Unaí/MG com os animais de rua.** Unaí, 2019.

---

<sup>267</sup> Aluna acadêmica do curso de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-FACTU

<sup>268</sup> Aluna acadêmica do curso de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-FACTU

<sup>269</sup> Aluno acadêmica do curso de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-FACTU

<sup>270</sup> Professor Orientador

## IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS COM AUXÍLIO DO PODER JUDICIÁRIO EM UNAÍ

ANDRADE, Victor Araújo<sup>271</sup>  
 CORRÊA, Brennda Fabiana Oliveira<sup>272</sup>  
 DA SILVA, Pedro Paulo Corrêa<sup>273</sup>  
 DE OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes<sup>274</sup>

O presente trabalho tem o objetivo de levar informação à população de Unaí sobre a ausência de políticas sociais em relação à saúde e à educação no município, e a falta existente de cooperação entre o poder judiciário e a prefeitura municipal, mostrando se esse apoio tem ou não uma eficiência. Primeiro, descreveu-se sobre os direitos sociais mais fundamentais, a saúde e a educação, visto que são essenciais para a sociedade. De modo que é observada a falta de respeito em relação a esses direitos na cidade de Unaí, mesmo que estejam garantidos em Constituição. Por certo, a Prefeitura Municipal não está correspondendo aos anseios da população em relação à saúde, que no momento de requerer suas necessidades tem sua vontade negada. Discutiu-se também que os direitos educacionais estão garantidos na legislação brasileira, sendo esse o direito social mais reforçado em termos de proteção judicial (DUARTE, 2003). Logo, torna-se fundamental a possibilidade de fazer com que o poder público juntamente com o município cumpra com seus deveres em caso de omissão ou ação irregular. Com isso, o principal foco é mostrar o quão frustrante é para um cidadão ter seus direitos negados pelo poder público e como isso afeta de forma negativa a vida dos cidadãos unaienses, os quais dependem dessa assistência. Por fim, percebe-se que o indivíduo, ao não conseguir essa assistência, busca por meios legais, utilizando o judiciário. E após a comprovação de que o mesmo não consegue custear o objeto pretendido ele entra com um recurso na prefeitura para garantir que o município pague e mantenha esse objeto ou serviço. É notório que a falta de planejamento e comunicação é algo que faz com que a população carente sofra com esses problemas. Sendo assim, os direitos sociais devem ser garantidos, pois tendem a dispor de condições materiais mínimas para a sobrevivência digna do indivíduo.

**Palavras-chave:** Direito Social. Poder Judiciário. Prefeitura Municipal de Unaí.

### REFERÊNCIA

DUARTE, C. S. **O direito público subjetivo ao ensino fundamental na Constituição Federal Brasileira de 1988**. 2003. 328 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

<sup>271</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>272</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>273</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>274</sup> Professor orientador do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## A EXISTÊNCIA DE UMA COOPERAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O JUDICIÁRIO EM PROL DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

MELO, Bruno Henrique<sup>275</sup>  
MACHADO, Marihely Braz<sup>276</sup>  
DA CRUZ, Rubens Daniel Nogueira<sup>277</sup>  
DE OLIVEIRA, Marcos Vinícios Berno Nunes<sup>278</sup>

O presente artigo tem como objetivo fazer considerações sobre a relevância da atuação do município juntamente com o Judiciário na concretização dos direitos sociais, analisando o texto constitucional e municipal com a finalidade de compreender como essa regulação é feita e quais os seus motivos, demonstrando como se dá a relação que existe entre o Poder Executivo Municipal e o Judiciário. Primeiro, descreveu-se que os direitos sociais são garantias constitucionais, a sua importância na sociedade, entendendo que eles têm por objetivo de resguardar condições essenciais para o pleno gozo de direitos individuais. Nesse aspecto, foram estudados apenas os direitos à educação e à saúde. Posteriormente, discutiu-se sobre a atuação do Judiciário e do Poder Executivo Municipal na implementação desses direitos. Quando o Executivo Municipal não realiza de forma satisfatória a implementação de tais direitos, e havendo demanda no Judiciário, este determina que o Executivo cumpra a devida prestação. O presente trabalho se justifica de modo a demonstrar a relevância para a sociedade sobre o assunto tratado, visto que a saúde e a educação são direitos que dizem respeito a qualquer pessoa. Segundo Arantes (2007), a crescente procura pelo Judiciário pode estar relacionada à crise e ao desenvolvimento do Estado-providência e a ampliação do acesso à justiça dos atores coletivos da sociedade. Concluiu-se que não existe necessariamente uma relação de cooperação entre as partes (Executivo e Judiciário), de modo a agirem em suas funções autonomamente, o Executivo tentando exercer suas funções dispostas na Lei Municipal e o Judiciário quando acionado, forçando o Executivo a agir conforme a sentença do Juiz.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais. Saúde e educação. Executivo e Judiciário. Relação.

### REFERÊNCIAS

- ARANTES, R. B. **Judiciário:** entre a Justiça e a Política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Judicialização Da Educação. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIII, n. 45, p.32-45, abr./jun. 2009.
- MARQUES, Silvia Badim. Judicialização Do Direito À Saúde. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 2 p. 65-72, Jul./Out. 2008.

<sup>275</sup> Aluno do curso de Direito do 3º período na FACTU.

<sup>276</sup> Formada em processamento de dados, aluna do curso de Direito na FACTU

<sup>277</sup> Aluno do curso de Direito do 3º período na FACTU.

<sup>278</sup> Professor orientador do curso de Direito.

## A COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O PODER JUDICIÁRIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO

Daniel José Ferreira<sup>279</sup>  
Henrique Marques Montijo<sup>280</sup>

A Constituição Federal de 1988 visa apresentar em seu contexto os direitos fundamentais e sociais do ser humano. Dentre as garantias sociais, pode-se destacar o direito à saúde e à educação. A saúde, por sua vez, está mais evidente entre os direitos sociais do indivíduo, logo após evidencia-se o acesso à educação. Não há como falar de saúde e educação sem falar da dignidade humana, esta que é uma qualidade indivisível de qualquer indivíduo, visto que o ser humano é titular de direitos que necessitam ser respeitados pelo Estado e seus similares (SARLET, 2002). Portanto, ao mencionar sobre a dignidade humana, faz-se uma ligação aos direitos sociais dos seres humanos, como os já citados anteriormente que devem ser vistos de forma atenciosa pelo Estado. Para que a execução dos direitos sociais à saúde e à educação aconteçam e atinjam de forma positiva o indivíduo, é necessário que os poderes constituídos cooperem uns com os outros, estabelecendo um trabalho responsável que reflita de forma produtiva na vida dos seres humanos. Dessa forma, o presente trabalho busca verificar como ocorre o auxílio entre a Prefeitura Municipal e o Poder Judiciário na elaboração dos direitos sociais do indivíduo. É importante analisar com cautela os deveres adquiridos para cada competência. Mendes (2010) analisa que o Estado tem o dever fundamental na prestação a saúde, porém os serviços prestados devem ser divididos entre a União, Estados, Distritos Federais e Municípios. Ter o dever de desenvolver políticas públicas é sinônimo de visar a diminuição de doenças e desenvolver programas que reforcem a proteção e cuidado da saúde.

**Palavras-chave:** Direitos sociais. Saúde. Educação.

### REFERÊNCIAS

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais: Na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

<sup>279</sup> Acadêmico do 3º Período de Direito – FACTU.

<sup>280</sup> Acadêmico do 3º Período de Direito – FACTU.

<b>A OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITIS COM O ENSINO FUNDAMENTAL COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>
---

COSTA, Luianara Cristina Silva<sup>281</sup>

MARTINS, Jéssica Silva<sup>282</sup>

SILVA, Eduarda Aparecida<sup>283</sup>

LUCAS JUNIOR, José<sup>284</sup>

A Constituição Federal de 1988 traz um capítulo enfatizando os princípios da educação, diz expressamente em seu art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. (BRASIL, 2015, p. 60). Estes dispositivos carecem de efetivação na vida real, e dependem do funcionamento da complexa máquina político-administrativa do país. Para alcançar um maior nível de desenvolvimento econômico, produtividade faz-se necessário investimentos em educação. Uma região pode se tornar mais competitiva se seus trabalhadores forem mais bem educados. Isso porque aumentos na produtividade geralmente são decorrentes do capital humano, que pode levar a um maior desenvolvimento econômico. No presente artigo objetiva-se verificar como o Município de Buritis tem garantido o dever constitucional da melhoria da qualidade do Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais, identificando a legislação vigente em todos os entes federados que trata da obrigação do município para com a educação, abordando por meio de revisão literária os autores que enfatizam o tema, correlacionando-o com o desenvolvimento regional. Foi realizada uma pesquisa quantitativa para análise do cumprimento obrigacional do Município com o ensino fundamental. Na primeira parte deste trabalho, discorreu-se sobre as evoluções da educação básica do Brasil e seus aspectos de autonomia, e as legislações vigentes nos países. No segundo momento, analisaram-se as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), das escolas na esfera federal, estadual e do Município de Buritis. Ao final observou-se que a nota dos alunos do Ensino Fundamental I e II em todas as esferas teve um aumento considerável do ano de 2009 até o ano de 2017. Assim, diante das respostas obtidas, via questionário aplicado a todas as escolas municipais que oferece o Ensino Fundamental, conclui-se que o Município tem cumprido com sua obrigação constitucional, garantindo a qualidade na educação, o que foi alcançado com investimentos em capacitação para dos professores, reformas nas instalações físicas, bem como a melhoria da merenda, acesso à internet, transporte público e fornecimento de material pedagógico.

**Palavras-Chave:** Educação. Ideb. Ensino Fundamental.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização do Senado Federal. Presidente Renan Calheiros. Brasília DF: Secretaria de Editoração e Publicações. 2015.

<sup>281</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>282</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>283</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>284</sup> Professor Especialista do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU



<b>A COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O JUDICIÁRIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS Á SAÚDE E Á EDUCAÇÃO</b>
--

RABELO, Luiza Aparecida Dias<sup>285</sup>

MEDEIROS, Joana Lidumira Batista<sup>286</sup>

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes<sup>287</sup>

Os direitos sociais como dimensão dos direitos fundamentais “são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais”. (SILVA, 2007, p. 564). Para alcançar um maior desenvolvimento econômico faz-se necessário investimentos na saúde e na educação. O presente trabalho tem como objetivo apontar os direitos sociais integrados no Estado e município, quanto ao direito social na saúde e na educação. Primeiro, descreveram-se os direitos sociais que asseguram a existência humana digna e a promoção da justiça social na saúde e na educação. No segundo momento, discorreu-se sobre a necessidade de atendimento educacional especializado aos portadores de necessidade especiais e as dificuldades destes para atendimento na saúde pública. Foi realizada uma pesquisa qualitativa para estudo e compreensão desses direitos e das legislações vigentes no município que os asseguram. Assim se justifica a realização dessa pesquisa pela necessidade de melhor entendimento sobre as medidas tomadas pela Prefeitura e o Poder Judiciário para que esses direitos sociais sejam cumpridos. Por fim, após realização de uma entrevista realizada na Secretaria de Educação, observou-se que após um Decreto editado em 2018 a Prefeitura Municipal de Unaí adotou como medidas de implementação do direito social à educação a contratação de professores capacitados, a realização de reformas nos prédios escolares, e aquisição de máquinas de escrever e impressoras braile para melhor desempenho de crianças cegas.

**Palavras-Chave:** Direito social. Saúde. Educação.

## REFERÊNCIA

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

---

<sup>285</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>286</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>287</sup> Professor Mestre do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<b>AS OBRIGAÇÕES DO ESTADO E DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO VISANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>
---

MAGALHÃES, Matheus Martins<sup>288</sup>

FERRUZZI, João Felipe<sup>289</sup>

ALVES, Vinícius Caetano<sup>290</sup>

LUCAS JÚNIOR, José<sup>291</sup>

É notório que onde há sociedade, há direito. De maneira que se pode afirmar que onde há seres humanos, há educação. Sempre existiram normas para regular condutas, com o objetivo de disciplinar o comportamento humano como um dos meios de instrumentos de controle social. Desse modo, também acontece no contexto da educação, no qual é possível observar o papel de produção e reprodução do ser humano, seja no contexto familiar ou social. Segundo a educadora Patrice Canivez (1991), “A educação dos cidadãos supõe um mínimo de conhecimento do sistema jurídico e das instituições”, ou seja, a sociedade deve conhecer os princípios e leis que resguardam os direitos e deveres, pois a lei não muda a realidade, mas indica caminhos e orienta a sociedade dos seus direitos. O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar quais as obrigações do Estado e da família em relação à educação, visando ao desenvolvimento regional. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se como surgiu o direito, a educação e o seu momento histórico. Na seguinte parte, estudaram-se as obrigações do Estado e da família. Na terceira parte do trabalho, verificou-se como a educação pode influenciar no desenvolvimento regional. Portanto, a educação é um direito de todos e o Estado tem a obrigação de fornecê-la com qualidade para todos os cidadãos, com o apoio da família que tem o dever de matricular seus filhos ou pupilos, e acompanhar o seu processo pedagógico. A educação influencia o desenvolvimento, visto que nossa sociedade é repleta de especificidades e possui vários interesses particulares e, por meio da educação, o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida e, conseqüentemente, ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes.

**Palavras-chave:** Direito. Obrigação. Desenvolvimento Regional.

## REFERÊNCIAS

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papirus, 1991.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

<sup>288</sup>. Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>289</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>290</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>291</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Advogado; Coordenador do NPJ e professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

**A COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ E O  
JUDICIÁRIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À SAÚDE E  
À EDUCAÇÃO**

CARDOSO, Isabela Freitas<sup>292</sup>

CARDOSO, Thayene Caroline<sup>293</sup>

DIAS, Natália Fernanda Barcelos<sup>294</sup>

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de<sup>295</sup>

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a cooperação entre a Prefeitura Municipal de Unaí e o Poder Judiciário para a garantia dos direitos sociais à saúde e à educação. Primeiro, descreveu-se sobre o conceito desses direitos fundamentais em seus respectivos artigos, além disso, analisou-se cada Constituição Federal brasileira e fez-se uma definição de qual seria o papel do Poder Judiciário para a garantia desses direitos fundamentais, e como este trabalharia em conjunto com a Prefeitura Municipal. Posteriormente, discutiu-se acerca da evolução da aplicabilidade desses direitos na sociedade unaiense, a partir da análise da Lei Orgânica Municipal; discutiu-se também, qual o papel da Prefeitura para garantir esses direitos fundamentais aos cidadãos. O presente trabalho se justifica pelo fato de que não é dada a devida seriedade a esse tema que é garantido pela Constituição Federal. A análise que se dá às Constituições Federais Brasileiras explicita que ao longo do tempo tem-se dado mais importância aos direitos fundamentais; na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6, estabelece que todos os cidadãos têm direito “à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade e à infância, à assistência aos desamparos”, logo, vê-se uma preocupação notória com a garantia dos direitos fundamentais. Concluindo que apesar das dificuldades encontradas por falta de verbas ou desinteresse da população à elaboração e prática das políticas públicas, a ação em conjunto da Prefeitura Municipal de Unaí e o Poder Judiciário tem se tornado fundamental para o município; e sendo assim, efetivando o seu objetivo de maneira clara.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais. Saúde. Educação.

### REFERÊNCIAS

UNAÍ. **Lei Orgânica nº LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG, de 21 de março de 1990**. Unaí, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-unai-mg>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 ago./2019.

<sup>292</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>293</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>294</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>295</sup> Professor Orientador

## DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA COM O MUNICÍPIO DE UNAÍ EM RELAÇÃO AOS LOTES VAGOS

JUNIOR<sup>296</sup>, José Lucas  
ALVES<sup>297</sup>, Samuel Rocha  
BRANQUINHO<sup>298</sup>, João Vítor Costa  
RIBEIRO<sup>299</sup>, Cleomar Silva

O contrato social, surgiu de uma necessidade dos homens de garantirem a ordem e a segurança entre si por meio de direitos e obrigações intermediados pela figura do Estado, uma vez que, quando estavam livres por natureza viviam em constantes conflitos, originados do desejo natural do homem de dominar(HOBBS.1651).Portanto, tomando como base os pressupostos do contrato social, o Estado(enquanto União e estados-membro e suas divisões) deve agir da forma necessária para aprimorar o convívio social e prezar pelos elementos que compõem a vida em sociedade, nessa perspectiva o presente artigo objetivou-se fazer uma análise sobre os instrumentos que estão sendo utilizados pelo Poder Público do Município de Unaí-MG acerca da limpeza dos lotes e observar se os mesmos estão sendo eficientes para a preservação dos lotes, da limpeza da cidade e para a preservação do meio ambiente, ou seja ,observar se os instrumentos adotados pela Prefeitura do Município de Unaí são adequados para sanar as necessidades públicas, assim como, demonstrar qual a importância de tais instrumentos para o desenvolvimento regional. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa por meio de uma entrevista realizada com o Prefeito de Unaí para a análise e desenvolvimento do trabalho acerca desses instrumentos utilizados pela prefeitura, ou seja, dados que mostram como funciona o método adotado pela prefeitura. Na primeira parte, foram abordadas as características históricas acerca das relações de direitos e obrigações da Prefeitura Municipal com a sociedade a fim de demonstrar a real efetivação do pacto social. Na segunda parte, foram estudados os aspectos ambientais importantes para a vida que são influenciados pela falta de cuidado com os lotes, assim como de quem é a responsabilidade pela limpeza dos mesmos, visto que é importante a distinção de tarefas entre a Prefeitura e o cidadão, para que nenhum dos dois extrapolem seus limites.

**Palavra-chave:** Limpeza. Diretos e obrigações. Prefeitura de Unaí-MG

### REFERÊNCIA

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Inglaterra, 1651.

<sup>296</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Advogado; Coordenador do NPJ e professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>297</sup> Acadêmico do terceiro período de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí.

<sup>298</sup> Acadêmico do terceiro período de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí.

<sup>299</sup> Acadêmico do terceiro período de Direito na Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí

**A FUNÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES  
SOCIAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PELAS PREFEITURAS: O DEVER LEGAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO EM GARANTIR A EFICÁCIA DA LEI**

SOUZA, Tatiane<sup>300</sup>

FARIA, Vitor<sup>301</sup>

TORRES, Yan<sup>302</sup>

O presente artigo tem como objetivo trazer informações sobre como a cidade de Unaí-MG aplica os direitos sociais à saúde e educação para a sua população, para isso busca-se subsídios no Ministério Público com finalidade de saber se a cidade de Unaí-MG está desenvolvendo os projetos que são de comprometimento do município, e se a devida fiscalização tem sido feita pelo Ministério Público, diante das obrigações previstas em lei estadual. Procurou-se saber o que deve ser feito pelo Ministério Público no caso de descumprimento dessas obrigações do município com a sociedade, para explicação e entendimento de todos será apresentado a forma como o município deve se organizar diante da legislação mediada a ele por força do estado, sendo especificado nas áreas da saúde e educação. Também será exposto qual fiscalização deve ser aplicada pelo Ministério Público por força de seus Promotores. Foi realizada uma pesquisa de campo para identificar qual a forma de analisar e delimitar a previsão legal e a concretização desta no que tange a atuação do Ministério Público nas políticas públicas municipais. Para esta pesquisa foi realizada uma busca no Ministério Público, na Prefeitura e nas Secretarias de Educação e Saúde de Unaí-MG para ser esclarecido se está sendo feita a implementação dos deveres sociais pela Prefeitura com o município, e com o intuito de saber quais os direitos e obrigações pertinentes pela falta do incumprimento, e se eles estão ou não atendendo as devidas fiscalizações para com a coordenação esperada perante a população do entorno.

**Palavra-chave:** Ministério Público. Fiscalização. Saúde. Educação

### REFERÊNCIA

ROCHA, E. N. et al. O papel do conselheiro municipal de saúde na fiscalização do orçamento público. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 104-111, jan./mar. 2013.

---

<sup>300</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí (FACTU).

<sup>301</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí (FACTU).

<sup>302</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí (FACTU).

**A COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ E O PODER JUDICIÁRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS À SAÚDE E EDUCAÇÃO**

MACEDO, Aline Ribeiro<sup>303</sup>  
 CARVALHO, Lorena Gabriela Ferreira de<sup>304</sup>  
 MARTINS, Murilo Henrique<sup>305</sup>  
 OLIVEIRA, Marcos Vinícius Berno Nunes de<sup>306</sup>

O Judiciário não pode ser menos do que deve ser, deixando de tutelar direitos fundamentais que podem ser promovidos com a sua atuação. De outra parte, não deve querer ser mais do que pode ser, presumindo demais de si mesmo e, a pretexto de promover os direitos fundamentais de uns, causar grave lesão a direitos da mesma natureza de outros tantos. O presente artigo, tem por objetivo demonstrar como se dá a concretização dos direitos à saúde e à educação através da cooperação da Prefeitura Municipal de Unaí-MG, e a intervenção do Poder Judiciário. Trata-se de uma abordagem ampla, partindo do pressuposto de um direito fundamental no qual a Prefeitura Municipal local tem extrema importância para a concretização dos mesmos com a gestão conjunta de tais atores. Na primeira parte, analisou-se a cooperação da Prefeitura para a concretização da saúde e educação, observando que a mesma tenta aplicar da forma mais concreta possível juntamente com políticas públicas a fim de assegurar os referidos direitos em benefício da população. Na segunda parte, mostra-se a intervenção do Poder Judiciário que oferece e concretiza os direitos da população quando se tem omissão por parte do Município. A realização do presente artigo é de suma importância, uma vez que está relacionado diretamente com a população local, visto que tal demanda afeta particularmente os direitos fundamentais assim garantidos em lei para todos. Conclui-se que são estabelecidos direitos fundamentais, que são garantidos na Constituição Federal de 1998, dentre eles, o direito à saúde e educação de qualidade, dessa forma, tem-se a atuação do Judiciário como garantidor desses direitos, embora não seja a primeira opção, visto que tais direitos devem ser garantidos primeiramente pelo Município.

**Palavras-Chave:** Educação. Saúde. Cooperação. Políticas Públicas.

### REFERÊNCIAS

DE FRANCA, Gerson. **A intervenção do poder do Judiciário na garantia do acesso à saúde.** JusBrasil. Paraná, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

<sup>303</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>304</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>305</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>306</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG). Professor Orientador do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub/DF).

<b>A COOPERAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O JUDICIÁRIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO</b>
--

CORDEIRO, Isabela Lima<sup>307</sup>  
 MARINHO, DE SOUZA, Lucas Ulysses<sup>308</sup>  
 PEREIRA ARAÚJO, Maria Laura<sup>309</sup>  
 OLIVEIRA, Marcus Vinicius BERNO NUNES DE<sup>310</sup>

O presente trabalho tem como tema “A cooperação entre a Prefeitura Municipal e o Judiciário para a implementação dos Direitos Sociais à Saúde e à Educação”. Uma breve análise dos dados dos Direitos Sociais, da Saúde e da Educação, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, os projetos apresentados pelo Município e pelo Judiciário, as suas falhas e os seus acertos. Ressalta-se a dificuldade da implementação destes direitos pela falta de interesse da população e pela falta de campanhas publicitárias municipais para chamar a atenção de todos os habitantes para estes projetos que tem como finalidade melhorar as condições de vida dos habitantes do município. Neste sentido, o presente trabalho também visa datar consequências, apontar erros e acertos e possíveis mudanças para aplicar tanto no Judiciário quanto no Município. Sendo utilizado como base de estudo e síntese as Leis Municipais de Unaí. Ademais apresenta as dificuldades que não estão previstas na lei ou a lei não tem viabilidade para solucionar algum caso. Assim como apresenta projetos existentes para resolução destes casos e possíveis novos projetos para mudanças dessas dificuldades.

**Palavras-chave:** Município. Saúde. Educação.

## REFERÊNCIA

**Prefeitura de Unaí.** Disponível em: <http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php>. Acesso em 06/maio 2018.

---

<sup>307</sup> Acadêmico (a) do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

<sup>308</sup> Acadêmico (a) do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

<sup>309</sup> Acadêmico (a) do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

<sup>310</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG). Professor Orientador do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub/DF).

<b>COLETA SELETIVA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>
---

MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de<sup>311</sup>  
 CARDOSO, Diego Aparecido Alves<sup>312</sup>  
 PEREIRA, Maita Jesus Pires<sup>313</sup>  
 RODRIGUES, Ana Karolina Alves<sup>314</sup>

A geração de resíduos sólidos configura-se como um dos maiores problemas da atualidade. Assim, o processo de coleta seletiva tem fundamental importância, pois cada resíduo apresenta um método, tempo e condição diferente de decomposição ou de reutilização, o que demanda uma separação específica desde a origem até o descarte. Neste contexto, estão os catadores de matérias recicláveis que sofrem devido à falta de seleção dos resíduos na fonte geradora, à desvalorização profissional e ao preconceito social. Apesar dos desafios enfrentados, essas pessoas encontram na catação dos resíduos sólidos uma oportunidade de trabalho. No sentido de regulamentar a problemática dos resíduos sólidos, sobretudo, em relação aos catadores de materiais recicláveis foi sancionada a Lei 12.305/10 (BRASIL, 2010), a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujo objetivo principal de seus dispositivos estão relacionados à inclusão social e ao reconhecimento profissional dos catadores de materiais recicláveis, bem como oferecer uma melhor qualidade de trabalho a essas pessoas. Em relato do ex presidente Lula ao Correio Braziliense, ele fala que o maior mérito desta lei, é a inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras, que, por muitos anos, foram esquecidos e maltratados pelo poder público. Constatou-se ainda que a PNRS pode favorecer o alcance de vários benefícios aos catadores de materiais recicláveis, como a participação nos planos de gestão e incentivo à organização desses profissionais em cooperativas ou associações. Desta forma, a publicação da PNRS deve ser considerada como um instrumento no processo de gestão dos resíduos sólidos, por conseguinte, vislumbra meios para a valorização profissional dos catadores de materiais recicláveis, a sua aplicabilidade, no entanto, depende do compromisso mútuo entre gestores públicos e os diferentes segmentos sociais. A lei ainda enfrenta uma série de fatores socioeconômicos e culturais por parte da sociedade, pois nem os órgãos de coleta nem os municípios possuem o devido apoio, seja do governo ou da população. A população, por questões culturais, não está acostumada a fazer tal separação desses resíduos, o que dificulta ainda mais o processo de coleta e descarte. Foi realizada uma pesquisa de campo com o intuito de compreender o funcionamento da coleta seletiva feita pela Associação Recicla Unai (AREUNA) no município de Unai em Minas Gerais. A associação tem uma participação muito importante na cidade, além de ser uma forma de ajudar o meio ambiente gera empregos, ajudando no desenvolvimento do noroeste mineiro.

**Palavras-chaves:** Coleta seletiva. Resíduo sólido. Reciclagem.

## REFERÊNCIA

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. DECRETO N ° 12305 DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

<sup>311</sup> Professor do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>312</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>313</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>314</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.



<b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL: IMPORTÂNCIA DA FACTU NA MESORREGIÃO DO NOROESTE MINEIRO</b>
--

MELO, Paulo Giovanni Rodrigues<sup>315</sup>  
 CAMPOS, Maria Myrelly Silva<sup>316</sup>  
 SANTOS, Izabella Lopes de Faria dos<sup>317</sup>  
 SILVA, Érica Marinho Fernandes da<sup>318</sup>

A falta de qualificação profissional ocasiona uma alta taxa de desemprego, já que o mercado de trabalho evolui e seleciona aqueles que possuem melhor formação profissional para ocupar suas vagas. Quando uma instituição de ensino superior se fixa em um local, ela proporciona um aumento no desenvolvimento econômico como provável consequência do fluxo de recursos monetários atribuídos a remuneração dos funcionários que nela trabalham além dos custeios de alunos que vêm de cidades vizinhas, de forma que todos passam a utilizar os serviços prestados por aquela instituição ali firmada (BOVO et al., 1996). Este artigo tem como objetivo analisar a importância da Factu para o desenvolvimento da mesorregião do Noroeste Mineiro. A abordagem utilizada nessa pesquisa é qualitativa do tipo descritiva, Godoy (1995) assegura que esta não busca especificar os fatos analisados, nem apresenta teorias probabilísticas para explicar os dados. Portanto, essa pesquisa é qualitativa, pelo fato de não se preocupar com números e sim com a explicação dos processos sofridos nos últimos anos no Noroeste Mineiro. Na primeira parte, foram examinadas as obrigações as quais a instituição se compromete a cumprir de acordo com seu regimento interno. A segunda, foi realizada uma pesquisa de campo, aplicando-se entrevistas feitas aos egressos do curso de Direito da instituição, utiliza-se a técnica empírica. A pesquisa empírica tem função de potencializar e aumentar a justeza das averiguações em relação ao período que presenciamos (SANTOS, 1999). Portanto, concluiu-se que a chegada da FACTU aqueceu a economia regional, houve um crescimento significativo e que, a mesma, atualmente cumpre todas as obrigações que estão expressas no seu regimento interno. Nas entrevistas aplicadas aos egressos foi constatado que 63,6% consideram que a graduação oferecida pela instituição foi primordial para a sua inserção no mercado de trabalho e 72,27% avaliam que a FACTU cumpriu com sua proposta de oferecer um ensino de qualidade aos universitários.

**Palavras-chave:** Obrigação. Desemprego. Factu.

---

<sup>315</sup> Orientador mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília e professor de Direito Civil na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>316</sup> Acadêmica do 3 período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>317</sup> Acadêmica do 3 período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>318</sup> Acadêmica do 3 período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E REMÉDIOS GRATUITOS DISTRIBUÍDOS PELO GOVERNO: um dispositivo para a cooperação social e desenvolvimento do Noroeste Mineiro**

SILVA, Douglas Rodrigues da<sup>319</sup>

CRUZ, Leonardo Pacheco<sup>320</sup>

SILVA, Tais Aparecida Pereira da<sup>321</sup>

RIBEIRO, Olivia Guimarães<sup>322</sup>

O presente estudo refere-se à constitucionalização da cooperação e desenvolvimento do noroeste mineiro em relação a saúde e aos serviços de distribuição de medicamentos a população. A cooperação é uma ação conjunta para uma finalidade, é uma relação baseada entre indivíduos ou organizações. Ato de colaborar para a realização de um projeto comum ou para o desenvolvimento de um campo do conhecimento. O Ministério da Saúde atua na mediação, coordenação, monitoramento e gestão compartilhada na execução dessas ações, permitindo a milhares de pessoas o acesso cidadão à saúde. Para tanto, o Ministério da Saúde (MS) tem papel imprescindível nessa cooperação e conta, em sua estrutura organizacional, com algumas unidades de cooperação em saúde, como: a Assessoria Internacional de Assuntos em Saúde (AISA) e a Coordenação Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica (CGPC/DESID). O direito à saúde deve ser garantido pelo Estado (sentido amplo) de forma irrestrita, inclusive com o **fornecimento gratuito de medicamentos**, insumos e equipamentos, a portadores de doenças da que deles necessitem, desde que prescritos por profissional habilitado, conforme elucida o artigo 196 da Constituição Federal. O Programa Farmácia Popular do Brasil apresenta uma renovação na política pública de assistência farmacêutica, Com aumento de acesso aos medicamentos. O Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) deu início por meio de uma demanda do Governo Federal com o propósito de garantir medicamentos, pois verificou-se a existência, nas cidades metropolitanas, de uma grande parte da população fazendo a utilização de serviços privados, mas com adversidade de acesso a medicamentos. Com isso as FPB têm o papel de descentralizar os medicamentos do SUS. Analisando nos últimos tempos, a lista de medicamentos gratuitos destinados à população passou de 145 para 340 em Minas Gerais, de acordo com o governo do estado. A aquisição e a distribuição são definidas pelo programa Regionalização da Assistência Farmacêutica em 261 cidades. Neste modelo, lançado pela Secretaria Estadual de Saúde, a gestão da lista, em alguns casos, passou para o município. Assim, as secretarias municipais recebem o dinheiro e fazem o pedido dos remédios mais necessários pela população local. Promove dessa forma, um desenvolvimento para o noroeste mineiro, a gestão da saúde pública e a distribuição de medicamentos gratuitos é de suma importância e, portanto - deve ser compreendida nas escolas, enunciadas nos jornais, revistas e meios de comunicações digitais - meios acessíveis ao povo. Campos estes que devem servir de extensão e livre expressão para que haja um retorno maior a essa área da saúde e buscar em “casas” maiores do Poder Judiciário um apoio para a população e desenvolvimento do noroeste mineiro. A pesquisa se encontra em andamento.

**Palavras-chave:** Constituição Federal. Medicamentos. SUS. Direitos Fundamentais. Cooperação. Desenvolvimento.

<sup>319</sup> Acadêmico do terceiro período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

<sup>320</sup> Acadêmico do terceiro período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

<sup>321</sup> Acadêmica do terceiro período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

<sup>322</sup> Mestre em Direito Público pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia (2014-2016). Professora do curso de direito da FACTU.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE — CONASS. **Assistência farmacêutica no SUS**. 1. ed. Brasília: CONASS, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **cooperação em saúde**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/cooperacao-em-saude>>. Acesso em 03 maio 2019.

<b>DESENVOLVIMENTO, COOPERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE NO NOROESTE MINEIRO</b>
---

SANTOS, Ana Paula dos <sup>323</sup>  
 OLIVEIRA, Washington de <sup>324</sup>  
 GONTIJO, Fernanda Aparecida <sup>325</sup>

O Presente artigo tem como finalidade analisar o direito à saúde, legado da Constituição Federal de 1988 (CF/88). O direito à saúde refere-se ao direito público subjetivo. “Uma vez que a saúde se tipifica como um bem jurídico indissociável do direito à vida, é certo que o Estado tem o dever de tutelá-la (ORACGY 2007). A saúde é um dos bens mais preciosos do ser humano, o qual deve receber os melhores tratamento por parte do Estado, a tutela protetiva que é estatal. É garantida a todos os brasileiros natos e estrangeiros residentes, um direito de todo cidadão. Apresentam-se as políticas governamentais, abordando sobre a saúde e o dever do Estado Mineiro, garantindo por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco, doença de outros agravos e o acesso universal igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação, e ainda tratar-se-ão os artigos da Constituição Federal que tratam da saúde Sistema Único de Saúde (SUS), a associação do sistema unificado e descentralizado de saúde – SUDS. Nesse intuito, foi criada e aprovada a Lei Federal 8080, de 19 setembro de 1990, que disponibilizou sobre o dever e as obrigações do funcionamento do Sistema Único de Saúde, tal como a lei Federal 8142, de 28 de dezembro de 1990. Como dito, segundo o Art.197 são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Os direitos sociais e individuais, a liberdade, segurança, desenvolvimento e bem-estar, são garantias de igualdade e a justiça de uma sociedade, sem preconceitos e na harmonia social. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavra-chave:** Desenvolvimento. Cooperação social. Saúde. Noroeste mineiro.

### REFERÊNCIA

ORACGY, André da Silva. **A tutela de direito de saúde como direito fundamental do cidadão.** Disponível em <[http:// www.dpv .gov.br / pdf / artigos / artigo -saúde andre](http://www.dpv.gov.br/pdf/artigos/artigo-saudeandre) > Acesso em 06/abr. 2019.

<sup>323</sup> Acadêmica do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>324</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>325</sup> Acadêmico do 3º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**ATITUDES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DA FACTU QUANTO À  
RESPONSABILIDADE PELO MANEJO AMBIENTALMENTE CORRETO DOS  
RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS EM SUAS RESIDÊNCIAS**

MELO, Paulo Giovanni R. de<sup>326</sup>  
SOUZA, David Honorino<sup>327</sup>  
CAMPOS, Pedro Henrique Cardoso<sup>328</sup>  
TEIXEIRA, Samuel Lucas Soares<sup>329</sup>

A questão do meio ambiente e sua sustentabilidade é fundamental para que a sociedade mantenha qualidade de vida, saúde e bem-estar para todos os cidadãos (BRASIL,1988). Todavia, para que qualidade de vida, saúde e bem-estar se façam presentes é exigido da sociedade que se autorresponsabilize pelo cuidado com o meio ambiente de modo a garantir a sustentabilidade ambiental no presente e no futuro (BRASIL, 1998). Neste sentido, este artigo tem o objetivo de identificar junto aos estudantes do curso de Direito da FACTU suas atitudes e responsabilidades quanto ao manejo correto dos resíduos sólidos produzidos em suas residências. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória, de caráter quantitativo (ZANELLA, 2013), por meio de aplicação de questionário estruturado com 45 estudantes do Curso de Graduação em Direito da FACTU, de 04 períodos distintos, visando coletar dados relevantes para a elaboração do presente artigo. Na primeira parte do artigo, faz-se um estudo bibliográfico do tema meio ambiente e de sua legislação pertinente. Na segunda parte do artigo e com base nas informações coletadas pela aplicação do questionário, faz-se uma análise quantitativa e descritiva destas informações. Os dados analisados indicam que 100% dos estudantes consultados declaram-se preocupar com a proteção do meio ambiente e 84% afirmam conhecerem legislação relacionada ao meio ambiente. A pesquisa aponta que 64% declaram ter conhecimento sobre a coleta seletiva de resíduos sólidos existente no município de Unaí, mas 76% declaram não separar adequadamente os resíduos sólidos em suas residência para que sejam destinados à reciclagem, sendo que 69% não se consideram possuir atitude suficientemente responsável no que se refere ao cuidado com o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Responsabilidade ambiental. Atitudes. Estudantes de Direito. FACTU.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas. derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm)>. Acesso em: 08 mar, 2019.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

<sup>326</sup> Professor Orientador, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília - UCB, Professor de Direito Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU

<sup>327</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU

<sup>328</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU

<sup>329</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU

<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM FUNÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NOROESTE MINEIRO</b>
---

SOUZA, Hellen<sup>330</sup>  
 SILVA, Isabel<sup>331</sup>  
 SILVA, Lorena<sup>332</sup>  
 RIBEIRO, Olívia<sup>333</sup>

O desenvolvimento Tecnológico é um fator importante para o desenvolvimento social, e o ITS Brasil (Instituto de Tecnologia Social) traz a definição do que pode ser considerado tecnologia social, sendo: “Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL, 2004, p. 26). A busca por melhorias em processos de produção vem sendo cada vez mais procurada desde os primórdios da humanidade, quando o homem inventou a roda, observando que aquele novo formato era mais eficiente para girar. Com a ciência e a tecnologia não é diferente, a partir de métodos científicos são descobertos a cada dia novas conquistas para humanidade. A pesquisa busca explicar, sob um olhar acadêmico e jurídico, como a ciência e tecnologia tem contribuído para o noroeste mineiro, em especial, nas instituições de ensino superior, onde é formado o pensamento crítico e o incentivo de pesquisa no aluno. O direito diz que a lei estimula o desenvolvimento à pesquisa e à capacitação científica como disposto no art.1º da lei 13.243/2016, e em cima disso o estudo visa averiguar se esse estímulo vem sido realmente feito pelo Estado, a fim de ter participação no crescimento regional. Assim, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise de como a Ciência e a Tecnologia é, e pode ser usada a favor de um desenvolvimento social regional. Para isso, foi usado o método de pesquisa qualitativa utilizando características bibliográficas para realização da pesquisa. Foram analisados então, primeiramente, órgãos e ministérios que são relacionados e tratam deste assunto; em um segundo momento foi possível analisar como pode ser utilizada a tecnologia no âmbito da educação e como o desenvolvimento regional se encontra diante deste assunto.

**Palavras-chave:** Ciência. Tecnologia. Pesquisa. Regional.

### REFERÊNCIAS

**ITS BRASIL.** Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: 26

**BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

<sup>330</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Direito da FACTU.

<sup>331</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Direito da FACTU.

<sup>332</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Direito da FACTU.

<sup>333</sup> Mestre em Direito Público pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia (2014-2016). Professora do curso de direito da FACTU.

## A PARTICIPAÇÃO DO IFNMG – CAMPUS ARINOS NO DESENVOLVIMENTO DO NOROESTE MINEIRO

FARIAS, Mariana Thais Machado<sup>334</sup>  
 MACENA, Hander Starley de Deus<sup>335</sup>  
 PEREIRA, Victor Ramon Caetano<sup>336</sup>  
 SANTOS, Mateus Alves dos<sup>337</sup>  
 RIBEIRO, Olívia Guimarães<sup>338</sup>

Diversas medidas podem ser tomadas quando o objetivo é buscar aumento no desenvolvimento local e de uma região. A educação é uma delas, pois, por meio da mesma, diversas oportunidades surgem, principalmente na área profissional. O Estado tem acreditado nesta premissa e diversas iniciativas passaram a ser tomadas. Como exemplo, citam-se as instalações de unidades de ensino profissionalizante, de vários níveis, em cidades de interior, como o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Arinos. Tais instituições possuem como objetivo principal ofertar um ensino de qualidade e sem custos aos estudantes, visando a formação de profissionais de qualidade, proporcionando retorno futuro no desenvolvimento da região. O presente artigo tem o objetivo de analisar a importância da instalação de uma unidade de ensino como o IFNMG, na cidade de Arinos, para o desenvolvimento local e do Noroeste de Minas de modo geral, devido ao fato de ofertar uma educação profissionalizante gratuita em nível médio e superior, com incentivos à pesquisa e extensão. Primeiro, será realizada uma análise sobre as legislações envolvidas, com o propósito de concluir se na prática, as mesmas vêm sendo aplicadas de maneira correta, serão elas: CF/88, a Lei nº 11.892/08 e o Estatuto do IFNMG – Campus Arinos. Posteriormente, será realizado um estudo com base em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a cidade de Arinos nos últimos anos, para concluir se houve progresso na cidade após a instalação da instituição. Ademais será realizada uma pesquisa empírica, por meio de um questionário aplicado aos egressos dos últimos três anos (2016/2017/2018) da instituição, com o objetivo de compreender se os mesmos acreditam que o ensino ofertado é suficiente para que os auxiliem no crescimento na área profissional e se a partir disso podem fazer parte do desenvolvimento da região. O trabalho se justifica pelo fato de que é de extrema relevância que os cidadãos do Noroeste de Minas, tenham conhecimento sobre a influência que uma instituição como a que está em questão pode trazer para a região em que vivem. O presente trabalho encontra-se em andamento.

**Palavra-chave:** IFNMG. Campus Arinos. Educação. Desenvolvimento.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Dispõe sobre Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Planalto. Disponível em:<

<sup>334</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>335</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>336</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>337</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>338</sup> Mestre em Direito Público pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia (2014-2016). Professora do curso de direito da FACTU.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 02 março 2018



**A COOPERAÇÃO ESTADUAL-MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE  
GARANTIA DO DIREITO A SAÚDE NO NOROESTE MINEIRO**

TORRES, Halda Maria<sup>339</sup>  
CRUZ, Julia Alice Rodrigues<sup>340</sup>  
FRANCO, Maycon Wilson Silva<sup>341</sup>  
RIBEIRO, Olivia Guimarães<sup>342</sup>

O direito à saúde está previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º e artigos 196 a 200. Com o crescimento populacional, algumas regiões sofrem com déficit no setor de saúde pública. O que acontece no Noroeste de Minas Gerais, de acordo com a prefeitura municipal de Unaí, é a única região do estado a não possuir um hospital regional. O presente artigo tem o objetivo de apontar os impactos causados devido à ausência de um hospital regional no Noroeste de Minas. Analisar-se-a brevemente a mesorregião Noroeste e seus 19 municípios, trazendo dados a respeito da grande demanda na área da saúde pública. Para tanto, foi utilizado uma pesquisa quali-quantitativa de cunho bibliográfico e estatístico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, discutem-se alguns fatores relacionados à cooperação estadual e municipal como instrumento de garantia do direito à saúde para o desenvolvimento do Noroeste Mineiro. Posteriormente, discute-se a relação entre o Direito e o sistema público de saúde. Concluindo que a implementação de um hospital regional no Noroeste Mineiro traria melhorias à população, evitaria grandes deslocamentos em busca de tratamentos específicos, e também a superlotação em hospitais municipais como o hospital municipal de Unaí, que devido a sua localização geográfica é o que mais sofre os impactos pela falta de um hospital regional. Em tempo, registra-se que no último semestre, o hospital municipal de Unaí registrou 20382 atendimentos, que deram entrada pelo pronto atendimento (P.A), aproximadamente 4000 atendimentos por mês. A prefeitura de Unaí declarou já ter o projeto e o terreno para a construção do hospital regional, com verbas vindas do município, mas que carece do investimento e empenho do Estado. A presente pesquisa encontra-se em andamento para a análise de dados a serem expostos posteriormente.

**Palavras-Chave:** Saúde. Noroeste Mineiro. Hospital Regional.

### REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

RIBAS, Ricardo. **Noroeste é única região de Minas sem Hospital Regional: Unaí é o maior prejudicado**. Prefeitura Municipal de Unaí. Unaí. 2017. Disponível em: <<http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/saude/1283-noroeste-e-unica-regiao-de-minas-sem-hospital-regional-unai-e-o-maior-prejudicado.html>>. Acesso em: 4 maio 2019.

<sup>339</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>340</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>341</sup> Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU

<sup>342</sup> Mestre em Direito Público pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia (2014-2016). Professora do curso de direito da FACTU.

**OS DIREITOS DAS OBRIGAÇÕES PRESENTES NOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS EM UNAÍ-MG: Uma análise sobre o cumprimento dos direitos das obrigações e sobre seus efeitos no desenvolvimento da cidade de Unaí-MG.**

MELO, Paulo Giovanni R. de<sup>343</sup>  
 DAMAS, Mickael Lucas Moreira<sup>344</sup>  
 SANTOS, Arthur Fernandes dos<sup>345</sup>  
 TORRES FILHO, Sérgio Murilo Gontijo<sup>346</sup>

A pesquisa foi escolhida justamente pela importância que o direito tem no desenvolvimento da cidade, vale ressaltar que, segundo Lefebvre (2008), o direito fundamental à cidade e os direitos a ele relacionados são indivisíveis e sua proteção torna-se cada vez mais central e indispensável. O artigo tem como objetivo verificar o cumprimento dos direitos das obrigações nos contratos de compra e vendas em Unaí-MG, mais especificadamente no bairro Sagrada Família, buscando verificar tanto o cumprimento das obrigações quanto os benefícios da relação para o devedor e consequentemente para o desenvolvimento da cidade. Na primeira parte do artigo se explica sobre os direitos das obrigações, análise do contrato e a importância do direito para as cidades em geral. Na segunda etapa, os dados coletados da pesquisa primária, suas discussões quanto à doutrina e a legislação positivada são explanados. O resultado obtido com a pesquisa evidencia um resultado satisfatório quanto aos benefícios e as obrigações que a **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009 regulariza. Com essa relação é possível que o indivíduo ganhe descontos e subsídios** por parte da financeira e do governo, **se cumprida às obrigações propostas na lei.** Ajudando assim o desenvolvimento da cidade como um todo, o artigo ainda traz um ônus quanto à falta de leitura do contrato por parte dos devedores, algo de grande importância na relação jurídica pesquisada, abrindo uma nova janela para artigos futuros.

**Palavra-chave:** Obrigações. Desenvolvimento. Cidade.

## REFERÊNCIA

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. Ed. 5. São Paulo: Centauro. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.977**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2009/lei/11977.htm)>. Acesso em: 29 de abr. 2019

<sup>343</sup> Professor Orientador, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília – UCB, Professor de Direito Civil da Faculdade de Ciências e tecnologia de Unaí- FACTU;

<sup>344</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>345</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

<sup>346</sup> Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

## AS NORMAS INTERNACIONAIS E INTERNAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO FORÇADO

FONTANA, Ana Cecilia Mota<sup>347</sup>  
 COELHO, Karen Melissa Cardoso<sup>348</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>349</sup>

A OIT (1930, p. 1) define que o conceito de trabalho escravo é “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não se tenha oferecido espontaneamente”. De acordo com Costa, (2010) a OIT realiza convenções nas quais discutem e criam normas, amparando o cidadão sobre as condições de trabalho, assim evitando o trabalho escravo. As ações de combate ao trabalho escravo para representação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, tenda ser voltadas para o trabalho rural, pois persistem condições de trabalho degradantes, privatizando a liberdade. (COSTA, 2010). O presente artigo tem como objetivo comparar normas internacionais e internas sobre trabalho forçado, definindo qual possui maior proteção normativa. Para tal, será utilizada uma pesquisa qualitativa, com análise normativa jurídica para elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, verificar-se-á a eficácia das normas em relação ao trabalho escravo no âmbito do Direito Internacional e expor as características das normas internacionais do trabalho escravo e às condições gerais de emprego de acordo com a OIT. Na segunda parte, será estudado o trabalho escravo e suas características nas normas do âmbito interno, apresentando a proteção referente às condições de trabalho, após a reforma trabalhista de 2017. Na terceira parte deste artigo, será realizada uma comparação das normas no âmbito internacional e interno a respeito do trabalho escravo, com a semelhança das condições de trabalho nos âmbitos internacional e interno, e a diferença entre o Direito Trabalhista e a OIT. A presente pesquisa se justifica devido ao aperfeiçoamento do estudo sobre a comparação do trabalho forçado dentro do direito internacional e interno. Ademais, a presente pesquisa justifica-se quanto mais direcionado o trabalhador estiver, melhor entendimento adquirirá para poder precaver o trabalho forçado, além do engajamento das autoridades do governo. A pesquisa encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trabalho Escravo. Direito Internacional. Direito Brasileiro.

### REFERÊNCIAS

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Combatendo o trabalho escravo Contemporâneo: o exemplo do Brasil**. 1. ed. Brasília: Escritório do Brasil, 2010. 34 p.

OIT. Organização do Trabalho. **Convenio relativo al trabajo forzoso u obligatorio**.01 maio 1932. Disponível

em:<[https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C029](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C029)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

<sup>347</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>348</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>349</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**PUNIBILIDADE DA HUNGRIA E CONSENSUALIDADE DOS TRATADOS**

AGUIAR, Bruna Yris Pereira<sup>350</sup>  
RODRIGUES, Daniel Moura<sup>351</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>352</sup>

O Parlamento da União Europeia decidiu em uma votação realizada a meados de Setembro de 2018, adotar um procedimento punitivo contra a Hungria por ignorar normas democráticas de maneira persistente. Contudo, podemos afirmar que é altamente improvável que uma punição mais severa aconteça, já que o restante do bloco precisaria de unanimidade para que seja adotada a punição exemplar contra o Estado-membro. (REUTERS BRASIL, 2018). O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar se a não punibilidade mais severa da Hungria pelas violações a regras democráticas da União Europeia afeta a efetivação do princípio da consensualidade dos tratados. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de caráter normativo-jurídico para elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho serão apresentados os desdobramentos do caso, desde a denúncia do Estado-membro pelo parlamento Europeu e suas possibilidades no crítico cenário da Organização Internacional em pesquisa. Na segunda parte, apresentar-se-ão os possíveis procedimentos punitivos e expectativas de desfecho que a legislatura europeia poderá adotar. Concluindo que, a sanção máxima que estabelece suspensão dos direitos de voto no Conselho da União Europeia instância máxima de decisão da UE poderá ser aplicada exemplarmente mas isso dependerá do desfecho no teatro Europeu uma vez que existe a possibilidade de a Hungria ter amparo de outros Estados-membros e que nenhuma sanção seja imposta.

**Palavras-Chave:** Estado-membro. Violação. União Europeia. Punibilidade.

**REFERÊNCIA**

REUTERS BRASIL. **Parlamento da UE ação contra a Hungria**. Direção: Alastair Estrasburgo, 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

<sup>350</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>351</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>352</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LIMA, Gabriel Carvalho Moreira<sup>353</sup>  
 DA ROCHA, Franciele Bernardes<sup>354</sup>  
 SILVA, Luiz Carlos Viana da Costa<sup>355</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>356</sup>

A construção de um país acessível é o que se almeja, onde deficientes se equiparem em direitos, deveres e oportunidades às demais pessoas, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo são essenciais na orientação da realização dessa meta. E indubitável que barreiras externas, como restrições físicas, no transporte e na informação são obstáculos muito maiores ao deficiente que a própria limitação que seu corpo possui, seja ela física, psíquica, sensorial ou motora (ONU, 2007). É necessário buscar sempre a igualdade, para Boaventura de Souza Santos (2003, p. 56) tem-se o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza com isso vem a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma outra diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades que venham a ser um problema. O objetivo é mostrar quais alterações e benefícios – sociais, físicos, jurídico- as normas internacionais trouxeram aos sujeitos destes direitos, atendo-se a como a administração pública se mobiliza para implementá-las. Portanto, a presente pesquisa se justifica pelo interesse de aprofundar os conhecimentos sobre os direitos das pessoas com deficiência e o modo como que vivem na sociedade, diante de suas dificuldades os meios que podem facilitar suas vidas para que possam viver com dignidade, independente de suas barreiras pessoais. No âmbito acadêmico a pesquisa se justifica devido à falta de material sobre o presente tema, com a finalidade de mais pessoas conhecerem os direitos dos deficientes. Por fim no âmbito social, quanto maior o número de pessoas atingidas com esta pesquisa, maior conscientização, promovendo conseqüentemente uma maior sensibilização, percepção da necessidade de defender os direitos dos deficientes. O artigo é composto por três partes com os respectivos capítulos: Principais convenções sobre direitos das pessoas com deficiência com influência no Ordenamento jurídico pátrio, Os efeitos da Convenção sobre direito das pessoas com deficiência no Estatuto da pessoa com deficiência, onde vemos nitidamente a aplicação prática da Teoria Dualista Moderada e, por último, Medidas Administrativas adotadas para efetivação do Estatuto. Artigo ainda não finalizado.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Direito das pessoas com Deficiência.

### REFERÊNCIA

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <<[http://www.boaventuradesouzasantos.pt/media/pdfs/Concepcao\\_multicultural\\_direitos\\_humanos\\_RCCS48.PDF](http://www.boaventuradesouzasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF)>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>353</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>354</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>355</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>356</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**Organização das Nações Unidas (ONU).** Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência. Nova York, 30 mar. 2007. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em:  
29 abr. 2019.

**A FORÇA DA OEA EM CONJUNTO À DEMOCRACIA NO BRASIL: rumo à redução da corrupção**

CORDEIRO, Gian Filipo Neves<sup>357</sup>

BRITO, Heloisa Gualberto<sup>358</sup>

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>359</sup>

Os propósitos da Convenção da OEA são promover e fortalecer o desenvolvimento, em cada um dos Estados Partes, por meio dos mecanismos necessários para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção e promover, facilitar e regular a cooperação entre os Estados Partes a fim de assegurar a eficácia das medidas e ações adotadas no exercício das funções públicas, bem como os atos de corrupção, especificamente vinculados a seu exercício (Artigo II – Propósitos) (OEA, 2005). O presente artigo tem o objetivo de analisar a possibilidade da atuação da OEA, a fim de fortalecer a democracia no Brasil. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho normativo-jurídico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, descrever-se-à a relação do Brasil com a OEA no combate à corrupção. Na segunda parte, discutir-se-à a participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA junto ao Brasil no âmbito interamericano, com base nos princípios consagrados na Constituição Federal, os quais orientam as ações para a promoção eficaz dos "pilares" fundamentais da Organização. E na terceira e última parte verificar-se-a a integridade dos cumprimentos de compromissos internacionais que Brasil assumiu com a OEA. Este trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Organização dos Estados Americanos (OEA). Corrupção. Brasil.

### REFERÊNCIA

**Organização dos Estados Americanos (OEA).** Convenção Interamericana Contra a Corrupção. 26 jul., 2005. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/b-58.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

<sup>357</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>358</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>359</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**A RODADA DO URUGUAI E O IMPACTO SOBRE AS NORMAS QUE REGULAM  
A AGRICULTURA BRASILEIRA**

SANTOS, Gilson Ribeiro dos<sup>360</sup>  
SILVA, Pedro Victor Palma Borba da<sup>361</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>362</sup>

A Organização Mundial do Comércio (OMC) nasceu e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995, tendo grande destaque por trazer inovação ao comércio internacional, com normas para a regulamentação e controle da comercialização internacional. Convém lembrar que a OMC surgiu para substituir o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947, pois oferece maior abrangência quanto aos assuntos abordados, além de dispositivos mais rígidos. Tudo isso em conformidade com a Rodada do Uruguai, na qual ocorreram várias negociações durante anos, em que os Estados-membros se reuniram para juntos formarem os acordos que passaram então a ser regulados pela OMC. (COLSERA, 1998). O presente artigo tem o objetivo de compreender como os acordos sobre a agricultura presentes na rodada do Uruguai influenciaram a criação de normas internas no Brasil. Sendo assim, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho jurídico-normativo. Na primeira parte será verificada a transição do GATT para a OMC, estudando a incorporação e o efeito das novas regras elaboradas durante Rodada do Uruguai, tendo como principal foco o Acordo da Agricultura. Na segunda parte será realizado um estudo acerca dos acordos firmados em âmbito internacional que aborda a temática referente a agricultura. Posteriormente, na terceira parte, será realizada uma análise dos impactos das normas firmadas na Rodada do Uruguai na estruturação dos acordos firmados pelo Brasil acerca do tema agricultura, definindo a repercussão da Rodada na internalização de acordos brasileiros. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Acordo Agricultura. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Organização Mundial do Comércio (OMC).

## REFERÊNCIA

COLSERA, Lino Luís. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. ano VII, n 03, 1998. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/702/656>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>360</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU;

<sup>361</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU;

<sup>362</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



## O TRATAMENTO JURÍDICO AOS APÁTRIDAS PELO ORDENAMENTO BRASILEIRO

FERREIRA, Helkiane Mendes<sup>363</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>364</sup>

Os apátridas são pessoas que não possuam ou foi retirado delas o direito de uma nacionalidade e que, por diversos fatores, podem existir em qualquer Estado. A Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1951, assim define o termo: “Toda pessoa que não seja considerada ser nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação”. Com o advento da Lei 13.445/2017 algumas mudanças benéficas foram introduzidas em relação aos apátridas, representando uma verdadeira inovação no ordenamento brasileiro, pois não havia dispositivo legal que resguardasse nenhuma proteção aos apátridas. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas- ACNUR, a apátrida é considerada muitas vezes um problema invisível, porque as pessoas apátridas permanecem invisíveis e desconhecidas aos olhos do Estado em que se encontram, não possuindo direito de frequentar a escola, consultar um médico, conseguir um emprego, comprar um imóvel, dentre outros. O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar se a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) trouxe benefícios para as pessoas consideradas apátridas frente as determinações previstas no Estatuto dos Refugiados e apátridas de 1951. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa de cunho normativo-jurídico para a elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-á a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, que define o conceito e as garantias dos indivíduos que se encontrem nessa situação frente aos Estados-Partes. Na segunda parte, estudar-se-ão os benefícios advindos da nova legislação para o reconhecimento do apátrida e as séries de garantias que esse diploma legal traz. Na terceira parte, será verificado como a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 com o advento da lei de migração vem evoluindo os mecanismos das condições jurídicas à luz da dignidade da pessoa humana. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. Direitos Humanos. Lei 13.445/2017 (Lei de Migração).

### REFERÊNCIA

BRASIL. Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002. Promulgação a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4246.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>363</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>364</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**O BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS  
CONFORME OS PADRÕES INTERNACIONAIS DA ACNUR**

SOUSA, Júlia Versiani<sup>365</sup>  
SILVA, Juliana Medeiros<sup>366</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>367</sup>

A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) tem o principal objetivo de fornecer proteção aos refugiados e populações que se deslocam por motivos de guerra, perseguições e conflitos. Criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), tem como objetivo principal buscar soluções confortantes e duradouras que se adaptem à atual situação dessas pessoas. Começou seus trabalhos no ano de 1951 para dar abrigo aos refugiados europeus após a Segunda Guerra Mundial. O Brasil sempre teve um destaque maior na liderança de proteção aos refugiados, reconhecido internacionalmente como país acolhedor, sendo o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto de Refugiados. A Convenção de 1951 é um tratado que define quais são os requisitos necessários para se encaixar na condição de refugiado e quais são os direitos e deveres que devem prestar ao país que os acolherem, estando presente nos pilares da ACNUR para ajudar milhares de pessoas a recomeçarem suas vidas. Como descreve a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), todo o refugiado que se encontra legalizado tem direito a não discriminação a sua raça, direito a um tratamento favorável em relação à prática da sua religião e total liberdade para ensinamento religioso de seus filhos entre outros. Assim como obtém direitos adquire também deveres com o país em que se encontra, tendo obrigação de se conformar com as normas vigentes do mesmo. O presente artigo tem o objetivo de analisar a implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil conforme os padrões internacionais da ACNUR, com análise nas normas internas e internacionais. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa com uma análise normativa jurídica para a elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se como é a forma de aplicação da lei de refugiados e os requisitos indispensáveis para se tornar um refugiado legal adquirindo assim direito de conviver em sociedade livremente. Posteriormente, uma análise sobre a aplicabilidade da norma internacional dos refugiados. A pesquisa encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Refugiados. Normas internacionais e brasileiras. Implementação.

### REFERÊNCIA

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Genebra. 28 jul. 1951. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

<sup>365</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>366</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>367</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

UNHCR ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **ACNUR no Brasil**. s.d. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

## CONSEQUÊNCIAS DA MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À LIBERAÇÃO DA POSSE DE ARMA DE FOGO

DOMINGOS, Gleidson Pereira<sup>368</sup>  
VALADARES, Kamilla Martins<sup>369</sup>  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>370</sup>

O desarmamento é um processo importante na construção da paz e da cooperação no mundo e, particularmente, na região. A OEA é por natureza um fórum onde os Estados podem dialogar pacificamente, sem ter que recorrer ao uso de armas e da força. Além disso, a organização procura lutar contra a proliferação de armas de destruição em massa e trabalhar para a eliminação do tráfico ilícito de armas. Os Estados-Partes prestarão a mais ampla assistência jurídica mútua, em conformidade com suas leis e tratados aplicáveis, dando curso e respondendo de forma oportuna e precisa às solicitações emanadas das autoridades que, de acordo com seu direito interno, tenham faculdades para investigar ou processar as atividades ilícitas descritas, a fim de obter provas e tomar outras medidas necessárias para facilitar os procedimentos e diligências referentes à investigação ou ao processo judicial. (OEA, 2019). O presente artigo tem o objetivo de comparar as normas estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) com as mudanças que ocorreram no Brasil no ano atual e as consequências para o país devido à alteração de determinados critérios. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho normativo- jurídico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, será verificado como a legislação brasileira define a liberação da posse de arma de fogo. Na segunda parte, serão descritas as alterações feitas no ano atual, após a mudança da presidência do Brasil. Na segunda parte, tratar-se-á da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA) que traz em seus artigos regras que devem ser cumpridas pelos Estados-parte. E na terceira parte, o Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019 e suas principais alterações comparado ao que é estabelecido pela OEA (BRASIL, 2019). A presente pesquisa se justifica devido ao aperfeiçoamento ao estudo sobre a comparação de normas anteriormente utilizadas e as que entram em vigor no ano de 2019. Ademais a presente pesquisa justifica-se em apresentar qual seria a atuação aplicada aquele Estado membro que causar uma fatalidade em sua população devido ao descumprimento de normas estabelecidas em convenção. A pesquisa encontra-se em elaboração.

**Palavras-chave:** Organização dos Estados Americanos (OEA). Armas de fogo. Alterações normativas. Posse.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019.** Altera o decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Imprensa Nacional.** Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59109815](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59109815)>. Acesso em: 16 abr. 2019.

<sup>368</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>369</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>370</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Desarmamento**. 2019. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/topicos/desarmamento.asp>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

<b>A EFICÁCIA JURÍDICA DA CLÁUSULA DE DEFESA MÚTUA DA OTAN E O SURGIMENTO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA ALTERNATIVAS</b>
--

ARANTES, Lucas Antônio Mariano<sup>371</sup>  
 OLIVEIRA, Larissa Lorena Barbosa<sup>372</sup>  
 BARBOSA FILHO, Marcos Antônio Alves<sup>373</sup>  
 BALBINO, Michele Lucas Cardoso<sup>374</sup>

A Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949. A organização se baseia na defesa coletiva, onde seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa ou grupo terrorista à paz mundial. Durante a guerra fria, a Rússia e seus aliados socialistas criaram o Pacto de Varsóvia com as características de defesa cooperativa e mútua idênticas as do Tratado do Atlântico Norte, ambos tendo como fundamento um princípio adotado no campo militar e no Direito conhecido como “Princípio da Paridade de Armas”. Esse princípio, em uma perspectiva da doutrina, da jurisprudência e da própria lei, é visto como analogia para se referir ao princípio da igualdade no processo, fazendo difusão da expressão paridade de armas ou igualdade de armas, sendo estas necessárias para o bom combate ou litigância entre adversários (OLIVEIRA, 2014). O presente artigo tem como objetivo uma avaliação da aplicabilidade da norma internacional da OTAN no que tange ao seu conteúdo a respeito de cooperação para solucionar situações de crise. Primeiramente, será apontada a origem da OTAN seus dispositivos normativos e formas de atuação além da análise das motivações que levam ao uso da cláusula de defesa mútua do Tratado do Atlântico. Na segunda parte serão verificadas possíveis brechas e conflitos normativos dessa organização com outras normas internacionais que ocasionem um questionamento de sua efetividade e surgimento de um estado de insegurança jurídica. Na terceira parte será feita uma análise das em vezes que a cláusula foi acionada, dando ênfase nesta última utilização feita pela França contra a turbação terrorista neste país, trazendo aspectos do cenário atual. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Segurança alternativa. Defesa mútua. Paridade de armas.

## REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Vallisney de Souza. **Paridade de armas é necessária para bom combate processual**. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-mai-15/vallisney-oliveira-paridade-armas-necessaria-bom-combate>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>371</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>372</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>373</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU;

<sup>374</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## TRABALHO INFANTIL E SUAS ILEGALIDADES NO ÂMBITO MUNDIAL

RODRIGUES, Moisés Ribeiro<sup>375</sup>  
 SILVA, Thifane Thauany Aparecida da<sup>376</sup>  
 BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>377</sup>

A expressão trabalho infantil muitas vezes é confundida com a exploração de mão de obra infantil. Uma distinção é que atividades como auxiliar nas obrigações domésticas ou em lojas, por exemplo, são consideradas trabalho infantil, mas não exploração da mão de obra infantil. A exploração representa-se quando a atividade realizada por uma criança acontece de modo regular, produzindo renda para o seu próprio sustento e de sua família. (PERES et al, 2003 apud NICOLELLA et al, 2008). O presente artigo tem o objetivo de identificar o padrão de proteção existente nas normas internacionais que reprimem o trabalho infantil, e também apresentar as normas brasileiras que vedam essa exploração, demonstrando também em qual âmbito a proteção ao trabalho infantil tem mais eficácia. Para tanto será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho normativo-jurídico para análise e elaboração do presente trabalho. Não só no Brasil mas também no Mundo todo o trabalho forçado de crianças e adolescentes é um assunto muito discutido, e que está sempre recebendo o apoio de normas e organizações para ser combatido. Com a produção científica, tem-se como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, discussão sobre o trabalho infantil. Na primeira parte descreverá sobre a organização internacional do Trabalho (OIT) e sobre as medidas tomadas para proteger os direitos humanos do trabalhador. Na segunda parte, verificar-se a sobre as proteções tomadas em relação à exploração do trabalho infantil visando às normas e aos princípios internacionais. E na terceira parte será discutido sobre as normas e princípios vigentes no Brasil que protegem do trabalho infantil. A presente pesquisa encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Trabalho infantil. Organização Internacional do Trabalho.

### REFERÊNCIA

NICOLELLA, Alexandre Chibebe et al. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 46, n. 3, jul-set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000300005HYPERLINK>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

<sup>375</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>376</sup> Acadêmico do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>377</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## A CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA E O IMPACTO NAS RELAÇÕES DE IMIGRAÇÃO COM O BRASIL

OLIVEIRA, Ranielly Sthefany Rodrigues<sup>378</sup>

PAULA, Leidiany Esteffany Sousa<sup>379</sup>

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>380</sup>

A Venezuela tem sofrido desde o final do governo de Hugo Chávez, adentrando no atual governo de Nicolás Maduro com uma grave crise socioeconômica e política. A crise se intensificou no governo de Maduro pela queda dos preços do petróleo no começo de 2015, o que resultou uma queda drástica na economia do país e, conseqüentemente, a saída de vários venezuelanos do território com destino ao Brasil (ROCHA; RIBEIRO, 2019). O presente artigo tem como objetivo tratar sobre a crise da Venezuela e o impacto nas relações de imigração brasileira. Para tanto, foi utilizado uma pesquisa qualitativa de cunho normativo-jurídico para análise e elaboração do presente trabalho. No primeiro capítulo analisaram-se quais são as principais organizações e os mais presentes na atuação da crise na Venezuela como, por exemplo, a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas). O segundo capítulo abordará atuação da ACNUR diante da crise e considerando que o Brasil não pode realizar a devolução dos refugiados, tendo em vista o princípio da não devolução dos refugiado se legislação nacional e internacional. No terceiro capítulo tratar-se a Brasil como instituto dos refugiados e o papel da CONARE (Comitê Nacional dos Refugiados). O presente trabalho se justifica por ser um tema atual que conta com pouca bibliografia, de forma que um estudo ainda que preliminar permita a formação de uma imagem panorâmica das relações jurídicas entre os imigrantes venezuelanos e sua entrada no território brasileiro. A pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Crise Migratória na Venezuela. Imigração. Princípio da não devolução dos refugiados.

### REFERÊNCIA

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias **Revista Jurídica da Presidência Brasília**. v. 20 n. 122, 2019, p. 541-563. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1820/1254>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

<sup>378</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>379</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>380</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



## ADOÇÃO INTERNACIONAL SEGUNDO AS LEIS BRASILEIRAS E A CONVENÇÃO DE HAIA

ALMEIDA, Fernanda Sousa de Mesquita<sup>381</sup>

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso<sup>382</sup>

Desde o início da história, a adoção é considerada um dos institutos em que a razão de existir é a família, sendo um dos mais antigos, auxiliando para que as mesmas que não tivessem herdeiros não acabassem. A adoção foi criada para que a conservação da família fosse garantida por meio dos filhos, devido ao fato de não haver outra forma de continuidade, nem mesmo por testamento, pois esse ainda nem existia (GATELLI, 2005). A história legal da adoção no Brasil remete ao início do século XX. O assunto foi tratado pela primeira vez em 1916, no Código Civil brasileiro. Depois da iniciativa, seguiram-se à aprovação de três leis (Lei n.º 3.133/1957, lei que atualiza a adoção prescrita no Código Civil de 1916, Lei n.º 4.655/1965, que dispõe da legitimidade da adoção e Lei n.º 6.697/1979, que foi o Código de Menores) antes da chegada, em 1990, do inovador Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069), alterado depois pela atual legislação. A adoção Internacional está prevista no art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente e regulada pela Convenção de Haia, que estabelece objetivos para proteger a criança e o adolescente, defendendo seus direitos fundamentais. O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar como é a aplicação da lei que se refere a adoção no Brasil e internacionalmente. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa de normativo-jurídico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, descrever-se-à sobre a adoção no âmbito brasileiro, as leis e suas alterações. Na segunda parte, analisar-se-à a adoção internacional através da Convenção de Haia. Na terceira parte, será feito uma comparação entre a Convenção de Haia e as Leis Brasileiras. O presente trabalho encontra-se em elaboração.

**Palavras-Chave:** Adoção. Estatuto da Criança e do Adolescente. Adoção Internacional.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**. Disponível <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 3.133 de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019

BRASIL. Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4655.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4655.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019

<sup>381</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>382</sup> Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Código de Menores. **Planalto**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-norma-pl.html>>. Acesso em: 27 abr. 2019;

GATELLI, João Delciomar. **Adoção internacional**: de acordo com o novo Código Civil. Curitiba: Juruá, 2005.

## A RESPONSABILIDADE PENAL DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS NOS CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS NO BRASIL

VIEIRA, Renata da Costa<sup>383</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>384</sup>

A tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, é considerada como um dos maiores desastres ambientais do País, sendo que os impactos ambientais ultrapassaram as fronteiras do Estado de Minas Gerais, alcançando, o Estado do Espírito Santo. A barragem tinha capacidade de 55 milhões de metros cúbicos de armazenamento e cerca de 35 milhões de metros cúbicos de lama, misturada com rejeitos de minério, que “vazaram”, causando um dos maiores desastres ambientais da atualidade. O rompimento da barragem causou uma destruição de cerca de 1.469 hectares ao longo de 77 km de cursos d’água, incluindo áreas de preservação permanente (GARCIA; AQUINO, 2016). O presente pré-projeto tem como objetivo analisar a eficácia prática da aplicabilidade da Lei 9.605/98 como instrumento de punição nos casos de crimes ambientais das empresas multinacionais no Brasil, tendo como foco o caso do desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana-MG, em 05 de novembro de 2015 que tem como responsável a mineradora Samarco. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, terão destaques os danos causados pelas multinacionais no país e a análise da aplicabilidade da Lei 9.605/98 como instrumento de punição nos casos de crimes ambientais cometidos pelas empresas multinacionais no Brasil. Na segunda parte, estudar-se-á o processo criminal contra a Samarco, a Vale, a BHP Billinton e a VogBR, que também são julgadas no processo, pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana – MG. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Penal. Multinacionais. Crimes Ambientais.

### REFERÊNCIA

GARCIA, AQUINO. **Ética do cuidado, sustentabilidade e política jurídica: Reflexões ambientais sobre o caso Samarco.** Disponível em: <[https://www.academia.edu/31408553/%C3%89TICA\\_DO\\_CUIDADO\\_SUSTENTABILIDADE](https://www.academia.edu/31408553/%C3%89TICA_DO_CUIDADO_SUSTENTABILIDADE)>. Acesso em: 24 abr. de 2019.

<sup>383</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>384</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O NOVO CRIME DE FEMINICÍDIO

SILVA, Amanda Cristina da<sup>385</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>386</sup>

No presente estudo, será abordada uma questão que percorre séculos: as mulheres são mortas pelo simples fato de serem mulheres. O problema começa com agressões muitas vezes verbais, o companheiro é o maior causador de morte desse tipo de crime. Com o passar do tempo as agressões passam a ser rotineiras e dão a impressão de ser pelo motivo de impor respeito exorbitante e as agressões verbais se tornam agressões físicas, muitas vezes as vítimas denunciam o agressor, a expressão máxima se torna o óbito. Com isso, há uma série de questões a serem discutidas, entre elas, o significado de crimes de gênero e os fatores relevantes que deram surgimento à nova lei: O feminicídio. O presente pré-projeto tem como objetivo identificar a eficácia da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Verificar-se-á como funciona depois da denúncia, em relação à vítima e ao agressor. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, será estudado a eficácia das leis 11.340/2006 e Lei 13.104/2015, verificar-se-á como as autoridades estão se impondo diante dos casos ocorridos, será verificada a eficácia da tipificação da lei do feminicídio, e se averiguará a eficiência das leis. A segunda parte, refere-se ao referencial teórico, com destaque para o conceito da violência contra a mulher; a terceira parte descreverá a metodologia utilizada nesta pesquisa; a quarta parte tratará da análise e discussão dos dados coletados, confrontando-os com o referencial teórico. E por fim, a quinta e última seção apresentará as considerações finais. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Crime. Violência contra a Mulher. Feminicídio.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei n°. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência contra a mulher. **Planalto**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em 03 de maio 2019.

---

<sup>385</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>386</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## A EFICÁCIA DA LEI DA PALMADA NA ATUALIDADE

RODRIGUES, Ayub Thiago Moreira<sup>387</sup>

MACHADO, Juliana Lacerda<sup>388</sup>

O Brasil é um país que tem sua cultura diversificada e hereditária, ou seja, os valores e os princípios são repassados de geração em geração, mudando somente os costumes. No contexto familiar, o poder familiar ao longo dos anos sofreu significativas mudanças e avanços, assim, não raro, são os casos de violência doméstica infantil com registros de castigos físicos, tratamentos humilhantes, cruéis e etc. O Estado atento a estes costumes e práticas na educação familiar disciplinar, interfere no consagrado poder familiar dos pais e limita-o. Esta interferência pode ser considerada abusiva, mas do ponto de vista da doutrina de proteção integral, ao menos, esta é necessária, pois estará atendendo o disposto no mandamento constitucional e nas leis ordinárias de proteção ao menor. Assim o advento da conhecida Lei 13.010/14 não busca criminalizar e nem impedir os pais de proporcionarem a seus filhos uma boa forma de discipliná-los, apenas os impede de utilizarem os castigos físicos, apresentando outras formas alternativas de disciplinar. O presente trabalho tem como objetivo identificar as contribuições que a Lei nº 13.010/14 oferece para o ajustamento de um processo educacional mais humanista por parte da família e instituições que fazem parte do processo educacional da criança e do adolescente. Para tanto, será utilizada abordagem qualitativa, com carácter exploratório. O trabalho analisará como se dão as formas de punições perante a lei em questão bem como busca esclarecer sua eficácia na atualidade, tendo em vista já possuir outras leis que estão em paralelo, de certa forma tratando do mesmo assunto. A análise dos dados do presente trabalho será através da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

**Palavras-chave:** Lei da Palmada. Família. Estado.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurene. **Análise de Conteúdo**. São Paulo:Edições70, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Planalto**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm)>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

<sup>387</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>388</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**EXISTÊNCIA DE (IN) CONSTITUCIONALIDADE NA EC 20/98  
ESTABELECENDO REQUISITO PARA REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO  
PREVIDENCIÁRIO: AUXÍLIO RECLUSÃO**

SILVA, Benedito Donizete Vitorino da Silva<sup>389</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>390</sup>

Trata-se de estudo sobre a existência de inconstitucionalidade perante EC 20/98 que em seu artigo 13 estabeleceu critério “baixa renda” para concessão de benefício previdenciário, auxílio-reclusão. Portanto, o trabalho parte de uma abordagem sutil acerca da seguridade social, alguns aspectos históricos, bem como o significado que lhe foi dado na CR/88, artigos 194 e 195, ao eleger um capítulo apartado para tratar desta matéria. Em que pese haver uma classificação do auxílio-reclusão como benefício social, nesse ensaio parte-se de um questionamento tendo em vista que há nele uma prestação previdenciária em vista da parcela de contribuição auferida ou declarada pelo segurado. Para facilitar a compreensão deste tema, estarão separados por capítulos no sentido de possibilitar conhecer, ou pelo menos aguçar, onde estão os princípios da isonomia e da razoabilidade. Ao final estarão anexados relatórios que vão permitir conhecer o percentual da população carcerária do Brasil hoje, lembrando que a mesma triplicou nos últimos anos. Apontar-se-ão também críticas quanto ao benefício em si, como a jurisprudência tem interpretado e de que forma se poderá melhor compreender o alcance deste benefício conforme nossa realidade, tendo em vista a dificuldade da concessão do benefício, frente ao trauma da incapacidade de manutenção pecuniária da família, para além, a falta da isonomia propagada constitucionalmente diante da impossibilidade de provimento da mesma, do encarceramento do provedor. Dessa forma há de se prevalecer os princípios e normas constitucionais, legais e regulamentares que norteiam o custeio da Previdência Social, bem como as normas que tratam da prestação devida aos seus beneficiários (CASTRO; LAZZARI, 2011). Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão as normativa e conceitual e as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a análise documental. A análise de dados será por meio da análise de conteúdo. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-chave:** Seguridade Social. Auxílio-Reclusão. Constituição. Isonomia.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.** Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Planalto. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm)> Acesso em: 24 jun. 2019.

<sup>389</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>390</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

CASTRO, Carlos Alberto de Castro; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

## FEMINICÍDIO NA COMARCA DE UNAÍ: APLICABILIDADE E COIBIÇÃO

DEUS, Bruna Moreira de<sup>391</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>392</sup>

Desde os primórdios da humanidade, a posição da mulher era vista com inferioridade perante os homens que formavam uma sociedade patriarcal; eram tratadas como cidadãs de segunda categoria, sofriam violências e eram submetidas a tratamento e condições degradantes pelo simples fato de serem mulheres. Com o passar dos anos e com a necessidade de formulação de normas que pudessem amparar e resguardar a garantia de direitos a elas, foram criadas leis com o intuito de nada mais que prevenir tais agressões e punir os seus agressores. O presente pré-projeto tem como objetivo geral conhecer acerca do crime de feminicídio e suas particularidades, ocorridos na Comarca de Unaí-MG, buscando apontar a função punitiva da justiça do município de acordo com a lei vigente. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com método dedutivo para análise e elaboração do presente trabalho. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-á o crime de feminicídio em seu conceito fundamental, incluindo o contexto histórico e as diferentes formas existentes para prática do crime; serão ilustrados os marcos normativos nacionais e internacionais que visam assegurar a defesa e igualdade das mulheres, além de ter diferenciado o crime de feminicídio em seu aspecto tentado e consumado. Na segunda parte, serão estudados os principais motivos que levaram os agressores a cometerem os crimes de feminicídio e o que poderia ser feito para combater e prevenir as mortes anunciadas, de acordo com a Delegacia da Mulher da Comarca de Unaí-MG; serão evidenciados também os argumentos utilizados nos casos concretos de feminicídio ocorridos nos últimos quatro anos na Comarca de Unaí-MG, após analisados os processos judiciais no fórum da cidade. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Feminicídio. Direitos das Mulheres. Aplicabilidade. Coibição.

### REFERÊNCIA

BARDIN, Laurene. **Análise de Conteúdo**. São Paulo:Edições70, 2016.

---

<sup>391</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>392</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.



## O CONFLITO DE USO DE ÁGUA ENTRE ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA E FAZENDEIROS: ESTUDO DE CASO EM BURITIS-MG

PEREIRA, Cinara Marcielle Lima<sup>393</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>394</sup>

A irrigação representa o uso da água de maior consumo, considerando um fator importante de degradação ambiental. Tendo em vista o licenciamento da implantação de barragem, há uma questão preocupante dos recursos hídricos em caso de mau uso. Cada vez mais se tem consciência da falta de água no país, portanto, o objetivo do direito de uso de recursos hídricos é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o conflito de uso de água entre assentados de reforma agrária e fazendeiros localizados no entorno de um assentamento na região de Buritis-MG acerca da implementação de barragem de água de contenção para irrigação com pivôs, definindo o impacto socioambiental na vida da comunidade pesquisada. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão a conceitual e a normativa, as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a análise documental. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na primeira parte deste trabalho, serão analisados os direitos do uso de água, bem como as principais consequências jurídicas da não aplicação da legislação de barragens de contenção de água. Na segunda parte, será estudado como evitar o conflito pelo uso da água gerado pelos assentados de reforma agrária e fazendeiros, e como o uso da barragem pode impactar a vida de uma comunidade de assentados. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Direito Agrário. Reforma Agrária. Código de Águas.

### REFERÊNCIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

---

<sup>393</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>394</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<b>A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS NOS CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS NO BRASIL</b>
---

MACEDO, Douglas Junio Rodrigues<sup>395</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>396</sup>

A responsabilidade civil objetiva foi o regime consagrado para a reparação e indenização dos danos causados ao meio ambiente a terceiros afetados e está expressamente prevista no art. 14, §1º da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o qual traz: “Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade”. (BRASIL, 1981). O presente pré-projeto tem como objetivo analisar a eficácia da ação civil pública e o termo de ajustamento de condutas como instrumentos de reparação de danos provenientes de impactos socioambientais cometidos pelas empresas multinacionais no Brasil, tendo como foco o caso do desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana-MG, em 05 de novembro de 2015. Para tanto, será utilizada uma pesquisa de abordagem qualitativa de tipo exploratória para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, serão analisadas as principais características da ação civil pública e o termo de ajustamento de condutas em matéria ambiental, será verificada a aplicação da legislação ambiental cível à pessoa jurídica de direito privado nacional e às multinacionais com sede no Brasil, será analisada a ação civil pública e o termo de ajustamento de condutas como instrumentos jurídicos de reparação de impactos socioambientais. Na segunda parte, estudar-se-á como a ação civil pública e o termo de ajustamento de condutas estão sendo aplicados no caso do desastre na cidade de Mariana em Minas Gerais. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil. Reparação. Indenização.

## REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Planalto.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

---

<sup>395</sup> Acadêmico do 7º Período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>396</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL REFERENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E À IGUALDADE DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG**

OLIVEIRA<sup>397</sup>, Elane Moreira  
MACHADO<sup>398</sup>, Juliana Lacerda

Com a desigualdade ainda presente nas condições de trabalho existente entre homens e mulheres, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho e igualdade por direito trabalhista. Em 1.917 cerca de 90 mil mulheres operárias fizeram uma forte manifestação, o protesto conhecido como *Paz e Pão*, reclamavam das péssimas condições de trabalho, possibilidade da liberdade, igualdade e fraternidade, representavam também as operárias que morreram queimadas no incêndio da fábrica de tecidos nos Estados Unidos em 1.911, estas estavam em greve, realizando manifestações exigindo a redução de horários e melhores salários, pois a forma como elas eram tratadas era semelhante ao regime da escravidão. O direito da mulher começou a ser conquistado na Constituição de Federal de 1.934, com a redação de alguns artigos em relação à proteção quanto ao trabalho e sobre o amparo à maternidade. (SILVIA, 2015). O presente pré-projeto tem como objetivo analisar se os cargos de chefia em empresas de grande porte de Unaí-MG estão resguardando a igualdade de gênero quanto aos direitos trabalhistas das mulheres. Para tanto, será utilizada uma pesquisa de abordagem qualitativa de tipo exploratório. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias, além das técnicas de investigação teórica conceitual, normativa e histórica e as técnicas de investigação empírica serão os estudos de casos e entrevista, a análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo. Na primeira parte deste pré-projeto, analisar-se-á como a CLT aplica a proteção dos direitos trabalhistas da mulher nas empresas de grande porte na cidade de Unaí-MG e como o princípio da igualdade está sendo efetivado para a garantia da proteção dos direitos trabalhistas para as mulheres. Na segunda parte, será verificado se o princípio da igualdade de gênero está sendo resguardado nos cargos de chefia quanto aos direitos trabalhistas das mulheres e se estão sendo resguardados quanto à proteção. O presente pré-projeto encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Igualdade de Gênero. Direito Trabalhista da Mulher. Empresas de Grande Porte.

### REFERÊNCIA

SILVIA, Fernanda Guimarães Manfredini. **Proteção ao trabalho da mulher:** direitos trabalhistas e o principio da igualdade. Jun. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39711/protecao-ao-trabalho-da-mulher-direitos-trabalhistas-e-o-principio-da-igualdade>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>397</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>398</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

**A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-ECA NA  
RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO  
DE UNAÍ-MG**

FRUTUOSO, Fernanda Alessandra Machado<sup>399</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>400</sup>

Nos últimos anos, notou-se um aumento considerável em relação ao número de adolescentes infratores. Este problema alarmante tem preocupado a sociedade e com isso levantam-se questionamentos acerca dos motivos que levam os jovens a delinquir e quais seriam os seus principais fatores. São criadas leis para o amparo destes jovens e para a proteção do seu direito, além de programas educacionais. O presente pré-projeto tem como objetivo identificar as ações pedagógicas adotadas pelo sistema socioeducativo, juntamente com a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que possuem maior impacto na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, também serão usadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão a conceitual e normativa, as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a entrevista. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Destarte, estará em análise o funcionamento dos programas educacionais no socioeducativo da cidade de Unaí-MG, em que serão avaliadas as questões sobre o ambiente de internação e como funciona a reeducação dos jovens. A pesquisa se faz necessária e importante socialmente, já que o objetivo principal do processo de ressocialização é o fato de os jovens retornarem a ter uma vida em sociedade sem cometer novos delitos. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Adolescentes Infratores. Ressocialização. Socioeducativo.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**. Brasília 13 de julho de 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) > Acesso em: 14 de maio 2019.

---

<sup>399</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>400</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## DA LEI MARIA DA PENHA: AS FALHAS DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS

ESCOBAR, Fernando Henrique Brandão<sup>401</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>402</sup>

A promulgação da Lei Maria da Penha foi resultado da luta e mobilização das mulheres brasileiras durante anos e mereceu apoio de órgãos governamentais, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o Poder Judiciário, entidades da sociedade civil organizada e ainda organismos internacionais. Desde então, a sociedade brasileira aprofundou o debate sobre o combate à violência praticada cotidianamente contra todas as mulheres, independentemente de classe social, idade, raça/cor, etnia, cultura, nível educacional, local de moradia, religião, orientação sexual e condição de deficiência física ou mental. (GRAZZIOTIN, 2015). A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise de como vem sendo tratadas as medidas protetivas e elas têm sido eficientes. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração da presente pesquisa. Na primeira parte desta pesquisa, analisa-se como vem sendo tratada a Lei Maria da Penha em relação às medidas protetivas. Na segunda parte, estuda-se se realmente há eficácia da legislação em relação aos direitos das mulheres. Segundo Cardoso (2018), as medidas protetivas representam mecanismos criados pela lei para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, assegurando que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e tenha oportunidades e facilidades para viver sem violência, com a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. O trabalho encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha. Agressão. Medidas Protetivas.

### REFERÊNCIAS

CARDOSO, Bruno. **Violência contra a mulher:** o que são as medidas protetivas de urgência? Disponível em: <<https://brunonc.jusbrasil.com.br/artigos/544108267/violencia-contra-a-mulher-o-que-sao-as-medidas-protetivas-de-urgencia>>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Cartilha Maria da Penha:** em favor da vida, pelo fim da impunidade. Senado Federal, 2015.

<sup>401</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>402</sup> Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## PUBLICIDADE INFANTIL

SOUZA, Gabriel Dias V. <sup>403</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda <sup>404</sup>

A publicidade encontrou no público infantil uma grande maneira de estimular e induzir o consumo, esta interfere no gosto econômico das crianças de forma imoral, pelo fato de usarem da frágil capacidade de discernimento do público infantil (NISTI, 2008). O presente pré-projeto tem como objetivo entender o motivo pelo qual a abordagem da jurisdição brasileira é tão lenta e ineficaz quanto ao assunto da publicidade infantil. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão as normativas e conceituais e as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso, questionário e a entrevista. A análise de dados será por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-á como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente tratam a vulnerabilidade da criança; as formas abusivas com que a publicidade voltada ao público infantil atua; a atual maneira a qual os influenciadores digitais alcançam o público infantil. Na segunda parte, será analisada a opinião da comunidade de Unaí-MG em relação à publicidade abusiva promovida pelos influenciadores digitais às crianças e a opinião dos influenciadores digitais de Unaí-MG, se estes consideram seus conteúdos abusivos às crianças. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Publicidade Infantil. Consumo. Crianças.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurene. **Análise de Conteúdo**. São Paulo:Edições70, 2016.

NISTI, Marcos. **Criança a Alma do Negócio**. Direção: Maria Farinha Produções. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ur9IIf4RaZ4>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

---

<sup>403</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>404</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, PELO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, NA APURAÇÃO DOS CRIMES DE FURTO

CONCEIÇÃO<sup>405</sup>, Estrogildo Vieira  
MACHADO<sup>406</sup>, Juliana Lacerda

A aplicação do princípio da insignificância tem aflorado inúmeras discussões no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no âmbito do direito penal. Uma das mais relevantes controvérsias quanto ao tema é a aplicabilidade do princípio da insignificância pela autoridade policial em sede de investigação criminal, uma vez que este não tem previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro. Apesar do princípio da insignificância não ter previsão legal em nosso ordenamento jurídico, tem se fortalecido entre a jurisprudência e a doutrina nos últimos anos. Entretanto, em relação à aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial na fase do inquérito, nos crimes de furto tem sido bastante discutido, pois existe precedente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que somente o poder judiciário pode ou não aplicar o princípio da insignificância. (ALANO, 2017). O presente pré-projeto visa verificar a aplicabilidade do princípio da insignificância pelo delegado de polícia civil quando da apuração dos crimes de furto. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho documental para análise e elaboração do presente pré-projeto. A primeira parte do pré-projeto, terá o objetivo de entender os requisitos de configuração do princípio da insignificância, bem como o conceito jurídico do instituto, buscará compreender o papel da polícia civil na investigação dos delitos e estudar o conceito de crime e o tipo penal de furto. Na segunda parte, analisará os inquéritos policiais concluídos entre o período de 2016 a 2018 que apuram os crimes de furto em um município do interior de Minas Gerais-MG, verificará se os critérios definidos para a aplicação do princípio da insignificância estão presentes nos crimes de furto e identificará se nos casos em que há preenchimento de todos os critérios para aplicação do princípio da insignificância a autoridade policial tem feito esse enquadramento. O presente pré-projeto encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Princípio da Insignificância. Ordenamento Jurídico. Crimes de Furto.

### REFERÊNCIA

ALANO, Humberto de Souza. **A possibilidade de aplicação do Princípio da insignificância pelo delegado de polícia nos crimes de furto.** 2017. 56 p. (Monografia em Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3978/Monografia%20%20Humberto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 11 maio 2019.

<sup>405</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>406</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR NO COMBATE AOS  
CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DE UNAÍ-MG EM VIRTUDE DO  
DISQUE DENÚNCIA 181**

AGUIAR NETO, Jair<sup>407</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>408</sup>

O crime de tráfico de drogas é uma prática delituosa que está prevista na Lei nº11.343/06 em seu artigo 33, que tem por objetivo proteger a saúde da coletividade como bem jurídico principal (CAPEZ, 2015). Mesmo com o fato de existirem várias forças que fazem frente ao combate do tráfico de drogas, não há perspectiva de encontrar meios de solução que possam inibir essa prática ilícita. Contrário senso, foi implantado um serviço para auxiliar no combate ao tráfico de entorpecentes de forma oficial em novembro de 2007 em alguns municípios da região metropolitana de Belo Horizonte-MG, e com o passar do tempo ele foi se expandindo para toda Minas Gerias e consiste no “disque denúncia unificado - 181” que tem como escopo, ajudar a Polícia Militar-MG na elucidação de alguns crimes, dentre eles, o tráfico e prevenir alguns outros delitos, garantindo total anonimato para a pessoa denunciante. O presente pré-projeto tem como objetivo identificar informações sobre como está sendo a resposta policial com relação à denúncia “informação” acerca do crime de tráfico de drogas na cidade de Unaí-MG. Para tanto, o trabalho será elaborado por meio do método exploratório de abordagem qualitativa, aplicando-se o uso de fontes primárias e secundárias, através do estudo de caso, a análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo. Na primeira parte deste trabalho, serão desenvolvidas as seções baseadas nos objetivos específicos teóricos, expondo um comparativo sobre as características alteradas da antiga lei de drogas para a nova lei de drogas, dentre outros. Na segunda parte, será desenvolvida a pesquisa empírica, que tem por objetivo, analisar alguns dados, dentre eles, se a Polícia Militar-MG oferece programas educacionais com o cunho de prevenir a prática delituosa do tráfico de drogas, entre outros. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Tráfico de Drogas. Polícia Militar-MG. Disque Denúncia Unificada 181.

## REFERÊNCIA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal:** legislação penal especial. 9. ed. volume 4. São Paulo: Saraiva, 2014.

---

<sup>407</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>408</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.



## A GUARDA COMPARTILHADA E SUA ATENUAÇÃO NA ALIENAÇÃO PARENTAL

OLIVEIRA, Jhéniffer Lauanda Batista<sup>409</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>410</sup>

Separações, raramente ocorrem de forma consensual, elas trazem turbulência e conflitos para a relação familiar e assim inicia o processo de Síndrome de Alienação Parental (SAP) como uma possibilidade que consiste na circunstância em que a mãe ou o pai de uma criança a instrui contra o outro genitor com o intuito de provocar o rompimento dos laços de afeto existentes entre eles, ou simplesmente impedindo que se forme afeição entre a criança e este, criando assim fortes sentimentos de aflição, ansiedade e temor em relação ao pai ou mãe difamado ou mesmo caluniado (SOUZA, 2014). O objetivo fundamental desse trabalho é verificar se a determinação da guarda compartilhada aos genitores que estejam em litígio é eficaz para a solução nos casos de alienação parental. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, serão usadas fontes secundárias e primárias. As técnicas de investigação teórica serão a conceitual e a normativa. A técnica de investigação empírica será a análise jurisprudencial. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-á como a guarda compartilhada dos genitores, é uma causa atenuante nos casos de alienação parental. Na segunda parte será estudado a necessidade de demonstrar a sociedade o quão grave é o poder da alienação parental em relação ao desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Guarda Compartilhada. Alienação Parental.

### REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- SOUZA, Juliana Rodrigues de. **Alienação Parental: Sob a perspectiva do direito à convivência familiar**. São Paulo: Mundo jurídico, 2014.

<sup>409</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>410</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG

PITA, João Claudio Silva de Melo<sup>411</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>412</sup>

A Assistência Social, pilar indispensável que compõe a seguridade social, busca prover o mínimo existencial, garantindo o atendimento de necessidades básicas. Uma das formas de cumprir o objetivo citado é o benefício de prestação continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social corresponde ao valor de um salário mínimo concedido a idosos que possuam 65 anos de idade ou mais, e a pessoa com deficiência impeditiva de caráter permanente, que comprove não ter meios para prover a própria subsistência ou tê-la provida por sua família (LAZZARI; CASTRO, 2016). O presente pré-projeto tem como objetivo identificar se a concessão do benefício de prestação continuada no município de Unaí-MG cumpre seus objetivos e princípios legais. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, também serão utilizadas fontes secundária e primária; as técnicas de investigação teórica serão a conceitual e normativa, já as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e o questionário. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo. Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-á como é a estrutura da Assistência Social, entendendo o seu funcionamento, objetivos e princípios. Na segunda parte, será realizada uma pesquisa empírica junto aos potenciais beneficiários do BPC, para que assim seja possível entender se a concessão do benefício de prestação continuada permite o cumprimento dos objetivos e princípios da Assistência Social. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Direito Previdenciário. Assistência Social. Benefício de Prestação Continuada.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 26 de abr. de 2019.

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

<sup>411</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>412</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO BRASIL

SOUZA, Laiane Aparecida Soares de<sup>413</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>414</sup>

A ISO 26000 dispõe que Responsabilidade Social Corporativa, é “a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010). Porém, percebe-se que as multinacionais não possuem responsabilização direta a nível interno, nem a nível internacional, isso ocorre a nível interno em razão de falhas no ordenamento jurídico. A nível internacional há essa falha, porque internacionalmente se responsabiliza Estados, mas não empresas, uma vez que elas não são sujeitos de Direito Internacional. São apenas atores de Direito Internacional. Uma solução para essa questão seria a Responsabilidade Social Corporativa. As empresas exercem um domínio social e determinadas ações delas tem grande relevância, na medida em que envolve seus colaboradores, sociedade, município ou estado, especialmente no entorno físico da empresa como, por exemplo, problemas ambientais. A presente pesquisa tem como objetivo identificar quais os direitos das partes interessadas são resguardados pelos códigos de ética/conduita e declarações empresariais das empresas transnacionais que viabilizem a plena eficácia da responsabilidade social corporativa (RSC) no Brasil. Para tanto, está em construção uma pesquisa de abordagem qualitativa e tipo exploratório que fará uso de fontes primárias e secundárias a partir das técnicas de investigação empírica: análise documental, e a teórica especificamente conceitual-normativa. Na primeira parte desta pesquisa, analisar-se-á a policontextualidade sistêmica no qual as empresas transnacionais estão inseridas no direito, considerando a responsabilização frente ao direito nacional e internacional. Na segunda parte, estudará os deveres presentes nos códigos de ética/conduita e declarações empresariais das transnacionais em relação às partes interessadas. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Transnacionais. Responsabilidade Social Corporativa. Voluntariado.

### REFERÊNCIA

ABNT NBR ISO 26000, 2010. **Diretrizes sobre responsabilidade social.** Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3203163/mod\\_folder/content/0/NBRISO26000.pdf?forcedownload](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3203163/mod_folder/content/0/NBRISO26000.pdf?forcedownload)> Acesso em: 24 abr. 2019

<sup>413</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>414</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**O TAC AMBIENTAL COMO ELEMENTO INIBIDOR DA PROPOSITURA DA  
AÇÃO PENAL PELA FALTA DE INTERESSE DE AGIR ESTATAL**

DEUS FILHO, Leandro de<sup>415</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>416</sup>

Dentre os inúmeros mecanismos que visam resguardar o bem comum de uso do povo, destacam-se o Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental. Referido termo está previsto na Lei 7.347/85, Lei de Ação Civil Pública, Lei 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, e nas Lei 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais. Este tem como escopo, fomentar a adequação do degradador às normas de controle ambiental através da assinatura de um termo com natureza de título executivo extrajudicial, atrelando a uma série de condicionantes que devem fielmente ser cumpridas em favor de ambiente. Buscou-se, por meio desse instituto, uma composição mais célere da lide, desafogando os órgãos jurisdicionais e alicerçando uma sociedade pautada no desenvolvimento sustentável (AKAOUI, 2015). O presente trabalho visa analisar os aspectos doutrinários e jurisprudenciais acerca dos efeitos processuais penais que decorrem do compromisso de ajustamento de conduta firmado entre o infrator ambiental e o ente público legitimado para tal. O estudo será realizado por meio da abordagem qualitativa de tipo exploratório. A primeira parte deste trabalho terá como objetivo o estudo acerca das causas e efeitos do TAC ambiental, bem como a análise e definição das fases de processamento da ação penal ambiental. Na segunda parte, o enfoque visa definir os argumentos trazidos pela doutrina e jurisprudência acerca do termo de ajustamento de conduta como obsto à propositura/andamento da ação penal. A presente pesquisa está em andamento.

**Palavras-Chave:** TAC Ambiental. Processo Penal. Interesse de Agir.

### REFERÊNCIAS

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de ajustamento de conduta ambiental**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>415</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>416</sup> Doutora em Educação. Professora do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## A EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO JURÍDICO-PENAL DA EXCLUSIVA PROTEÇÃO A BENS JURÍDICOS

MENEZES, Leidiany Vasconcelos<sup>417</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>418</sup>

O ordenamento jurídico brasileiro passa por um processo de desenvolvimento ao longo do tempo, adequando-se à forma em que a sociedade vai evoluindo, modificando-se de acordo com os costumes e mudanças da sociedade. Para Scolanzi (2012), o Direito Penal é um ramo do ordenamento jurídico brasileiro o qual protege apenas aqueles bens mais valiosos para a sociedade, ou seja, apenas aqueles bens que os demais ramos do direito não alcançarem, sendo assim, considerado como a “*última ratio*”. A partir disso, existem princípios que regem o funcionamento e a aplicação do direito penal. Esses princípios são tidos pela teoria jurídica penal como limitações ao exercício do poder de punir. Destaca-se dentre eles o princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos, na qual estabelece que o Direito Penal dedica-se a proteger somente àqueles bens considerados como mais valiosos para a sociedade. O presente pré-projeto tem como objetivo identificar se o Direito Penal objetivamente considerado é realmente utilizado como um instrumento de exclusiva proteção de bens jurídicos mais valiosos para a sociedade quando efetivamente aplicado em seu sentido subjetivo. Sendo assim, busca responder a seguinte problemática: a atuação do Estado no exercício da ação penal condenatória, nos últimos 05 (cinco) anos, na comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, prioriza a proteção aos bens jurídicos mais relevantes? Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa com a utilização de fontes tanto primárias como secundárias, em que o método aplicável é o dedutivo, com técnicas teóricas e empíricas. Na primeira parte, será analisado qual é a função do Direito Penal, em que será demonstrado como funciona este ramo do ordenamento jurídico brasileiro, será analisado também como funciona a aplicação do princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos, fazendo uma comparação entre a visão teórica da função do Direito Penal com a sua função subjetiva. Na segunda parte, será feita uma pesquisa para identificar o perfil das ações penais da comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, nos últimos 05 (cinco) anos, para assim ser possível verificar se há eficácia do princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos nas sentenças penais condenatórias desta comarca. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Princípio da Exclusiva Proteção a Bens Jurídicos. Efetividade da Aplicação do Princípio.

### REFERÊNCIA

SCOLANZI, Vinícius Barbosa. Bem jurídico e Direito Penal. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20939>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

<sup>417</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>418</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**A AUSÊNCIA DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA FASE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO MAGISTRADO NOS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI**

OLIVEIRA, Letícia Barros de<sup>419</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>420</sup>

A decisão de pronúncia é ato exclusivo do rito do Tribunal do Júri. Logo, é com a decisão de pronúncia que o Juiz encerra a primeira fase do procedimento especial do Tribunal do júri, desde que convencido da materialidade dos fatos e indícios de autoria, ou até mesmo de participação (DIAS, 2015). A presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar se a aplicação do Princípio do *in dubio pro societate* nos julgamentos do tribunal do júri em Unaí-MG viola o princípio da presunção de inocência na fase da decisão de pronúncia do magistrado. O trabalho aqui proposto apresenta abordagem qualitativa e tipo exploratório. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão as conceitual e normativa, já as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a análise documental. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Primeiro, a pesquisa visa compreender e estudar a visão garantista do Processo Penal, no que tange aos crimes dolosos contra a vida. Em seguida, visa demonstrar a veracidade do postulado *in dubio pro societate* não previsto na ordem jurídica pátria, bem como a sua incidência no Processo Penal. A pesquisa segue em andamento.

**Palavras-Chave:** Princípio da Presunção de Inocência. Magistrado. Tribunal do Júri.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

DIAS, Júlio. O Princípio da Inocência e a decisão de pronúncia “*in dubio pro societate*” no Procedimento Especial do Tribunal do Júri. 2015. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://juliodias.jusbrasil.com.br/artigos/253374692/o-principio-da-inocencia-decisao-de-pronuncia-in-dubio-pro-societate-no-procedimento-especial-do-tribunal-do-juri>>. Acesso em: 24 maio 2019.

<sup>419</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>420</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

## A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NAS POLÍTICAS CRIMINAIS BRASILEIRAS: CASO DA EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

SILVA, Lucas Vieira da<sup>421</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>422</sup>

Atualmente no cenário político Brasileiro depara-se com inúmeros projetos de leis que designa condutas que a tempos atrás não se pensava em ser tipificada como ilícitas ou criminosas. Esses mesmos projetos são levados em pauta de votação devido ao princípio da adequação social que norteia a evolução da sociedade, com as necessidades de torná-los mais seguros possíveis, pois é o estado democrático de direito que tem o dever de proporcionar a segurança da população na qual tem respaldo constitucional. Em casos de projetos de lei que versa sobre a matéria penal, deve-se observar a verdadeira e devida função do ramo, pois o direito penal é a *últimaratio* e trata somente dos bens mais valiosos da sociedade. Vindo de encontro com essa situação muitas vezes nesses projetos não se leva em consideração a aplicação dos princípios da intervenção mínima e da exclusiva proteção dos bens jurídicos, principalmente quando a mesma matéria pode ser tratada em outros ramos do direito. O presente pré-projeto tem como objetivo fazer uma análise para verificar se a criminalização da conduta prevista no art.306 do Código de Trânsito Brasileiro a partir de 2008, viola os princípios da intervenção mínima e da exclusiva proteção dos bens jurídicos. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, será analisada a devida função do direito penal, observando se os legisladores estão respeitando o princípio da *últimaratio*. Na segunda parte, será estudado qual a função da mídia como influenciadora na criação do projeto de Lei que resultou o artigo 306 do CTB. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Projetos de Lei. Criminalização.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Planalto. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm)>. Acesso em: 17 de jun. 2019.

<sup>421</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>422</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**INVERSÃO DA TRIBUTAÇÃO, COMO FORMA DE FISCALIZAÇÃO, O ICMS ECOLÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DE MINAS GERAIS NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

SILVA, Maína Lorena Gomes<sup>423</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>424</sup>

A instituição de tributos ambientais ou “eco tributos” visa à internalização compulsória dos custos ambientais impedindo que um determinado agente econômico poluidor imponha, unilateralmente, a toda a sociedade, o ônus de suportar tal deseconomia. Nesse contexto, que o agente econômico somente irá participar para conservação do meio ambiente à medida que os custos para evitar o dano ambiental – revertidos no pagamento de tributos - fiquem abaixo do custo de reparação do dano, geralmente traduzido na forma de sanções cíveis, penais e administrativas. O **ICMS Ecológico** é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que aquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Não é um novo imposto, mas sim a introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente. O presente pré-projeto tem como objetivo fazer uma análise para verificar a viabilidade, e eficiência da implementação na extensão do ICMS ecológico em que o instrumento político socioambiental possui caráter restaurativo e viés econômico. Para tanto, será utilizada uma pesquisa de abordagem qualitativa de tipo exploratório, serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão as conceitual e normativa e as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a análise documental. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Inversão da Tributação. ICMS Ecológico. Instrumento de Política Socioambiental.

### REFERÊNCIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

<sup>423</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>424</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.



## FISCALIZAÇÃO DO ICMS EM COMÉRCIO ELETRÔNICO

OLIVEIRA, Maria Eduarda Maciel<sup>425</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>426</sup>

Comércio eletrônico é o conjunto de transações realizadas mediante técnicas e sistemas que apoiam na utilização de computadores, que se comunicam através da Internet (CEZAROTI, 2005, P.23). Por meio do comércio eletrônico ou *e-commerce* tornou-se possível a aquisição de produtos ou serviços de outras localidades com uma praticidade sem igual. E devido a esse grande avanço no meio comercial, é comum deparar-se com a falta de manutenção legislativa para acompanhar e regulamentar tal comércio. O presente pré-projeto tem como objetivo entender como que o STJ trata das questões da competência tributária do ICMS nos comércios eletrônicos. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na primeira parte deste trabalho, analisar-se-ão as diferenças existentes em relação à cobrança do tributo ICMS nos comércios eletrônico em cada Estado; de quem é a competência tributária de tal comércio e se a obscuridade da competência pode vir a favorecer a sonegação do tributo. Na segunda parte, será estudado como o STJ trata da competência tributária do ICMS no comércio eletrônico e se o STJ aborda se a alteração da competência tributária pode favorecer a sonegação do tributo ICMS. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Fiscalização. ICMS. Comércio Eletrônico.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurene. **Análise de Conteúdo**. São Paulo:Edições70, 2016.

CEZAROTI, Guilherme. **ICMS no Comércio Eletrônico**. São Paulo: MP Editora, 2005.

---

<sup>425</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>426</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## O EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR À LUZ DA LEI 13.010/2014

GOMES, Matheus Oliveira<sup>427</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>428</sup>

O poder familiar é o exercício da autoridade dos pais sobre os filhos, no interesse destes. Configura uma autoridade temporária, exercida até a maioridade ou emancipação dos filhos. Ao longo do século XX, mudou substancialmente o instituto, acompanhando a evolução das relações familiares, distanciando-se de sua função originária voltada ao interesse do chefe da família e ao exercício de poder dos pais sobre os filhos para constituir um múnus, em que ressaltam os deveres. (LÔBO, 2011). O presente estudo tem por objetivo principal analisar as alterações que a Lei 13.010/14 trouxe para o ordenamento jurídico vigente no âmbito familiar, avaliando os elementos contidos na mesma acerca de um possível excesso com relação à intervenção estatal no exercício do poder familiar, do qual é de incumbência exclusiva dos pais. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do presente trabalho. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão a normativa e a conceitual, e as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso, o questionário e a análise documental. A análise de dados será por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A primeira parte da pesquisa caracteriza-se como teórica, uma vez que tem por objetivo aprofundar conhecimentos sobre o tema. A segunda parte buscará analisar se o amparo legal existente sobre os posicionamentos que o Estado adota nos casos em que há negligência ou exagero dos pais em relação aos filhos, e através de questionário no Conselho Tutelar que possibilite identificar o perfil de famílias vulneráveis e suas peculiaridades. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Lei da Palmada. Destituição do Poder Familiar.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurene. **Análise de Conteúdo**. São Paulo:Edições70, 2016.

BRASIL. BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Planalto**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm)>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>427</sup> Acadêmico do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>428</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## ACESSO À INFORMAÇÃO PARA A GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS POVOS INDÍGENAS

BRANDÃO, Natalia Silva<sup>429</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>430</sup>

Atualmente observa-se muitos conflitos vivenciados pelos indígenas brasileiros nas questões de demarcação de suas terras e a grande violência vivida por eles. Nos dias atuais os direitos deles vêm sendo desrespeitados, principalmente os direitos humanos. A Lei indígena n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973 vem como uma proteção a sua cultura, religião e principalmente em seu território, mas nos dias atuais não vem sendo eficaz. Segundo a autora Ramos (2011) tem se repetido à exaustão que essa lei muitas vezes representa letra morta por ser sistematicamente descumprida. Omissões no atendimento à saúde, à educação de qualidade e na proteção de vidas e de territórios. A presente pesquisa vem identificar se o acesso à informação está sendo garantido aos povos indígenas na efetivação do seu direito de propriedade. O presente trabalho apresenta abordagem qualitativa e tipo exploratório, utilizará fontes primárias e secundárias e técnicas teóricas conceitual e normativa e a técnica de investigação empírica será estudo de casos jurisprudências nos quais se pode coletar os dados do assunto abordado através dos documentos selecionados, para se obter um estudo mais aprofundado para se ter uma conclusão bem-sucedida do presente trabalho. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Indígena. Direitos humanos. Direito de Propriedade.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível sobre legislação indígena. **Planalto**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm) > Acesso em: 09 de jun. 2019.

RAMOS, Alcida Rita. **Os Direitos Humanos dos Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: Verbena. 2011.

<sup>429</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>430</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO PELO JUIZ: A PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO INFRINGINDO O SISTEMA ACUSATÓRIO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**

COIMBRA, Nathália Aparecida Gonçalves<sup>431</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>432</sup>

No ordenamento jurídico brasileiro é indiscutível que o sistema responsável por organizar o Processo Penal Brasileiro é o acusatório. Esse sistema tem como base a ideia de que o julgador e o acusador devem ser pessoas ou órgãos distintos, impossibilitando, por exemplo, que o juiz seja responsável pela coleta de provas e, ao mesmo tempo, julgar aquele caso. Entretanto, existem dispositivos legais que trazem a possibilidade de o juiz tomar decisões de ofício, isto é, sem a necessidade do Ministério Público, órgão responsável pela acusação, ou querelante requerer algo para ele, como por exemplo o artigo 311 do Código de Processo Penal, que traz a disposição de que o juiz poderá converter de ofício a prisão em flagrante em prisão preventiva. O presente pré-projeto tem como objetivo identificar se a possibilidade de o juiz converter de ofício a prisão em flagrante em prisão preventiva infringe o sistema acusatório do Processo Penal previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, será utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho normativo e conceitual para análise e elaboração do presente trabalho, utilizando-se as fontes primárias e secundárias, com o método dedutivo, com técnicas teóricas e empíricas. Na primeira parte deste trabalho, será feito o estudo dos sistemas processuais penais existentes, mais especificamente, o sistema processual penal vigente no Processo Penal Brasileiro, além de identificar os dispositivos legais que contrariam o sistema processual penal brasileiro. Na segunda parte, serão analisadas as razões pelas quais houve conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício pelo juiz, além de estudar o perfil dos acusados que tiveram suas prisões em flagrante convertidas de ofício pelo Juiz da Vara Criminal da Comarca de Unaí-MG e daqueles não tiveram suas prisões em flagrante convertidas de ofício pelo juiz em prisão preventiva; além de analisar a percepção do juiz de direito da Vara Criminal da Comarca de Unaí – Minas Gerais sobre a possibilidade de converter de ofício a prisão em flagrante em prisão preventiva; e, por último, analisar os tipos de crime nos quais as prisões em flagrante foram convertidas em prisão preventiva de ofício pelo juiz da Vara Criminal do município de Unaí-MG, nos anos de 2018 e 2019. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Prisão. Ordenamento Jurídico. Processo Penal Brasileiro.

## REFERÊNCIA

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. **Planalto.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm) >. Acesso em: 15 fev. 2019.

<sup>431</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>432</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<b>PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL E AS PROVAS ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO</b>
---

REIS, Thainara Ketlen Neves dos <sup>433</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda <sup>434</sup>

O presente trabalho versa sobre as Provas ilícitas no Processo Penal e as Provas Ilícitas por Derivação. Após a consagração do princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, no art. 5º, LVI, da Constituição Federal de 1988, colocou fim a grande parte das discussões sobre este tema. As mudanças promovidas pela Lei nº 11.690/08 ao art. 157 caput do Código de Processo inseriu infraconstitucionalmente o Princípio da Inadmissibilidade da prova ilícita. Bem como positivou entendimento jurisprudencial no sentido de aplicar no Brasil a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, cunhada na Suprema Corte Americana. Serão anuladas do processo penal as provas contaminadas pela ilicitude originária, a fim de garantir eficácia à vedação constitucional às provas obtidas por meios ilícitos. Inicialmente, serão estudados os Princípios aplicáveis à prova, dentre eles, o Princípio da Inadmissibilidade da Prova Ilícita e suas implicações, visto que a prova ilícita por derivação, como o próprio nome diz, só pode existir diante de uma contaminação originária. (SCHAUCOSKI, 2012). A pesquisa tem por objetivo verificar a questão da utilização da prova ilícita que fere o ordenamento brasileiro, e analisar se os juízes criminais do Noroeste de Minas Gerais estão aplicando provas ilícitas a favor do réu nas sentenças absolutórias. A pesquisa é do tipo exploratória de abordagem qualitativa, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, as técnicas de investigação teórica serão as conceitual e normativa e as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a pesquisa documental, a análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo. Diante deste estudo, conclui-se pela possibilidade de se admitir provas ilícitas por derivação a favor do réu, em situações extremas, por sua gravidade, em benefício da acusação. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Processo Penal. Provas Ilícitas. Inadmissibilidade da Prova Ilícita.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm)>. Acesso em 16 jun. 2019.

SCHAUCOSKI, Tawiny Gonçalves. **A prova ilícita por derivação: das exceções à sua (in)admissibilidade na esfera penal**. Criciúma Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/1208>>. Acesso em 30 maio 2019.

<sup>433</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>434</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## A MULHER NO TRÁFICO DE DROGAS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS NO MUNICÍPIO DE ARINOS/MG

SILVEIRA, Thifanny Vitória Santos<sup>435</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>436</sup>

A sociedade vivia sob a inspeção da Igreja Católica, que era responsável pelo controle social, todavia, a condição de sexo feminino influenciava na condenação de diversas mulheres, quando transgredisse algum preceito estabelecido ou alguma regra tida como moralmente correta eram severamente punidas, sendo estas julgadas bruxas, feiticeiras e prostitutas, posteriormente, como forma de punição, morriam queimadas no fogo. As mulheres eram tidas como ‘sujeitos fracos’, eram educadas para serem mães e esposas, devendo cuidar da família e dos filhos, sucedendo por gerações. A família era uma das principais encarregadas por apresentar os valores do que se espera da conduta de uma mulher, transmitindo os ensinamentos e valores culturais de mãe para filha, e esta começa a se tornar automaticamente representação da mãe. Com o passar dos anos essa convicção foi sendo transformada, permitindo à mulher possuir uma identidade pessoal. As mulheres tiveram enorme progresso, principiaram a instituição do seu papel social. Conquistou seu espaço na vida em sociedade, obteve acesso à educação, detentoras de direitos fundamentais, alcançando espaço no mercado de trabalho. Esse grande salto permitiu à mulher ampliar o ambiente de trabalho, quebrar paradigmas, transformar a concepção de dona de casa para trabalhadora. O presente pré-projeto tem como objetivo analisar se houve aumento da população carcerária feminina pela prática do crime de tráfico de drogas no município de Arinos/MG nos últimos cinco anos. Desse modo, faz-se necessário utilizar uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, bem como serão utilizadas fontes primárias e secundárias. As técnicas de investigação teórica serão a conceitual e normativa e a técnicas de investigação empírica será o estudo de caso. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A pesquisa apresenta grande relevância social, visto que é um tema recorrente no cotidiano e que afeta a vida em coletividade, em seus aspectos econômicos, sociais e familiares. É de suma importância, uma vez que é um tema que gera pesquisas e que necessita ser pesquisado. Ressalta-se que, o estudo da relação mulheres-tráfico de drogas é de grande valia para esta pesquisadora, pois, delineando o problema, será possível sugerir e traçar novas políticas públicas de implementação para a segurança da sociedade como um todo.

**Palavras-Chave:** Tráfico de Drogas. Mulheres. População Carcerária.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. **Planalto**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)> Acesso em: 18 de jun. de 2019.

<sup>435</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>436</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

**A TRADIÇÃO CARTORÁRIA DO PROCESSO JUDICIAL COMO FORMA DE IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO DAS REFORMAS PROPOSTAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015, NO ÂMBITO JURISDICIONAL – UMA PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ/MG**

TAVARES, Vanessa da Silva Félix<sup>437</sup>  
MACHADO, Juliana Lacerda<sup>438</sup>

A tradição cartorária do processo judicial como forma de impedimento à execução das reformas propostas pelo Código de Processo Civil/2015 pode ser considerada desconhecida ou pouco explorada no meio jurídico. Mas em uma sociedade marcada pelo ritmo acelerado da vida moderna, é cada vez mais necessária a abreviação dos ritos procedimentais dentro do Poder Judiciário brasileiro. Em consequência dessa necessidade, surgem reformas legislativas decorrentes da insatisfação dos que recorrem ao Estado para reclamar um direito e acabam se deparando com a espera exaustiva e morosa da prestação jurisdicional, considerada por muitos, “exageradamente instrumental, importando-se muito mais com o meio que com o fim, valorizando-se o direito processual em detrimento do direito material” (CAYRES, 2012, p. 15). Assim, o presente pré-projeto tem como objetivo identificar se esta tradição existente no processo judicial tem impedido a execução das reformas propostas pelo CPC/2015, no âmbito jurisdicional do município de Unaí/MG. Para tanto, utilizar-se-á uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório para análise e elaboração do pré-projeto. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias e as técnicas de investigação teórica serão a conceitual e a normativa, já as técnicas de investigação empírica serão o estudo de caso e a análise documental. A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo. Na primeira parte do estudo, serão analisadas as principais ideias de reforma para o CPC/2015 e buscará compreender os fundamentos da tradição cartorária dentro do processo judicial brasileiro, bem como a influencia e o poder do *habitus* no comportamento humano. Na segunda parte, procurará identificar consequências da tradição cartorária em processos judiciais da comarca de Unaí/MG, verificando se alguma mudança ocorrida no NCPC refletiu na durabilidade destes processos, além de investigar se tais mudanças atingiram de alguma forma, aqueles habituados às normas anteriores a reforma. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Novo Processo Civil. Burocratização Judicial. Morosidade Processual.

### REFERÊNCIA

CAYRES, Nelson A. **Vem aí o novo CPC**. Direito em ação, Brasília, v. 9, n. 1, jul./dez. 2012.

<sup>437</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>438</sup> Doutora em Educação. Professora do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

**CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**



<b>NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFESSORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>
---

GONÇALVES, Cleide<sup>439</sup>  
 SOUTO, Dayane Bruna<sup>440</sup>  
 TEIXEIRA, Brenda<sup>441</sup>  
 DIAS, Lukas<sup>442</sup>  
 COSTA, Suzana<sup>443</sup>  
 Dantas, Renata Elias<sup>444</sup>

A presente pesquisa objetiva analisar o nível de conhecimento dos professores sobre o desenvolvimento motor na educação infantil na cidade de Unaí e Riachinho, o desenvolvimento motor é o processo de mudanças de comportamento sofridas ao longo da vida, tanto na postura quanto nos movimentos da criança. O desenvolvimento motor é a raiz do desenvolvimento intelectual das crianças. A educação do movimento faz com que a criança tome consciência de si e do seu corpo, e do ambiente que vive. Um programa de educação física bem estruturado desde os primeiros anos contribui para o desenvolvimento motor da criança significativamente. Mas, para que não haja erros nesse processo de ensino, os professores devem se manter atualizados e nutridos de toda a informação necessária sobre a evolução do desenvolvimento e seus avanços e retrocessos (GONZÁLES RODRIGUES, 2005). Diante disso o presente trabalho tem a finalidade responder a seguinte pergunta. Qual o nível de conhecimento dos professores sobre o desenvolvimento motor na educação infantil? De acordo com Basei (2008), na educação infantil compreende-se que, é um ambiente de descobertas e experiências vividas diariamente, individuais, culturais, sociais e educativas, através de incluir a criança em locais diferentes do convívio familiar. A Educação Física tem um papel importante na educação infantil, pela oportunidade de garantir às crianças uma variedade de vivências onde elas possam descobrir imaginar, novos movimentos, e elaborar opiniões próprias sobre os movimentos de suas ações. Conclui-se que os professores se preocupam com o desenvolvimento motor de seus alunos, pois, em suas aulas são apresentados vários métodos e brincadeiras que trabalham tanto a parte cognitiva e afetiva, quanto à parte motora, mostrando assim um conhecimento sobre os benefícios da prática da educação física na educação infantil.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento motor. Educação Infantil. Professores.

## REFERÊNCIAS

- 
- <sup>439</sup> Estudante do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU.
- <sup>440</sup> Estudante do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU
- <sup>441</sup> Estudante do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU
- <sup>442</sup> Estudante do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU
- <sup>443</sup> Estudante do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU
- <sup>444</sup> Professora do curso de graduação em licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí- FACTU.

BASEI, Andreia Paula. A educação física na educação infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista Iberoamericana de Educación**, v.47, n.3, Santa Maria, 2008 Disponível em:  
[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=artigo+N%C3%8DVVEL+DE+CONHECIMENTO+DOS+PROFESSORES+SOBRE+O+DESENVOLVIMENTO+MOTOR+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=artigo+N%C3%8DVVEL+DE+CONHECIMENTO+DOS+PROFESSORES+SOBRE+O+DESENVOLVIMENTO+MOTOR+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL&btnG=).

GONZÁLES RODRIGUES, C. **Educação física infantil**: motricidade de 1 a 6 anos. [tradução de Roberto Francine Júnior]. – São Paulo: Phorte, 2005.

## ANÁLISE DOS PADRÕES FUNDAMENTAIS DE MOVIMENTO EM ESCOLARES DE CINCO ANOS DE IDADE

CAVALCANTE, Laura Luíza Reis<sup>445</sup>

OLIVEIRA, Bárbara Alves de<sup>446</sup>

SILVA, Emilly Lais<sup>447</sup>

DANTAS, Renata Elias<sup>448</sup>

SIMÕES, Graziela Cristina<sup>449</sup>

O desenvolvimento motor além de ser contínuo com modificações na capacidade funcional, também está relacionado a idade, podendo acontecer de maneira mais veloz ou mais lenta, onde se diferem de indivíduo para indivíduo, assiduamente sequencial e irreversível (HAYWOOD; GETCHELL, 2004). Dentro do desenvolvimento motor, se tem uma determinada fase chamada fase do movimento fundamental que vai dos 2 aos 7 anos dividida em três estágios sendo eles estágio inicial, estágio elementar emergente e estágio de proficiência. No estágio inicial as crianças ousam tentar cumprir uma habilidade fundamental, onde os resultados característicos são movimentos incompletos, sequenciais e limitados pelo uso exagerado do corpo, logo serão deficientes. Uma criança no estágio elementar emergente apresenta um controle e uma coordenação melhor, com sincronia têmporo-espacial, contudo seus padrões de movimento permanecem restritos ou exagerados. Vale ressaltar que é comum encontrar indivíduos que já alcançaram a fase adulta, porém não conseguem atingir o estágio maduro. No estágio de proficiência ou maduro a criança apresenta movimentos mecanicamente com precisão, coordenação e controle. Na discussão sobre a habilidade motora de recepção Gallahue (2005), diz que no ato de receber é preciso usar o órgão dos sentidos do tato e da visão, exigindo coordenação de ambos, chegando tardia a perfeição em relação as demais habilidades motoras com sofisticadas adaptações visuais e motoras para poder haver a localização e interceptação do objeto a ser recepcionado. Para que haja um arremesso é preciso fazer o uso de força com os membros superiores transferindo-a para o objeto a ser arremessado. O presente estudo analisou o desenvolvimento motor da recepção e do arremesso em crianças com 5 anos de idade de ambos os sexos. Esse estudo foi uma pesquisa transversal de caráter descritivo de análise quantitativa. Participaram deste estudo 14 crianças, 7 indivíduos do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com a faixa etária de 5 anos de idade, matriculados na rede regular de ensino do nível fundamental de uma determinada escola particular da cidade de Unai – MG. Para a avaliação dos padrões fundamentais de movimento, foi utilizado o 'Modelo de Avaliação Instrumental dos Movimentos Fundamentais (MCCLLENAGHAN; GALLAHUE, 1985). Os movimentos analisados foram: arremessar e receber, e foram classificados os seus componentes em estágios inicial, elementar ou maduro. No percentual do estágio fundamental de movimento receber referente a análise do sexo feminino, 85,7% estão no estágio inicial e 14,3% se encontram no estágio elementar. Quanto ao percentual do movimento arremessar do sexo feminino 57% se encontram no estágio inicial e 43% no estágio elementar. No percentual do estágio fundamental de movimento receber referente a análise do sexo masculino 100% se encontram no estágio inicial. No quesito do movimento arremessar, o percentual

<sup>445</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

<sup>446</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

<sup>447</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

<sup>448</sup> Professora Orientadora do Curso de Educação Física da FACTU

<sup>449</sup> Professora Coorientadora do Curso de Educação Física da FACTU

de meninos no estágio inicial é de 70% e de 30% no estágio elementar. Observou-se que a maioria das crianças já se encontrando com 5 anos de idade, deveriam estar no estágio elementar emergente e não no estágio inicial, como se observa para maioria das crianças do estudo, ou seja, as mesmas mostraram-se atrasadas em relação a sua idade cronológica.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento motor. Estágio inicial. Estágio elementar emergente. Recepção. Arremesso.

## REFERÊNCIAS

GALLAHUE, David L. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

MCCLLENAGHAN, B. A. e GALLAHUE, D. L. **Movimientos fundamentales: su desarrollo y rehabilitación**. Buenos Aires: Panamericana, 1985.

## ANÁLISE DOS PADROES FUNDAMENTAIS DE MOVIMENTO EM ESCOLARES DE 7 A 8 ANOS DE IDADE

COSTA, Jeferson Mateus da Silva<sup>450</sup>  
 SILVA, Arnaldo Humberto Furtado<sup>451</sup>  
 DOS SANTOS, Túlio Henrique Muniz<sup>452</sup>  
 DIAS, Brenda Aparecida Monteiro<sup>453</sup>  
 DANTAS, Renata Elias<sup>454</sup>  
 SIMÕES, Graziela Cristina<sup>455</sup>

O desenvolvimento motor é um componente do desenvolvimento global do ser humano, que pode ser definido como sendo um processo sequencial e contínuo, relativo à idade, de onde o indivíduo progride de movimentos simples, sem habilidade, até o ponto de conseguir realizar habilidades motoras complexas e organizadas. (MANOEL, 2000). De acordo com Gallahue, Ozmun, Goodway (2013) o desenvolvimento motor é a contínua alteração no comportamento ao longo do ciclo da vida, realizado pela interação entre as necessidades da tarefa, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente. O desenvolvimento motor é compreendido como um processo de mudanças, que ocorrem devido a aspectos genéticos, ambientais e também à própria tarefa. Porém, esse desenvolvimento não ocorre de forma igual para todos e muito menos atinge sempre um resultado comum. Isto é, ocorre de forma dinâmica sem uma progressão obrigatória a ser seguida, além de promover deferentes fins. (NASCIMENTO, 2014). O presente estudo buscou analisar os padrões fundamentais de movimento de crianças de sete a oito anos de idade em uma escola pública da rede de ensino de Unaí - MG. Essa pesquisa foi um estudo transversal de caráter descritivo e análise quantitativa. A amostra deste estudo foi coletada no âmbito escolar, 27 crianças com idade de sete a oito anos, de ambos os sexos. Todas deveriam estar matriculadas e frequentes na escola. Para a coleta de dados, foi usado o protocolo proposto por McClenaghan e Gallahue, conhecido como “Modelo de Avaliação Instrumental dos Movimentos Fundamentais”, buscando avaliar os estágios dos movimentos fundamentais das crianças. Realizou-se filmagens na escola durante as aulas de Educação Física. Foram filmados os movimentos como: correr, saltar, e posteriormente classifica-los em estágios inicial, elementar ou maduro. Todas as crianças realizaram duas execuções padrão, sendo que elas foram filmadas para melhor exame do movimento. Observou-se que tanto para habilidade de correr como para a de saltar haviam meninos nos três estágios, sendo que 17,64% estavam no estágio inicial. Observou-se no gráfico 2 que tanto para habilidade de correr como para a de saltar a maioria das meninas estavam no estágio inicial e elementar. Os resultados do presente estudo permitiram verificar as variáveis como: a qualidade dos movimentos desempenhados nas brincadeiras, podendo ainda identificar que várias crianças não alcançaram o estágio de proficiência para as habilidades testadas.

**Palavra-chave:** Desenvolvimento motor. Educação física. Crianças.

### REFERÊNCIAS

- 
- <sup>450</sup> Estudante do curso Educação Física da Faculdade da FACTU.  
<sup>451</sup> Estudante do curso Educação Física da Faculdade da FACTU.  
<sup>452</sup> Estudante do curso Educação Física da Faculdade da FACTU.  
<sup>453</sup> Estudante do curso Educação Física da Faculdade da FACTU.  
<sup>454</sup> Professora Orientadora do curso de Educação Física da FACTU.  
<sup>455</sup> Professora Coorientadora do curso de Educação Física da FACTU.

NASCIMENTO, Nayara Madeira Vasconcelos. **Análise do desenvolvimento motor em escolares de 8 anos: o brincar em questão.** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte. 2014.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. **Compreendendo o desenvolvimento motor-:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. AMGH Editora, 2013.

MANOEL, E. de J. Desenvolvimento motor: padrões em mudança, complexidade crescente. **Revista Paulista de Educação Física**, p. 35-54, 2000.

<b>DIAGNOSTICO DE HABILIDADES MOTORAS FUNDAMENTAIS EM ADOLESCENTES</b>
--

LOPES, Lucas Lousada<sup>456</sup>  
 SOUSA, Jean Carlos Alves<sup>457</sup>  
 ANTUNES, Ricardo Candido<sup>458</sup>  
 SOUSA, Edivaldo Caetano Oliveira<sup>459</sup>  
 DANTAS, Renata Elias<sup>460</sup>  
 SIMÕES, Graziela Cristina<sup>461</sup>

Segundo Gallahue e Ozmun (2013) o desenvolvimento motor é a mudança constante da relação entre as exigências da tarefa motora, as condições do ambiente, a biologia do indivíduo e o conhecimento dos processos do desenvolvimento, está na essência do ensino, seja ele em sala de aula, no ginásio ou no comportamento motor ao longo da vida. A realização de atividades motoras que visam o desenvolvimento das habilidades (correr, saltar, saltitar, arremessar, empurrar, puxar, balançar, subir, descer, andar), nas capacidades físicas (agilidade, destreza, velocidade, velocidade de reação), e as qualidades físicas (força, resistência muscular localizada, resistência aeróbica e resistência anaeróbica) são consideradas a educação do movimento. Ao longo do período escolar esse trabalho pode ser distribuído no ambiente educacional, a ênfase, no entanto só ocorre nas séries finais do ensino fundamental, no momento em que características psicológicas e fisiológicas dos alunos correspondem às especialidades desta proposta (MATTOS, 1999). O objetivo deste estudo é avaliar se os adolescentes de um projeto social da cidade de Unaí-MG apresentam níveis de desenvolvimento motor adequados e relacionados a sua idade. Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa transversal de caráter descritivo e análise quantitativa. Os sujeitos deste estudo foram 10 adolescentes do sexo masculino de idade variada entre 10 a 13 anos de idade, de um projeto social da cidade de Unaí-MG. Foram utilizados, como método de medida 02 (dois) testes motores: saltar na horizontal e correr. Para posterior análise foi utilizado filmagens dos testes. Os testes foram realizados individualmente. A sequência e procedimentos utilizados para a aplicação de tais testes foram: Teste de correr: partindo de uma zona determinada, sem deslocamento prévio, a criança percorria, utilizando o padrão de corrida, o mais rápido possível até atingir a zona indicada (distância aproximadamente 20m). Foram filmadas 03 (três) tentativas. Os dados foram registrados como: inicial, elementar e maduro. Teste de saltar na Horizontal: em pé, na zona determinada frente ao celular, sem deslocamento prévio, a criança saltara o mais longe possível em uma determinada direção, tomando impulso com os dois pés junto. Foram filmadas 03 (três) tentativas representativas do salto. O intervalo entre as tentativas foi em tempo necessário para a tomada da posição inicial. Os equipamentos que foram utilizados: celular e cones. Os dados foram registrados como: inicial, elementar e maduro. Para a avaliação dos testes será utilizada a Matriz de Análise de Padrões Fundamentais de Movimento de Gallahue e Ozmun (2013). Observou-se que 70% dos adolescentes já alcançaram o estágio de proficiência na habilidade motora saltar, e 30% ainda estão no estágio emergente, o que mostra que esses não conseguiram realizar o salto de forma mecanicamente eficiente. Na habilidade motora correr 90% dos adolescentes alcançaram o estágio de proficiência, e apenas 10% estavam no estágio

<sup>456</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU.

<sup>457</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU.

<sup>458</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU.

<sup>459</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU.

<sup>460</sup> Professora Orientadora do curso de Educação Física da FACTU

<sup>461</sup> Professora Coorientadora do curso de Educação Física da FACTU

emergente, o que mostra também que alguns não conseguiram correr de forma proficiente. Conclui-se que a maioria dos adolescentes já alcançaram o nível de proficiência nas habilidades motoras fundamentais correr e saltar, mas ainda havia alguns no estágio emergente sinalizando que ainda precisavam melhorar a técnica do movimento mecanicamente falando. Nesta idade é imprescindível que todos já estivessem saltando e pulando proficientemente, pois essa idade já está elevada para que eles ainda não tenham alcançado a proficiência.

**Palavra-chave:** Desenvolvimento motor. Habilidades. Adolescentes.

## REFERÊNCIAS

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

MATTOS, M.G. et al. **Educação Física Infantil:** construindo o movimento na escola. 2.ed. São Paulo: Phorte, 1999.



**COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO MOTOR DE MENINOS E MENINAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

COUTO, Vinicius Silva<sup>462</sup>  
 EVANGELISTA, Rodrigo Batista<sup>463</sup>  
 SILVA, Marcelo Ferreira da<sup>464</sup>  
 SOARES, Thiago Henrique<sup>465</sup>  
 DANTAS Renata Elias<sup>466</sup>  
 SIMÕES, Graziela Cristina<sup>467</sup>

A educação física tem grande importância no desenvolvimento motor (DM) dos alunos, pois estimula e orienta o indivíduo a desenvolver suas habilidades motoras e ao mesmo tempo trabalha a socialização e formação pessoal. Segundo Haywood e Getchell (2004), o desenvolvimento motor é um termo utilizado para referir-se ao desenvolvimento do movimento, e define o DM como um processo contínuo e sequenciado, relacionado à idade de cada indivíduo, em que o comportamento motor se modifica ao longo do tempo e o indivíduo aprende e desenvolve as habilidades motoras. O desenvolvimento motor é compreendido pela interação entre indivíduo, tarefa motora e ambiente, e pode ser definido como uma contínua mudança de comportamento motor ao longo da vida, começando na concepção e cessando na morte (GALLAHUE E OZMUN, 2013). O presente estudo teve como objetivo verificar e analisar o nível de desenvolvimento motor de alunos do 3º ano do ensino fundamental no salto horizontal e arremesso, e comparar o resultado entre meninos e meninas. Constituído por uma pesquisa transversal de caráter descritivo de análise qualitativa. Participaram da amostra 13 crianças que possuem aulas de Educação Física em sua grade de ensino escolar, sendo 6 meninos e 7 meninas, ambos na faixa etária de 7 anos de idade e todos cursando o 3º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino de Unaí/MG. Para a avaliação dos padrões fundamentais de movimento, foi utilizado a matriz de avaliação qualitativa proposta por Gallahue e Ozmun (2013). Os movimentos que foram analisados são o salto horizontal e o arremesso, sendo classificados os seus componentes em estágios inicial, elementar ou proficiente. O movimento de cada aluno foi gravado em três repetições e após a filmagem os movimentos foram devidamente analisados e classificados. Observou-se que no salto horizontal o percentual de meninos no estágio proficiente é maior que o de meninas, mas não possui diferença percentual significativa. É que a maioria da amostra se concentrou no estágio elementar, sendo maioria meninas com 71,42%, com diferença mínima também para os meninos, que ficaram com 67% da amostra. No arremesso observou-se que a maioria da amostra se manteve na fase elementar, sendo a maioria predominado pelos meninos com 83%, tendo diferença significativa para as meninas que obtiveram 57,14% da amostra. No estágio proficiente a diferença foi mínima entre os gêneros da amostra. Já no estágio inicial mostrou-se apenas predominância das meninas com 28,58% da amostra. Com os resultados encontrados conclui-se que o gênero masculino apresenta maior desenvolvimento motor no arremesso e no salto horizontal, pois verificou-se maior percentual de alunos do sexo masculino no estágio proficiente do que as meninas, ainda que seja por uma diferença pequena.

**Palavra-chave:** Desenvolvimento motor. Salto horizontal. Arremesso.

<sup>462</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU

<sup>463</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU

<sup>464</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU

<sup>465</sup> Estudante do curso de Educação Física da FACTU

<sup>466</sup> Professora Orientadora do curso de Educação Física da FACTU

<sup>467</sup> Professora Coorientadora do curso de Educação Física da FACTU

## REFERÊNCIAS

GALLAHUE, D. L; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7. ed. Porto Alegre/RS: AMGH, 2013.

HAYWOOD e GETCHELL. **Desenvolvimento motor ao longo da vida.** 3. ed. Porto Alegre. Editora Artmed, 2004.

**CADERNO DE ENFERMAGEM**

## A PERCEPÇÃO DE NUTRIZES ACERCA DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O ALEITAMENTO

MACIEL, Ednalda Gonçalves<sup>468</sup>  
 BARBOSA, Laura Eloi Soares<sup>469</sup>  
 ASSUNÇÃO, Marília Aparecida de Castro<sup>470</sup>  
 MARTINS, Nathália Oliveira<sup>471</sup>

O aleitamento materno é considerado a melhor e mais adequada fonte de nutrientes para o lactente em seu primeiro ano de vida, pois é no leite que se encontram os nutrientes necessários para o crescimento e desenvolvimento do bebê, além de apresentar ainda benefícios imunológicos, psicológicos e nutricionais. Além de todos os benefícios da amamentação para o bebê, o aleitamento materno também proporciona vantagens para a própria saúde da mulher. Durante o aleitamento materno, problemas enfrentados pelas mulheres podem ser importantes causas de desmame precoce se não forem precocemente identificados e tratados. Em virtude do exposto, essa pesquisa busca responder ao seguinte problema: qual a percepção de nutrizes acerca das dificuldades encontradas no processo de amamentação? Para que isso seja possível, foi elencado como objetivo geral da pesquisa identificar a percepção de nutrizes acerca das dificuldades inerentes ao processo de amamentar, e como objetivos específicos analisar a trajetória histórico-social da amamentação no Brasil, conhecer as definições e recomendações do aleitamento materno, compreender os fatores que interferem na prática do aleitamento e conhecer a atuação do enfermeiro no processo de promoção do aleitamento materno. Este estudo será de relevância social por se tratar de um assunto de saúde pública da atualidade e proporcionar um melhor entendimento acerca das dificuldades vivenciadas por nutrizes no momento do aleitamento materno. A escolha do tema se deu por considerá-lo oportuno e também de importância acadêmica, uma vez que o enfermeiro tem papel fundamental no atendimento e na promoção de ações de assistência a mulher em todas as fases da sua vida. O presente estudo trata-se de um estudo bibliográfico com coleta de dados em campo através de questionário semi-estruturado com questões objetivas e subjetivas, sendo do tipo qualitativo e com objetivo exploratório. A pesquisa será realizada em uma Estratégia de Saúde da Família do município de Unaí-MG, com 5 nutrizes cadastradas nesta unidade de saúde. Foram definidos como critério de participação, nutrizes maiores de 18 anos de idade e que estejam em aleitamento materno há mais de 02 meses.

**Palavras-chave:** Amamentação. Nutrizes. Dificuldades.

### REFERÊNCIAS

BRITO, Sheilla Monteiro; SANTANA, Jerusa da Mota; SANTOS, Djanilson Barbosa dos Santos. **Amamentação:** Conhecimento e prática de Gestantes. São Paulo, v. 37, n.3, p. 259-267. set. 2013.

<sup>468</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem da FACTU.

<sup>469</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem da FACTU.

<sup>470</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem da FACTU.

<sup>471</sup> Professora especialista e coordenadora do curso de Enfermagem da FACTU

**PRÁTICA EM SAÚDE: A PERSPECTIVA DE IDOSOS SOBRE O PROJETO  
SEMEANDO SAÚDE**

SOUZA, Thiesca Brandão Palma<sup>472</sup>  
LÚCIO, Renata Silveira<sup>473</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>474</sup>

Este estudo tem como área de pesquisa a saúde do idoso. Procura-se responder como as atividades desenvolvidas no Projeto Semeando Saúde interferem no enfrentamento do envelhecimento e suas consequências. O interesse ocorreu através do contato da pesquisadora com o projeto, o qual despertou desejo em conhecer melhor o processo de envelhecimento, identificando as principais necessidades físicas, sociais e emocionais que surgem com o avanço da idade. Assim, o objetivo geral busca investigar como as atividades desenvolvidas com idosos participantes do Projeto Semeando Saúde interferem no enfrentamento do envelhecimento e suas consequências. O estudo contribuirá com a identificação de como as ações realizadas contribuem ou não no enfrentamento da velhice, além de determinar quais ações poderiam ser melhoradas na percepção dos frequentadores. Entende-se os Grupos de Educação em Saúde como um “conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades” (BRASIL, 2012, p.19). Para Santos (2017), as participações nesses grupos podem auxiliar a minimizar os efeitos do envelhecimento, e ainda proporcionar ao idoso uma melhor aceitação das consequências de se envelhecer. Estudo de natureza básica com objetivos exploratórios, explicativos e abordagem qualitativa. Os procedimentos escolhidos serão pesquisa bibliográfica, de campo, participante, com dados construídos através de entrevistas em grupo, observação sistemática e diário de campo. A pesquisa de campo acontecerá após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes do “Projeto Semeando Saúde” que ocorre na região da ESF Bela Vista em Unaí/MG. A amostra será composta por 15 idosos que participam ativamente do projeto, a serem acompanhados entre 15/07/19 até 01/09/19. Os dados serão discutidos através da análise de conteúdo e categorias de sentido e serão divulgados após a aprovação do TCC por banca examinadora da FACTU.

**Palavras-chave:** Grupo. Educação em saúde. Idoso.

### REFERÊNCIAS

SANTOS, N.M. Ajustamentos criativos no processo do envelhecimento na contemporaneidade. **Psicologia**. p.1-24, jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 44p.

<sup>472</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>473</sup> Orientadora. Mestre. Professora do curso de Enfermagem – FACTU.

<sup>474</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC1 do curso de Enfermagem – FACTU



**PERFIL GERENCIAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ENFERMAGEM DA  
FACTU, RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DE UNAÍ-MG.**

CARDOSO, Alexandre<sup>475</sup>  
LÚCIO, Renata Silveira<sup>476</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>477</sup>

O enfermeiro Responsável Técnico (RT), profissional de nível superior em enfermagem, detém a atribuição de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as atividades desempenhadas pela equipe de enfermagem. A questão problema do estudo é: qual o perfil gerencial dos egressos do curso de enfermagem da FACTU, responsáveis técnicos das unidades de saúde públicas e privadas do município de Unaí-MG? Este trabalho justifica-se pela necessidade de observar o percurso realizado pelos egressos de enfermagem da FACTU nas funções gerenciais. Esta pesquisa poderá proporcionar ao enfermeiro administrativo o reconhecimento merecido pela relevância das atividades que desenvolve. Assim, o objetivo geral visa investigar o perfil gerencial dos egressos do curso de enfermagem da FACTU, responsáveis técnicos das unidades de saúde de Unaí-MG. Considera-se que o enfermeiro RT fundamentado pela Lei da prática profissional, encontra-se com vários desafios associados à influência histórica, formação curricular e assistência clínica atual, no atributo de liderar sua equipe na prática gerencial. O RT carrega consigo a responsabilidade de gerenciar o cuidar para com o indivíduo e assim deverá conseguir mobilizar e envolver os profissionais de sua equipe transformando o cotidiano de trabalho positivamente em prol da integralidade da assistência. (MOTTA, 2015). O desafio em definir com precisão o que é qualidade gerencial na atualidade da gestão dos serviços torna-se relevante e leva estudiosos, líderes e profissionais a examinar condições na cena social contemporânea. (ARAGÃO et, al. 2016). Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Os procedimentos escolhidos incluem a pesquisa bibliográfica e de campo, em que os dados serão constituídos a partir da aplicação de entrevista semiestruturada aos enfermeiros Responsáveis Técnicos que atuam nas unidades de saúde de Unaí-MG, e graduados pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. A pesquisa de campo ocorrerá no mês de agosto do ano de 2019, os dados serão coletados após a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A amostra será escolhida de forma intencional. Os resultados obtidos analisados e discutidos a partir da análise de conteúdo de Bardin, em que as respostas encontradas serão classificadas e agregadas de acordo com os elementos em comum. Os resultados deste estudo ficarão disponibilizados na biblioteca da FACTU após aprovação por banca específica em trabalho de conclusão de curso.

**Palavras-chave:** Egressos. FACTU. Enfermeiros. Perfil Gerencial.

### REFERÊNCIAS

MOTA, A. L. C. **A práxis gerencial do enfermeiro responsável técnico de instituições hospitalares: o exercício da liderança.** 2015. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, Alfenas-MG, 2015.

ARAGÃO, O. C.; TEÓFILO, J. K. S.; MOURÃO NETTO, J. J.; SOARES, J. S. A.; GOYANNA, N. F.; CAVALCANTE, A. E. S. Competências do enfermeiro na gestão hospitalar. **Espaço para Saúde**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 66-74, dez., 2016.

<sup>475</sup> Acadêmico do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>476</sup> Mestre. Orientadora. Professora do curso de Enfermagem – FACTU

<sup>477</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU.





## O SENTIMENTO DE MULHERES QUE ENGRAVIDARAM APÓS REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA TUBÁRIA

COSTA, Bruna Cariely Silva<sup>478</sup>

MOTA, Luciene Lourenço<sup>479</sup>

MARTINS, Nathália Oliveira<sup>480</sup>

O serviço conhecido por Planejamento Familiar disponibiliza métodos contraceptivos reversíveis e irreversíveis para controle da natalidade. Este estudo tem como problema: Quais os sentimentos vivenciados por mulheres que engravidaram após terem realizado a laqueadura tubária? O objetivo geral visa conhecer os sentimentos de mulheres que engravidaram após terem realizado a laqueadura tubária. É justificável a identificação dos sentimentos dessas mulheres para entender esse processo e com isso possibilitar autonomia e apoio para contarem suas experiências. A laqueadura tubária é um procedimento cirúrgico que tem como objetivo impedir que a mulher engravide novamente. Faz-se obstrução das tubas uterinas, que são cortadas e/ou amarradas, impedindo a descida do óvulo e subida do espermatozoide, cujo resultado é um índice de concepção menor que 1%. A laqueadura é uma técnica eficaz, simples e rápida no que tange o planejamento da vida reprodutiva (YAMAMOTO, 2017). Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios, descritivos e de abordagem qualitativa. Para tanto, os procedimentos serão: pesquisa bibliográfica, de campo, survey e estudo de caso, onde os dados serão construídos a partir da aplicação de formulário após a assinatura pelas participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados realizar-se-á no domicílio de 05 mulheres que engravidaram após realização de laqueadura tubária. A amostra será intencional. Os resultados serão discutidos a partir da análise de conteúdo com elaboração de categorias de sentido. Os dados poderão ser acessados após a aprovação em banca avaliadora de TCC da FACTU.

**Palavras-chave:** Laqueadura Tubária. Mulheres. Gestação.

### REFERÊNCIA

YAMAMOTO, S. T. **Desencontro entre direitos e desejo da mulher e a decisão da equipe médica na prática da esterilização cirúrgica**. 2017. Tese – (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

<sup>478</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>479</sup> Mestra. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

<sup>480</sup> Orientadora. Professora e Coordenadora do curso de Enfermagem – FACTU

<b>VISÃO DE USUÁRIOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUANTO AO USO DE CELULARES EM AMBIENTE DE TRABALHO</b>
--

NERY, Diego<sup>481</sup>  
 BALBINO, Michelle<sup>482</sup>  
 MOTA, Luciene Lourenço<sup>483</sup>

O uso do aparelho celular e redes sociais pode interferir significativamente no desenvolvimento de atividades laborais, principalmente nas que demandam extrema atenção, cuidado e precisão para a sua realização, como ocorre na área da saúde. A questão problema é: como a utilização do celular em ambiente de trabalho pode interferir no atendimento aos clientes de enfermagem em uma Unidade de Saúde? Por outro lado, tem-se nova perspectiva em relação aos benefícios do uso do aparelho móvel para o processo de comunicação, agindo como ferramenta tecnológica para a área da saúde. Assim, o objetivo geral do estudo consiste em identificar a interferência do uso exacerbado do celular pelo profissional de enfermagem no seu ambiente de trabalho. O uso do celular está relacionado à facilidade do acesso às informações vinculadas em meios de comunicação e redes sociais, de modo que a cada dia sua popularidade aumenta. Dessa forma, por ser um objeto acessível, com simples padrão de portabilidade e de interação facilitada, torna-se possível por meio dele, o relacionamento multidisciplinar entre os membros da unidade de saúde (BATISTA; BARCELOS, 2017). Entretanto, o uso exacerbado é considerado perigoso quando o indivíduo atua no cuidado direto ao paciente, que por sua vez, exige extrema atenção para a realização de determinados procedimentos. Com isso, fomenta-se que o profissional pode-se distrair por perceber que há algum alerta de mensagens em seu celular, assim, o cliente ficará exposto à negligência do enfermeiro (CAPPELLOZZA; MORAES; MUNIZ, 2017). Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Os procedimentos escolhidos incluem a pesquisa bibliográfica e de campo, onde os dados serão elaborados por meio da aplicação de questionário eletrônico para cinco enfermeiros em uma unidade de saúde da cidade de Unaí-MG. A pesquisa de campo acontecerá em agosto de 2019, após a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos pesquisados. A amostra será escolhida de forma intencional e por acessibilidade. Os resultados serão discutidos a partir da análise de conteúdo e de categorias de sentido. Os dados estarão dispostos na biblioteca da FACTU após aprovação em trabalho de conclusão de curso por banca específica.

**Palavras-chave:** Celular. Ambiente de Trabalho. Profissionais de Saúde.

### REFERÊNCIAS

BATISTA, S. C. F.; BARCELOS, G. T. Análise do uso do celular no contexto educacional. **RENOTE**, v. 11, n. 1, jul., 2017.

CAPPELLOZZA, A.; MORAES, G. H. S. M.; MUNIZ, L. M. Uso Pessoal das Tecnologias no Trabalho: Motivadores e Efeitos à Distração Profissional. **Rev. de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 605-626, set./out., 2017.

---

<sup>481</sup> Acadêmico do 9º período de Enfermagem – FACTU.

<sup>482</sup> Mestre. Orientadora. Professora do curso de Direito e de Enfermagem – FACTU

<sup>483</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

## INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA (IRC): PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS NA NEFROCLÍNICA DE UNAÍ

MACHADO, Eliene dos Santos<sup>484</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>485</sup>

A IRC é a perda lenta, progressiva e irreversível da função renal e várias são as causas. Este projeto tem como problema: Qual o perfil demográfico e epidemiológico apresentado por pacientes com IRC residentes em Unaí-MG atendidos na Âmbra Saúde Unidade Nefrológica? O objetivo geral é descrever as características epidemiológicas e demográficas que permitem construir um perfil dos pacientes oriundos de Unaí-MG submetidos ao tratamento hemodialítico. É justificável o conhecimento do perfil desse público para entender o que leva o mesmo a procurar cada vez mais os serviços de hemodiálise e assim, acentuar que a prevenção é o melhor caminho para evitar a ocorrência da IRC. Medeiros et al. (2014) definem a IRC como algo complexo, caracterizado como um processo gradual e lento. Tal processo pode ocasionar danos irreversíveis como a destruição de néfrons, que são componentes especializados dos rins, que uma vez destruídos não conseguem se regenerar, contribuindo para o desenvolvimento da doença. Trata-se de estudo de natureza básica, com objetivos exploratórios, descritivos e abordagem quantitativa. Para tanto, os procedimentos incluirão pesquisa bibliográfica e documental, onde os dados serão coletados em julho/2019, a partir da análise de informações contidas em prontuários de 42 pacientes com IRC oriundos de Unaí e atendidos na clínica nefrológica Âmbra Saúde. A amostra não probabilística será investigada após devida autorização da Instituição citada. Os resultados serão demonstrados e discutidos na forma de análise estatística tradicional, através de gráficos e tabelas. Os dados estarão disponibilizados após a aprovação do TCC em banca avaliadora do curso de Enfermagem da FACTU.

**Palavras-chave:** Perfil. Pacientes. Insuficiência Renal Crônica. Hemodiálise.

### REFERÊNCIA

MEDEIROS, N. H.; NEVES, R. R. A.; AMORIN, J. N. C.; MNDONÇA, S. M. S. de. A insuficiência renal crônica e suas interferências no atendimento odontológico: revisão de literatura. **Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo**. v. 26, n. 3, p. 232- 42, set-dez. 2014.

<sup>484</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>485</sup> Orientadora. Mestre e professora do curso de Enfermagem e da disciplina de TCC 1 – FACTU

## CONHECIMENTO E ADESÃO DO HOMEM ACERCA DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

ROCHA, Karoliny Silva<sup>486</sup>  
 MARTINS, Nathália Oliveira<sup>487</sup>  
 MOTA, Luciene Lourenço<sup>488</sup>

A temática desse estudo abrange o conhecimento e a adesão de homens à prevenção do câncer de próstata. A pesquisa tem como problema: qual o conhecimento e a adesão de trabalhadores masculinos de meia idade em uma cooperativa na cidade de Unaí/MG no ano de 2019, acerca da prevenção do câncer de próstata? O objetivo geral busca identificar o conhecimento e a adesão de homens na faixa etária de 45 a 60 anos, acerca da prevenção do câncer de próstata. O estudo visa obter mais conhecimento sobre a saúde do homem e os possíveis obstáculos encontrados pelo mesmo no acesso aos serviços de saúde. O câncer caracteriza-se pela perda do controle celular que provoca crescimento desregulado e ausência de diferenciação celular, com potencial invasão de tecidos locais. Tais células perdem a capacidade de responder aos mecanismos normais de controle do crescimento, sendo denominadas de células neoplásicas. (SANTOS, 2016). Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios, descritivos e abordagem quantitativa. Os procedimentos escolhidos são a pesquisa bibliográfica, de campo e levantamento, onde os dados serão construídos a partir da aplicação de questionário a 30 homens entre 45 a 65 anos, trabalhadores de uma cooperativa em Unaí/MG. A amostra será escolhida de forma aleatória. A pesquisa de campo ocorrerá em julho/2019 e será aplicada após a assinatura do TCLE pelos participantes, bem como após autorização da instituição. Os resultados serão demonstrados a partir de análise estatística tradicional, através de gráficos e tabelas. Os dados da pesquisa serão disponibilizados após a aprovação do TCC.

**Palavras-chave:** Câncer de Próstata. Conhecimento. Homem. Prevenção.

### REFERÊNCIA

SANTOS, S. P. **Marcadores moleculares GST e CYP relacionados com fatores clínicos em câncer de mama.** 2016. 95 f. Dissertação – (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, 2016.

---

<sup>486</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>487</sup> Orientadora. Coordenadora e professora do curso de Enfermagem – FACTU

<sup>488</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

**PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO (PNCT):  
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EM UM MUNICÍPIO DO NOROESTE DE MINAS**

PIO, Marcelo Vieira<sup>489</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>490</sup>

O tabagismo é a causa mais comum de morte evitável, além de ser fator de risco para grande parte das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Estratégias como o PNCT tem sido utilizada objetivando o controle das DCNT. A questão problema do estudo é: Qual o impacto das ações do programa de controle do tabagismo em um grupo de tabagistas acolhido no primeiro semestre de 2019 na ESF Edith Palma Borba de Bonfinópolis de Minas? O objetivo geral é discutir sobre o impacto gerado com a realização das ações do programa de tratamento do tabagismo ao grupo participante na ESF Edith Palma Borba. O tabagismo é caracterizado por dependência física e psicológica do consumo de nicotina, substância presente no tabaco (SILVA et al., 2016). No Brasil as doenças mais relacionadas ao tabaco são o câncer, a doença cardíaca e a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Destas, 34.999 mortes anuais ocorrem por doenças cardíacas e 31.120 mortes são por DPOC. Entre os cânceres tem-se anualmente 23.762 mortes por câncer de pulmão e 26.651 por outros tipos. Ocorrem ainda 17.972 mortes anuais por tabagismo passivo, 10.900 por pneumonia e 10.812 por acidente vascular encefálico (PINTO et al., 2017). Estudo de natureza básica, com objetivos exploratórios, descritivos e de abordagem qualitativa. Para tanto, os procedimentos escolhidos serão a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo participante, onde os dados serão construídos através da aplicação de entrevista em grupo semiestruturada, observação e diário de campo. A pesquisa de campo se dará após assinatura do TCLE junto a um grupo operativo vinculado ao PNCT em uma ESF de Bonfinópolis de Minas. Amostra intencional, com 20 tabagistas a serem acompanhados por seis meses (mar./ago.). Os resultados serão discutidos através da análise de conteúdo e categorias de sentidos e estarão disponíveis após aprovação em banca avaliadora de TCC.

**Palavras-chave:** Controle. Tabagismo. Programa de prevenção. Avaliação.

### REFERÊNCIAS

SILVA, L. C. C. et al. Controle do tabagismo: desafios e conquistas. **J Bras Pneumol.** v.42, n.4, p.290-298, 2016.

PINTO, M. et al. **Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos.** Documento técnico IECS N° 21. Buenos Aires, Argentina: Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria. 2017.

---

<sup>489</sup> Acadêmico do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>490</sup> Mestre. Professora Orientadora de TCC 1 do curso de Enfermagem – FACTU

## QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES RENAI CRÔNICOS ATENDIDOS NA NEFROCLÍNICA DE UNAI-MG

PRADO, Mariana Gomes<sup>491</sup>  
MARTINS, Nathália Oliveira<sup>492</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>493</sup>

O paciente renal crônico apresenta alterações de maneira significativa na sua qualidade de vida, que acarreta prejuízos na capacidade física, psicossocial e ambiental. Esta pesquisa apresenta a seguinte problemática: de que forma a doença renal crônica (DRC) e o tratamento hemodialítico influenciam na qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica? O objetivo geral é conhecer a qualidade de vida de pacientes com doença renal crônica em tratamento hemodialítico. A abordagem deste estudo justificou-se pela inquietude da pesquisadora em conhecer as dificuldades inerentes na vida do paciente renal crônico, como eles convivem com esta patologia e de que maneira eles buscam melhorar sua qualidade de vida perante as limitações diárias. A DRC configura como a doença crônica que mais gera impacto na qualidade de vida do indivíduo. Resulta em fatores como, dependência de uma máquina para sobreviver, convívio com uma doença incurável, esquema terapêutico rigoroso, restrições hídricas e dietéticas como também alterações na imagem corporal. (GUEDES; GUEDES, 2012). A doença renal crônica no Brasil vem sendo considerada uma nova epidemia do século XXI. Estimar a qualidade de vida e a sobrevida dos indivíduos, como também prevenir e minimizar as complicações do tratamento tem sido uma constante preocupação das equipes de saúde. (FRAZÃO; RAMOS; LIRA, 2011). Será realizada uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e de abordagem qualitativa. Para tanto os procedimentos de pesquisa serão: pesquisa bibliográfica, de campo e survey, onde os dados serão construídos a partir da aplicação de formulário. O estudo de campo realizar-se-á no domicílio de seis pessoas com doença renal crônica e em tratamento dialítico, previamente selecionados pela equipe da Nefroclínica de Unai/MG. A coleta de dados se dará no mês de julho/2019, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados serão demonstrados e discutidos a partir da análise de conteúdo e elaboração de categorias de sentido. Os dados poderão ser acessados após aprovação em banca avaliadora de TCC da FACTU.

**Palavras-chave:** Qualidade de vida. Pacientes. Insuficiência Renal Crônica.

### REFERÊNCIAS

GUEDES, Karine Desirée; GUEDES, Helisamara Mota. Qualidade de vida do paciente portador de insuficiência renal crônica. **Revista Ciência & Saúde**. Porto Alegre, RS, v.5, n.1, p.48-53, jan./jun. 2012.

FRAZÃO, Cecília Maria Farias de Queiroz; RAMOS, Vânia Pinheiro; LIRA, Ana Luisa Brandão de Carvalho. Qualidade de vida de pacientes submetidos a hemodiálise. **Rev. enferm. UERJ**. Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.577-582, out./dez. 2011.

<sup>491</sup> Acadêmica do curso de Enfermagem da FACTU.

<sup>492</sup> Professora Coordenadora do curso de Enfermagem da FACTU.

<sup>493</sup> Mestre. Professora Orientadora de TCC 1 do curso de Enfermagem – FACTU

**PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM LESÃO MEDULAR TRAUMÁTICA:  
SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES EXISTENTES NO COTIDIANO**

CUNHA, Regiane Pereira da<sup>494</sup>

MOTA, Luciene Lourenço<sup>495</sup>

A temática do estudo abrange o conhecimento sobre a vivência de pessoas com lesão medular traumática (LMT), um assunto pouco abordado. O problema de pesquisa é: quais as dificuldades diárias enfrentadas por pessoas, residentes na cidade de Unaí/MG, que sofreram lesão medular traumática? Esta pesquisa tem relevância social em razão de considerável número de pessoas acometidas por lesão medular traumática que necessitam de apoio familiar, dos amigos e dos serviços de saúde para se adaptarem à nova realidade. Assim, o objetivo geral busca investigar os desafios e dificuldades enfrentados por pessoas acometidas com lesão medular traumática residentes na cidade de Unaí/MG. A assistência de enfermagem voltada para a prevenção de complicações às vítimas de LMT pode contribuir para minimizar as sequelas, diminuir o tempo de hospitalização, melhorar a autoconfiança, a credibilidade e a adesão ao tratamento. Tais pacientes passam por longo e difícil processo de reabilitação requerendo ajustes e adaptações no cotidiano deste público para que se tornem produtivos (SOUSA et al., 2013). Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Os procedimentos de pesquisas serão: pesquisa de campo, bibliográfica e estudo de caso, onde os dados serão construídos a partir da aplicação de entrevista semiestruturada no domicílio de seis pessoas residentes em Unaí/MG, acometidas por lesão medular há mais de seis meses. A amostra será intencional e por acessibilidade. A pesquisa de campo ocorrerá em julho/2019, após a assinatura e concordância com o TCLE pelos participantes. Os resultados serão avaliados a partir de análise de conteúdo e categorias de sentido e serão disponibilizados na biblioteca da FACTU, após a aprovação do TCC em banca avaliadora.

**Palavras-chave:** Lesão Medular Traumática. Percepção. Dificuldades.

### REFERÊNCIA

SOUSA, Érica Patrícia Dias de et al. Principais complicações do traumatismo raquimedular nos pacientes internados na unidade de neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal. **Com. Ciências Saúde**, v. 24, n. 4, p. 321-330, 2013.

---

<sup>494</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>495</sup> Orientadora. Mestra. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

**PERFIL DE USUÁRIOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA ACOMETIDOS  
POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM UM MUNICÍPIO NO NOROESTE  
DE MINAS GERAIS**

MACHADO, Fernanda Severino<sup>496</sup>  
MARTINS, Nathália Oliveira<sup>497</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>498</sup>

As doenças cardiovasculares promovem mudanças características no perfil epidemiológico da população. Dentre as patologias cardiovasculares tem-se o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). A problemática é: qual o perfil de pacientes cadastrados na Estratégia Saúde da Família acometidos por Infarto Agudo do Miocárdio em uma cidade no Noroeste de Minas Gerais? O objetivo geral é descrever as características que permitam construir o perfil de usuários da Estratégia Saúde da Família acometidos por IAM. Conhecer o perfil deste público contribui com condutas para minimizar os efeitos fisiopatológicos e psicológicos da doença facilitando os desafios encontrados no dia a dia. O IAM é caracterizado pela ausência de irrigação sanguínea nas fibras musculares e causa isquemia prolongada levando à necrose do tecido cardíaco. A isquemia é resultado da obstrução ou estreitamento dos vasos coronários através de um trombo sobre uma área previamente comprometida por aterosclerose (ARAÚJO et al., 2016). Pesquisa de natureza básica com objetivos exploratórios, descritivos e abordagem quantitativa. Os procedimentos escolhidos serão o estudo bibliográfico e de campo, com levantamento de dados a ser realizado no domicílio de 20 pacientes com histórico de IAM, na cidade de Buritis-MG. A pesquisa de campo ocorrerá em julho/2019, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes. A amostra será intencional, a partir de dados fornecidos pela Atenção Básica do município citado. Os resultados da pesquisa serão demonstrados a partir de análise estatística tradicional, através de gráficos e tabelas e serão disponibilizados na biblioteca JK da FACTU após a aprovação do TCC em banca avaliadora.

**Palavras-chave:** Estratégia Saúde da Família. Perfil. Infarto Agudo do Miocárdio.

### REFERÊNCIA

ARAÚJO, I. F. M.; SANTOS, I. S. C.; LONGUINIÈRE, A. C. F. L.; VALENÇA NETO, P. F. V.; FRANKLIN, T. A. Perfil da população acometida por infarto agudo do miocárdio. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife. v.10, n.7, p. 2302/2309, jul., 2016.

<sup>496</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU.

<sup>497</sup> Professora Coordenadora do curso de Enfermagem da FACTU

<sup>498</sup> Orientadora. Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU



**RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR: CONHECIMENTO DOS  
ENFERMEIROS QUE ATUAM EM UNIDADES HOSPITALARES DE UNAÍ-MG**

FIGUEREDO, Thays<sup>499</sup>  
LÚCIO, Renata Silveira<sup>500</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>501</sup>

A Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) é um conjunto de manobras que permitem o retorno da circulação sanguínea em alguém com Parada Cardiorrespiratória (PCR). O conhecimento dos profissionais determina o sucesso da reanimação. A questão problema é descobrir o conhecimento dos enfermeiros que atuam em hospitais de Unaí-MG sobre os procedimentos que envolvem a ressuscitação cardiopulmonar. O objetivo geral visa descrever o conhecimento dos enfermeiros que atuam em hospitais público e privados da cidade de Unaí-MG sobre os procedimentos de ressuscitação cardiopulmonar. Este trabalho justifica-se pela necessidade de identificar as dificuldades dos enfermeiros que realizam a RCP e proporcionar a implementação da educação continuada, aprimorando a assistência. Esta pesquisa poderá contribuir para a adesão à conduta correta do enfermeiro diante de uma possível parada cardiorrespiratória. A PCR compreende a paralização das atividades mecânicas do coração e dos movimentos respiratórios seguidos de um colapso hemodinâmico, ocasionando situação de risco iminente à vida. (SANTOS, 2018). As manobras de RCP dispõem de ações terapêuticas e diagnósticas que visam reestabelecer a respiração espontânea e a circulação da vítima. (GUEDES, 2014). O protocolo de manobras de RCP atualmente compreende na promoção da circulação = C; abertura de vias aéreas = A; ventilação/oxigenação = B; desfibrilação = D (CANOVA, 2012). Será realizada uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Os procedimentos escolhidos incluem a pesquisa bibliográfica e de campo, onde os dados serão constituídos a partir da aplicação de entrevista semiestruturada a seis enfermeiros assistenciais que atuam em hospitais da cidade de Unaí-MG. A pesquisa de campo ocorrerá em agosto de 2019, após a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos pesquisados. A amostra será escolhida de forma intencional e por acessibilidade. Os resultados serão discutidos a partir da análise de conteúdo e categorias de sentido. Os dados estarão dispostos na biblioteca da FACTU após aprovação em trabalho de conclusão de curso.

**Palavras-chave:** Ressuscitação Cardiopulmonar. Conhecimento. Enfermeiros hospitalares.

### REFERÊNCIAS

- CANOVA, J. C. M. **Parada Cardiorrespiratória e Ressuscitação cardiopulmonar: vivências da equipe de enfermagem de um hospital escola.** 2012. 141 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.
- GUEDES, R. S. M. L. **Avaliação do Conhecimento de Residentes em Enfermagem e Medicina Acerca da Parada e Reanimação Cardiorrespiratória.** 2014. 120 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

<sup>499</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>500</sup> Mestre. Orientadora. Professora do curso de Enfermagem – FACTU

<sup>501</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

SANTOS, J. R. A Abordagem da Equipe de Enfermagem do Protocolo de Parada Cardiorrespiratória na Unidade Básica de Saúde. **Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v.8, n. 22, 2018.

## ENDOMETRIOSE: VISÃO DE MULHERES ACOMETIDAS PELA PATOLOGIA QUANTO À QUALIDADE DE VIDA

MEDEIROS, Camila <sup>502</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço <sup>503</sup>

Este estudo abrange a saúde da mulher, especificamente mulheres acometidas por endometriose. Procura-se responder como é a qualidade e perspectiva de vida de um grupo de mulheres acometidas por endometriose. A escolha da temática surge através da curiosidade e satisfação em conhecer um pouco mais sobre o universo feminino e suas especificidades e se desperta através do contato da pesquisadora com pessoas vitimadas pela patologia. Assim, o objetivo geral busca investigar como se desenvolve a qualidade de vida das mulheres acometidas por endometriose, bem como a expectativa dessas após a realização de tratamento adequado. A pesquisa contribuirá para esclarecer dúvidas relacionadas ao assunto junto à comunidade local e às mulheres que estejam passando por esta mesma dificuldade. Em geral a endometriose, doença inflamatória crônica, é encontrada em mulheres mais jovens com histórico de problemas relacionados a infertilidade (CACCIATORI; MEDEIROS, 2016). Para Porfírio e Marqui (2017) a endometriose acaba se tornando uma doença demasiadamente difícil de se diagnosticar na população em geral. Tal doença é caracterizada pelo desenvolvimento e crescimento de estroma e glândulas endometriais fora da cavidade uterina. Estudo de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Por conseguinte, os procedimentos se darão através de pesquisas bibliográficas e de campo com estudo de caso, onde os dados serão construídos a partir da aplicação domiciliar de entrevista semiestruturada a quatro mulheres portadoras de endometriose, residentes na cidade de Unaí/MG. Coletar-se-ão os dados no mês de julho de 2019 e somente após a assinatura do TCLE. A amostra será intencional e por acessibilidade. Os resultados serão discutidos a partir da análise de conteúdo e categorias de sentido. Os dados serão disponibilizados ao público após aprovação em banca avaliadora de TCC.

**Palavras-chave:** Endometriose. Percepção. Mulheres. Qualidade de vida.

### REFERÊNCIAS

- CACCIATORI, F. A.; MEDEIROS, J. P. F. Endometriose: uma revisão da literatura. **Rev de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 13, n. 1, 2016.
- PORFIRIO, G. P.; MARQUI, A. B. T. Caracterização da produção científica sobre polimorfismo genético e endometriose. **Reprodução & Climatério**, Uberaba, v. 32, n. 1, p. 48-52, jan./abril. 2017.

<sup>502</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem- FACTU.

<sup>503</sup> Mestre. Orientadora e professora da disciplina de TCC 1 do curso de Enfermagem – FACTU.

## CONHECIMENTOS E HÁBITOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM RELAÇÃO A PREVENÇÃO DAS IST'S

BRAGANÇA, Leticia Lorrane de Souza<sup>504</sup>  
MARTINS, Nathália Oliveira<sup>505</sup>  
MOTA, Luciene Lourenço<sup>506</sup>

A temática deste estudo abrange a identificação de hábitos de profissionais do sexo em relação a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). O objetivo geral é investigar o conhecimento e comportamento de mulheres profissionais do sexo acerca da prevenção da IST's. O estudo busca responder a seguinte questão: Qual o conhecimento e hábitos de mulheres profissionais do sexo em relação à prevenção de IST's? A motivação para a pesquisa consiste em permitir novas descobertas de modo que elas possam contribuir para a prevenção das IST's, em um grupo de profissionais do sexo. Atualmente a prostituição carece de transparência no exercício do trabalho. As Políticas Públicas de Saúde no Brasil, dedicam maior atenção ao controle da HIV/AIDS, deixando outras orientações e cuidados importantes em segundo plano. (PAIVA et al., 2013). O profissional de enfermagem exerce importante papel na prevenção de IST's e outras doenças, cuja função é desenvolver ações relacionadas ao rastreamento e detecção precoce de doenças e cuidados de enfermagem. (RODRIGUES et al., 2012). Pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório, descritivo e de abordagem qualitativa. Os procedimentos de pesquisa serão a pesquisa bibliográfica, de campo e estudo de caso, onde os dados serão construídos a partir da aplicação de entrevista a seis mulheres, escolhidas por acessibilidade. O estudo de campo será realizado em pontos estratégicos com mulheres profissionais do sexo que residem em Unaí-MG. A pesquisa será aplicada em julho de 2019 após assinatura do TCLE pelas participantes. Os resultados serão discutidos a partir de análise de conteúdo e categoria de sentido. As conclusões serão divulgadas após a aprovação do TCC por banca examinadora do curso de enfermagem da FACTU.

**Palavras-chave:** Mulheres. Profissionais do sexo. Prevenção de IST.

### REFERÊNCIAS

PAIVA, L. L.; ARAÚJO, J. L.; NASCIMENTO, E. G. C.; ALCHIERI, J. C. A vivência das profissionais do sexo. **Rev. Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 467-476, jul./set. 2013.

RODRIGUES, F. B; SANTOS, J. J. P.; PINTO, W. M.; BRANDÃO, C. S. O papel do enfermeiro na prevenção do câncer de mama em um município do sertão Pernambucano: uma abordagem da prática profissional. **Rev. Saúde Coletiva em Debate**. Serra Talhada, v. 2, n. 1, p. 73-86, dez. 2012.

<sup>504</sup> Acadêmica do 9º período de Enfermagem – FACTU

<sup>505</sup> Orientadora. Professora coordenadora do curso de Enfermagem – FACTU

<sup>506</sup> Mestre. Professora da disciplina de TCC I do curso de Enfermagem – FACTU

**PERFIL DAS MULHERES USUÁRIAS DO PLANEJAMENTO FAMILIAR DE  
UNAÍ-MG**

FERREIRA, Valkíria<sup>507</sup>  
PALMA, Amanda<sup>508</sup>  
RIBEIRO, Rebecca<sup>509</sup>  
MARTINS, Nathália Oliveira<sup>510</sup>

De forma indireta, o planejamento familiar teve início no Brasil por volta da década de 80, quando as mulheres ganharam mais espaço no que diz respeito a seus direitos. Ambas as esferas de governo federal, estadual e municipal, têm responsabilidade para com o planejamento familiar, porém, devido à maior proximidade com os usuários, a Estratégia de Saúde da Família a desenvolve de forma mais direta. O Estado, cumprindo seu papel de proporcionar recursos educacionais e científicos para a concepção e anticoncepção, viu no planejamento familiar um método de instruir famílias quanto à sua reprodução, tendo por finalidade disseminar conhecimento para a população, dando-lhes opções que melhor se enquadrem na realidade vivida por cada um. O problema que norteia este projeto de pesquisa está embasado na importância de se conhecer sobre as mulheres que utilizam o planejamento familiar, pois através deste conhecimento poderá ser desenvolvidas estratégias para melhor atender as usuárias que necessitarem dos serviços. Para isso, este projeto de pesquisa pretenderá responder à seguinte questão norteadora: Qual o perfil das mulheres usuárias do planejamento familiar de Unaí-MG? O atual trabalho tem como objetivo geral conhecer o perfil das mulheres usuárias do planejamento familiar de Unaí-MG. O método de pesquisa a ser empregado terá uma abordagem qualitativa, sustentada por uma pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de dados através de questionário. A população participante será constituída de mulheres que utilizem os serviços do Planejamento Familiar. Este estudo se justifica pela importância de se traçar um perfil para as mulheres atendidas no planejamento familiar do município de Unaí-MG, para obter uma análise sobre o tipo de mulheres que mais utilizam esse serviço, tendo como objetivos e metas melhor acolher e solucionar os problemas que estas mulheres trazem até a instituição, de forma mais eficiente, com diminuição de tempo e gastos, além de proporcionar um atendimento de qualidade. Além disso, este estudo pretende-se identificar e classificar essas mulheres de acordo com sua condição socioeconômica, traçando assim um perfil que mais se enquadre e que abranja todas as usuárias. Para tanto, a pesquisa será dividida em 02 (duas) partes. Na primeira parte, analisa-se o referencial teórico do trabalho que consistiu em conceituar a trajetória e a legislação do planejamento familiar e os perfis das usuárias do planejamento familiar já levantados nos estudos analisados. Na segunda parte, será realizada a coleta de dados com a população alvo da pesquisa para posterior análise e discussão dos resultados. A pesquisa encontra-se em andamento e o seu encerramento se dará no final do 2º bimestre deste semestre.

**Palavras-chave:** Perfil. Mulheres. Planejamento Familiar.

<sup>507</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU.

<sup>508</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU..

<sup>509</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU.

<sup>510</sup> Orientadora. Professora coordenadora do curso de Enfermagem – FACTU

## REFERÊNCIAS

MOREIRA, Maria Helena Camargos; ARAÚJO, José Newton Garcia de. PLANEJAMENTO FAMILIAR: AUTONOMIA OU ENCARGO FEMININO? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 389-398, set./dez. 2004.

PIERRE, Luzia Aparecida dos Santos; CLAPIS, Maria José. Planejamento familiar em Unidade de Saúde da Família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 18, n.6, p. 8. nov-dez 2010.

## AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA PUÉRPERA EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS AO RECÉM-NASCIDO

AFONSO, Dhuiny<sup>511</sup>

AIRES, Jéssica<sup>512</sup>

FERREIRA, Pâmela Camile<sup>513</sup>

MARTINS, Nathália Oliveira<sup>514</sup>

Este projeto buscará analisar e demonstrar as dificuldades encontradas pela puérpera em relação aos cuidados ao recém-nascido. A gravidez é um fenômeno que retrata a ocorrência de mudança de papéis para a mulher em uma sociedade, e sentimentos tais como alegria, realização, satisfação, medo e insegurança acompanham essa mudança. Além disso, a maternidade é uma etapa que envolve a adaptação das mães às necessidades do recém-nascido (RN), levando-as, especialmente as primíparas, a sentirem algumas dificuldades ao prestar os cuidados necessários ao recém-nascido. Essas dificuldades muitas vezes estão ligadas à inexperiência, falta de conhecimento e às crendices. O enfermeiro tem papel fundamental no esclarecimento das dúvidas e orientação quanto aos cuidados que deverão ser prestados aos RN's. Em virtude do exposto, a presente projeto de pesquisa buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são as dificuldades mais rotineiramente encontradas pela puérpera em relação aos cuidados ao RN? O presente trabalho tem como objetivo geral identificar quais são as dificuldades encontradas pela puérpera em relação aos cuidados com o recém-nascido. A pesquisa a ser realizada pode ser classificada como pesquisa de campo com abordagem qualitativa, com coleta de dados através de questionário. A população participante da pesquisa será composta por cinco puérperas que estarão presentes em uma Estratégia de Saúde da Família no município de Unaí-MG. A enfermagem tem entre seus deveres a assistência às puérperas a fim de sanar quaisquer dúvidas e ajudá-las facilitando e ensinando os cuidados que as mesmas devem prestar aos seus bebês. Nesse sentido, pode-se vislumbrar a importância em investigar e conhecer as dificuldades mais encontradas por essas mães durante sua assistência ao recém-nascido objetivando a obtenção da melhor assistência no âmbito da enfermagem. Este trabalho tem grande relevância para os acadêmicos na obtenção e aprofundamento do conhecimento sobre a maternidade, tendo um enfoque nas dificuldades encontradas pela mulher acerca dos cuidados ao recém-nascido. Para tanto, a pesquisa será dividida em 02 (duas) partes. Na primeira parte, analisa-se o referencial teórico do trabalho que consistiu em conceituar o período de puerpério e identificar por análise de artigos que abordam a temática as principais dificuldades relatadas pelas puérperas nos cuidados aos RN's. Na segunda parte, será realizada a coleta de dados com a população alvo da pesquisa para posterior análise e discussão dos resultados. A pesquisa encontra-se em andamento, tendo seu encerramento no final do 2º bimestre deste semestre.

**Palavras-chave:** Puérpera. Recém-nascido. Dificuldades.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. S. et al. Amamentação para mães primíparas: perspectivas e intencionalidades do enfermeiro ao orientar. **Cogitare Enfermagem**. v. 15, n. 1, p. 19-25, 2010.

<sup>511</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU.

<sup>512</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU.

<sup>513</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem - FACTU.

<sup>514</sup> Professora especialista e coordenadora do curso de Enfermagem - FACTU

MELO, M. C. P. et al. Aleitamento materno e suas particularidades: uma abordagem teórico-prática sobre o tema. **Enciclopédia Biosfera**: Centro Científico Conhecer. v. 6, n. 11, 2010.



**CONHECIMENTO DAS ACADÊMICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE DE UNAÍ ACERCA DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA**

KAYRO, Dyego<sup>515</sup>  
MARTINS, Raphaela Junia<sup>516</sup>  
COSTA, Maycon Douglas<sup>517</sup>  
MARTINS, Nathalia<sup>518</sup>

O presente projeto de pesquisa realizou uma investigação sobre o conhecimento das alunas do curso de pedagogia acerca da prevenção do câncer de mama, uma neoplasia que atinge, com maior frequência, mulheres acima de 50 anos de idade – podendo, também, atingir homens. Desde 1970, com a chegada dos aparelhos de mamografia no Brasil, o diagnóstico precoce vem sendo o objetivo das assistências médicas do país, desde a assistência primária nas Estratégias de Saúde da Família até a realização do exame clínico e de mamografia na assistência secundária. Em 2009, foi criado o Sistema de Informação do Controle do Câncer de Mama (SISMAMA) desenvolvido pelo INCA, em parceria com o Departamento de Informática do SUS (DATASUS), como ferramenta para gerenciar as ações de detecção precoce do câncer de mama. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2018), a incidência de câncer de mama tem uma estimativa de 59.700 novos casos em mulheres no Brasil contendo 15.403 óbitos no ano de 2018. Apesar dos vários programas de prevenção para o diagnóstico precoce, os índices desta doença estão cada vez mais altos, sendo um dos cânceres que a população feminina mais adquire (CORRÊA et al, 2017). Em virtude do exposto a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema de pesquisa: As acadêmicas do curso pedagogia de uma faculdade de Unaí-MG conhecem as formas de prevenção do câncer de mama? A ideia surgiu a partir dos altos índices de casos de câncer de mama no Brasil no ano de 2018 e da necessidade de identificar o conhecimento das mulheres sobre a sua prevenção a fim de traçar plano de ação específico. Tem como objetivo identificar o conhecimento das acadêmicas do curso de pedagogia acerca das formas de prevenção do câncer de mama. O projeto de pesquisa possui o tipo de abordagem qualitativa com pesquisas bibliográficas e exploratória, as pesquisas serão realizadas pelas ferramentas de pesquisas Google, Scielo e Google Acadêmico, por meio de artigos, sites oficiais da saúde e será aplicado um questionário para a coleta de dados, a amostra será composta por todas as alunas do 7º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí, que aceitem participar do estudo. A pesquisa encontra-se em andamento, tendo seu encerramento no final do 2º bimestre deste semestre.

**Palavras-chave:** Câncer de mama. Mulher. Prevenção.

### REFERÊNCIAS

- INCA. **Câncer de mama**. 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- CORRÊA, Camila Soares Lima *et al.* **Rastreamento do câncer de mama em Minas Gerais: avaliação a partir de dados dos sistemas de informações do Sistema Único de Saúde**. [S. l.],

<sup>515</sup> Aluno do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>516</sup> Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>517</sup> Aluno do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>518</sup> Professora especialista e coordenadora do curso de Enfermagem - FACTU

2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222017000300481&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#B17](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300481&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#B17). Acesso em: 6 abr. 2019.

**CADERNO DE PEDAGOGIA**

**PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES:  
A contribuição do pedagogo no fator produtividade de uma cooperativa agrícola em  
Unai - MG**

MAGALHÃES, Tuany Martins de<sup>519</sup>  
SOARES, Andressa dos Santos<sup>520</sup>  
TEIXEIRA, Selma Alves<sup>521</sup>  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>522</sup>

A atuação do licenciado em pedagogia abrange várias áreas, tanto em ambientes escolares como não escolares. De acordo com o art. 4º da Resolução nº 1/2006 (BRASIL, 2006, p. 2), “O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” O presente artigo tem por objetivo compreender a forma como um pedagogo pode contribuir no fator produtividade em uma cooperativa agrícola em Unai – MG. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do referencial teórico. Na primeira parte deste trabalho descreveu-se a atuação do pedagogo nos ambientes não escolares, como sua função é importante e positiva para o âmbito pessoal e profissional em cada membro da empresa. Na segunda parte discutiu-se o rendimento da produtividade dos colaboradores nas cooperativas, a partir da satisfação ao trabalhar, mantendo a qualidade de vida e o aumento da produtividade na empresa e, desse modo, alcançar o desenvolvimento baseado nos princípios e valores segmentados pelas cooperativas. E por fim, abordou-se a questão da contribuição do pedagogo dentro de uma cooperativa agrícola de Unai – MG. O pedagogo presta serviços no sentido de provocar mudanças acompanhando o desenvolvimento, tanto individual quanto em equipe, através de ações motivacionais, além de aguçar o uso da criatividade, como uma forma de aprendizagem para si e os membros ligados à organização (LOPES et al, 2011). Conclui-se que é de grande importância a atuação do pedagogo dentro da cooperativa, pois este sempre busca por transformações e ações que envolvam todos os indivíduos, promovendo, desse modo, participação, gerando produtividade e o pleno desenvolvimento de seus cooperados.

**Palavras-chave:** Pedagogo. Produtividade. Cooperativa agrícola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2019

LOPES, Izolda, et al. **Pedagogia empresarial:** formas e contextos de atuação. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

<sup>519</sup> Acadêmica do 3º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>520</sup> Acadêmica do 3º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>521</sup> Acadêmica do 3º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

<sup>522</sup> Mestre. Professora. Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU.

## INCLUSÃO DIGITAL COMO UMA DAS FORMAS DE CRESCIMENTO DAS COOPERATIVAS

MENDONÇA, Fabrícia Lucas de<sup>523</sup>  
 SILVA, Aline dos Reis Fonseca da<sup>524</sup>  
 MELO, Evânia Moura de Abreu<sup>525</sup>  
 SILVA, Giliane Alves da<sup>526</sup>  
 SUARES, Thaís Carla Luna<sup>527</sup>

O presente artigo tem o objetivo de analisar de que forma a inclusão digital pode contribuir para o crescimento das cooperativas. Primeiro, descreveu-se sobre o analfabetismo digital e suas consequências, que são aqueles indivíduos que sabem ler, mas que não conseguem interpretar ou redigir textos que tenham coesão e coerência. E têm-se como consequências o alto índice de analfabetismo digital por parte da população e do desenvolvimento da educação. Assim, é necessário que se crie programas de formações continuadas e cursos de capacitações, para que assim possibilite aos docentes uma melhor qualificação para o manuseio dos laboratórios. No segundo momento foi abordado o conceito de cooperativas seus valores e princípios. Tendo como objetivo mostra o funcionamento das cooperativas de que forma são executados os seus valores e seus princípios, além disso aborda a evolução das cooperativas ao longo do tempo como surgiu o uso de tecnologias digitais dentro das cooperativas e de forma essa digitalização influenciou para sua expansão. No terceiro capítulo foi explorado alguns conceitos e estudos relacionados a utilização da tecnologia de informação, certificando sua relevância para as organizações. De acordo com Albano e Freitas (2000) um sistema de informação adequado as dificuldades enfrentadas pelas organizações é certamente fundamental para integrar vantagens competitivas nas atividades da organização. Diante do cenário em que vivemos hoje com o avanço tecnológico, são enormes as possibilidades de crescimento destas associações e, ou cooperativas com a inclusão digital. Sabe-se que isso é um grande desafio, visto que, o grupo que comanda estas associações/cooperativas é fundamental para a concretização de qualquer proposta.

**Palavras chave:** Inclusão digital. Cooperativas. Tecnologias.

### REFERÊNCIA

ALBANO, Cláudio Sonáglio; FREITAS, Henrique. **Problemas e ações inerentes à adoção da tecnologia de informação: Um estudo em Cooperativas Agropecuárias**. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/gianti/files/orientacao/mestrado/proposta/pdf/22\\_mest\\_proposta\\_albano.pdf](http://www.ufrgs.br/gianti/files/orientacao/mestrado/proposta/pdf/22_mest_proposta_albano.pdf)> Acesso em: 05 mar. 2019.

<sup>523</sup> Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU

<sup>524</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

<sup>525</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

<sup>526</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

<sup>527</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

## A EDUCAÇÃO E O COOPERATIVISMO

AMARAL, Francielle dos Santos<sup>528</sup>  
 MESQUITA, Ivete da Rocha Sousa<sup>529</sup>  
 SILVA, Larisse Nazaré da<sup>530</sup>  
 FERREIRA, Simone da Silva Camargo<sup>531</sup>

O cooperativismo é em conjunto com a educação, um meio de transformação social, trazendo grandes vantagens no desenvolvimento de cada indivíduo. O cooperativismo ao se tratar da coletividade se faz importante para uma educação de qualidade, pois através do cooperativismo os indivíduos desenvolvem a capacidade de trabalho em grupo, buscando suprir não só as suas necessidades, mas a de todo o grupo (FRANTZ, 2001). Este artigo teve como objetivo entender a importância do cooperativismo no âmbito escolar; buscar a relação entre cooperação e educação, entender a diferença da educação formal e cooperativista; compreender o surgimento da cooperativa-escola e sua importância para a sociedade. Procurou-se compreender e comparar a educação formal e cooperativista, ressaltando as vantagens do cooperativismo. Por último tratou-se da importância da cooperativa-escola como meio de desenvolvimento social, tendo em vista o cooperativismo para educar os alunos, sendo desenvolvido o sentido de responsabilidade, pois terá funções a cumprir. Conclui-se que a educação e o cooperativismo proporcionam o bem estar social e aprimoram o intelecto de cada indivíduo que tem acesso a essa “educação incrementada” sendo também uma alternativa viável e já utilizada em algumas instituições. Porque não experimentar essa forma de educar tão benéfica à sociedade?

**Palavras-chave:** Educação. Transformação social. Cooperativa-escola.

### REFERÊNCIA

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**. Porto alegre, RS, n.6, p.242-264, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. 2019.

<sup>528</sup> Acadêmica do 3 período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU

<sup>529</sup> Acadêmica do 3 período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU

<sup>530</sup> Acadêmica do 3 período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU

<sup>531</sup> Professora no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai- FACTU. Psicóloga especialista em psicoterapia familiar, violência doméstica pela USP-SP.

## A IMPORTÂNCIA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NAS COOPERATIVAS

ROSA, Jaine França <sup>532</sup>  
 SILVA, Raquel Ribeiro da <sup>533</sup>  
 VASCONCELOS, Rayane Alves <sup>534</sup>  
 MENDONÇA, Fabricia Lucas de <sup>535</sup>

As novas tecnologias se fazem evidentes e essenciais em todas as áreas, não vem sendo diferente este aspecto na Educação, ao qual o ensino tenciona a evidência e a efetividade do uso do acesso das tecnologias para o ensino-aprendizagem. Esse domínio de técnicas acontece por meio das necessidades e exigências do pedagogo e as novas possibilidades técnicas que criam novas aberturas para o pedagógico, a fim de constituir uma fonte de aprendizagem na sua complexidade técnica e pedagógica (VALENTE 2002). O uso de fontes tecnológicas no ambiente escolar é uma realidade que traz inúmeros benefícios, e quando utilizada no processo de ensino-aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e aprender. Devido a isso a tecnologia se torna aliada no processo de aquisição, como um recurso que surgiu para contribuir no desenvolvimento de aprendizagens significativas, há de se pensar que uma cooperativa é de certo modo uma organização desordenada, mas, o cooperativismo parte de princípios e valores nos quais são necessários para que essa organização funcione com excelência. Pode-se então dizer que as cooperativas educacionais têm um papel fundamental e diferenciado no âmbito educacional, tende-se então à compreensibilidade de que a importância do uso de recursos tecnológicos e processos educativos juntos tencionam uma aquisição significativa, a qual permeia o desenvolvimento intelectual a pactuar sempre com os novos anseios técnico-científicos propostos ao meio social e educacional.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Cooperativa. Tecnologia. Valores.

### REFERÊNCIA

VALENTE, J.A. **Tecnologia no Ensino:** implicações para a aprendizagem. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2002.

---

<sup>532</sup> Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>533</sup> Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>534</sup> Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>535</sup> Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU

## EDUCAÇÃO COOPERATIVA PARA QUÊ E POR QUÊ?

FARIA, Mayta Oliveira<sup>536</sup>  
 SILVA, Stefanny Cristina<sup>537</sup>  
 OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>538</sup>

Este resumo refere-se ao texto Educação Cooperativa para quê e por quê? do autor Paulo Albuquerque, 2 de agosto de 2017. A dificuldade de educação cooperativa surge como espaço existente entre discurso e prática, materializado na dificuldade das cooperativas em suas áreas de comunicação de encontrar soluções efetivas para este descompasso. A educação no Brasil, um dos maiores desafios, seja por uma extrema pobreza ou porque a escola se apresenta como lugar privilegiado da exclusão, nas cooperativas, não tem sido diferente na definição de prioridades. A falta de conhecimento sobre cooperativismo também tem relação com as dificuldades de comunicação. Há pouca divulgação sobre o que é cooperativismo e, conseqüentemente, do seu poder de transformação na sociedade, há poucas informações disponíveis para os associados. Outro motivo desta ausência está na falta de compromisso gestor com os pressupostos de uma pedagogia política voltada para a cooperação, pois os grupos priorizam apenas modelos de vantagens econômicas, não se preocupam com responsabilidades sociais. A falta de informações dos processos cooperativistas faz perder o interesse de cooperados e associados, pois não exercem seus direitos e obrigações, com isso vem causando efeito na desestruturação das cooperativas. O desenvolvimento social e econômico terá reflexos no crescimento pessoal e qualidade de vida. O autor conclui que é preciso empoderar os envolvidos, promovendo uma educação cooperativista, o que resultará em desenvolvimento das cooperativas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Comunicação. Educação.

### REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, Paulo. **Educação cooperativa para quê e por quê:** Turma 2 ag. 2017. Especialização em Cooperativismo 34. ed. Disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br/2017/08/educacao-cooperativa-para-que-e-por-que/>. Acesso em: 20 abr. 2019 .

<sup>536</sup> Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>537</sup> Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>538</sup> Mestre. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU.



## COOPERATIVISMO SOCIAL E ATIVIDADES EDUCATIVAS

BENTO, Natália Evellyn Oliveira Barbosa<sup>539</sup>

OLIVEIRA, Carolina Gomes<sup>540</sup>

SILVA, Amanda Rodrigues<sup>541</sup>

XAVIER, Edivânia Fernandes de Araújo<sup>542</sup>

O cooperativismo social são atividades educativas e tem grande influência na nova geração de cooperativas do mundo, visando ao cooperativismo social, desenvolvendo atividades educativas para o bem-estar da sociedade (MATIAS, 2004). O presente artigo objetiva conhecer a cultura de cooperação, com base nos princípios e valores do cooperativismo social, por meio de atividades educativas. Partiu-se do seguinte problemática: As cooperativas do Município de Unaí – MG no ano de 2019 vem potencializando o cooperativismo social por meio de atividades educativas? O trabalho está dividido em 02 (duas) partes: referencial teórico e pesquisa de campo. Para a pesquisa empírica foi feita uma análise documental através da coleta de dados em arquivos da Prefeitura Municipal de Unaí-MG e ainda a aplicação de um questionário ao gerente administrativo a duas cooperativas, uma do ramo crédito e outra da agropecuária. Justifica-se pela importância de se estudar este conceito. Dessa forma, o cooperativismo social tem favorecido o mercado de trabalho, uma questão de colaboração muito importante neste meio. De acordo com a pesquisa realizada o município de Unaí apresenta 26 cooperativas nos ramos da agropecuária, crédito, produção, saúde, trabalho, transporte e consumo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG, 2019). O resultado mostrou que são oferecidos cursos de capacitação para seus colaboradores, desenvolvendo programas que potencializam a educação escolar. Portanto, torna-se necessário que as cooperativas realizem atividades educativas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo social. Organização. Integração.

### REFERÊNCIAS

MATIAS, Beth. **Cooperativismo social**. Sebrae, 9 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/cooperativismo-social-e-a-nova-geracao-de-cooperativas-no-mundo/1385/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG. **Dados sobre Cooperativismo**, 2019.

<sup>539</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>540</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>541</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>542</sup> Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

## A LEITURA COMO UM MEIO DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA INSERIDA NO 1º AO 5º ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

DIAS, Brenda Aparecida Monteiro<sup>543</sup>  
 FREITAS, Rayane Cristina Moreira de<sup>544</sup>  
 SILVA, Rute Mayara Rodrigues da<sup>545</sup>  
 OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>546</sup>

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como a leitura pode contribuir como um meio de socialização da criança inserida no 1º ao 5º ano da educação básica. A primeira parte deste trabalho tratou-se de compreender o processo de socialização na vida da criança uma vez que esse processo inicia-se com o nascimento e, embora sujeito a mudanças, permanece ao longo de todo ciclo vital. (BORSA, 2007, p.1). A segunda parte se refere a entender o que é a leitura no mundo da criança inserida no 1º ao 5º ano da educação básica prática de ler traz melhor conhecimento, tornado reflexível, formando uma ideia própria e madura, traz também um repertório de vocabulário melhor, sendo assim tendo uma escrita melhor. A terceira e última parte apresentou como a leitura pode ser um meio de socialização para a criança inserida nos primeiros anos do ensino fundamental. Tal pesquisa, justifica-se para que se compreenda como a leitura está inserida na vida da criança, como ela é um fator de grande relevância nos tempos atuais e como através dela o educando se desenvolverá melhor em sociedade. Quanto à metodologia, trata-se de revisão de literatura. Conclui-se que a leitura é um ato de entrada no mundo letrado, e que é fator de grande importância no processo de socialização da criança do 1º ao 5º ano da educação básica.

**Palavras-chave:** Socialização. Crianças. Leitura.

### REFERÊNCIA

BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio Grande do Sul, 2007. p.5 2007. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf> >. Acesso em: 30 maio 2019.

<sup>543</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>544</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai- FACTU.

<sup>545</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai- FACTU.

<sup>546</sup> Mestre. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU

## A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO NO AMBIENTE ESCOLAR E OS SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

BATISTA, Maythê Santana<sup>547</sup>  
 MORAIS, Bianca Campos de<sup>548</sup>  
 ROCHA, Thaynara Mariana Ribeiro<sup>549</sup>  
 FERREIRA, Simone Camargo<sup>550</sup>

O presente artigo tem o objetivo de pautar a importância da inserção do conceito e da prática do cooperativismo dentro das escolas. E neste mesmo pensamento, mostrar como essa influência para a educação pode contribuir à sociedade. Os princípios cooperativistas agregam valores que muito contribuí para a formação do ser humano. Primeiro, descreveu-se como o cooperativismo surgiu no mundo e a sua chegada ao Brasil com o resultado da revolução industrial onde aconteciam desequilíbrios econômicos; o homem necessitava amenizar a situação de pobreza na qual se encontrava. A partir de então, surgiram as primeiras cooperativas. Posteriormente foram ressaltados os princípios cooperativistas na educação, sendo estes: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos líderes; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. Logo após, foi abordada a importância da educação cooperativista, onde a educação entra no campo do cooperativismo como uma alternativa de maximizar a ideia de cooperação, com métodos de ensino. Para Frantz (2001) no processo da educação, podem-se identificar práticas cooperativas. Por todos esses aspectos, a educação quando agregada ao cooperativismo pode gerar resultados válidos para a sociedade no âmbito econômico, gerando uma boa empregabilidade, e no âmbito social, pois a educação cooperativista tem a intenção de auxiliar na formação de cidadãos que têm como princípios o convívio em grupo, a cooperação e o respeito ao próximo.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Educação. Sociedade.

### REFERÊNCIA

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação**: práticas que se relacionam. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>547</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Pedagogia da Faculdade de ciência e Tecnologia de Unaí- FACTU

<sup>548</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Pedagogia da Faculdade de ciência e Tecnologia de Unaí- FACTU

<sup>549</sup> Acadêmica de terceiro período do curso de Pedagogia da Faculdade de ciência e Tecnologia de Unaí- FACTU

<sup>550</sup> Professora do curso de Pedagogia da Faculdade de ciência e Tecnologia de Unaí- FACTU. Especialista em Psicoterapia de Casais e Família e Violência Doméstica contra crianças e adolescentes pela USP- SP.

## EDUCAÇÃO E A CAPITAÇÃO COOPERATIVA

SANTOS, Ana Caroline da Guia<sup>551</sup>

SILVA, Laura Maria Leite<sup>552</sup>

NEVES, Dêner<sup>553</sup>

O presente resumo refere-se ao capítulo 3 de livro Arte educação cooperativista do autor Murad Velloso. Segundo Murad Velloso (2015) na educação tradicional ou na educação bancária apreciou os indivíduos dificultando a criatividade, a inovação, a participação e o sentimento empreendedor é muito peculiar do cooperativismo. Embora siga ordens e regras, no ambiente do cooperativismo sempre precisou de certa dose de ousadia de seus associados para consolidar e estabelecer. Exemplo disso temos a COAGROSOL que investiu em geleias orgânicas. Obtendo resultados positivos gerando emprego e educação (escola) para o meio rural. Além dessa cooperativa há vários exemplos como a Coopnatural de Campina Grande, a Cooperuc Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos Uauá e Curaçá. Vê -se que a educação é fundamental para o cooperativismo, agrega valores cooperativistas, conscientizar os cooperados á articular princípios cooperativistas. A educação cooperativista busca agregar toda uma população dentro ou fora do sistema cooperativo. Divulga valores e princípios para a comunidade, trazendo melhorias para o ambiente em que atua. As cooperativas surgem como meio de se alcançar coletivamente objetivos que individualmente seriam difíceis de realizar. O empreendedorismo faz parte do cooperativismo, já que diante das dificuldades pessoas se juntam e trabalham juntas para atingir benefício geral. O desafio está em manter a característica empreendedora que ocasiona o envolvimento e comprometimento ao longo do tempo. O papel técnico em cooperativismo deverá atuar como regulador em um processo educativo, que mantém viva a reciprocidade e coesão do grupo no alcance dos objetivos coletivos, o que dará autonomia aos associados. Nesse sentido, surge a necessidade de capacitar os cooperadores sobre as atividades desenvolvidas, as particularidades de cada, como do cooperativismo e, no contexto cooperativo. A capacitação é o viabiliza a cooperativa como empresa, enfatiza a formação e o aperfeiçoamento técnico. É decisivo já que as cooperativas concorrem com empresas que não tem por base equilibrar o social e o econômico, o que, conseqüentemente coloca as cooperativas em relativas desvantagens.

**Palavras chave:** Cooperativismo. Educação. Inovação.

### REFERÊNCIA

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015. ISBN: 978-85-63573-92.6.

<sup>551</sup> Acadêmica do curso de pedagogia da FACTU.

<sup>552</sup> Acadêmica do curso de pedagogia da FACTU.

<sup>553</sup> Mestre em educação. Professor orientador.

## EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

PINHEIRO, Raillíny Melgaço<sup>554</sup>  
 FERNANDES, Rayany Estephany Pires<sup>555</sup>  
 NEVES, Dêner<sup>556</sup>

A educação é o elemento de mera importância ao ser humano, pois ela proporciona possibilidades e habilidades ao indivíduo, isso também ocorre com a educação cooperativa que por meio disso nos desenvolve saberes e prática na área do cooperativismo. A educação cooperativa é tão fundamental que o cooperativismo incluiu em seus termos, educação, formação e informação. Com tudo isso foi criado o FATES que é um sistema de produção a educação e a educação cooperativa que por meio disso tem colaboradores, gestores através do aperfeiçoamento técnico das atividades desenvolvidas. O princípio de educação, formação e informação como princípio é o que viabiliza e a consolidação dos demais princípios instituídos pelo cooperativismo mundial. A educação é o amplo que abrange todas as esferas educacionais, formais e informais, internas e externa, direcionadas a cooperativa. A informação é direcionada ao sistema de divulgação de dados cooperativistas. A formação tem o caráter mais empresarial focado suas atividades no âmbito empresarial. Os cooperados também recebem qualificação técnica. O real interesse da educação cooperativista é a integração da cooperativa na adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, intercooperação e interesse pela comunidade, essa relação entre educação, formação e educação possibilita a troca de experiências entre os cooperativistas. Para que ocorra a troca de experiências as cooperativas precisam buscar um padrão de profissionalização que beneficie a cooperação. Porém as ações do quesito educação podem ser barradas por questões financeiras, já que as cooperativas tem um ideal de sobras, porém todo o capital investido é retomado para benefícios sociais, quando o valor resultante não tem uma volta o cooperativismo fica sem verbas para o FATES. Cabe a cooperativas educar os cooperados seja através de palestras, reuniões, tecnologias e todos os outros meios possíveis de levar conhecimento aos cooperados. E com a participação dos cooperados existem vários benefícios associados à participação efetiva tais como: empoderamento, autoconhecimento, tolerância, consciência coletiva e valorização pessoal. Tudo aquilo que é necessário e importante ao cooperado pode ser pauta de educação cooperativista. Podemos concluir que a educação cooperativista atua em todos os níveis de visão e amplia seus conhecimentos.

**Palavras -chave:** Cooperativismo. Educação. Formação.

### REFERÊNCIA

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso. **Educação Cooperativista**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e Tec. Santa Maria, RS, 2015. ISBN: 978-85-63573-92.

<sup>554</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

<sup>555</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da FACTU.

<sup>556</sup> Mestre em Educação. Professor orientador.

## COOPERATIVISMO ESCOLAR

MARTINS, Cíntia Elias<sup>557</sup>  
ROCHA, Olívia Sousa<sup>558</sup>  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>559</sup>

A Educação Cooperativista precisa estar presente na sociedade. O presente trabalho tem como propósito fazer um resumo da reportagem de Heurich à TV e Rádio Unisinos (2014), sobre a importância do cooperativismo no âmbito escolar e as vantagens da introdução deste na matriz curricular. Foram entrevistados estudantes e professores. Na cooperativa escolar os estudantes aprendem com a prática, tem por função a aprendizagem do cooperativismo. Através dela, os alunos aprendem a desenvolver atividades empreendedoras, organizando reuniões, construindo e aprovando as suas atas, aprendem também a elaborar o livro caixa, bem como a serem líderes de empresas e da comunidade, afirma o professor Everaldo Marini. No segundo momento, é visível que o processo das oficinas artesanais garante a interação entre os alunos com a comunidade, já que o produto fabricado é ofertado, gerando um retorno que beneficia novos materiais e recompensas aos cooperados. De acordo com o estudante Uesley Schimitt, o principal aprendizado que obteve foi a liderança; como tesoureiro deve mostrar à diretoria, com clareza, as entradas e saídas do empreendimento. Portanto, o cooperativismo escolar é uma alternativa viável, pois desenvolve nos estudantes valores de cooperação, solidariedade e futuros profissionais capacitados, que proporcionará uma qualidade de vida social.

**Palavras-chave:** Cooperativismo escolar. Interação social. Desenvolvimento dos estudantes.

### REFERÊNCIA

HEURICH, Joyce. Reportagem na TV e Rádio Unisinos. 07 jul. 2014. **Cooperativismo escolar**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VDgUOELIU8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

<sup>557</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>558</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>559</sup> Mestre. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU.

## EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO

PIMENTA, Eloísa Alves<sup>560</sup>  
 GONTIJO, Geovana Coelho<sup>561</sup>  
 RIBEIRO, Geancarlo Henrique da Silva<sup>562</sup>

O presente resumo alega que a cooperação reflete a uma ideia, de uma maneira correta, obscura, permite diferentes usos. Esse termo é habituado para definir ações, relações entre seres, ou tem-se recebido um conceito de organização institucional (FRANTZ, 2001). Trata-se da ação de institucionalizar um processo de produzir discernimento e de conscientização política, com o intuito de construir novos espaços para a vida, a partir de aplicações cooperativas, ações e aplicações escolares de educação. O sentido de educar através da cooperação, nas escolas, a sua extensão pedagógica é a criação de farsantes sociais, sujeitos construídos de uma sociedade democrática, ou seja, a passagem, participativa e justa. Assim compreendida a aplicação educativa sua dimensão pedagógica, também tem um direcionamento político e um conteúdo fundado em ideias. Constitui-se também a criação de uma área de poder. A organização de áreas de poder é essencial ao seu querer, aos seus interesses e às suas mudanças necessárias ou modificar-se da realidade social. A probabilidade de poder fazer uma contribuição para o desenvolvimento, para as substituições e transformações dos fatos reais, através da educação cooperativista, onde visa a melhora de condições de vida das sociedades envolvidas, põem-se como objetivo ao PCE-Programa de Cooperativismo nas Escolas, para construção de espaços de poder para o entrelaçamento e para a integração das práticas de educação e de cooperação, como sequências sociais de afirmativas e emancipação de seus indivíduos. A cooperação é um segmento social, relacionado a associações, na ação compartilhada entre seres, buscando encontrar respostas para solucionar seus problemas semelhantes. Portanto, a cooperação traz a ideia de poder e, ao mesmo tempo, de reunião para a solução de determinados problemas.

**Palavras-chave:** Cooperação. Dimensão pedagógica. Educação.

### REFERÊNCIA

FRANTZ, Valter. Porto Alegre. **Educação e cooperação:** práticas que se relacionam. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/PEDAGOGIA/AppData/Local/Packages/MicrosoftEdge\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/5772-18404-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>560</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>561</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

<sup>562</sup> Mestre em Ciências Biológicas pela UCB e Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS

ROCHA, Lorrany Martins da<sup>563</sup>  
 ROCHA, Meirielle Batista<sup>564</sup>  
 OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>565</sup>

O presente resumo refere-se a parte do primeiro capítulo do livro Manual de Gestão das Cooperativas do autor Oliveira (2012). De acordo com o autor (2012), é complicado abordar os principais problemas de gestão das cooperativas, pois estas possuem vários ramos de atuação que englobam diferentes negócios. Porém, o autor consegue evidenciar os seis problemas mais comuns. O principal problema enfrentado pelas cooperativas é a falta ou esquecimento da educação cooperativista por parte dos cooperados, quando a cooperativa perde o seu principal elemento de vantagem – o cooperado – que contribuía para a evolução da mesma; as soluções para esse problema têm como base alguns itens, como o aprimoramento do cadastro dos cooperados e de informações verídicas, a consolidação de benefícios e restrições específicas, a interação com jovens e filhos de cooperados, desenvolvimento de núcleos e um plano estratégico com o intuito de obter uma parceria entre ambos. Os outros cinco problemas abordados são: a inexistência de adequados modelos de gestão nas cooperativas, ou seja, a falta de aplicação de modernos instrumentos administrativos; a aplicação de modelos de gestão centralizados, ou melhor, rotineiros, que não possuem características inovadoras, criativas e muito menos com um diferencial competitivo; o fato da cooperativa não saber lidar adequadamente com a concorrência, que está cada vez mais forte; a confusão que existe entre “propriedade de gestão” e “propriedade da cooperativa”. Por fim, o último problema é a falta de cooperação entre as cooperativas em relação a suas atividades e a seus negócios, isto é, a dificuldade em estruturar e operacionalizar a interação administrativa e de negócios entre diferentes cooperativas. Uma solução para esse aspecto é a criação de centros de serviços compartilhados com o intuito de reunirem sobre uma administração independente em determinada área onde atuariam como unidades estratégicas de negócios. Portanto, a cooperativa depende do cooperado para se desenvolver como instituição empresarial e sem o seu principal aliado ocorre certa vantagem para os seus concorrentes.

**Palavras-chave:** Cooperativas. Cooperados. Problemas.

### REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 1, p. 27-35.

---

<sup>563</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>564</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>565</sup> Mestre. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU.



## JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESPERTANDO A COOPERAÇÃO

SOARES, Marinalva Ribeiro<sup>566</sup>  
 SILVA, Nayara Pereira da<sup>567</sup>  
 FERREIRA, Simone Camargo Da Silva<sup>568</sup>

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre a importância dos jogos cooperativos no fator cooperação na educação infantil. A educação e a cooperação são duas práticas sociais que, sob certos aspectos, uma contém a outra (FRANTZ, 2001). Jogos cooperativos são jogos que aceitam as diversidades e as limitações dos participantes, tendo a função de resgatar valores perdidos na sociedade, possibilitando o exercício da confiança, cumplicidade, solidariedade, respeito mútuo entre as pessoas e inibir a disputa pela vitória e pela derrota. Os jogos cooperativos são exercícios para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos, tendo pouca preocupação com o fracasso e o sucesso em si mesmos, mas sim uma fonte de prazer (BROTTO, 2010). A educação infantil no Brasil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade. O papel da educação infantil é o CUIDAR da criança em espaço formal, contemplando a alimentação, a limpeza e o lazer (brincar). Também é seu papel EDUCAR, sempre respeitando o caráter lúdico das atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança. Planejar as experiências das crianças é fundamental para que as intenções educativas sejam revertidas em aprendizagem e desenvolvimento. Conclui-se que os jogos cooperativos são de suma importância para no fator cooperação na educação infantil.

**Palavras-chave:** Jogos Cooperativos. Cooperação. Educação Infantil.

### REFERÊNCIAS

BROOTO, Fábio Otuzi. Jogos cooperativos: **O jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 1999. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/igorarmbrust/brotto-jogos-cooperativosojogoeoesportecomoeexerciciodeconvivencia>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação**: práticas que se relacionam. Sociologias [online]. 2001, n.6, pp.242-264. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000200011>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>566</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU.

<sup>567</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU.

<sup>568</sup> Professora no Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e tecnologia de Unai – FACTU. Psicóloga especialista em psicoterapia familiar, violência doméstica pela USP-SP.

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UMA ANALOGIA ENTRE O PROGRAMA A  
UNIÃO FAZ A VIDA E O  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA - PEC**

GONÇALVES, Ana Caroline Rodrigues<sup>569</sup>  
MARTINS, Julia Trigueiro<sup>570</sup>  
XAVIER, Edivânia Fernandes de Araújo<sup>571</sup>

Este trabalho vem apresentar um panorama das origens e evolução dos princípios cooperativistas no estado do Tocantins, com destaque para o cooperativismo de crédito. Essa “evolução” dos princípios cooperativistas foi acompanhada por diversas consultas e discussões entre teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes das organizações cooperativas de todo o mundo, havendo sempre muito debate antes de alguma mudança (SCHNEIDER, 1999). Foram analisados estudos realizados entre 2010 e 2012 em cooperativas de crédito do Tocantins com o objetivo de analisar a prática dos princípios cooperativistas na ótica dos dirigentes. Todos os trabalhos foram realizados no âmbito da Universidade Federal do Tocantins – UFT. A análise que foi feita considerou as seguintes práticas dos princípios cooperativistas. Princípio da Adesão Livre e Voluntária, as cooperativas que antes das incorporações eram cooperativas do tipo Desjardins (de classe ou segmento profissional), com as incorporações passaram a ser de livre admissão (modelo Luzzatti), à exceção da Unicredi, que é vinculada a profissionais da saúde. Esta abertura favoreceu a ampliação do quadro de cooperados e do próprio movimento das cooperativas. Quanto ao princípio da Gestão Democrática, as cooperativas têm um número muito baixo de participação dos cooperados em assembleias. Em relação ao princípio da Participação Econômica dos Membros, as cooperativas não apresentam problemas significativos; as regras são seguidas sob a vigilância do BCB e a supervisão das cooperativas centrais de crédito, ao qual as cooperativas são ligadas. Ainda há um longo caminho, mas parece que as cooperativas estão no caminho certo. Esse texto buscou contribuir para o debate acerca do dilema atual vivido pelas cooperativas, entre reforçar ou flexibilizar sua identidade enquanto organizações baseadas em princípios específicos.

**Palavras-chave:** Princípios Cooperativistas. Evolução.

#### REFERÊNCIA

CANÇADO, Airton Cardoso & et al. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, RS, v. 1, n. 2, p. 64-70 2º Sem. 2014. ISSN 2359 -0432.

<sup>569</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>570</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

<sup>571</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

## ALGUMAS TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO

ROSA, Sílvia Lorrany Fernandes<sup>572</sup>  
 SILVA, Thaís Aparecida Santana da<sup>573</sup>  
 OLIVEIRA, Maria Aparecida de<sup>574</sup>

O presente resumo refere-se a parte do capítulo 2 do livro Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática, do autor Oliveira (2012). Segundo Oliveira (2012), encontram-se avanços expostos pelas cooperativas no decorrer dos anos, com a possibilidade de consolidarem ainda nos próximos, levando em conta pontos estratégicos. O trabalho em equipe é importante para encarar o crescimento da competitividade entre empresas, trabalhando interação e a motivação em um processo evolutivo. Assim, extrapolando regiões e possibilitando uma cooperação nacional e até internacional. A concorrência tornou as vantagens competitivas menores e difíceis, pelo fato de gerar competição das cooperativas entre si, visto que elas necessitam ser sustentadas. Elas devem levar em conta o dever de consolidar estruturas organizacionais contemplando atividades que somem valor. Nenhum mercado sugere remunerar atividades sem necessidades das cooperativas. Elas permanecer grandes para suprir seus objetivos, enquanto as pequenas tornam-se cada vez mais ágeis, suprimindo as necessidades de clientes. Elas trabalham desejando obter resultados globais. Em uma situação complicada, a fusão pode ser uma boa estratégia. O cenário empresarial atual demonstra estar voltado para o consumidor final, independente de ser representado por cooperados. Uma das grandes tendências do mercado comprador é a exigência de certificação de produtos e serviços das cooperativas e empresas que inserem no mercado. A globalização da economia cobra competência das cooperativas no mercado interno e externo para enfrentar a concorrência e diminuir os preços em nível internacional. Outra tendência do cooperativismo é a prática do modelo aperfeiçoado de gestão. Para apoiar essa tendência, o sistema cooperativista considera a criação de programas de autogestão das cooperativas. O cooperativismo baseado nessas tendências tem como objetivo estruturar modelos amplos e completos para a realização de interatividade e melhor desenvolvimento dos serviços das cooperativas, criando uma evolução no processo administrativo e na profissionalização dos cooperados.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Cooperados. Tendências.

### REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Djalma de pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: Uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>572</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

<sup>573</sup> Acadêmica do 1º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

<sup>574</sup> Mestre. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da FACTU.

## COOPERATIVISMO ESCOLAR

SILVA, Thalyta Barbosa da<sup>575</sup>  
 SOARES, Geovanna Clara Cruz<sup>576</sup>  
 FERREIRA, Simone Camargo Da Silva<sup>577</sup>

A educação cooperativista é desenvolvida com trabalhos e projetos que introduz o debate sobre cooperação humana, cooperativismo solidário que contribui para o relacionamento entre alunos e professores e aproximam a comunidade das práticas escolares. Segundo Rodrigues e Santin (2013) é importante a capacitação dos professores para levar o princípio cooperativista para dentro da sala de aula, despertando a necessidade de saber e estar envolvidos nas questões sociais e econômicas. A ação cooperativista na escola produz grandes resultados que beneficiam a comunidade, gerando lucro e dando oportunidade para alunos, professores e cooperativa local de experienciarem da dinâmica cooperativa. O trabalho do cooperativismo na escola tem por finalidade desenvolver atividades práticas educativas, sociais e econômicas que geram benefícios aos associados e à comunidade. Na educação pode-se identificar práticas cooperativas e na cooperação pode-se identificar práticas educativas. Portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz conhecimento, aprendizagem, educação; na prática educativa, como um processo complexo de relações humanas, produz cooperação. As práticas cooperativas na escola podem construir, em privilegiados “espaços pedagógicos”, através deste processo os alunos tomam consciência das diferentes dimensões da vida social. Conclui-se que com o cooperativismo na escola por meio de um processo de avaliação houve uma melhora no comportamento onde os indivíduos compreendem a diversidade, respeito, cooperação como a forma de agir nos dias atuais, contrapondo a forma individualista e competitiva.

**Palavras-chave:** Cooperação. Educação. Cooperativismo.

### REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Luíza Maria da Silva; SANTIN Edaiana Casagrande. **Cooperativismo também se aprende na escola**. 2013. Francisco Beltrão/PR. Trabalho de aluno. 5 p.  
 EDUCAÇÃO e cooperação: práticas que se relacionam. 2001. Disponível em:  
 <<https://www.redalyc.org/html/868/8681959011/>>. Acesso em: 16 abr 2019.

<sup>575</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU.

<sup>576</sup> Acadêmica do 1º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-FACTU.

<sup>577</sup> Professora no Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e tecnologia de Unai – FACTU. Psicóloga especialista em psicoterapia familiar, violência doméstica pela USP-SP.

## JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESPERTANDO A COOPERAÇÃO

GOMES, Bruna Taynara de Andrade<sup>578</sup>

SOARES, Elias Ferreira<sup>579</sup>

SANTOS, Lidianie Campos<sup>580</sup>

Jogos cooperativos são jogos dinâmicos de grupo que tem por objetivo despertar a consciência da cooperação a promover afetivamente a ajuda outras pessoas (CUNHA, 2017). No jogo cooperativo, aprende-se a considerar o outro que joga como um parceiro e não como adversário, fazendo com que a pessoa aprenda a se colocar no lugar do outro e não priorizar apenas o seu lado. Jogos Cooperativos são jogos para unir pessoas e reforçar a confiança em si mesmo e nos outros, as pessoas geralmente participam autenticamente, pois ganhar ou perder não é o que realmente importa e sim o processo como um todo. Os jogos cooperativos resultam numa vontade de continuar jogando e aceitar todos como são verdadeiramente. O jogo cooperativo ajuda as pessoas a se libertarem da competição, seu objetivo maior é a participação de todos por uma meta em comum, sem agressão física e cada um no seu próprio ritmo. Os jogos cooperativos ajudam as pessoas a aprenderem a trabalhar em grupos. O que mais importa nos jogos cooperativos é a colaboração de cada indivíduo do grupo e o que cada um tem para oferecer no momento da atividade. Neste tipo de jogo, é reforçada a noção de grupo, porque uma determinada tarefa é cumprida de forma mais eficaz com a ajuda dos vários elementos da equipe. Pode haver uma competição entre duas equipes ou haver apenas uma equipe.

**Palavras-chave:** Jogos cooperativos. Aprendizagem cooperativa.

### REFERÊNCIA

CUNHA, Fabiana e UVA, Marta. **A aprendizagem cooperativa: perspectiva de docentes e crianças**. 2017. Disponível em; file:///C:/Users/Athlon/Downloads/10839-Texto%20do%20trabalho-32543-1-10-20170208. Pdf.

---

<sup>578</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai –FACTU.

<sup>579</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai –FACTU.

<sup>580</sup> Mestre em Administração, pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

## COOPERATIVISMO E INOVAÇÃO

MOREIRA, Thais da Silva<sup>581</sup>

DIAS, Solange Correia<sup>582</sup>

SANTOS, Lidiane Campos<sup>583</sup>

O presente resumo refere-se ao artigo empreendedorismo e inovação: a cooperativa como alternativa empresarial para o desenvolvimento, tendo como autores Marcia Carla Ribeiro e Giovani Alves. O trabalho retrata o cooperativismo como forma societária tradicionais do capitalismo, fazendo uma comparação da realidade brasileira com a canadense e afirma que o cooperativismo é eficaz ao desenvolvimento econômico e as práticas empreendedoras. As cooperativas são organizações de prestação de serviços ligadas à produção, visando o bem estar e o desenvolvimento do indivíduo, também são protegidas pelo código civil brasileiro e classificadas como uma sociedade limitada e/ou sociedade anônima. Diferente das demais organizações, as cooperativas não possuem sócios majoritários, pois os proprietários são os próprios cooperados, também colaboram com os princípios éticos e culturais, além de seu caráter econômico. Os participantes das cooperativas não visam à divisão do patrimônio, mas os serviços originados da mesma, pois podem proporcionar benefícios econômicos. O trabalho apresenta uma breve análise entre as origens cooperativistas do Brasil e do Canadá. As cooperativas brasileiras e canadenses foram compreendidas como associações beneficentes, mas atualmente atingiram seus objetivos, pois possuem leis próprias nos dois países analisados e outros. Pode-se concluir que as cooperativas beneficiam os associados e contribuem com o desenvolvimento econômico centrado em valores éticos e democráticos. Trabalha de forma inovadora, adotando um conceito compatível com o sistema capitalista. Assim, fica evidente que as cooperativas ocuparam um papel de maior destaque a partir do momento que os associados tiveram uma conscientização mais solidária, promovendo o crescimento do termo cooperativismo.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Inovação. Brasil e Canadá.

### REFERÊNCIA

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira et al. **Empreendedorismo e inovação: a cooperativa como alternativa empresarial para o desenvolvimento**. Londrina: Scientia Iuris, 2010.

---

<sup>581</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>582</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

<sup>583</sup> Mestre em Administração, pela Unimep. Especialista em Gestão Agroindustrial, pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Administração. Coordenadora do curso de Administração e professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

**CADERNO CONVIDADOS DA ESCOLA ESTADUAL JUVÊNIO MARTINS  
FERREIRA - Escola Agrícola de Unai - MG.**

## BOAS PRÁTICAS NA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS

SOUSA, Kamille Victoria de Jesus Alves<sup>584</sup>

FERNANDES, Nayara Ferreira<sup>585</sup>

ALBERNAZ, Hugo Gonzaga<sup>586</sup>

MORAES, Cristianne Burgo<sup>587</sup>

No Brasil, a segurança alimentar tem como objetivo garantir aos consumidores produtos alimentícios de boa qualidade sendo a segurança alimentar definida pelos princípios de higiene alimentar através das Boas Práticas da Alimentação. Segundo Paiva e Neto, (2006) as Boas Práticas de Fabricação (BPF) são requisitos básicos para a obtenção de produtos que não tragam riscos à saúde do consumidor. Além da redução de riscos, as boas práticas de fabricações, possibilitam um ambiente de trabalho mais eficiente, otimizando todo o processo de produção. Os alimentos considerados não seguros podem conter perigos biológicos (microrganismos, patógenos, toxinas), perigos químicos (são resíduos de agrotóxicos usados na agricultura) e por fim os físicos (anel, brincos, cabelo, unha grande entre outros). Portanto, a utilização e padronização dentro de uma agroindústria das Boas Práticas de Fabricação são extremamente importante para a produção de um alimento de boa qualidade, livre de agentes patogênicos que possam contaminar o produto e o consumidor, garantindo uma fitossanidade adequada, além da conscientização e treinamento de todos os agentes envolvidos nos processos quanto a importância da produção de um alimento dentro das normas de qualidade.

**Palavras-chave:** Fabricação. Alimentos. Contaminação.

### REFERÊNCIAS

PAIVA Francisco Fábio de Assis, NETO Raimundo Marcelino da Silva: **Doce de Frutas em Calda**. Direção Livraria Embrapa. Brasília-DF, 2006. Disponível em [www.embrapa.br/livraria](http://www.embrapa.br/livraria). Acesso: 11 de maio 2019.

---

<sup>584</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>585</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>586</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>587</sup> Engenheira Agrônoma, Pós-Graduada em Gestão Ambiental, Biologia e Biodiversidade, Professora Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira.



## BROCA DO CAFÉ

BRANDÃO, André Honório<sup>588</sup>

SANTOS, Erick Paiva<sup>589</sup>

CAMPOS, Rafael Cordeiro<sup>590</sup>

CAMARGO, Rubens Vinicius de Oliveira<sup>591</sup>

BITTENCOURT, Alessandra T. C.<sup>592</sup>

A broca-do-café (*Hypothenemus hampei*) é uma praga encontrado em todos os países produtores, causando grandes perdas econômicas pois afeta os frutos em os estágios de maturação, dependendo do grau da infestação pode chegar a um prejuízo de até 21% somente com a perda de peso e baixa qualidade, pois a cada 5 grãos danificados encontrados nas amostras o lote todo será classificado com qualidade inferior. Segundo Brun et al., (1989) a broca-do-café causa perdas na ordem de 500 milhões de dólares no mundo todo e o controle mais utilizado é o químico, por esse motivo essa praga vem sendo cada vez mais resistente aos agrotóxicos usados para seu controle, conseqüentemente o uso contínuo e de maneira incorreta vem desencadeando um desequilíbrio ao ambiente. Como forma alternativa tem o controle biológico, que consiste na utilização de inimigos naturais. O presente trabalho tem como objetivo mostrar a ecologia desta praga, os prejuízos que elas podem causar ao produtor e as medidas de controle que hoje são mais utilizados. Conclui-se que a melhor alternativa é o monitoramento das áreas constantemente, identificando o início de uma possível infestação para que as medidas realizadas sejam mais eficientes.

**Palavras-chave:** *Coffea sp.* Broca do café. Grão.

### REFERÊNCIAS

BRUN, L.O., C. MARCILLAUD, V. Gaudichon e D. Scukling. Endosulfan resistance in *Hypothenemus hampei* (Coleoptera: Scolytidae) in New Caledonia. **J. Econ. Entomol.** 82: 1311-1316. 1989.

---

<sup>588</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>589</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>590</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>591</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>592</sup> Professora de cultura perenes do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

## COACHING: conceito, história e aplicabilidade

FERREIRA, Marinaldo Loures<sup>593</sup>  
RODRIGUES, Reimário de Castro<sup>594</sup>  
CASTRO, Eloi<sup>595</sup>

O desenvolvimento das competências humanas pode ser potencializado com as técnicas e ferramentas do coaching, visando resultados planejados em curto prazo. Diante da carência por técnicas pedagógicas voltadas ao crescimento pessoal e profissional na gestão quanto na liderança, levaram o desenvolvimento de diversos nichos de coaching atendendo as mais variadas áreas, seja na esfera pessoal quanto na esfera organizacional, promovendo mudanças significativas. Para Marques (2018) ao pensar na aplicabilidade do coaching, em uma analogia geral, não há dúvidas quanto às duas principais divisões: O Life Coaching (Coaching a nível pessoal), o Executive and Business Coaching (Coaching a nível profissional). Essas duas categorias permitem um leque de subdivisões, trabalhando áreas mais específicas. Esta pesquisa tem como objetivo sintetizar e discorrer sobre o coaching, visto que é um tema abrangente e em ascensão. As observações apontam que o coaching é um método com capacidade de retirar o melhor do indivíduo, mostrando os caminhos para sair da sua zona de conforto, despertando suas habilidades, promovendo o autoconhecimento e o auto desempenho.

**Palavras-chave:** Coaching. Capacitação. Competências.

### REFERÊNCIAS

MARQUES, José Roberto. **Qual é a origem do coaching**. Portal IBC, 2018. Disponível em: <http://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/qual-origem-coaching/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

---

<sup>593</sup> Bacharel em Engenharia Civil, MBA Executivo em Coaching, especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento.

<sup>594</sup> Bacharel em Agronomia – FACTU.

<sup>595</sup> Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas.

## MÉTODO DE IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO EM PASTAGEM DE BOVINOS

FERNANDES, Arthur Martins<sup>596</sup>

BANG, Bruno Gonçalves<sup>597</sup>

ALMEIDA, Gabriel Evangelista Moreira<sup>598</sup>

GUIMARÃES, Samuel Aparecido Bernardes<sup>599</sup>

CAMPOREZ, Edmon<sup>600</sup>

BITTENCOURT, Alessandra T. C.<sup>601</sup>

A irrigação em pastagem bovina consiste em um método intensivo de manejo da pastagem, visando solucionar o déficit hídrico e elevar a produtividade das plantas forrageiras, potencializando aproveitamento melhor da área. De acordo com Drumond e Aguiar (2005), em regiões onde a temperatura não é fator limitante, a irrigação por aspersão pode se tornar uma alternativa para a produção intensiva de carne e leite em pequenas áreas. Uma das vantagens do método de irrigação por aspersão é irrigar toda a área sem deixar pontos secos na pastagem e ainda evitar transtornos ocasionados devido a erosão, o que pode vir a acontecer em irrigação do tipo subterrânea, porém há controvérsias como alto custo de implementação do projeto a baixa eficiência com altas temperaturas e fortes ventos. É importante a observação da frequência de irrigação para estabelecer um manejo apropriado, sendo ela fixa ou variável. Este artigo tem como objetivo comprovar que o método de irrigação por aspersão em pastagens é uma prática com potencial de melhor desenvolvimento e retorno financeiro quando se possui devido planejamento, manejo e execução das práticas para satisfazer os processos fisiológicos ligados à produção.

**Palavras-chave:** Irrigação. Aspersão. Pastagem.

### REFERÊNCIAS

DRUMOND, L. C. D.; AGUIAR, A. de P. A. **Irrigação de pastagem**. Direção: Embrapa Meio-Norte; Embrapa Pecuária Sudeste. Uberaba: 2005. Disponível em: <<<https://reagro.com.br/blog/irrigacao-de-pastagens/>>>. Acessado em: 01 de maio de 2019.

<sup>596</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>597</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>598</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>599</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>600</sup> Professor de irrigação e drenagem do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>601</sup> Professora de cultura perenes do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

## A IMPORTÂNCIA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE GADO LEITEIRO NA TOMADA DE DECISÃO

SANTOS, Jhenifer Rodrigues<sup>602</sup>  
 LIMA, Samuel Giovanni da Costa<sup>603</sup>  
 SANTOS, Victor Louzada<sup>604</sup>  
 GUIMARÃES, Wallison Ferreira<sup>605</sup>  
 SILVA, Maria Anis<sup>606</sup>

Este trabalho teve como objetivo analisar qual é a importância social e econômica para controlar e gerenciar com facilidade a tomada de decisão. Os métodos utilizados foram modelos de gestão que utilizam com ferramenta o Ciclo PDCA, que consiste em planejar e estabelecer metas e objetivos a serem tomadas. Já os resultados que tal importância pode ser constatada: no curto prazo o produtor deve estar mais preocupado é com a margem bruta; no médio prazo com a margem líquida e no longo prazo com o resultado ou seja com o lucro ou prejuízo. Vilela *et al.* (2016), relata que de uma maneira geral tem observado que os produtores rurais têm buscado cada vez mais conhecimentos na área da administração, mercado, comercialização, finanças, com o objetivo de fortalecimento de suas relações sociais e econômicas. Concluímos que o gerenciamento nada mais é do que fazer acontecer o que se deve, no momento e na forma certa, com o processo de decisão se tornando cada vez mais complexo, neste contexto a maioria dos modelos foram voltados para a nutrição animal, alimentação e pastagem levando em conta que neste sistema esses temas representam as maiores preocupações dos agentes tomadores de decisão visando tanto o ponto tecnológico quanto o econômico.

**Palavras-chave:** Planejamento. Controle. Gerenciamento.

### REFERÊNCIAS

VILELA, Duarte *et al.* Pecuária de leite no Brasil: cenários e avanços tecnológicos / Brasília, DF: **Embrapa**, 2016. 435 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuarria-de-leite-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

---

<sup>602</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>603</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>604</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>605</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>606</sup> Professora de administração do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

## MÉTODO DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO EM FRUTÍFERAS

CRUZ, Beatriz Gonçalves da<sup>607</sup>  
 SOBRINHO, Gabriela Nunes<sup>608</sup>  
 SANTANA, Lauanny Luísa Pereira<sup>609</sup>  
 CASTRO, Maria Eduarda Borges<sup>610</sup>  
 CAMPOREZ, Edmon<sup>611</sup>  
 BITTENCOURT, Alessandra T. C.<sup>612</sup>

O sistema de irrigação por gotejamento consiste na aplicação de água, na forma de pequenas vazões procurando umedecer somente o volume de solo explorado pelas raízes da planta. Nessa estratégia de aplicação deve-se levar em conta o tipo de solo e sua topografia. Esse sistema limita a infestação de ervas daninhas e economiza água por não irrigar áreas não cultivadas, principalmente, quando a fruteira é jovem. De acordo com Esteves *et al.* (2012) o consumo de água utilizado no sistema de irrigação por gotejamento é muito inferior ao de irrigação por aspersão, reduzindo o gasto com água em mais de 50%, permitindo a fertirrigação melhorando a eficiência no uso dos fertilizantes, e aumentando a produtividade da planta. O presente artigo tem como objetivo analisar o sistema de irrigação por gotejamento em frutíferas e seu método de aplicação e como as frutíferas respondem a este sistema. De forma geral, essa irrigação garante maior segurança à atividade de produção. Necessita de importante investimento, que deve ser feito em conjunto com as outras técnicas indicadas especificamente para o manejo de frutíferas. Apesar do custo inicial ser mais elevado em relação a outros métodos, apresenta vantagens econômicas em médio prazo, o que a torna esta atividade interessante para o produtor. Dessa maneira, a tecnologia gota a gota de aplicação de água e fertilizantes, pode ser tecnologia ecologicamente correta e viável economicamente para os agricultores.

**Palavras-chave:** Irrigação. Gotejamento. Frutíferas.

### REFERÊNCIAS

ESTEVES, Bárbara dos Santos; SILVA, Dione Galvão; PAES, Herval Martinho Ferreira; SOUZA, Elias Fernandes. **Irrigação por gotejamento**. 2012, Niterói - RJ.

---

<sup>607</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>608</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>609</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>610</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>611</sup> Professor de irrigação e drenagem do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

<sup>612</sup> Professora de cultura perenes do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unaí - MG.

## MASTITE

DA SILVA, Ingrid Laura Alves<sup>613</sup>  
MARTINS, Luiz Carlos Caetano<sup>614</sup>  
DE PAULO, Lunara Munique Andrade<sup>615</sup>  
CAETANO, Rafaella Gomes<sup>616</sup>  
MORAES, Cristianne Burgo<sup>617</sup>

A mastite ou mamite é considerada uma inflamação do sistema mamário, que é causada pela infecção por diversos tipos de microrganismos (fungos, algas e bactérias), que podem atingir um ou mais quartos mamários de uma vaca. É a doença de maior importância dos rebanhos leiteiros no mundo todo, principalmente devido à alta incidência de casos clínicos, que não podem ser vistos a olho nu. Sendo que uma vez se instalado na glândula mamária, o microrganismo nutre dos componentes do leite e se multiplica. Nesse processo são produzidas toxinas e outras substâncias que causam danos ao tecido mamário reduzindo a produção do leite e causando o descarte do mesmo. Existem alguns tipos de mastite sendo elas: subclínica, clínica, contagiosa e a ambiental. A mastite subclínica é transmitida por bactérias dos grupos coliformes, este quando distribuído no ar, no solo, na água, nas fezes e nos ambientes das ordenhas são responsáveis por contaminar o leite, sendo assim responsável pela infecção do úbere (MARQUES, 2006). O objetivo deste trabalho foi diagnosticar os principais tipos de mastites, métodos de identificação e prevenção das mesmas, avaliando a interferência na produção e qualidade do leite.

**Palavras-chave:** Mastite. Glândula Mamária. Infecção.

## REFERÊNCIAS

MARQUES, D.C. **Criação de Bovinos**. 7º ed. rev., atual e ampl., Belo Horizonte, CVP Consultoria Veterinária e publicações, 2006. p. 435 a 450.

---

<sup>613</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>614</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>615</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>616</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>617</sup> Engenheira Agrônoma, Pós-Graduada em Gestão Ambiental, Biologia e Biodiversidade, Professora Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira.

## PRODUÇÃO DE MEL NO BRASIL

HOMERO, Rafael de Jesus<sup>618</sup>  
 MUNIZ, André Silva<sup>619</sup>  
 GABRIEL, Ruitter Lopes<sup>620</sup>  
 MOREIRA, Bruno Rocha<sup>621</sup>  
 ALVES, Wesley Pereira<sup>622</sup>  
 ANTÔNIO, Márcio Melo<sup>623</sup>

As abelhas são responsáveis pela fecundação da maior parte dos vegetais da nossa flora, contribuindo para o melhoramento genético das plantas que por elas são polinizadas. Em consequência do seu número populacional na natureza e de suas estruturas morfológicas, as abelhas apresentam maior eficiência como polinizadores, além da apresentarem grande capacidade de se adaptar a diferentes regiões. Segundo Santos (2002) o mel é constituído de água, frutose, glicose, sacarose, maltose e outros dissacarídeos, sais minerais, vitaminas, enzimas, hormônios, proteínas, ácidos, aminoácidos e fermento. O mel é um dos poucos alimentos de ação antibactericida e de fácil digestão, podendo ser utilizado como alimento tanto na colméia quanto para o ser humano. O objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento das vantagens de se adotar apicultura no Brasil, descrevendo as etapas de produção e extração do mel e seus benefícios para a saúde. A apicultura é uma atividade rentável para pequenos, médios e grandes produtores, onde o Brasil, por possuir uma flora considerada diversificada e rica, apresenta condições bastante promissoras.

**Palavras-chave:** Apicultura. Mel. Saúde.

### REFERÊNCIAS

SANTOS, A. S. **A vida de uma abelha solitária.** Disponível em:  
<http://www.abelhas.noradar.com/artigos.htm>. Jan 2002. Acesso: 3009-2011.

---

<sup>618</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>619</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>620</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>621</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>622</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>623</sup> Técnico em Agropecuária/Pedagogo/Geógrafo.

<b>SIGATOKA AMARELA E SIGATOKA NEGRA NA CULTURA DA BANANA</b>
---

SANTIN, Mateus Hoinoski <sup>624</sup>  
 FELIPE, Luiz Felipe <sup>625</sup>  
 SILVA, Keven da Silva <sup>626</sup>  
 SANTOS, Isaac Luiz Nunes <sup>627</sup>  
 BEREN, Raphael <sup>628</sup>  
 BITTENCOURT, Alessandra T. C. <sup>629</sup>

A sigatoka amarela e negra são doenças causadas por um fungo na cultura da Banana (*Musa spp.*) pelas espécies *Mycosphaerella musicola* Leach e *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) respectivamente. De acordo com Pereira (1999) estes fungos, que são da mesma família (*Mycosphaerellaceae*), apesar de apresentarem sintomas semelhantes causados pela evolução das lesões produzidas pelas doenças, a sigatoka negra é considerada mais agressiva, podendo dizimar 100% da produção aonde o controle não é realizado efetivamente após sua introdução. O presente trabalho tem como objetivo mostrar as principais características que diferenciam essas duas espécies de fungos, os sintomas que elas causam na planta e meios de controle. Conclui-se neste trabalho que estas doenças são de difícil controle e que é necessário a integração de ações, como controle químico, cultural, drenagem do solo, combate a plantas daninhas, desfolha, adubação equilibrada, densidade populacional adequada de plantas/área, variedades resistentes, para que o objetivo seja de manter a cultura da banana livre dessa doença que seria destrutiva para sua produção no Brasil.

**Palavras-Chave:** Sigatoka. Cultura. *Musa spp.*

### REFERÊNCIA

PEREIRA, L. V. et al. Banana: Produção, Colheita e pós-colheita. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 20, n. 196, p. 37-47. 1999.

---

<sup>624</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>625</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>626</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>627</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>628</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>629</sup> Professora de cultura perenes do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.



## UTILIZAÇÃO DO GRÃO INTEIRO NA ALIMENTAÇÃO DO GADO DE CORTE

SANTANA, Ana Luiza de Oliveira<sup>630</sup>

QUEIROZ, Brenda Torquias<sup>631</sup>

XIMENES, Laís Carolina Borges<sup>632</sup>

ARAÚJO, Yuri Cássio<sup>633</sup>

MORAES, Cristianne Burgo<sup>634</sup>

De acordo com a dieta do grão inteiro, o pecuarista deve converter o custo da ração (saco de milho) pelo preço atribuído ao animal, que será correspondente ao seu valor nutricional. Godoy, (2017) afirma que a utilização do milho inteiro na dieta do animal permite uma fonte maior de energia e estimula o mecanismo do rúmen, promovendo a ruminação e a salivação, conferindo maior estabilidade ruminal. Para obter o resultado esperado, o gado desde novo, deve receber acompanhamento de um especialista na área (Zootecnista e/ou Veterinário), para se adequar à uma dieta com boa digestibilidade. Com a mastigação apropriada, os animais absorvem todos os nutrientes que o milho oferece. As proporções indicadas e utilizadas corretamente são de 80-85% de grão de milho inteiro e de 15-20% de pellet concentrado. É uma dieta altamente energética, não devendo adotar o confinamento de “cocho limpo”, mas sim “cocho manejado”, o que levará ao animal o consumo dos alimentos sem exageros. O objetivo deste trabalho foi avaliar as vantagens que o pecuarista obterá ao adotar esta dieta no seu manejo de produção. Conclui-se que devido à dificuldade de produção de volumosos por grande parte dos produtores ou mesmo estruturas especializadas para o processamento do grão, a utilização deste tipo de dieta veio como opção para muitos produtores, sendo uma alternativa para o pecuarista, pois dependendo do valor de mercado do milho, da arroba do boi gordo e do custo da reposição, a utilização do grão inteiro de milho devido a sua praticidade, menor mão de obra e ganho de peso compensatório comparado a outros métodos de confinamento com utilização de volumosos na dieta.

**Palavras-chave:** Milho. Grão. Bovino.

### REFERÊNCIAS

GODOY, Italo Mocelin de Geração Confinatto: Confinamento com grão inteiro, vale a pena? Direção: **Agroceres Multimix**, 2017. Disponível em: <<<https://agroceresmultimix.com.br/blog/grao-inteiro/>>>. Acesso em: 01 maio 2019.

<sup>630</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>631</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>632</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>633</sup> Aluno do 3º ano do curso técnico em Agropecuária da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira – Escola Agrícola de Unai - MG.

<sup>634</sup> Engenheira Agrônoma, Pós-Graduada em Gestão Ambiental, Biologia e Biodiversidade, Professora Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira.